



**A GUERRA
CONTRA
AS MULHERES
MARILYN
FRENCH**

Marilyn French

A GUERRA
CONTRA AS MULHERES

Tradução de
MARIA THEREZINHA M. CAVALLARI



EDITORA BEST SELLER



CÍRCULO DO LIVRO

Título original: *The War Against Women*
Copyright © Matrix Production, Inc., 1992
Publicado sob licença de Lennart Sane Agency AB
Licença editorial para o Círculo do Livro
por acordo com a Editora Nova Cultural Ltda.
e o detentor dos direitos autorais
Todos os direitos reservados.



Direitos exclusivos da edição em língua portuguesa no Brasil
adquiridos por EDITORA NOVA CULTURAL LTDA.,
que se reserva a propriedade desta tradução.



EDITORA BEST SELLER

uma divisão da Editora Nova Cultural Ltda.

Al. Ministro Rocha Azevedo, 346 - CEP 01410 - Caixa Postal 9442
São Paulo, SP



CÍRCULO DO LIVRO

Caixa postal 7413
01051 São Paulo, Brasil

Fotocomposto na Editora Nova Cultural Ltda.
Impressão e Acabamento: Gráfica Círculo

AGRADECIMENTOS

Embora eu seja a única responsável pelo conteúdo deste livro, Ann Jones e Bárbara Greenberg leram o manuscrito e fizeram sugestões muito úteis; James Silberman o revisou; Robert French, Ann Volks, Carol Jenkins e Andréa Dworkin forneceram importante material de pesquisa. Sou grata também a Isabelle de Cordier, Naomi Backer, Annville Peterson e Betsy Chalfin por sua valiosa ajuda, expressa de inúmeras maneiras.

SUMÁRIO

Introdução	9
Primeira Parte	
A Discriminação Sistemática Contra as Mulheres	33
Segunda Parte	
Guerras Institucionais Contra as Mulheres	147
Terceira Parte	
A Guerra Cultural Contra as Mulheres	189
Quarta Parte	
A Guerra Pessoal dos Homens Contra as Mulheres	217

INTRODUÇÃO

Na visão popular da História, os seres humanos evoluíram de um estado de "selvageria", no qual viviam como animais predatórios e onde os homens arrastavam as mulheres pelos cabelos para dentro das cavernas, para a "civilização", na qual eles abrem as portas dos carros para elas. Mas a realidade pode ser bem diferente. Há evidências de que, por 3,5 milhões de anos, os seres humanos viviam em pequenas comunidades cooperativas, nas quais os sexos tinham igual valor mas as mulheres gozavam de certa forma de posição superior e de mais respeito que os homens. Ruínas arquitetônicas de cerca de 10 mil anos revelam comunidades que adoravam deusas, viviam em harmonia igualitária e bem-estar material. As guerras talvez tenham começado há 10 mil anos, mas só por volta do quarto milênio antes da era cristã é que os homens principiaram a estruturar o que se tornou o patriarcado (tipo de dominação que confere poder autoritário ao patriarca, chefe da família), iniciando-se provavelmente no Oriente Médio. Os homens começaram a afirmar-se como "importantes", apropriando-se do trabalho e dos recursos de outros. Durante milhares de anos os deuses substituíram as deusas; grandes sacerdotes reinavam sobre comunidades outrora autônomas e expandiam sua autoridade pelo mundo. Depois do surgimento do Estado, os camponeses, os maiores produtores nas sociedades agrícolas, arcavam com a maior carga tributária: seu trabalho na terra sustentava as eli-

tes e eles eram recrutados para trabalhar sem remuneração em empreendimentos governamentais. Tinham até de pagar pelos instrumentos de sua própria repressão: soldados e armas.

Desde então, houve sempre declínio para as mulheres. Elas, provavelmente, foram as primeiras escravas e, embora as da elite tivessem algum poder nos primeiros Estados, ficavam subordinadas aos homens de sua categoria. Não apenas as mulheres não “progrediram”, como foram também cada vez mais “despojadas de poder”, degradadas e subjugadas. Esta tendência aumentou nos últimos quatro séculos, quando os homens, principalmente no Ocidente, foram tomados por um furor de dominação, procurando expandir e manter seu controle sobre a natureza e os que a ela de associavam — negros, índios e mulheres. Os homens europeus haviam construído navios capazes de circunavegar a terra, pelo menos um século antes de começar a utilizá-los para esse fim no final do século 15. Suas explorações, motivadas por curiosidade misturada com cobiça por riqueza e fama, deram origem a alguns dos capítulos mais trágicos da história da humanidade. Pela força e subversão, os europeus exploraram a África, a Ásia, o Oriente Médio, o sul do Oceano Pacífico e as Américas, matando, escravizando, subjugando os povos e apropriando-se de seus recursos.

No século seguinte, os homens expandiram-se também intelectualmente, desafiando as proibições da Igreja, para criar os princípios de uma ciência experimental, justificando seus feitos pela sanção bíblica do domínio humano sobre a natureza. Seu trabalho forneceu base para uma nova tecnologia, que eles pensaram fosse beneficiar a raça humana e que, finalmente, deu origem à Revolução Industrial. A industrialização trouxe benefícios, principalmente a um pequeno grupo, mas também empurrou a maior parte dos seres humanos para novas dimensões de privação e miséria. À medida que o feudalismo gradualmente terminou e começou o capitalismo, uma elite de proprietários, na Inglaterra, expulsou grande número de camponeses da terra e os impediu de participar de qualquer bem da sociedade.

A Revolução Industrial começou na Inglaterra em parte por causa da existência dessa classe, que Marx mais tarde chamou de proletariado. Por diferentes razões, as pessoas foram expulsas da terra em toda a Europa, juntando-se ao proletariado uma massa anônima de não proprietários, na grande maioria constituída por mulheres e crianças.

Os que se beneficiaram com a industrialização capitalista formaram uma nova elite, uma classe fluida e dinâmica. Os indivíduos, geralmente homens brancos, ascendiam e declinavam em poder e riqueza. As mulheres ligadas a eles podem ter-se beneficiado de sua riqueza, mas não partilhavam seu poder. Já no século 19, a maior parte dos seres humanos da Terra era constituída de trabalhadores e indigentes dominados por uma pequena elite e quase todas as mulheres eram subjugadas pelos homens. O incessante esforço masculino no transcorrer dos séculos conseguiu atirar a posição feminina ao seu ponto mais baixo: as mulheres não possuíam quase nenhum direito humano — não tinham expressão política, não eram proprietárias, não geriam negócios por conta própria e não tinham sequer direito sobre seus corpos.

Mas a sujeição gera ressentimento e os dois últimos séculos foram dominados por revoluções. Os movimentos pelos direitos dos trabalhadores e das mulheres invadiram a Europa e os Estados Unidos como uma maré, no século 19 e princípio do 20, inspirando rebeliões nacionalistas na Ásia e na África na metade do século 20.

Os trabalhadores protestavam contra a injusta divisão dos recursos mundiais e os sistemas que destinavam aos produtores de bens uma parte muito pequena deles. A maior parte dos recursos eram e são propriedade de uma pequena elite, cujo controle econômico lhe dá poder político. A maioria dos movimentos de trabalhadores foi inspirada pelas idéias socialistas, muito difundidas no século 19. As primeiras comunidades socialistas, as Owenite inglesas do começo do século 19, preocupavam-se com a sorte das mulheres. Mas o socialismo europeu incipiente estava domi-

nado por velhas corporações de artesãos, interessadas acima de tudo em suas prerrogativas. Quando o marxismo passou a dominar o pensamento socialista, poucos de seus adeptos se preocupavam com os problemas que as mulheres enfrentavam — a responsabilidade de procriar e manter a família, trabalhando para sustentá-la, sozinhas ou com o auxílio do marido.

No século 19, as dificuldades econômicas e a falta de expressão política levaram as mulheres a se rebelar — as da classe média por meio do feminismo em movimentos trabalhistas baseados nos princípios anarquistas e comunistas. Já que para as mulheres até falar em público violava as leis do gênero, elas faziam declarações feministas ainda que refutassem o feminismo.

O socialismo teve conseqüências de longo alcance no século 20. Em alguns países, as revoluções socialistas derrubaram governos autocráticos e instalaram “ditaduras do proletariado”; em outros, o medo do socialismo levou a elite a manter governantes autocráticos repressivos que tomavam o poder e beneficiavam os interesses dos militares e dos ricos. Nos assim chamados estados democráticos, as elites, receosas, assimilaram as exigências dos trabalhadores e legalizaram os sindicatos para as negociações. Os estados socialistas afastaram as discriminações legais contra as mulheres, mas não fizeram qualquer esforço para ensinar aos homens a necessidade de partilhar a responsabilidade de cuidar de si próprios e de seus lares e de educar a nova geração de seres humanos. Governos fascistas tentaram resolver o problema da “mulher” voltando a impor rígidos controles masculinos (*patriapotestas*) e restringindo-a ao âmbito doméstico. Os governos capitalistas e os sindicatos de trabalhadores dominados por homens conspiravam para manter as mulheres nos trabalhos mais marginalizados e pior pagos. Em toda parte negava-se a elas o direito de trabalhar por um salário decente, argumentando que eram sustentadas pelos homens. Já que nem todos cumpriam a tarefa, as mulheres e seus filhos eram renegados a um empobrecimento ainda mais profundo. E os homens que sustentavam as mulheres as tratavam como propriedade sua.

As idéias feministas vinham sendo articuladas ao longo dos séculos por escritoras como Christine de Pisan, Mary Wollstonecraft, George Sand e muitas outras, culminando com o surgimento de um movimento a seu favor durante a Revolução Francesa. Mas o feminismo como atividade política de amplo alcance data de 1848, com o movimento de Seneca Falls, nos Estados Unidos. Menor e mais fragmentado que os movimentos trabalhistas, o feminismo era até mais ameaçador. Ele desesperou todos os homens, não apenas os da elite, por criar discórdia no lar e — diferentemente dos protestos dos trabalhadores — desafiar os homens onde são mais vulneráveis: em sua autodefinição.

Neste século, o feminismo alcançou surpreendentes sucessos ao possibilitar às mulheres o acesso à educação, aos direitos políticos, empregos e eliminando as leis que mantinham os critérios duplos, principalmente em estados industrializados e socialistas. O feminismo tem tantas formas que os estudiosos se referem a feminismos. Prefiro chamar de “feminista” qualquer tentativa de melhorar a sorte de qualquer grupo de mulheres por meio da solidariedade feminina e numa perspectiva feminina. Considerando o poder e a solidariedade das forças dirigidas contra elas, o sucesso feminista em melhorar a sorte das mulheres, num espaço de tempo tão curto, é surpreendente.

Os homens da elite continuavam a procurar meios de anular a organização do trabalho, mudando suas fábricas para regiões e, mais tarde, para países, onde a mão-de-obra não era organizada. Formando corporações transnacionais, construíram estabelecimentos em países de leis protetoras, onde também compravam matéria-prima barata. Corporações suficientemente grandes para controlar governos (algumas das quais, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, tentaram destruir os sindicatos) dispuseram-se a sujeitar o trabalho a suas determinações. Nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, os salários e as condições de trabalho melhoraram para os operários, cuja média de rendimento subiu de 15 056 dólares por ano para 24 621, de 1955 a 1973. Mas, por volta de 1987, a média de salário ajustada à inflação era de 19 859 dólares, com declínio de 19 por cento.

A essa altura, muitas mulheres casadas haviam entrado para a força de trabalho, a fim de aumentar a renda familiar. Mas dois salários, em 1988, rendiam apenas 6 por cento a mais que um só em 1973. As políticas das empresas estão gradualmente erradicando os empregos bem remunerados, protegidos por contratos sindicais. Como diz um economista, "Um emprego bem pago, com carteira assinada e seguro-saúde, foi substituído por dois cargos autônomos, sem garantia alguma."

A elite queria derrotar o trabalho e, especialmente, o socialismo; mas este, ironicamente, foi vencido pelos próprios governos que se propunham a cultuá-lo. As novas elites eram tão opressivas e exploradoras quanto as que haviam desalojado — até mais que elas, ameaçadas como estavam por países estrangeiros. O final deste século testemunha o que talvez seja a última derrota dos movimentos trabalhistas: à medida que os governos socialistas caem, o próprio socialismo fica desacreditado. Ainda assim, os trabalhadores continuam a lutar. O movimento trabalhista não foi destruído. Se ele alcançar as novas estratégias de uma economia global, poderemos prever um conflito contínuo.

Nesse mesmo filão, os homens como casta — elite e classe trabalhadora — continuam a procurar meios de derrotar o feminismo, anulando ou corrompendo suas vitórias (legalização do aborto), absorvendo as mulheres em padrões salariais mais baixos (colocando um "teto de vidro" sobre as mulheres profissionais) e fundando movimentos destinados a fazê-las retornar ao estado de total subordinação ("fundamentalismo"). À medida que os controles familiares e da comunidade são erodidos, os homens falam cada vez mais no sustento dos filhos que geram e usam de violência contra as mulheres — filhas, esposas, amantes, mães, irmãs e estranhas. Os homens estão adaptando novas tecnologias e objetivos antigos, usando a amniocentese⁴ para detectar o se-

⁴ Puncção da cavidade amniótica através da parede abdominal, feita em mulheres grávidas; permite a retirada de certa quantidade de líquido amniótico para fins de análise. A amniocentese precoce, praticada entre a 16a. e a 18a. semana de gestação, permite fazer o diagnóstico de anomalias que podem conduzir a um aborto. (N. do E.)

xo de um feto a fim de abortar as meninas e novas técnicas de fertilidade para criar filhos que chamam de seus ("substituindo" a maternidade). Essas ações constituem uma guerra global contra as mulheres.

Essa guerra destina-se a assegurar e aumentar o controle dos homens sobre o corpo das mulheres, principalmente quanto à capacidade sexual e reprodutiva e o trabalho feminino. Embora nem todas as mulheres sejam ou desejem ser mães, a maior parte delas é e somente as mulheres podem sê-lo. Ser mãe é assumir responsabilidade e, desde o começo da vida no planeta, as mulheres se incumbiram do bem-estar da raça humana. *Esta é a sua escolha*: elas o fazem não porque estejam programadas para isso por genes ou hormônios, mas porque é necessário. Basta olhar para um bebê recém-nascido para entender essa necessidade. Mas, à medida que a industrialização, as idéias igualitárias, a liberdade e a tecnologia tornaram possível, um número cada vez maior de mulheres repudia essa tarefa muitas vezes ingrata. Vendo isso, os homens entram em pânico. Sabendo que alguém tem de assumir esse papel ou a raça humana perece, eles precisam enfrentar várias alternativas: realizar essa função (o que é intolerável), recompensar as mulheres pelo que fazem (muito desagradável) ou usar de todos os meios ao seu alcance para estimular, pedir e forçar as mulheres a persistir com seu papel e sua submissão.

Nem todos, mas a maior parte dos homens escolhe essa última alternativa, embora não leve em conta seu custo. Assim como guerriaram contra outras nações, sem considerar as conseqüências de longo prazo, os homens perseguem as mulheres sem reconhecer que estão destruindo a raça humana. Eles querem ter certeza de que as mulheres irão continuar a assumir toda a responsabilidade da procriação e criação dos filhos e que cuidarão deles pessoal e economicamente. (Essa afirmação talvez irrite os homens que sustentam economicamente suas famílias, mas a realidade é que grande número de homens, tanto nos países industrializados como nos não industrializados, não o fazem.)

Acredito que o patriarcado começou e se expandiu como uma

guerra contra as mulheres. No início, é provável que os seres humanos não reconhecessem a parte masculina na procriação; os homens foram marginalizados, com as mulheres fazendo tudo, como ainda ocorre em muitas sociedades. Geravam e criavam os filhos, recolhiam e cultivavam a maior parte dos alimentos e, possivelmente, tinham a última palavra nas decisões do grupo. Os seres humanos viveram assim durante dois milhões de anos, até que inventaram as armas de arremesso e começaram a caçar. Os povos caçavam em grupos, mas, gradualmente, os homens assumiram o controle das caçadas. Talvez fossem mais hábeis nessa tarefa, por terem maior força física e serem mais dispensáveis do que as mulheres, que podiam gerar vidas. A caça deu a eles uma posição na sociedade e uma base para a solidariedade. Mesmo depois que se percebeu o papel do homem na paternidade (esse conhecimento é revelado por obras de arte encontradas em cidades anatólicas, cerca de 9 000 a 7 000 a.C.) a situação social permaneceu a mesma.

A evidência e o bom senso sugerem a seguinte hipótese: ocorreram várias mudanças importantes. O povo (provavelmente as mulheres) começou a cultivar alimentos em vez de recolhê-los, o que permitiu o crescimento da população. Quando mais gente se esparramou pelo mundo, a quantidade de caça diminuiu. Não se podia mais depender da única atividade que dava importância aos homens. Temerosos, eles criaram rituais de caça que excluíssem as mulheres (a quem talvez tenham culpado pela diminuição da caça, ainda acreditando que toda a vida fluía delas) e gradualmente puseram-se a adorar divindades masculinas. (Todas as sociedades caçadoras têm cultos de caça exclusivamente masculinos). Mas os meninos que cresceram como agricultores e não como caçadores não revelaram a velha solidariedade masculina. Os homens, imitando o início da puberdade nas mulheres, planejaram rituais para os meninos que a atingiam, a fim de lhes inculcir solidariedade masculina. Excetuando-se alguns grupos aborígenes australianos, os povos que vivem da coleta e da caça mantêm ritos de iniciação para meninos. A maioria des-

ses grupos de iniciação existe entre os agricultores. A solidariedade masculina tornou-se consciente quando a coleta deu lugar à agricultura — Teria de ser assim ou ela desapareceria, já que cada homem cultivava sozinho sua gleba. Para conservá-la viva, os homens faziam a iniciação dos meninos na masculinidade.

Como a única base para a solidariedade masculina é a oposição à mulher e porque sua finalidade é substituir o vínculo primitivo com a mãe, a quem os homens associavam qualidades essenciais à vida — nutrição, compaixão, suavidade e amor —, construir a solidariedade masculina sempre acarretou uma forma de brutalização. Os ritos de iniciação ensinam os meninos a desprezar e erradicar características “femininas”, substituindo-as por dureza, renúncia (não abnegação), obediência e deferência por homens “superiores”. Eles criam um vínculo diferente do amor, um instrumento para um bem “mais importante”, um objetivo transcendente — o poder. Muitos ritos de puberdade exigem especificamente que os homens rejeitem as mães e, com elas, o mundo “feminino”.

As mulheres como casta nunca se definiram em oposição aos homens e não têm solidariedade feminina, formando seu vínculo mais profundo com os filhos. Sabendo-se absolutamente essenciais para a vida do grupo, provavelmente não se sentiram ameaçadas por essas mudanças. Talvez tenham até apoiado os rituais que, acreditavam, pudessem aumentar o bem-estar de seus filhos e o sentimento de responsabilidade dos homens. Mas estes, talvez sob a orientação de sacerdotes masculinos, ávidos de poder, assim que descobrissem seu papel vital na procriação, resolveram que os filhos receberiam o nome do pai e formaram as linhagens paternas. Para conseguir isso, em alguns lugares (como na África), os homens escravizaram as mulheres, capturando-as e separando-as de suas próprias linhagens, às quais deviam obrigações e a quem pertenciam seus filhos. Mesmo assim, para reivindicar a paternidade, o homem tinha de resguardar a sexualidade da mãe. Exigia que a esposa se mudasse para o clã do marido ao casar-se, isolando-a de sua família e colocando-a sob a

vigilância e controle da linhagem dele. Esses hábitos foram adotados em diferentes épocas em diferentes lugares, mas expandiram-se por quase todas as partes do mundo há cerca de 5 mil anos.

As mulheres combateram essas mudanças: mitos e lendas preservados na Bíblia e em outros trabalhos antigos testemunham que houve luta entre os sexos, provavelmente durante milhares de anos. A derrota das mulheres foi também a ruína da maioria dos homens, que perderam a relativa autonomia e igualdade da vida em grupos de famílias. Em sumério, a palavra *amargi* — liberdade — significa “voltar para a mãe”. A idéia de dominação seduziu a imaginação dos homens que, para impor seu domínio a regiões mais extensas, introduziram inovações — guerra em larga escala, tributos (impostos), servidão (escavidão), prostituição e dois novos crimes, traição e adultério (um crime só para as mulheres em sociedades sumérias e, durante o século 19, na Inglaterra e na América).

Embora em muitos povos houvesse mulheres guerreiras, aos poucos o ato de guerrear tornou-se uma atividade predominantemente masculina — provavelmente pelas mesmas razões que levaram a caça a essa situação. Os conquistadores escravizavam os povos vencidos, condenado-os à servidão; impunham-lhes impostos e às vezes apropriavam-se de suas terras. Assim nasceu o Estado. Nessas primeiras organizações as mulheres pertenciam à elite, mas, como poucas delas fossem conquistadoras, geralmente eram subordinadas aos homens. Todos os Estados iniciais decretaram por lei que o corpo da mulher — sua capacidade sexual e reprodutora — era propriedade dos homens e tornaram difícil ou impossível a ela possuir ou legar bens.

A supremacia masculina institucionalizada chama-se patriarcado, tipo de dominação que surgiu provavelmente na Mesopotâmia, no quarto milênio a.C. e, aos poucos, expandiu-se para o resto do mundo. Muitas revoluções desafiaram as elites reinantes desde que surgiu o patriarcado, mas o feminismo foi o primeiro a se opor a ele por si mesmo. Virtualmente em todos os países do mundo atual, as mulheres organizam pequenos grupos

de ação populares ou políticos. Exigem ser tratadas como seres humanos com direitos: o direito de ter salário, de manter consigo os filhos depois do divórcio, de ser proprietárias, de educar-se, de trabalhar e ganhar o suficiente para uma vida independente, de ter voz ativa em decisões públicas, de se casar com quem quiserem, de ter integridade física. Exigem que os homens não se sintam no direito de surrá-las, estuprá-las, mutilá-las ou matá-las. Os teóricos do feminismo desafiaram o arranjo patriarcal da sociedade em classes estratificadas, cada uma delas com diferentes acessos aos recursos, algumas privilegiadas, outras prejudicadas pelo nascimento e o culto dos patriarcalistas pela dominação. As mulheres estão no centro dos movimentos em prol da paz e da ecologia. Elas formam redes e organizações femininas baseadas em cooperação e partilha, sempre com chefes temporários; estão criando uma definição alternativa delas próprias, da natureza e da experiência humana.

Os homens imbuídos dos valores patriarcais procuram reunir todas as suas forças para derrotar esse desafio. Os movimentos políticos e sociais dos dois últimos séculos basearam-se nas idéias do Iluminismo, justificadoras das revoluções (e das evoluções) que levaram as elites atuais ao poder. Por essa razão, as elites não podem repudiar esses princípios e os homens mais sofisticados não conseguem admitir abertamente que acreditam serem os camponeses, os trabalhadores e as mulheres espécies inferiores selecionadas pela natureza para servi-los. Embora alguns ainda usem tais argumentos privadamente, a idéia de inferioridade natural, não está legitimada no discurso ocidental do final do século 20.

Mas o patriarcado nunca anunciou seus verdadeiros objetivos — pelo menos, nenhuma declaração desse teor foi registrada pela História, embora os mitos de várias culturas celebrem ou justifiquem um ataque masculino à dominação feminina. Independente do local ou da forma como os homens subjugarão as mulheres, eles sempre justificaram seus atos dizendo que Deus ou a Natureza *fizeram* as mulheres subordinadas aos homens — dotando-os, mas não a elas, de certas características (razão, lógi-

PATRIARCALDO

ca, intelecto, alma) e a elas, mas não a eles, com outras tantas (emotividade caótica, sexualidade desenfreada), subversivas da boa ordem. Os homens tratam as mulheres como marginalizadas ao verdadeiro âmbito da vida e não como as mantenedoras essenciais dela. Mesmo quando as feministas forçam os homens a ouvi-las, os políticos as tratam como “um grupo de interesse particular” — como se as preocupações delas afetassem uma pequena fração da população e não todas as mulheres (51 por cento dos habitantes da maioria dos países) e os filhos pelos quais elas assumem, quase sozinhas, toda a responsabilidade.

Hoje, quando os governos e as igrejas articulam políticas extremamente injuriosas às mulheres, raramente as mencionam diretamente, focalizando outros objetivos ou usando eufemismos. O eufemismo, geralmente usado para promover a subordinação feminina — tanto no Oriente como no Ocidente —, é a “proteção da família”.

É irônico: afinal, qual dos sexos manteve sempre a “família” e assumiu a responsabilidade pelos filhos? Mas muitos homens, em grupos de influência política ou como indivíduos com revólveres e punhos, não precisam de eufemismos para injuriar as mulheres. Como consequência, em grande parte do mundo, as mulheres — e as crianças sempre com elas — tornaram-se espécies em perigo. Charlotte Bunch escreve que se um grupo étnico ou nacional estivesse atacando outro, matando e mutilando no mesmo ritmo em que os homens atacam e matam as mulheres (e ela fala apenas de ataques notificados), a situação constituiria um estado de emergência e até de guerra. Mas a violência doméstica é apenas uma campanha do que, na verdade, é uma guerra amplamente difundida contra as mulheres.

Pelo fato de os homens mascararem suas intenções omitindo as mulheres ou incluindo-as em reflexões posteriores, é preciso desmistificar seus objetivos, considerando os efeitos, não a retórica. Pode-se objetar que os efeitos talvez sejam acidentais ou incidentais ou ocorram sem animosidade. Mas não deve ser por acaso que, em todo o mundo, um sexo prejudique o outro de forma

tão maciça que leva a se questionar a sanidade dos que promovem a campanha: é possível uma espécie sobreviver quando metade dela, de forma ordenada, por solidariedade, oprime a outra? Os seres humanos são a única espécie na qual um sexo prejudica sistematicamente o outro. Os homens alegam que a predação masculina é “natural”, baseada em códigos genéticos ou hormonais e, portanto, inalteráveis: os homens são, *por natureza*, levados a escravizar, abusar e dominar as mulheres. Se isso for verdade, a humanidade estará fadada à extinção. Mas a História revela que os homens nem sempre oprimiram as mulheres, que os sexos viviam em relativa mutualidade igualitária. O patriarcado talvez tenha evoluído para vencer a dominação feminina, mas se as mulheres dominavam, nunca institucionalizaram essa dominação em matriarcado*, nunca procuraram restringir a sexualidade e a reprodução masculinas nem as mentes e o trabalho dos homens. Em períodos históricos nos quais as mulheres tiveram considerável poder (houve alguns), elas nunca se uniram contra os homens. Nem é concebível que o fizessem, sendo mães de filhos. A necessidade masculina de dominar as mulheres talvez se baseie na sua sensação de marginalidade ou vazio; não conhecendo suas raízes e os homens não fazem o menor esforço para descobri-las. Mas a longa guerra contra as mulheres está agora, como reação aos movimentos de mulheres por todo o mundo, assumindo uma nova ferocidade, um novo empenho e aspectos inéditos.

O ensaio que se segue está dividido em quatro partes principais. A Primeira Parte aborda as guerras sistemáticas contra as mulheres, as maneiras pelas quais elas estão em desvantagem por sobrecarga dos sistemas internacionais e religiosos que os indiví-

* A tese da existência histórica do matriarcado, precedendo o patriarcado, foi primeiro proposta por Johann Jacob Bachofen, sendo aceita e desenvolvida por Friedrich Engels. Investigações recentes refutam essa tese e afirmam que a matrilinearidade (descendência por linha materna), efetivamente registrada entre os povos tribais, nunca veio acompanhada por uma posição de liderança feminina na vida comunitária, uma vez que a atividade guerreira sempre deu ao homem status privilegiado. (N. do E.)

duos não podem mudar. Essas desvantagens ramificam-se diversamente em diferentes países, mas algumas são universais. No mundo inteiro os homens colocam sobre as mulheres toda ou a maior parte da carga de criar os filhos e manter o lar, mas pretendem que essa responsabilidade não é trabalho: não o remuneram como tal nem o consideram no cômputo geral de mão-de-obra, seja nos países industrializados ou em desenvolvimento. A desvantagem econômica sistemática das mulheres cria, inevitavelmente, uma ordenada discriminação política. As mulheres, sobrecarregadas de trabalho, não têm disponibilidade para participar de atividades políticas e, as que o fazem, encontram barreiras intransponíveis. Em consequência, as mulheres têm pouca voz ativa para administrar o mundo — o que perpetua o poder dos homens em subjugar-las economicamente. Para manter as mulheres fora da vida política, os homens não creditam a elas suas contribuições e as obliteram da História. Vamos abordar um exemplo recente desse longo problema.

As religiões, que muitas vezes atravessam fronteiras nacionais, são veículos importantes para subjugar as mulheres. A fim de impedi-las de assumir poder político — autoridade dentro das igrejas, uma voz nas questões públicas — as religiões concentram-se primordialmente no corpo das mulheres, ameaçando-o como se ele encarnasse a moralidade de toda a raça humana. Assim sendo, algumas religiões enfocam a aparência da mulher, roupas e hábitos, como se toda a virtude humana dependesse dela (mas a aparência dos homens, sua roupa e hábitos é considerada irrelevante para a virtude). Outras focalizam o potencial da mulher para a maternidade, como se somente a mulher tivesse o dever de perpetuar a espécie humana. As religiões não pedem aos homens que apoiem ou recompensem as mulheres ou as ajudem nessa tarefa, mas exigem que eles as controlem.

A abordagem da guerra religiosa contra as mulheres leva à consideração dos esforços do Estado para dominar seu corpo. Os governos aprovam leis que regulamentam o corpo das mulheres, seja com aliança a uma religião ou independentemente delas. Li-

gada à religião e à noção de que as mulheres suportam a carga da moral sexual, está a prática, promovida sob a égide de muitas religiões, de mutilá-las genitalmente (que no mundo de hoje atinge um total de 20 milhões de mulheres). Finalmente, abordaremos a guerra contra a própria existência da mulher, em regiões do mundo onde se abortam seletivamente os fetos femininos e se negligenciam as filhas, matando-as aos milhões.

A Segunda Parte trata da discriminação institucionalizada dentro dos países, focalizando principalmente os Estados Unidos. Aqui também o esforço é enorme: as intuições procuram impedir as mulheres de ter auto-suficiência econômica, opinião política e controle do corpo. Às vezes, tentam justificar o tratamento que dão a elas e a seção se abre com a discussão de uma corrente científica atual: a sociobiologia. Progredir para alguns exemplos recentes de preconceitos contra as mulheres em várias profissões. Os médicos, em geral, não se preocupam com os problemas clínicos das mulheres. Muitos procuram controlar a reprodução feminina e sentem prazer em mutilar o corpo da mulher. O exercício da lei a fere de múltiplas formas, tratando mulheres advogadas com desprezo, fazendo julgamentos de divórcio e custódia tendenciosos. A educação e as profissões privilegiam os homens. Apenas ocasionalmente e com dificuldade os indivíduos conseguem desafiar o preconceito dessas intuições.

A Terceira Parte apresenta alguns exemplos de ódio às mulheres na esfera cultural — na linguagem e nas artes. Os produtores culturais são disseminados pelas intuições e podem até ser criados por elas, mas a cultura é amorfa demais para ser atribuída a uma determinada instituição. Ela é construída pela forma, estilo e imagem; sua superfície pode mascarar sua política, assim como a retórica mascara a política dos governos, igrejas e empresas, mas expor, “desmistificar”, sua política requer uma análise bem diferente. Por essas razões, destinei à cultura uma seção especial, onde apresento um apanhado da linguagem de homens nos altos escalões do Exército e da indústria de armas e nas canções de soldados; os planos de ação publicitários nas revistas pa-

ra mulheres e algumas observações fortuitas a respeito de descrições masculinas de mulheres nas artes. A conclusão é sobre o sadomasoquismo dos homens contra as mulheres nas artes e apresenta algumas considerações relativas à questão da censura.

A Quarta Parte discute os ataques ao corpo da mulher no cotidiano e na vida doméstica. A imprensa e outros órgãos de comunicação tratam os ataques dos homens às mulheres — estupro, espancamento e assassinato de esposas e amantes ou incesto masculino com filhos (frequentemente meninas) — como atos individuais e aberrações. Mas eles são tão difundidos e aceitos que já se tornaram sistemáticos: a violência masculina contra as mulheres não poderia florescer como acontece, sem o apoio ou pelo menos a tolerância de intuições como os tribunais de justiça e a polícia; todos os estudos psicológicos demonstram que os esturpadores e incestuosos são considerados “normais” na sociedade americana. Assim, os atos violentos de homens, individualmente, são parte intrínseca de um contexto cultural. Na verdade, em muitos países do mundo, os homens ainda têm o direito legal de espancar, torturar, prender e matar as mulheres que lhes “pertencem” e, em outros, tiveram essas prerrogativas legais até o século 20. Os governos, igrejas, intuições e grupos culturais que não permitem abertamente a violência masculina contra as mulheres afirmam que isso é um ato particular, fora de sua origem.

A pretensão de que essa violência não é protegida pela égide institucional significa que grupos humanos bem-intencionados, como a Anistia Internacional, por exemplo, não podem intervir para proteger as mulheres de espancamentos, aprisionamento, mutilações, tortura, fome, estupro e assassinato *dentro de casa*, a não ser que seja explicitamente reconhecido por lei. Na verdade, muitos homens, mesmo dentro dos movimentos humanos, recusam-se a aceitar que o item “direitos humanos” incluí as mulheres. Além disso, não existem estatísticas relativas à predação masculina contra as mulheres *em geral*, mais uma vez sob o pretexto de que cada categoria está separada, de que toda violência masculina é parte de uma campanha planejada. Não tenho condi-

ções de analisar a relação entre a violência masculina individual contra as mulheres (e as crianças) e os procedimentos governamentais, religiosos e institucionais nos diversos países, por isso não incluo esse assunto nos trechos sobre a guerra sistemática ou institucional contra as mulheres. Devo ressaltar a importância vital de homens comuns que se dedicam à guerra masculina contra as mulheres. Se a violência individual não fosse tão difundida e devastadora sem apoio em larga escala, também as guerras globais contra as mulheres não conseguiriam persistir sem a ajuda dos homens individualmente.

Somente as analistas do feminismo tratam a violência masculina contra as mulheres como uma crise global. Considerando-a um ato individual, jornalistas, cientistas sociais e assistentes sociais escondem a sua conotação política: eles inocentam os homens e, ao fazê-lo, impossibilitam a discussão pública da verdadeira situação. No entanto, sem o debate aberto, não conseguiremos descobrir as reverberações, na psique masculina, de o homem sentir-se no direito de praticar abusos contra as mulheres, nem discutir seriamente a moralidade humana.

A abordagem que se segue complica-se por diversos fatores: a circularidade dos problemas femininos, a dificuldade de “provar” a discriminação e a difusão da tentativa masculina de controlar e de se apropriar da reprodução feminina. Trataremos de cada um desses tópicos em separado.

A Circularidade dos Problemas Femininos

Um caso de discriminação, por exemplo em direitos de propriedade, afeta não apenas o poder econômico da mulher mas também sua voz política, seu corpo e seus filhos. Em muitos países africanos, o sistema garante direitos de propriedade quase que exclusivamente aos homens; a mulher, para sobreviver, deve se casar e cultivar a terra do marido ou buscar trabalho na cidade. A maioria das africanas são forçadas ao casamento, mas ele acar-

reta filhos e muitos africanos não sustentam suas famílias. Se a terra do marido é insuficiente para mantê-los ou se ele se divorcia, a mulher precisa procurar trabalho na cidade. *Ela* tem os filhos, que carregam o nome do pai, mesmo se ele assume pouca ou nenhuma responsabilidade.

O fato de ter filhos torna difícil para a mulher transferir-se para a cidade e penoso encontrar trabalho — simplesmente não os pode deixar sozinhos. Como é costume na África, poucas mulheres são instruídas para trabalhos de escritório e as indústrias, em geral, não contratam mulheres. A mulher pobre com filhos só consegue obter trabalho em ocupações marginais — serviço doméstico, comércio subalterno e prostituição. Apenas em poucos países africanos empregam-se mulheres como domésticas, as quais, com bastante frequência são sexualmente violentadas pelo homem ou homens da casa. O comércio subalterno é muitas vezes ilegal — como a prostituição. (Desde o início do patriarcado, a prostituta é a única profissional que os homens pagam suficientemente bem para que possa se sustentar.) Mesmo assim, ela não ganha o bastante para sobreviver; pode contrair aids ou outra doença. Se isso ocorre os filhos passam fome. Se eles adoecem, ela precisa cuidar deles, o que significa não poder trabalhar; assim, todos passam fome. A sociedade a acusa pelo seu trabalho e pelas condições dos filhos: ela se entristece e se culpa. Esse é um cenário comum. Os fatores econômicos afetam o corpo das mulheres. A lei da “família” objetiva fundamentalmente controlar o corpo das mulheres (não o dos homens), mas também as influencia economicamente — de forma negativa. E sempre que as mulheres são prejudicadas, os filhos também o são.

A circularidade dos problemas humanos se reflete neste texto, onde cada assunto, regularmente, transborda para outros: é impossível distinguir uma injúria particular e separá-la do que a está influenciando — governos, igrejas, empresas e intuições que privilegiam os homens, que individualmente as mantêm. É preciso ressaltar, no entanto, que, quando as mulheres são feridas, os filhos também são prejudicados — tanto meninos quanto me-

ninas — e, quase sempre que as mulheres são ajudantes, os filhos são auxiliados. Assim, as políticas que ofendem as mulheres essencialmente causam dano a toda a raça humana.

A Dificuldade de Provar a Discriminação

É difícil *provar* a discriminação em sociedades dominadas por preconceitos. Procurando-se, é sempre possível encontrar algo para combater — em qualquer ser humano. Alguém disposto a considerar inferior outra pessoa ou grupo sempre encontra uma lista de justificativas para demonstrar a inferioridade, porque todos nós estamos abaixo dos ideais da humanidade que erigimos.

Se nos dispuséssemos a provar (para variar) a inferioridade dos homens, diríamos que eles morrem em maior quantidade que as mulheres em cada década da vida, que são emocionalmente bloqueados, incapazes de dar apoio emocional, não podem ter filhos nem criá-los, nem mesmo conseguem preparar seu próprio jantar. Sujeitos a variações hormonais que lhes causam impulsos ameaçadores à vida (sua e dos outros), fascinam-se por brinquedos e inventam estruturas que lhes dão a ilusão de estar sempre no controle. Possuem, sem dúvida, algumas características compensadoras: são sexualmente apaixonados e sua irresponsabilidade permite-lhes serem espirituosos e brilhantes a respeito de assuntos desvinculados da vida. Certamente, essa espécie deveria ser colocada num cercadinho para divertir a si e às mulheres, enquanto estas assumiriam a responsabilidade de gerir a sociedade, criar filhos e preparar o jantar. Se essa fosse a ideologia prevalente, os atos individuais que desafiam a definição seriam adaptados a ela e os protestos dos grupos masculinos seriam considerados efeitos de variações do humor.

Os brancos *consideram* predadores os negros em bairros brancos ou lojas caras. Os brancos *acham* que as negras, em bairros ricos de brancos, são domésticas e babás ou, nas ruas da cidade, prostitutas e ladras em lojas caras. Em Moscou, as mulheres não podem entrar em hotéis sem provar que são hóspedes, porque

o governo *supõe* que toda não-residente é prostituta. (Isso talvez tenha mudado desde a minha última viagem, em 1990). Quando eu era moça, os bons restaurantes não permitiam a minha entrada, nem a de qualquer mulher, sem a companhia de um homem: as desacompanhadas eram *consideradas* prostitutas.

Isso é preconceito, pré-julgamento de pessoas em função do sexo ou da cor. Está no subconsciente dos indivíduos. Todas as sociedades conservam preconceitos que não necessitam ser difundidos para serem compartilhados. Dessa forma, são difíceis de demonstrar. Muitas sociedades codificam seus preconceitos em leis. O movimento feminista conseguiu brilhantemente retirar leis discriminatórias dos códigos de muitos países industrializados, mas agora os homens utilizam técnicas mais refinadas para excluir as mulheres. Poucos fazem declarações abrangentes da inferioridade feminina, mas muitos continuam a se comportar como se só os homens importassem. Os empresários afirmam que não houve discriminação quando determinada mulher não foi promovida. A questão é que os rapazes não gostavam dela ou que ela não se adaptava. A palavra mais usada ao se falar de mulheres é "muito". Suas vozes são *muito* altas ou *muito* suaves, elas são *muito* agressivas ou *muito* pacíficas, seu vestido é *muito* fora de moda ou é *muito* espalhafatoso. Qualquer característica humana aborrece alguém. Nas sociedades que odeiam as mulheres, *todos* acham que elas são mais aborrecidas que os homens.

Façam o que fizerem, as mulheres são consideradas infratoras. Um livro recente, *The Trapped Woman: Catch 22 in Deviance and Control* (A Mulher na Armadilha: O Dilema das Transgressoras e do Controle), demonstra que as mulheres estão na situação de "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come". Um dos capítulos relaciona as características que classificam a mulher como infratora: não ter filhos ou ter filhos; trabalhar fora e empregar babás ou ter filhos; trabalhar fora e não contratar babás. As mulheres que têm filhos e necessitam de ajuda para sustentá-los são criticadas, assim como as divorciadas, as que são espancadas e não reagem e as que se separam de seus espancadores e reagem.

As mulheres são castigadas por serem sexualmente livres ou por serem "amarradas" em relação ao sexo, por se agarrarem à virgindade ou terem amantes fora do casamento, por serem violentadas. As mulheres são infratoras quando falam com segurança ou quando são hesitantes e subservientes, se não se dedicam completamente aos maridos e filhos ou se, desinteressadamente, se sacrificam por eles. A sociedade condena as mulheres por serem ambiciosas ou por não possuírem ambição, por serem ricas ou pobres, gordas ou magras, com profissão ou sem ela. Em todas as culturas patriarcais, o ódio às mulheres é moeda corrente, com trocados nos bolsos de todos os homens (e de muitas mulheres), fáceis de sacar para pagar — justificar — qualquer ação. Como as mulheres são acusadas por serem qualquer coisa que sejam, é difícil provar a discriminação. Para provar sua existência é necessário estudar seus efeitos.

A Obsessão dos Homens Pela Reprodução Feminina

Os homens também são oprimidos, em todo lugar, por fatores raciais, religiosos, econômicos e políticos. As mulheres compartilham igualmente esses problemas (exceto os de identidade masculina, problema sério que poucos homens realmente enfrentam). Mas os homens não compartilham todos os problemas femininos. A raiz dos problemas que os homens não compartilham com as mulheres é a capacidade de reprodução feminina. A situação das mulheres seria única mesmo sem o patriarcado, porque a raça humana é recriada em seu corpo. Mas o sistema patriarcal aprisiona as mulheres nele. Como elas é que dão à luz, os homens procuram controlar ou apossar-se de seu corpo. As sociedades dominadas pelos homens adotam a posição de achar que as mulheres realmente (como se pensou por milhões de anos) geram sozinhas, milagrosamente. O conceito de que as mulheres produzem filhos por si mesmas encontra-se em todas as sociedades, industriais ou não, e em todos os níveis de mentalidade, da mais

simples à mais requintada. Como só as mulheres têm filhos, os homens atribuem exclusivamente a elas a responsabilidade de criá-los. Os homens pleiteiam a propriedade dos filhos, exigem que tragam o *seu* nome, mas se comportam como se apenas as mulheres decidissem tê-los e, portanto, devem cumprir o dever exclusivo de criá-los — e, muitas vezes, sustentá-los. Como as mulheres é que têm os filhos, seus problemas são sempre circulares: o que os homens fazem com seus corpos freqüentemente afeta a geração. E a maternidade tem um impacto enorme e rigoroso na vida inteira da mulher. Nenhum tratamento do corpo do homem — inclusive castração e paternidade — tem, necessariamente, efeito semelhante no resto da sua vida, porque os homens não engravidam nem geram filhos, por quem sejam responsáveis por décadas. Por isso os homens conseguem compartimentalizar suas experiências de uma maneira que as mulheres não podem utilizar. Como as mulheres têm filhos, os homens persistem em considerá-las todas como mães, que lhes devem carinho maternal. A responsabilidade exclusiva de reproduzir e socializar a raça humana poderia ser suportável se fosse dado às mulheres o poder de cumpri-la. Mas os homens esperam que as mulheres desempenhem a mais importante das tarefas humanas sem recompensa, sem muito auxílio e quase sem consideração alguma. A História revela que os homens invejam a capacidade reprodutora feminina: foi o primeiro poder de que eles se apropriaram, transformando as mulheres em utensílios de uso e troca, mesmo antes de surgirem os Estados. E não faltou obsessão aos seus esforços de controlá-la. No presente estudo, as tentativas de controlar a reprodução das mulheres aparecem repetidamente em todos os níveis. Logo ficará evidente que a força controladora da reprodução feminina é uma agenda silenciosa em todos os tipos de atividade humana.

Este livro é um levantamento. Não é exaustivo. Não existem ou não são confiáveis estatísticas globais sobre a violência masculina contra as mulheres — espancamento, estupro, incesto. As

dimensões do incesto ainda estão para ser avaliadas. O tratamento das mulheres nos tribunais, nas artes e na publicidade, nos hábitos e costumes, é tocado de leve nesta obra. Mas o que aqui se encontra deve alertar o leitor para procurar por si mesmo.

== PRIMEIRA PARTE ==



A DISCRIMINAÇÃO
SISTEMÁTICA
CONTRA AS MULHERES

Quando se viaja pelo mundo, principalmente nas regiões rurais, nota-se que, por todo lugar (exceto nos países muçulmanos), as mulheres fazem a maior parte do trabalho. No litoral da Índia, próximo a Ahmadabad, duas mulheres catam algas marinhas. Curvam-se e levantam-se, curvam-se e levantam-se, puxando as plantas, arrumando-as em montes. Depois de juntar o máximo que conseguem carregar, arrastam a pilha pela praia até uma carroça que fica na estrada; colocam tudo lá dentro e voltam para buscar mais. Fazem isso durante muitas horas, até que a carroça esteja cheia. Um homem fica sentado nela todo o tempo, balançando a cabeça sob o sol. Ele não faz nada.

Por toda parte, no interior da Índia, vêem-se mulheres adultas muito magras, caminhando pensosamente em estradas poeirentas, com cântaros de quarenta quilos na cabeça. Vêem-se as manchas que seus saris fazem nos campos quando elas capinam curvadas. Mas, sob uma árvore copada, espalhados na relva, vinte ou mais homens conversam, vestidos com brilhantes camisas brancas que certamente não foram eles que lavaram. Os bares, sendo indianos, vendem apenas bebidas não alcoólicas, mas excessiva

mente caras para o povo pobre. Apenas os homens se sentam nas caixas que servem de cadeiras nessa versão indiana de café-de-caçá. Na Etiópia, cruza-se com uma mulher de corpo envelhecido, que pode ter qualquer idade, curvada sob o peso de uma carga de gravetos duas vezes maior que ela. Ao seu lado segue um homem sem carregar nada, montado num jumento.

Por outro lado, em muitas cidades, poucas mulheres são vistas na rua durante as horas de trabalho. Nessas horas, em Dublin, os bares estão sempre repletos de homens. Na Itália, uma moça percebe que um rapaz a está seguindo. Ela pára e o confronta. Ele diz que a seguiu o dia inteiro e enumera os lugares visitados nas últimas horas. Está bem vestido e diz que trabalha numa companhia de seguros. Pergunta se gostaria de beber alguma coisa. Fica claro que não será ele quem pagará a conta. Em Moscou, mesmo nas épocas de fartura de empregos, os homens se aglomeravam à porta dos hotéis e estações ferroviárias, vendendo dinheiro ilegal aos estrangeiros, esperando fazer qualquer espécie de barganha. Agora o número deles aumentou. Vêm-se somente mulheres nas imensas filas para obter comida; as únicas em que há homens são as de vodca. Nas ruas de Atenas também não se vêem mulheres, a não ser à tarde, nas horas das compras. Não saem porque estão trabalhando — em casa, em escritórios, em fábricas. Mas sabe-se que os homens, qualquer que seja seu ofício, por pouco que façam, ganham mais que as mulheres. E sabe-se também que elas passam as noites trabalhando pesado em casa, enquanto os homens ficam sentados, esperando ser servidos.

A Discriminação Econômica

As estatísticas apresentadas na Conferência Sobre as Mulheres, promovida pelas Nações Unidas em Copenhague, em 1980, continuam válidas até hoje. As mulheres realizam entre dois terços e três quartos do trabalho do mundo. Produzem também 45 por cento da comida, mas recebem apenas 10 por cento e detêm

somente 1 por cento da propriedade mundial — e parte desse 1 por cento esconde a ala masculina para diminuir os impostos. (Nos Estados Unidos, a propriedade e a posse são pouco definidas, porque a maioria das pessoas possui apenas uma casa, geralmente colocada nos nomes tanto do marido quanto da mulher. Mas o Departamento do Censo norte-americano, avalia que 16 por cento das propriedades pertencem a mulheres que são chefes de família.) E a situação das mulheres está piorando, porque uma nova ordem mundial, criada pelo atual sistema econômico, coloca os homens no poder em toda parte, até mesmo onde elas tinham voz ativa em décadas recentes.

Poucas comunidades vivem, hoje, isoladas. Elas estão unidas pela economia; o comércio gira em escala mundial. Quase todos são afetados pelo aumento de preço do petróleo e, apesar de as secas e más colheitas terem um impacto mais limitado, elas atingem áreas muito distantes das diretamente afetadas. Todos os países fazem parte do mercado mundial, controlado, em diferentes graus, por organismos internacionais — o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e as Nações Unidas. Os relatórios anuais desses órgãos e dos governos dos países baseiam-se em estatísticas nacionais que dizem representar o desempenho econômico das nações. Marilyn Waring, em seu livro *If Women Counted* (Se as Mulheres Tivessem Importância), explica o significado desses relatórios que, como os do UNSNA (Sistema de Finanças Nacionais das Nações Unidas), são usados pelos programas de ajuda para detectar os países que mais necessitam de auxílio, por empresas transacionais interessadas em novas áreas de investimento, por empresas menores na escolha de mercados e zonas de aplicação de capital e como indicadores para políticas internas.

As análises dessas estatísticas determinam o que aconteceu e o que deverá acontecer no futuro em qualquer região do mundo. Baseando-se unicamente em gráficos que contêm tudo o que é mais importante, elas moldam os planos e os programas nacionais e internacionais. Não impõem políticas, apenas apresentam dados nas quais elas se baseiam. Mas são limitadas, quantitativa-

vas e lineares, meros guias para o poder econômico e político. Omitindo mais do que declarando, não servem para orientar os usuários sobre objetivos sociais mais amplos, como o bem-estar. Não refletem a produção real de um país, mas sua capacidade de gerar dinheiro. Há duas constantes nessas estatísticas: os homens tomam suas decisões baseadas nelas, omitindo o meio ambiente, as mulheres e as crianças. O estado atual do mundo resulta de um sistema que coloca pouco ou nenhum valor na paz, na preservação dos recursos naturais, no trabalho feminino e nas atividades não remuneradas de reprodução e manutenção da vida humana. Como enfatiza Marilyn Waring, o sistema não consegue reagir a valores que se recusa a reconhecer.

No final da Conferência das Nações Unidas da Década das Mulheres, em 1985, um relatório sobre a situação das mulheres no mundo concluiu que elas haviam conseguido alguns progressos em educação, saúde, emprego e política, durante a década, mas ainda arcavam com maior responsabilidade enquanto os homens detinham mais poder. O relatório afirmava que 35 por cento das mulheres casadas, na Europa, trabalhavam recebendo salários; na África, elas executavam 75 por cento do trabalho agrícola, em acréscimo às atividades de buscar água e lenha, cozinhar, lavar e cuidar dos filhos. Em Malavi, as mulheres executam tanto trabalho quanto os homens nas plantações de algodão e nas tarefas domésticas, produzem o dobro deles nas culturas de milho. Em Burkina Fasso, as pessoas emagrecem durante a estação chuvosa, porque as mulheres se cansam tanto nos longos dias de trabalho no campo que não conseguem cozinhar (constata-se, assim, que é tão difícil para um homem preparar seu jantar quanto ter um filho). Nos países industrializados, as mulheres trabalham 56 horas por semana em casa. Nos outros, até mais, além de assumir a responsabilidade da procriação.

A gigantesca tarefa feminina de reproduzir, sustentar e perpetuar a raça humana, é especificamente excluída, tanto do Produto Interno Bruto (PIB) como do Produto Nacional Bruto (PNB), nas estatísticas. (O Produto Nacional Bruto mede a produção que

gera rendas para os habitantes de um país. O Produto Interno Bruto mede a produção que gera renda dentro de um país, mesmo que os recursos não pertençam a seus habitantes. As Nações Unidas utilizam agora o PIB, mas os Estados Unidos continuam a prestigiar o PNB.)

Os homens não consideram as mulheres como parte da força de trabalho, porque elas não recebem salários, porque eles ficam com o que elas ganham ou porque *o que elas fazem não é visto como trabalho*. Waring cita o exemplo do povo beti, que mora no sul da República dos Camarões em região de floresta tropical. Eles praticam a agricultura de derrubadas e queimadas, formando, por ano, dois novos campos de 2 mil metros quadrados cada um e os cultivam por dois ou três anos. Os produtores rurais (que são mulheres, na maior parte da África) têm sempre quatro a seis campos em cultivo, produzindo principalmente amendoim, mandioca, inhame, banana e verduras. Os homens também são agricultores, mas plantam principalmente cacau, produto valioso e de exportação em grande escala.

Os homens trabalham 7,5 horas por dia e ajudam as mulheres a cultivar alimentos, em média, menos de uma hora por dia. Trabalham duas horas nas plantações de cacau, quatro fabricando cerveja, vinho de palmeira ou cestos, construindo ou consertando casas, fazendo utensílios domésticos ou pequeno artesanato para vender ou em empregos de tempo parcial. As mulheres trabalham *no mínimo* onze horas por dia. Cinco produzindo alimentos, com mais uma hora extra para cultivar um excedente para o mercado da cidade, três a quatro para cozinhar para a família e duas ou mais para buscar água e lenha, lavar, cuidar dos filhos e dos doentes. Sem o trabalho das mulheres, os betis não conseguiriam sobreviver. No entanto, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), das Nações Unidas, relaciona os homens, mas não as mulheres, como "mão-de-obra ativa", porque elas não "ajudam... o chefe de família na sua (sic) ocupação."

Depois que países do Terceiro Mundo ganharam sua independência das potências imperialistas ocidentais, na metade do sé-

culo 20, eles e as instituições e empresas do hemisfério ocidental promoveram projetos de “desenvolvimento” de seus recursos. A maioria deles objetivava habilitar a população a ganhar dinheiro vendendo produtos agrícolas ou manufaturados para o mercado externo ou interno urbano. Em alguns países, a terra apropriada pelas potências coloniais foi distribuída ao povo. Mas ela foi dada quase sempre apenas aos homens e para produção de “culturas rendosas” (destinadas ao mercado, não à subsistência), que exigem treinamento, cessão ou financiamento de sementes, adubos e equipamentos. As mulheres nos países “em desenvolvimento” trabalham mais do que os homens, mas como elas meramente alimentam a sociedade e não ganham dinheiro, sua atividade tem menos (ou nenhum) valor que a dos homens.

Os levantamentos censitários e os planejamentos dos Estados africanos independentes consideram os homens como “chefes de família”. Apenas isso já exclui as mulheres dos programas nacionais e internacionais de desenvolvimento. Os homens dominam os tribunais e a prática da advocacia, de modo que os direitos legais que as mulheres realmente possuem raramente são respeitados. O Quênia promulgou novas leis que protegem a parte da viúva nas propriedades do marido, mas a terra ainda passa normalmente para o filho mais velho. Na África do Sul, o *apartheid* prejudica as mulheres negras por meio de leis que as confinam em bairros superpovoados, limitam seus direitos de trabalhar e possuir terra e as impedem de se mudar para cidades onde poderiam encontrar maiores oportunidades.

Quase todos os projetos de desenvolvimento na África estão centralizados nos homens. Embora as mulheres sejam as agricultoras, na maior parte do continente, muito pouco auxílio é canalizado para elas. Os projetos de reforma agrária transferiram títulos de propriedade aos homens, habilitando-os, assim, a receber financiamentos para melhoria e serviços de extensão agrícola. Sem títulos de terra, as mulheres foram excluídas desses projetos. As africanas produzem não só o alimento que o povo come, mas a maioria dos bens de uso doméstico ou de comércio. A introdu-

ção de produtos manufaturados ocidentais enfraqueceu ou anulou sua independência econômica. As operárias do ocidente industrializado, trabalhando nas fábricas, embora exploradas, recebem salários que lhes possibilitam escapar da opressiva custódia masculina. Mas as indústrias na África não empregam mulheres por salários ou empregos que lhes permitam acumular capital. O que elas recebem por dobrarem a coluna nos trabalhos agrícolas e na produção de bens e serviços numa subeconomia é, às vezes, estritamente suficiente para a sua sobrevivência e a dos filhos. No entanto, sua atividade subsidia os lucros de empresas e homens que trabalham em minas, fazendas e cidades.

Em 1984, uma agricultora africana observou ironicamente: “Este eles chamam de fazendeiro, enviam-lhe professores para ensinar a plantar (enquanto eu fico produzindo alimentos), emprestam-lhe dinheiro para comprar tratores e arados (enquanto eu fico produzindo alimentos), prometem-lhe fortunas para ele plantar só algodão (enquanto eu fico produzindo alimentos)... Não, não me atrevo a parar de trabalhar... e não abandono aquilo para que nasci — garantir comida para a barriga de meus filhos.”

As agricultoras indianas e africanas são as trabalhadoras mais sobrecarregadas do mundo, exercendo um sem número de atividades por dez a quinze horas por dia. O dia de uma mulher do Zimbábue começa normalmente às três horas da madrugada. Todos os dias ela vai buscar água no rio, arranca ervas daninhas (amamentando o bebê enquanto trabalha), afugenta animais das plantações, mói grãos, prepara comida, apanha mais água e lenha (cada vez vindo de mais longe com pesadas cargas, por causa da seca e da diminuição da reserva de arbustos), banha-se a si e às crianças. Auxilia o marido nas plantações, prepara os alimentos (debulha, seca, tritura) e leva ao mercado. Tem tarefas semanais, como a lavagem de roupas. Na Costa do Marfim, a carga de trabalho das mulheres é o dobro da dos homens. Em Burkina Fasso, as mulheres fazem todo o trabalho doméstico e ainda gastam 82 por cento mais tempo do que os homens na agricultura. Um homem da Tanzânia se queixou: “A água é um gran-

de problema para *as mulheres*”. Ficamos sentados aqui o dia inteiro, esperando pela comida, porque as mulheres não estão em casa. Vão sempre buscar água.” (O grifo é meu.)

O direito feminino tradicional de propriedade varia de uma a outra sociedade africana, mas, na prática, a maioria das mulheres tem de ter marido vivo para ter acesso à terra. Os homens têm um controle tão rígido sobre a terra, que a mulher, cujo marido trabalha na cidade, não tem permissão para decidir o que plantar na propriedade dele. A maior parte dos homens de Lesoto trabalha nas minas da África do Sul; mesmo assim, as esposas precisam de permissão para começar o trabalho nas fazendas, para contratar um meeiro e obter empréstimo no sindicato. Por não terem direito à terra, as mulheres não conseguem crédito. Em muitos lugares, não podem nem se filiar a cooperativas que controlam o crédito, o transporte a a comercialização. Nem têm o direito ao lucro proporcionado pelas colheitas — *mesmo tendo sido elas quem as plantou*.

Fazer plantio para o mercado muitas vezes aumenta a renda da família. Entretanto, pesquisas realizadas com projetos que fornecem novas técnicas agrícolas mostram que, apesar da melhora econômica, a família come cada vez mais menores quantidades de comida nutritiva. Os índices alimentares das mulheres e crianças caem porque a renda pertence aos homens, que a usam para realizar “festas de prestígio” e comprar rádios transistorizados. Os homens da República dos Camarões usam o dinheiro para pagar as mensalidades escolares dos filhos, mas no Quênia, segundo Irene Tinker, os homens jogam, compram bebidas alcoólicas e freqüentam prostíbulos, enquanto as famílias passam fome — as mulheres não podem mais plantar para o sustento da família porque seu trabalho e a terra são destinados às colheitas para o mercado. Na Índia, os pesquisadores avaliam que os homens gastam consigo 80 por cento do que ganham, na compra de brinquedos, motocicletas, rádios, relógios de pulso, aparelhos de televisão e entretenimento — cinema, bebida e prostitutas. Os trabalhadores migrantes da África mandam em média 10 por cento

do que ganham para casa — as mulheres que residem nos albergues da Cidade do Cabo ficam admiradas com os “brinquedos” dos homens, como elas dizem — carros em vários estágios de delapidação que se aglomeram em volta dos prédios. Nos Estados Unidos também, muitos homens abandonam as mulheres e as crianças que procriaram, gastando mais consigo mesmo, enquanto a família é forçada a viver de beneficência.

Os estudos também mostram que, quando a mulher tem recursos ou ganha dinheiro de alguma maneira, os níveis de nutrição e o bem-estar dos filhos melhora. As mulheres indianas comumente gastam 95 por cento de seus rendimentos com os filhos e na Índia há um provérbio: “Uma moeda para uma mulher é uma moeda para a família; uma moeda para um homem é uma moeda para o homem.” Entretanto, quando a legislação de impostos de Zâmbia foi reformada, em 1986, para atribuir à mulher metade da pensão dos filhos, que anteriormente ia para os homens, estes se queixaram de que as mulheres iriam usá-la para “alisar o cabelo, comprar maquiagem e vestidos caros.” Mas a maioria dos zambianos ganham pouco e se apossam dos ordenados das mulheres como sua propriedade e os empregadores homens as excluem do trabalho remunerado. Sistemas desiguais como esses aumentam a dominação masculina e dificultam às mulheres negociar ou solicitar o que precisam para sustentar a si próprias e aos filhos. Como os homens raramente assumem a responsabilidade pelos filhos, as crianças do mundo estão em perigo.

A forma mais gritante de exploração ligada ao subdesenvolvimento é o que se chama de exploração do sexo ou turismo sexual, um novo negócio que promove viagens a bordéis do Terceiro Mundo, especialmente preparados para grupos de homens, onde as mulheres são virtualmente escravas, geralmente quase meninas, vendidas por famílias camponesas muito pobres. *O turismo sexual foi proposto como estratégia de desenvolvimento por organizações internacionais de auxílio*. Maria Mies escreve que a indústria do sexo foi inicialmente planejada e sustentada pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a USAID (Or-

ganização de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos). Atualmente, a Tailândia, as Filipinas e a Coreia do Sul são os centros do turismo sexual do sudeste asiático. Grupos de executivos japoneses voam para um desses centros por conta da empresa onde trabalham, como prêmio de eficiência. Na Arábia Saudita, trabalhadores americanos na construção civil, que viviam completamente isolados, eram levados quinzenalmente a Bangcoc, para receberem em casas de massagem a atenção das moças tailandesas. Outra parte da indústria do sexo são os contratos matrimoniais. Companhias particulares, na maioria alemãs-ocidentais, vendem mulheres asiáticas ou sul-americanas como esposas, fazendo propaganda aberta de sua "submissão, não emancipação e docilidade". Ambas as indústrias são mantidas por uma rede de agências de turismo multinacionais, cadeias de hotéis, companhias aéreas e suas empresas e serviços subsidiários.

A avaliação do mundo, feita pelos homens, revela o profundo desprezo que sentem pelo que é necessário à vida humana, tratando não apenas o trabalho feminino, mas também o meio ambiente, como insignificantes. Marilyn Waring acusa e condena de forma veemente as políticas internacionais para o meio ambiente, que nos afetam a todos diretamente. Considere-se: as estatísticas econômicas calculam o valor da floresta tropical "não desenvolvida" do Brasil em zero dólar. Uma árvore viva oferece sombra, frescor, evita a erosão e melhora o equilíbrio ecológico da atmosfera. Mas não tem valor no PIB até que seja cortada. A indústria vem poluindo a terra de forma irrevogável para os que vivem atualmente. Muitos de nós morrerão de câncer causado pelo envenenamento do meio ambiente ou terão abortos, natimortos, cegueira, hemorragias ou insanidade mental. Mas, a não ser que esses envenenamentos se tornem amplamente conhecidos, como os do canal Love e da usina nuclear da ilha Three Mile, tais doenças serão invisíveis para o UNSNA.

Na verdade, embora o bom senso indique que as doenças devam ser arroladas como uma despesa no cômputo da renda nacional, apenas os tratamentos médicos e os remédios recebem *valor*

positivo. Os economistas dizem que os preços de mercado (de tratamento médico, por exemplo) são o reflexo das necessidades reais, mas que não há meios de se medir demandas de ar puro, água e florestas. Também não são incluídos na avaliação os danos permanentes causados à água, ao ar e aos ecossistemas. O único item subtraído do PNB é a depreciação da reserva de bens de capital — o custo de manter um arsenal de bombas nucleares, por exemplo. Os gastos para limpar um desastre ecológico são considerados uma expressão das "preferências" da sociedade.

A característica mais devastadora dos nossos valores é que, enquanto gerar e criar filhos, manter a família e preservar o meio ambiente nada valem no cômputo da economia mundial, a guerra é tratada como valiosa e produtiva. Em 1988, as nações do mundo gastaram mais de 110 dólares para cada homem, mulher e criança com despesas militares — espantosamente mais do que com comida, moradia, saúde, educação e proteção aos ecossistemas. Waring explica que a militarização é medida nacionalmente como a parte do PIB destinada à produção dos bens e serviços militares ou como a parcela militar de um orçamento nacional. É medida mundialmente pela parte militar correspondente à produção de bens e serviços de todos os países e ou à parcela do comércio internacional ocupada pelos armamentos. Os gastos militares do mundo cresceram de 564 para 649 bilhões de dólares (em preços de 1980), entre 1980 e 1984, um aumento de 3,5 por cento ao ano. Em 1983, mais de 5 por cento da produção mundial foi empregada em armamentos, sendo a maior parte pelos países industrializados, o que corresponde a 27 vezes mais do que foi gasto com o auxílio a nações subdesenvolvidas. Em 1985, o total das despesas militares foram de 900 bilhões de dólares, mais do que a renda da metade da raça humana (a metade mais pobre). Essas despesas ultrapassaram os PIBs somados da China, da Índia e de toda a África ao sul do Saara e é comparável ao total do PNB de toda a África e da América Latina.

Marilyn Waring cita uma estimativa que indica que mais de 70 milhões de pessoas estão ocupadas direta ou indiretamente com

o serviço militar; trabalho que é computado como contribuição ao PIB em seus países. O serviço militar é considerado como contribuição valiosa para a sociedade, a educação infantil não. Nem tem valor manter as crianças vivas. Somente no século 20, o mundo promoveu 207 guerras que mataram 78 milhões de pessoas. Enquanto os Estados glorificam os soldados que lutaram nessas guerras, a maior parte dos que morreram nelas são mulheres e crianças. A cada minuto que passa, 30 crianças morrem por falta do que comer ou de vacinas baratas. Nesse mesmo minuto, os governos dos países gastam 1,3 milhões de dólares da riqueza produzida pelos povos (entre dois terços e três quartos disso por mulheres), com despesas militares. Essa, segundo Waring, é a verdadeira guerra.

Um bilhão de seres humanos hoje vão para a cama com fome, todas as noites de sua vida, em estado de desnutrição crônica. A grande maioria é de mulheres e crianças. Uma média de 50 mil pessoas morrem todos os dias, de fome ou dos seus efeitos. A maioria é de mulheres e crianças. Mesmo nos países ricos, a desnutrição crônica afeta milhões de pessoas, basicamente idosos e famílias chefiadas por mulheres desempregadas com filhos dependentes. Nos Estados Unidos, 12 milhões de crianças não têm assistência médica e 5 milhões não possuem casa onde morar. A falta de cuidados pré-natais adequados, no país que pode ser considerado o mais rico do mundo, significa, segundo a economista Sylvia Hewlett, que “um bebê nascido à sombra da Casa Branca tem agora mais probabilidade de morrer do que um vindo à luz na Costa Rica.”

Esses problemas são comumente vistos como pessoais — acusam-se as mulheres abandonadas de não conseguirem segurar seus maridos, por envelhecerem, perderem os atrativos ou quaisquer outras falhas — mas, na verdade, a culpa é do sistema. A sociedade ocidental exige que as mulheres criem os filhos sozinhas nos limites isolados de um lar. A organização econômica e moral dos Estados Unidos impõe às mulheres assumirem os cuidados das crianças e dos homens sem receber remunera-

ção, plano de aposentadoria ou assistência médica pessoal. A força da opressão moral era (e continua sendo até certo ponto) exercida sobre as mulheres para obrigá-las a essa posição, baseada em regras que as excluíam de trabalho remunerado ou de ganhos tão parcos que não lhes permitiam trabalhar e pagar para alguém tomar conta dos filhos. Mesmo sem pressão externa, é muito difícil ganhar o suficiente para sustentar uma família e criar os filhos. *O sistema força as mães à dependência dos homens.* Mas nem os pais nem o Estado se julgam obrigados a sustentar as mulheres que sustentam a sociedade. Os juízes garantem às mulheres divorciadas pensões para o próprio sustento e dos filhos, mas a maior parte dos homens paga muito pouco ou nada. A assistência médica é ao mesmo tempo aviltada e insuficiente. E o sistema trata as esposas idosas, cujos filhos já são adultos e que estão fora da força de trabalho há trinta ou quarenta anos, como se não lhes devesse nada — apesar dos anos em que se responsabilizaram e trabalharam pelos outros.

Essa desconsideração pelo “trabalho da mulher” — que consiste essencialmente em cuidar de toda a sociedade — tem efeitos desastrosos sobre as mulheres, tanto nas comunidades industrializadas quanto nas agrícolas. Nas nações socialistas, elas afirmam, há muito tempo, que possuem dois empregos, enquanto os homens têm apenas um. Mas isso ocorre em todos os estados industrializados — e é um encargo mais penoso nos países em que faltam alimentos, bens de consumo e aparelhos que facilitam o trabalho. As mulheres dos países ricos ocidentais têm o mesmo problema. Quando protestam, os homens dizem: “Do que elas reclamam? Dizem que querem trabalhar fora, depois resolvem ter um filho e se queixam de que estão sobrecarregadas. Nós *avísamos* que, na vida real, isso aqui não era uma festa.” Mas as mulheres ficam sobrecarregadas, não por estarem na “vida real”, mas por terem uma carga dupla de trabalho. Parece não ocorrer nunca aos homens que cuidar deles e dos filhos deve ser tarefa de todos e não apenas das mulheres. Como elas estão sobrecar-

regadas, têm menos tempo e energia para exigir empregos e os homens se valem disso para excluí-las do mercado de trabalho. Assim, fecha-se o círculo.

Em países não industrializados, as empresas multinacionais contratam mulheres do Terceiro Mundo para trabalhar em fábricas com salários muito baixos e conseguem a cooperação dos homens, para essa exploração, nomeando-os "chefes". As trabalhadoras do Ocidente também são afetadas pela tendência crescente dessas e de outras empresas em criar sistemas que demandam quase nenhuma inteligência ou habilidade nos serviços (basicamente executados por mulheres), para poder pagar-lhes salários mínimos em trabalhos que não exigem raciocínio e que as privam de qualquer autonomia. E os analistas econômicos prevêem que no futuro a maior parte das mulheres só será admitida em empregos de baixo salário.

Os homens excluem quase que completamente as mulheres dos cargos de gerência. Em Bangladesh e na Indonésia, elas têm 1 por cento desses postos, na Noruega e na Austrália, os gerentes homens superam as mulheres em 3 para 1. Nos Estados Unidos, tomando-se por base as mil empresas relacionadas pela revista *Fortune*, elas ocupam apenas 3 dos cinco cargos mais importantes abaixo do nível de superintendente executivo, e menos de 1 por cento dos empregos nos escalões mais altos de gerenciamento. Atualmente as mulheres ganham três quartos do que recebem os homens por trabalho similar e constituem ainda 60 por cento dos analfabetos do mundo. E esses dados correspondem a avanços. Nas sociedades que valorizam primeiramente o dinheiro e o poder, o valor de um grupo é traduzido pelo seu ganho financeiro. Abaixo estão relacionados dados do departamento de Estatísticas do Trabalho, sobre salários médios nos Estados Unidos em 1987, quando pela primeira vez se registrou a relação de 70 por cento entre os ganhos das mulheres e dos homens.

Salário médio de toda a população	US\$ 381 por semana
Salário médio dos homens	US\$ 445
Salário médio das mulheres	US\$ 309
Salário médio dos brancos	US\$ 391
Salário médio dos negros	US\$ 306
Salário médio dos homens brancos	US\$ 462
Salário médio dos homens negros	US\$ 334
Salário médio de homens hispânicos	US\$ 316
Salário médio de mulheres brancas	US\$ 312
Salário médio de mulheres negras	US\$ 283
Salário médio de mulheres hispânicas	US\$ 253
Salário médio de gerentes e administradores homens	US\$ 667
Salário médio de profissionais homens	US\$ 628
Salário médio de técnicos homens	US\$ 501
Salário médio de mulheres profissionais e mecânicas	US\$ 475
Salário médio de mulheres executivas, administradoras e gerentes	US\$ 421

Este é o quadro atual depois de quinze anos de agitação feminista, iniciada quando as mulheres ganhavam apenas 59 por cento dos salários masculinos. As exigências de salário igual para trabalho igual é uma piada quando a maioria permanece agrupada em empregos segregados. De 504 ocupações arroladas no censo de 1980 nos Estados Unidos, 275 eram absorvidas por um único sexo (por 80 por cento ou mais). E, nesse caso, os homens *sempre* ganham mais do que as mulheres.

Em parte por causa da segregação dos empregos, os homens atingem seu ápice em vencimentos e prestígio entre as idades de 45 a 64 anos, mas as mulheres, ao chegarem aos 44 anos já começam a declinar. As estatísticas mais recentes mostram que em 1989 o salário médio anual das mulheres entre 45 e 54 anos era de 20.466 dólares, apenas 59 por cento dos vencimentos dos homens da mesma idade, que era de 34.684 dólares; enquanto as da faixa de 55 a 64 anos, ganhavam 57,7 por cento — 18.727 para 32.476 dólares.

Esses levantamentos, realizados pelo Departamento do Trabalho, pelo Censo Federal e outros órgãos estatísticos, aparecem num relatório da Liga das Mulheres Idosas, que comenta: "Menos da metade do desnível salarial poderia ser explicado por diferenças de educação ou experiência de trabalho." Os números são ainda mais deprimentes se considerarmos o fator raça. Tem havido certa equivalência em experiência profissional para mulheres brancas e negras que entram agora para a força de trabalho num ritmo quase idêntico. As mulheres negras cada vez mais deixam o trabalho doméstico e de prestação de serviço para se juntar às brancas, nas atividades de escritório, mas continuam a ganhar menos e seu índice de desemprego é o dobro do delas. O número de negras que vivem na pobreza é maior do que o das brancas, por causa de sua baixa capacidade de ganhar dinheiro e porque os homens negros ganham em média muito menos do que os brancos.

Certos especialistas políticos, que discutem a tendência política dos Estados Unidos para a direita, em décadas recentes, afir-

nam que um dos fatores dessa situação é o ressentimento dos brancos quanto às leis que tratam da discriminação tradicional contra os negros. Nenhum dos estudos que li relacionam essa tendência a um elemento que se tornou evidente no mesmo período, um "conflito de sexos" nas eleições, já que as mulheres cada vez mais votam em bloco contra os candidatos conservadores. Entretanto, a remoção de barreiras para a obtenção de cidadania plena por parte das mulheres afeta mais intimamente aos homens do que a remoção para os negros. A motivação dos homens em pender para o conservadorismo pode muito bem representar uma oposição ao aumento do poder econômico e da expressão política das mulheres. Evidentemente, tanto as mulheres como os negros estão bem conscientes da natureza da batalha, mesmo que ela nunca seja discutida publicamente. Ambas as classes tendem a votar em candidatos liberais. O "conflito dos sexos" é também "um conflito racial". Diríamos que há divergências entre os homens brancos e todos os outros. Mas os homens brancos continuam dominando.

A força mais importante que impele os Estados Unidos para o conservadorismo é a Nova Direita.* Marilyn Power descreve esse grupo como constituído por revolucionários sociais cujas doutrinas estão centradas num retorno à estrutura da família patriarcal, forçando as mulheres a voltarem à dependência econômica dos homens e anulando o aborto legal. A Nova Direita, que atrai brancos de classe média baixa ao ressaltar os valores do mercado livre e do individualismo (branco e masculino) em oposição ao estado, ajudou a eleger os governos conservadores de Ronald Reagan e George Bush.

Reagan e Bush declararam acordo ideológico com as políticas anti-mulheres da Nova Direita (sob o eufemismo de "proteger a família) mas acharam que eram muito controvertidas para se-

* Entidade civil que agrega empresários, militares, religiosos e políticos. Defende a propriedade privada, o individualismo, a família e prega o fim da assistência do Estado aos mais pobres, negros e doentes. Nas últimas eleições tem apoiado sistematicamente os candidatos mais conservadores. (N. do E.)

rem imediatamente seguidas. Entretanto, durante a última década, suas administrações solaparam as conquistas sociais das mulheres e dos negros. A principal meta de Reagan era reestruturar a economia para tornar o grande capital mais rentável e restabelecer a dominação mundial política e econômica, cortando maciçamente as verbas dos serviços sociais, promovendo cortes de impostos de modo a favorecer os ricos e as corporações e minando a ação dos sindicatos trabalhistas, mas aumentou, em vez de diminuir, os gastos militares, gerando uma grave recessão. O resultado foi uma transferência de renda da classe pobre trabalhadora (da qual muitos atualmente são indigentes e sem morada fixa) para indivíduos ricos e empresas (muitos dos quais, de então para cá, caíram sob o peso de sua própria cobiça). Sessenta por cento dos cortes realizados no orçamento federal, aprovado para o ano fiscal de 1982, afetaram os programas sociais contra a pobreza.

Como as mulheres já constituíam a principal parte dos pobres (as mulheres e crianças compunham quatro quintos da classe mais pobre dos Estados Unidos, mesmo antes de Reagan), elas foram muito atingidas pelo impacto desses cortes — principalmente as mulheres negras. Em 1978, uma em cada cinco famílias, nos Estados Unidos, era sustentada e mantida por apenas um dos cônjuges (em 1970 esse índice era de uma para nove), na maioria, mulheres. As famílias de mulheres que criam os filhos sozinhas têm 5,5 vezes mais probabilidade de serem pobres do que as que têm um homem presente. A família mantida pela mulher negra sozinha tem 10,5 vezes mais probabilidade de ser pobre do que a de um homem branco.

Se aqueles cortes parecem ter sido dirigidos aos “pobres” e não às mulheres, na verdade, eles têm como base a teoria patriarcal sobre as mulheres. A idéia de que a pobreza é resultado da inferioridade humana tem origem na crença de que a busca agressiva de riqueza é uma característica dos seres humanos superiores e que a desigualdade econômica, a estratificação de classes, com certeza, é benéfica para a raça humana. Esta é essencialmente

a ideologia dominante. Conservadores como Ronald Reagan acreditam que a pobreza é uma falha de caráter e que todos os programas assistenciais até hoje mantidos têm ajudado a aumentar e perpetuar a preguiça dos pobres. Essa crença mascara um preconceito implícito contra as mulheres, cuja base de pensamento acha-se mais claramente articulada no livro de George Gilder, *Wealth and Poverty* (Riqueza e Pobreza), muito elogiado por Reagan e o ex-diretor do Departamento de Administração e Orçamento, David Stockman.

Afirmando que os meios de se obter sucesso numa economia capitalista são o trabalho, a família e a fé, Gilder diz que os pobres são pobres porque não preenchem esses requisitos. Definindo “família” como a de núcleo patriarcal, com “chefe” homem e “dona de casa” mulher, dependente economicamente, ele desaprova o trabalho remunerado de mulheres porque o seu poder econômico desestrutura esse arranjo “ideal” e leva-o ao colapso. Sem levar em conta o grande número de crianças americanas famintas, Gilder ataca veementemente os programas sociais, como o Auxílio às Famílias com Filhos Dependentes (AFDC) — por causa de pretensos efeitos sobre os *homens*. Ele fulmina a AFDC por “tornar opcional o papel provedor do homem” e desmoralizar os homens de baixa renda que, castrados, “corneados pelo Estado compassivo”, são levados a abandonar suas famílias. As famílias sem homens são destinadas à pobreza, porque as mulheres, inevitavelmente, recebem baixos salários. Por esta lógica ele elimina todas as escolhas que permitem às mulheres viver independentemente dos homens: *as mulheres assalariadas são responsáveis pela pobreza, o deterioramento urbano e o crime*.

Uma lógica mais ampla levaria à responsabilidade do homem — não apenas dos homens pobres, mas também dos que controlam a maior parte dos recursos do país. Mas culpar a vítima é sempre seguro, porque ela raramente pode retrucar. Um outro aspecto igualmente cruel da perseguição econômica foi revelado numa pesquisa dirigida por Ian Ayres, professor da Escola de Direito da Northwestern University. A seis pessoas, entre 24 e 28

anos, de nível superior e bem-vestidas, foi ensinado um mesmo texto de comunicação verbal e corporal. Os pesquisadores — um negro, uma negra, uma branca e três brancos — visitaram 90 lojas de venda de carros, em Chicago. Apesar do fato de que alguns dos vendedores eram negros ou mulheres, no fim, os homens brancos receberam as melhores ofertas de compras. As pessoas que mais facilmente podem adquirir um automóvel tiveram os negócios mais vantajosos, os que tinham mais dificuldades para comprar receberam preços mais caros. Os pesquisadores verificaram que as mulheres brancas teriam que pagar 150 dólares a mais do que os homens brancos, os negros 400 dólares mais que os brancos e as mulheres negras, 900 dólares a mais do que os homens brancos.

A Discriminação Política

Os historiadores chamam a antiga Atenas de berço da democracia, porque foi o primeiro Estado a estabelecer um sistema que permitiu a todos os cidadãos o direito de voto. *Mas apenas 6 por cento da população era constituída de cidadãos.* As mulheres e os escravos não podiam ser cidadãos e a lei mantinha as mulheres em estado de quase escravidão. Ensinaram-nos que as revoluções políticas dos séculos recentes aperfeiçoaram a democracia, que hoje um maior número de pessoas tem voz ativa no governo do que no passado. Pode ser que seja verdade, embora a maior parte dos sistemas “democráticos” contemporâneos mascarem o fato de que o poder real do Estado é detido por pessoas anônimas, dirigentes de empresas multinacionais e de instituições importantes. De qualquer modo, o governo “democrático”, supostamente exercido “pelo povo”, os cidadãos de um país, até este século nunca incluiu as mulheres.

As discussões sobre mulheres e poder político muitas vezes confundem duas situações muito diferentes: uma mulher extraordinária ascendendo ao poder como um indivíduo num governo pre-

dominantemente masculino e poder político mantido por mulheres como uma casta, que seriam as mulheres em geral. Desde a formação dos estados, não se permitiu às mulheres ter voz ativa, mas elas puderam governar em muitos sistemas, especialmente as monarquias. As primeiras nações foram governadas por um único homem, apoiado por sua clã, que se apropriava da produção e, às vezes, da terra dos que eram dominados. Mas os homens em clãs (famílias) estão cercados de mulheres — mães, esposas, irmãs, concubinas e escravas. Dentro das famílias, as mulheres são importantes, detêm poder pessoal (em contraposição ao poder formal) e muitas vezes assumem o governo. A maior parte manteve o poder como eminência parda, influenciando o governante homem ou como regente no lugar de um rei menor de idade, mas muitas governaram diretamente, em plena autoridade, desde os primeiros estados sumérios e japoneses, até as monarquias da Europa medieval. Mas a maioria governava como um homem entre homens. As mulheres de elite podem ter poder político sem que haja qualquer mudança na situação da mulher como uma casta. Elas não falam em nome das mulheres.

Isso se dá porque, onde conseguem deter o poder, as governantes são mulheres apenas incidentalmente consideradas extraordinárias, capazes de superar as “deficiências do sexo”. No entanto, estão sujeitas a fortes ataques, por causa do seu sexo (os chineses culpavam as concubinas dos imperadores pelas quedas de dinastias). Parece irônico que uma mulher, Indira Gandhi, tenha governado um país que, mais do que qualquer outro, mata suas mulheres. O fato de que Indira Gandhi, Golda Meir e Margaret Thatcher terem governado não significa que seus países devam menos desprezo pelas mulheres do que os outros. Hoje, as mulheres geralmente chegam ao poder em países com tradições impostas pela elite dominante. Os homens da elite podem permitir que as mulheres de sua própria classe governem, se elas têm potencial para unificar o país, baseando-se na sua maleabilidade ao controle masculino (como os homens do Partido do Congresso Indiano erradamente pensaram de Indira Gandhi

e o Partido Trabalhista de Israel achou de Golda Meir). Mesmo que essas mulheres não tenham se submetido ao controle masculino, os homens geralmente podem contar com elas para defender os interesses de classe. Não tendo esposas, as mulheres precisam de servidores mais do que os homens. E sabem que governam pela tolerância dos homens.

Mais do que os outros países, a Índia também elege mulheres para altos cargos políticos, porque ela tradicionalmente é governada por uma elite ligada pelos laços de sangue. Ainda é uma nação feudal. Restam poucas monarquias mas os países governados por clãs e grandes famílias, nas quais as mulheres exercem influência, seguem os mesmos princípios. Na Índia, as diferenças de classe (casta) são de enorme importância e difíceis de superar. Na última eleição, uma porcentagem maior de mulheres foi eleita para a câmara inferior do Parlamento da Índia (7,9 por cento) do que para o congresso dos Estados Unidos (6,4 por cento). As mulheres constituem 9 a 10 por cento da câmara superior indiana, mas apenas 2 dos 100 senadores norte-americanos são mulheres. A economista Amartya Sen observa que havia mais mulheres freqüentando a Universidade de Delhi, onde ela era professora, do que em Harvard, onde está agora. No entanto, com a continuada erosão do sistema de castas, que se torna menos restritivo, as mulheres de elite não serão mais privilegiadas do que os homens das classes baixas. De fato, menos mulheres desta geração exercem importantes cargos governamentais do que logo após a independência.

Tanto nas instituições governamentais quanto nas econômicas, onde se supõe que o mérito substitua o sangue como norma, o sistema se torna mais pessoal e mais dominado pelos homens. As mulheres têm um acesso mínimo ao poder nos sistemas supostamente baseados no mérito, onde as funções são conseguidas, não herdadas. Isto não ocorre, como afirmam os homens, porque elas sejam incompetentes, mas porque os caminhos do sucesso estão fechados para elas. Nos sistemas controlados por feudos masculinos — oligarquias militares e falsas democracias

— a posição social é conseguida pelo serviço militar (que exclui as mulheres), pela experiência profissional ou política (das quais as mulheres são amplamente afastadas). Quando os homens instruídos começaram a ter voz ativa na Europa, as mulheres foram proibidas de freqüentar universidades e poucas tinham a mais rudimentar educação. Simplesmente por essa única exclusão, os homens mantiveram as mulheres fora de todas as profissões, exceto o ofício de parteira. (Mas logo eles barraram também as parteiras — ou as queimaram.)

Hoje, na maioria dos países industrializados, as mulheres se formam e conseguem trabalhar em diversas (mas não em todas) áreas. Mas os superiores hierárquicos masculinos relatam em promovê-las e raramente as colocam em condições de fazer carreira. Nos países não industrializados, ou “em desenvolvimento”, as mulheres ocupam cerca de 6 por cento dos postos governamentais. Na maioria das nações européias, de 5 a 11 por cento. Mas em 1989, a União Interparlamentar revelou que a porcentagem mundial de mulheres nas legislaturas havia *diminuído*. Em 1975, no final da Década da Mulher, segundo as Nações Unidas, as mulheres constituíam 12,5 por cento dos congressos no mundo. No começo de 1988, esse índice havia subido para 14,6 por cento, mas em 1989, caiu novamente para 12,7 por cento. Falta voz ativa à mulher também nos novos países do Leste Europeu. Os altos cargos oficiais na Hungria e Romênia são ocupados exclusivamente por homens. Na Polónia uma mulher foi ministra da cultura na administração de Tadeusz Mazowiecki, mas Lech Walesa não nomeou nenhuma.

Por outro lado, muitas mulheres exercem cargos políticos elevados nos países escandinavos e em algumas pequenas nações, como a República Dominicana e as Antilhas Holandesas. Gro Harlem Brundtland foi, por várias vezes, primeira-ministra da Noruega e vários países têm presidentes femininas (posição altamente honorífica). Um instituto norueguês promoveu um estudo, chamado Cenário 2000, a fim de pesquisar as causas dessa tendência aparentemente feminista. A Noruega é um dos países

mais feministas do mundo. Pelo menos em princípio, os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos. Mas os especialistas, executivos e políticos arrolados na pesquisa declaram que uma das razões pelas quais as mulheres estavam ganhando proeminência na vida pública era que os homens estavam deixando. Como os homens americanos que chefiavam as igrejas protestantes da Nova Inglaterra, quando a Igreja e o Estado estavam unificados, mas que desertaram em grande número (deixando a religião para as mulheres) assim que o capitalismo abriu caminho para um maior poder, os noruegueses estão trocando o restrito campo da política da Noruega pelas empresas multinacionais, mais rendosas e poderosas. O relatório conclui: "As mulheres talvez estejam saindo de uma minoria marginal para uma maioria marginal."

Essa não é ainda a situação dos Estados Unidos, onde, como em 1990, 2 mulheres ocupam cadeiras entre 100 senadores (27 por cento) e há 29 mulheres nos 435 cargos de representação do Congresso (60 por cento). Aqui, no coração do feminismo, onde se diz que as mulheres mandam nos homens, elas têm menos voz ativa no governo do que nos países não industrializados. Em 1986, 151 mulheres exerciam cargos nas administrações estaduais, ou seja, 17,9 por cento. Em 1990, três mulheres chefiavam o governo, em 50 Estados. Ocupavam 18 por cento das cadeiras legislativas estaduais, 54 exerciam funções executivas nos Estados. Poderia ser pior. Em abril de 1990, os suíços do cantão de Appenzell Inner Rhoden votaram pela continuação da proibição do voto feminino.

Mais ainda, as poucas mulheres que exercem funções na área pública estão sujeitas a críticas raramente feitas a homens — embora o primeiro prefeito negro da cidade de Nova York, David Dinkins, tenha sido criticado por seus hábitos e maneira de vestir, nunca foi por sua sexualidade. Mas quando Margaret Thatcher era a primeira-ministra da Grã Bretanha, os jornalistas frequentemente duvidavam da sua sexualidade, da "virilidade" do marido (entenda-se domínio sobre ela) e criticavam sua aparên-

cia. No entanto, ela foi a governante mais extraordinária de seu tempo! Ao mesmo tempo que as críticas às políticas de Margaret Thatcher eram legítimas, os ataques pessoais agiam fortemente no sentido de recordar às chefes femininas de que elas estavam sob a vigilância constante dos homens, que solapariam qualquer tentativa de alterar a política governamental que se orientasse para as mulheres. Duvida-se que uma mulher fortemente feminista possa receber cargos políticos de importância em qualquer nação. Mesmo se Golda Meir, Indira Gandhi, Benazir Bhutto e Margaret Thatcher tivessem tido a inclinação de amenizar a sorte das mulheres, elas não teriam ousado. Com poucas exceções, apenas os homens se atrevem a eliminar as leis que restringem as mulheres.

O ódio dos homens pelas mulheres da área pública se estende até às esposas dos chefes políticos. Bárbara Bush escapa das críticas por se apresentar principalmente como mãe. Pat Nixon foi objeto de considerável simpatia nos últimos anos, mas quando seu marido era presidente, os jornalistas a criticavam por seu temperamento intempestivo. Os piores ataques são dirigidos às esposas cujas inteligências possam influenciar os maridos. Os jornalistas menosprezavam Rosalyn Carter, a inteligente, dedicada e trabalhadora parceira do presidente Jimmy Carter. Injustamente apunhalaram Nancy Reagan pelo seu gosto pelo luxo, seu peso e suas roupas, mas a odiaram pela influência que exercia no marido (que parece ter sido principalmente positiva. Por exemplo, ela se opôs à ida dele a Bitburg* e fez com que restringisse as atividades do diretor da CIA, William Casey). Raisa Gorbachev, sendo muito mais séria do que Nancy Reagan, não foi isenta de ataques. Os homens soviéticos se ressentem de sua autoconfiança e estilo. Um delegado a um fórum governamental a atacou recentemente, no horário nobre da televisão. Afirmando (errada

* Cidade alemã onde deveria se realizar uma cerimônia em homenagem às vítimas da Segunda Guerra Mundial, de caráter nazista, à qual Ronald Reagan compareceria. (N. do E.)

mente) que Napoleão foi “tentado” a ser tirano por “bajuladores e a esposa”, ele acusou Gorbachev de mostrar tendências imperialistas por ser também “incapaz de resistir à adulação e influência da própria esposa” (O grifo é meu).

O Esquecimento das Mulheres na História

Uma das formas de os homens perpetuarem a exclusão das mulheres da vida política é a eliminação da evidência de sua participação no passado e de suas contribuições no presente. Os homens cerram fileiras para se apropriar de projetos femininos ou atribuí-los a si mesmos. Os historiadores masculinos formam uma frente unida a fim de omitir as mulheres de todos os eventos históricos. Pouca gente sabe das inúmeras governantes, filósofas, cientistas, artistas, escritoras e inventoras do passado. No entanto, muitas exerceram grande influência e contribuíram para o conhecimento e bem-estar humanos. Não podemos sanar essa falha aqui, mas vamos citar um exemplo recente em que as mulheres fundaram uma organização muito importante e foram aliadas dela e expurgadas de seus registros.

O partido “Solidariedade”, na Polônia, começou com duas mulheres. Anna Walentynowicz entrou como soldadora no estaleiro Lênin, em Gdansk, na brigada Rosa Luxemburgo, há mais de trinta anos. Em 1953, depois de ter tido a temeridade de se queixar que as mulheres recebiam salários menores do que os dos homens, ela foi presa e interrogada por oito horas. Em 1968, denunciou a corrupção existente nos sindicatos do governo e foi despedida. Mais tarde foi autorizada a voltar ao trabalho, mas nos anos 70 provocou novas agitações, ao exigir sindicatos democráticos livres. Sujeita a constantes ataques e intimidação, ela resistiu, ganhando o respeito de seus colegas operários.

Em 1980, trabalhando como operadora de guindaste no estaleiro Lênin, ela adoeceu. Enquanto estava de licença, foi demitida. O estaleiro entrou em greve de protesto, exigindo a readmis-

são dela e de Lech Walesa (que também havia sido dispensado), aumento de salários e a promessa de ser erigido um monumento em honra dos operários mortos na greve de dezembro de 1970. Outros estaleiros aderiram, em solidariedade. Em dois dias as reivindicações foram atendidas e os operários prepararam-se para voltar ao trabalho. Mas Walentynowicz e uma jovem enfermeira, Alina Pienkowska, se opuseram ao que elas consideravam traição aos trabalhadores das outras oficinas, cujas exigências não haviam sido atendidas. Correram de volta ao pátio para impedir o retorno, mas os microfones estavam desligados. Walentynowicz conta: “Os alto-falantes do estaleiro anunciaram que a greve estava terminada e que todos tinham de sair às seis horas da tarde. Os portões se abriram e o pessoal estava se retirando.” Todos, até Walesa, queriam voltar ao trabalho. As duas mulheres correram ao portão principal. Walentynowicz exigiu com insistência uma greve de solidariedade, argumentando que o gerente havia atendido as suas reivindicações só porque os outros estaleiros também estavam paralisados. Se eles fossem derrotados, os operários do Lênin também poderiam ser.

Os trabalhadores, cansados, não prestaram atenção ou desafiaram sua autoridade. Também cansada, ela começou a chorar. Mas Alina subiu a um barril e gritou para os que se retiravam: “Temos de ajudar os outros em suas greves, porque eles nos ajudaram!” Alguém apoiou: “Ela tem razão!” Um outro operário fechou o portão. Os trabalhadores voltaram ao pátio para prosseguir com a greve. Como resultado de suas negociações surgiu o Solidariedade, em setembro de 1980. Em dezembro de 1981 o governo polonês instalou a lei marcial. Em segurança no sul da Polônia, Walentynowicz, no entanto, voltou para ajudar na organização da resistência. Os trabalhadores ergueram barricadas e montaram um hospital. Não tinham armas. Às seis horas da manhã, a polícia de choque polonesa, ZOMO, interveio. “Tentei caminhar na frente deles, mas os trabalhadores me impediram. Eles me ajudaram a sair às escondidas e permaneci num apartamento particular. Mas a ZOMO encontrou-a e a prendeu, com Pienkowska e outros líderes.

Até 1983, o governo a manteve sob condições cruéis na ala masculina do presídio e sem qualquer privacidade. Foi então solta, mas proibida de voltar ao estaleiro. Ela conseguiu entrar escondida, foi presa e mandada para o hospital da prisão, para observação psiquiátrica. “Queriam provar que eu estava louca.” Jane Atkinson entrevistou-a e perguntou se era verdade que o governo polonês libertava as mulheres porque não significavam ameaça política. Walentynowicz riu: “Eles diziam sempre que Alina era uma negociadora mais hábil com o governo, porque, ao contrário de Lech, nunca se comprometia e sempre conseguia o que desejava.” Walentynowicz não podia voltar ao trabalho no estaleiro (Walesa conseguiu), não obteve pensão e perdeu tudo o que tinha enquanto estava na prisão (seu apartamento foi saqueado). Os homens assumiram o Solidariedade. Ela ergueu os ombros: “Os homens são os porta-vozes públicos, eles têm a autoridade e o poder. Faz parte de sua fachada, para sentir que são os primeiros e não querem dividir isso.” Ela ficou pobre e desempregada. Walesa tornou-se presidente da Polônia.

Os homens do Solidariedade não se apropriaram apenas do sindicato que ela formou, eles a expulsaram, impugnaram a sua sanidade mental (uma maneira fácil de atacar as mulheres) e fizeram com que fosse esquecida na História. Se não fosse pela revista *MS*, nem saberíamos de sua existência. Entretanto, essa mulher irrepreensível está agora se opondo ao governo de Walesa. Fundou uma nova organização de trabalho, o Sindicato Independente e, em março de 1991, chefou uma greve no mesmo estaleiro em Gdansk, por melhores salários e privatização mais rápida da empresa.

As Guerras Religiosas Contra as Mulheres

Embora todos os países ergam barreiras contra as mulheres nos seus sistemas políticos e econômicos e a situação delas nessas áreas seja pior que a dos homens em todo mundo, os números de re-

apresentação política transcritos anteriormente revelam uma melhora em relação há duas décadas, antes de o feminismo organizá-las mundialmente. Mas as instituições internacionais mais importantes trabalham para revogar esses progressos e devolver a mulher a um posição mais subordinada. Essas instituições são religiosas, os repositórios da confiança e da fé de muitas mulheres.

Todas as grandes religiões do mundo são patriarcais. Foram fundadas para divulgar e apoiar a supremacia masculina — razão pela qual todos os seus deuses são homens. Mas não há nada essencialmente patriarcal no impulso religioso. As pessoas religiosas definem Deus à sua maneira e, sob pressão do feminismo, muitas igrejas procuram eliminar os elementos caracteristicamente patriarcais de suas simbologias. Em resposta a isso, outras tornaram-se mais rígidas e, mais fanaticamente patriarcais, como o movimento chamado fundamentalismo. Ao passo que os pensadores judeus e muçulmanos afirmam que o termo “fundamentalismo” não descreve os novos movimentos do judaísmo e do islamismo, os jornalistas persistem em chamar por esse nome todas as atividades religiosas de direita. O fato de outros aplicarem o termo a grupos que compartilham pouco ou nenhum princípio religioso, mas que são igualmente ferozes a favor do rígido controle masculino sobre as mulheres, indica que eles apreenderam o subtexto desses movimentos, sua finalidade real, ainda que tácita. Escritores de seitas fundamentalistas raramente se referem às mulheres, mas a única característica comum a todas as seitas chamadas fundamentalistas é sua guerra para dominar as mulheres de maneira absoluta.

PROTESTANTISMO — As mulheres foram importantes para a formação e expansão do protestantismo. Mas os homens que almejavam o poder nos Estados Unidos acharam o protestantismo anti-hierárquico menos atraente que o caminho oferecido pelo capitalismo industrial para galgar o mesmo poder. À medida que os homens desertaram dele, o protestantismo tornou-se basicamente uma religião de mulheres. As retomadas fundamentalis-

tas dos séculos 19 e 20 tinham a intenção de reinstalar a dominação masculina (nas igrejas e nas famílias) e impedir que as mulheres protestantes fossem atraídas à órbita do feminismo — que se apoiava em causas nobres e discordantes.

Os fundamentalistas protestantes americanos declaram defender os fundamentos da cristandade. Eles insinuam que os outros protestantes os abandonaram. Se não fosse assim, todos eles seriam “fundamentalistas” e nenhum grupo adotaria o rótulo separadamente. Uma autoridade fundamentalista, mentor de Jerry Falwell, escreveu o seguinte:

(...) Os fundamentos da igreja cristã compreendem a inspiração e, portanto, a autoridade divina da Bíblia, a divindade, o nascimento da virgem, a expiação de sangue, a ressurreição da carne, a segunda vinda pessoal de Cristo, a perda e a degradação de toda a humanidade, a salvação pelo arrependimento e a fé, a graça sem obras, a condenação eterna dos ímpios ao Inferno e a bênção no céu para os salvos.

Essas idéias são aceitas pelos cristãos que não se consideram, eles próprios, fundamentalistas, mas a maioria dos protestantes fundamentalistas americanos também aceitam o evangelismo — uma crença de que a Bíblia foi ditada por Deus e é a autoridade mais alta, que a salvação eterna só foi ganha pela expiação de Jesus dos pecados humanos e que a maior caridade é informar os outros sobre essa promessa evangélica de salvação. Assim sendo, os fundamentalistas são militantes prontos para lutar por sua religião. Combatendo a teologia modernista ou o humanismo secular, os fundamentalistas protestantes americanos são guerreiros religiosos. A combatividade é uma característica que eles compartilham com os “fundamentalistas” judeus e muçulmanos.

A maioria dos fundamentalistas acredita também no premilenarismo⁶ dispensacional. O dispensacionalismo é a cren-

⁶ Heresia defendida por Joaquim Flora e outros (século 13) que supunha um reinado terrestre da divindade, ou de Cristo, que teria a duração de um milênio. (N. do E.)

ça segundo a qual a história humana está dividida em sete eras, ou dispensações, cada uma terminando com uma intervenção divina dramática e um julgamento por Deus das falhas humanas. A última era será inaugurada pelo retorno de Jesus, que estabelecerá o seu reinado por mil anos — um milênio — em Jerusalém. Nós, da sexta era, estamos prestes a ser destruídos, mas os crentes serão poupados da destruição pelo “êxtase secreto”. Assim, o premilenarismo dispensacional é tanto um aviso de desespero (os humanos estão condenados à destruição) quanto uma isenção de responsabilidade (os salvos não são responsáveis pelo mal de nossa era). Tendo permanecido fiéis aos fundamentos, serão salvos da destruição. E como os fundamentalistas não são responsáveis pelo mundo exterior a suas próprias igrejas (até muito recentemente, os fundamentalistas pioneiros consideravam uma prova de fé sua separação das seitas principais), qualquer meio que usem para impor sua crença é justificado.

Para alcançar o coração dos fundamentalistas, é preciso abandonar o exaltado domínio das crenças abstratas, em que os analistas masculinos se baseiam, e centrar a atenção em fatos concretos. Seus militantes visam a Bíblia, a doutrina e o comportamento diário. Proíbem fumar, beber, dançar, jogar cartas, vestir-se imodestamente e todo comportamento sexual fora do casamento. Richard Hofstadter considera-os anti-intelectuais, paranóicos, agressivos e opositoristas, no entanto devotados à democracia populista. Os fundamentalistas de Hofstadter não toleram a ambigüidade e têm fobia à sexualidade. Proíbem toda referência a ela, qualquer comportamento sexual fora da família e gostariam de estender o tabu sexual à toda a sociedade.

O psiquiatra e psicanalista Mortimer Ostow concorda que os fundamentalistas são subservientes aos chefes masculinos carismáticos e acredita que as mulheres devem ser segregadas dos homens, assumindo seu “estado natural” na sociedade e na família. Mas Ostow acha que Hofstadter exagera ao afirmar que os fundamentalistas têm um “medo absoluto... do sexo normal e de desvios”, porque eles se casam e exercem o sexo dentro do

casamento. Mas — como veremos — a família é o primeiro local de sujeição feminina, atingida amplamente pela sexualidade. As mulheres são doutrinadas a aceitar seu suposto “estado natural” pelo controle masculino de sua sexualidade na família. Proibir a discussão do sexo fora da família significa manter o sigilo imposto ao assunto por milênios. Para uma compreensão mais profunda da doutrina básica do fundamentalismo, devemos nos basear numa especialista do feminismo.

Betty DeBerg, que estudou o fundamentalismo desde seu aparecimento, no final do século 19, afirma que a maioria de seus analistas o interpreta como uma reação intelectual e teológica às críticas bíblicas modernistas, à teoria evolucionária e à ciência social. Poucos o consideram como uma resposta, apenas acidentalmente religiosa, às significativas mudanças da sociedade americana, ocorridas pouco antes e durante o aparecimento do fundamentalismo e de sua ampla popularidade. H. Richard Niebuhr viu-o como um protesto rural regional (sulista) contra a urbanização e a industrialização, mas muitos especialistas concordam hoje que ele nasceu na cultura urbana da classe média branca. Admitindo que uma grande mudança social ocorreu entre 1880 e 1930 — industrialização, urbanização, economia de consumo e a primeira grande guerra —, DeBerg argumenta que nenhum desses fatores afetou tantos americanos, tão íntima e intensamente, quanto as mudanças nos papéis sexuais nesse mesmo período.

Os homens que dominavam o fundamentalismo estavam vivendo uma revolução que ameaçava sua superioridade por causa do sexo. Perdiam o controle sobre as mulheres. Depois de 1850, mais e mais moças estudavam e conseguiam empregos que expandiam seus mundos além dos limites do lar. Seus novos recursos econômicos e sociais as colocavam, em certo grau, fora do controle dos pais. Observa DeBerg que os homens, com menor autoridade sobre menos filhos, tiveram de depender grandemente das *esposas* subordinadas para exprimir sua superioridade no lar. Mas estava cada vez mais difícil encontrar esposas subordinadas. Ao longo do século, as mulheres ganharam mais poder dentro

do casamento. Depois de 1870 muitos Estados promulgaram leis relativas à prosperidade das mulheres casadas. Apareceu, inclusive, uma precursora da luta pelo aborto legal — a maternidade voluntária. Linda Gordon estudou esse movimento intimamente associado com o da pureza e se tornou parte das campanhas dos sufragistas, reformadores da moral, assistentes de igreja, defensores do amor livre ou da reforma do casamento. Numa época em que o aborto era ilegal, o movimento da maternidade voluntária apoiou mulheres que procuravam controlar a frequência do sexo e impedir o estupro e outras violências sexuais dentro do casamento, aconselhando-as a evitar a gravidez, os nascimentos indesejados e a exigir das autoridades o controle dos seus próprios corpos. Daniel Scott Smith considera o movimento um fator preponderante no constante declínio da taxa de nascimentos ao longo do século 19, apesar de pouco adequado ou disponível o aborto artificial e do fato de que a maioria das mulheres americanas eram casadas — 89 a 96 por cento das acima de 45 anos. O movimento fazia parte de uma campanha mais ampla das americanas que exigiam o direito de controlar sua própria sexualidade, tanto para evitar a gravidez quanto para exprimir desejo. As estatísticas revelam que metade das mulheres casadas, nascidas entre 1900 e 1910 e dois terços das nascidas entre 1910 e 1920 tiveram relação sexual com pelo menos um homem antes do casamento.

As mulheres exigiam o direito de controlar o uso de seus corpos ao ponto de que muitas (principalmente as “Novas Mulheres”, formadas e com profissão) recusavam-se a casar. Era um desafio surpreendente — no patriarcado o casamento é sempre compulsório para as mulheres. Falando de “revolta” contra o casamento, Carl Degler avalia que um quarto de todas as graduadas e metade das que tinham doutoramento permaneceram solteiras em 1900. Mais ainda, as mulheres que se haviam casado divorciavam-se numa taxa surpreendente. Entre 1870 e 1930, o número de divórcios nos Estados Unidos quintuplicou; durante os anos 20, dois terços deles foram requeridos por mulheres.

Muitos observadores acharam que a instituição do casamento estava sendo atacada — pelo feminismo. DeBerg revela que, na virada do século, como as mulheres exigiam independência e direitos sobre seus próprios corpos, os fundamentalistas retóricos ficaram obcecados com relações domésticas, identidade, comportamento sexual e áreas “correlatas” para ambos os gêneros. As bases do movimentos foram expostas numa série de livros, *Fundamentals* (Fundamentos), publicados entre 1910 e 1913, mas os pregadores focalizavam tanto o comportamento feminino quanto os preceitos religiosos. James H. Brookes, fundador das premilenaristas Conferências de Niágara, classificou a *Woman's Bible* (Bíblia da Mulher, 1898), de autoria de Elizabeth Cady Stanton, de “um miserável aborto... o *impudente estímulo à infidelidade*.” Um pregador evangélico popular proferiu um sermão (“A Escolha da Esposa”), afirmando que qualquer mulher que assistisse a palestras como as de Stanton era “*uma horrível criatura*, e que não se devia nem chegar perto dessa leprosa fedorenta. Ela tem de ser lavada, mergulhada em fenol por três semanas e fumigada por um ano inteiro, para poder fazer parte da sociedade decente.”

A literatura fundamentalista popular lançou gritos de guerra pela volta à ideologia vitoriana de separação dos sexos. Em 1921, um grande jornal fundamentalista anunciava: “Precisa-se de mais mães. Estamos com falta de lares, *verdadeiros* lares. Estamos com falta de mães, verdadeiras mães... Deus projetou a mulher como a *construtora do lar*, mas, por algum motivo, ela saiu de seu caminho.” Como sempre, a emancipação da mulher foi associada à destruição da família. Os fundamentalistas sabiam como “salvá-la”. A igreja se tornara muito “feminizada” e era preciso voltar à chefia dos homens. Eles têm de ser a autoridade em qualquer área e as mulheres devem sofrer a subordinação da vida doméstica. Esses homens tinham certeza absoluta de que tudo isso era sancionado por Deus.

Está ocorrendo uma rebelião muito bem organizada, não só contra a chefia dos homens no governo e na igreja, mas também no

lar. As estatísticas de Yale e Harvard revelam que as mulheres das melhores famílias não estão tendo filhos. A média é de menos de um filho por casal(...) A adoção do conceito de “minha individualidade”, da mulher moderna, está destinada a ser a destruição da vida do lar.

“O Voto Feminino e a Bíblia”,
King's Business (A Empresa do Rei), 10,8
(agosto de 1919), citado por DeBerg.

Com a certeza de que eram aprovados por Deus, aqueles homens ordenaram às mulheres que abandonassem suas ambições pessoais pelo bem-estar das famílias, especialmente dos maridos e irmãos. Os sacerdotes afirmavam às mulheres que sua verdadeira missão era o “auto-sacrifício”. O destino da mulher era sofrer, “um dos grandes privilégios da vida cristã”, o caminho da emulação a Jesus. O sufrágio universal destruiria a Verdadeira Feminilidade e ameaçaria o lar, que era sagrado. Billy Sunday considerava-o “o mais sagrado lugar do mundo”. Eles lamentavam o fato de poucos homens freqüentarem a igreja e fizeram uma campanha para atraí-los, primeiro diminuindo a influência e o poder das mulheres (impugnando a legitimidade das mulheres falarem e ocuparem posições de autoridade dentro da igreja) e depois substituindo o discurso feminino da cristandade, como uma igreja de compaixão e caridade, pela linguagem masculinizada de virilidade, militarismo e heroísmo cristão.

The King's Business foi publicado pelo Instituto da Bíblia de Los Angeles. Este e o Instituto da Bíblia Moody treinavam mulheres para serem sacerdotes leigos e publicamente endossavam o direito de elas falarem e ensinarem. No entanto, todos os escritores e editores de jornais fundamentalistas se opuseram à ordenação de mulheres para a administração de paróquias, argumentando que a ordem de Deus e da Natureza seria violada se a elas fosse dada autoridade sobre os homens. Mas as mulheres haviam chefiado igrejas por quase um século, quando os homens as abandonaram. Os fundamentalistas do século 20 foram muito menos

tolerantes quanto à chefia feminina nas igrejas do que seus correspondentes do século 19. No entanto, a religião não mudou. Em 1895 um jornal alertava seus leitores para protestarem “sempre que uma mulher avançada’ tentar uma inovação danosa em uma de nossas igrejas”. Em 1917 ele denunciava que o feminismo, tendo “lançado semelhante mal na vida social e doméstica” agora “invadia a área sagrada da igreja.” As Igrejas Fundamentais Independentes da América (antes Conferência Americana de Igrejas Sem Denominação), ao serem fundadas, em 1930, oficialmente proibiram a filiação de mulheres. No mesmo ano, o Gordon College, de A. J. Gordon, estabeleceu o limite de um terço do total para estudantes femininas. O Instituto Moody parou de aceitar mulheres em suas aulas de pastorado. As últimas se graduaram em 1929.

Caluniando as religiões em que as mulheres eram personagens centrais — teosofia, espiritualismo, ciência cristã e pentecostalismo — e trombeteando nas assembléias que a autoridade feminina nas igrejas era ilegítima, os fundamentalistas encetaram uma campanha para libertar a igreja da doutrina e dos símbolos cristãos caracterizados como “passivos”, “frouxos”, criadores de “um povo de coração mole”, substituindo-os pela “cristandade máscula.” Mesmo os historiadores masculinos notam “um insuportável medo aos traços afeminados e uma exagerada atenção à masculinidade” no fundamentalismo desse período. Procurando fazer voltar os homens à vida religiosa americana e ratificar a autoridade masculina na igreja, um sacerdote fundamentalista elogiava outro por ser “um verdadeiro homem”, “um metodista másculo”; por ter lutado na guerra. As palavras *homem*, *os homens*, e *masculinidade* tornaram-se um refrão obsessivo nos seus sermões e escritos.

Muitos atribuíram a enorme popularidade de Billy Sunday ao seu comportamento exageradamente “masculino” (eu diria belicoso). Ele se comprazia em ameaçar com violência física, até assassinato, rezando: “Deus nos salve do cristianismo impensa-

do, balofo, quebradiço, sem espinha dorsal, insensível, flexível, plástico, de joelho mole, efeminado, covarde”. Um historiador masculino achou que ele “atacava intuitivamente a profunda confusão de sua época e as realidades que mais perturbavam suas audiências evangélicas”. Os fundamentalistas elogiavam sua própria virilidade, militância, militarismo, dureza e inflexibilidade, vistos como elementos de controle, e classificavam os teólogos modernistas de “mulheres”, os professores de universidade de “efeminados”, “covardes”, “homossexuais” e a moderna teologia, de “cristianismo emasculado”. E os evangélicos conservadores realmente atraíram um número muito grande de homens. Sunday converteu mais homens, especialmente jovens, do que mulheres. (A moralidade militarista sempre criou fanáticos. Discursos e valores semelhantes influenciaram o pensamento europeu no final do século 19 e começo do 20, principalmente na Alemanha, onde alimentaram o nazismo.)

Os fundamentalistas também atacaram o tratamento cultural dado à sexualidade reprovando o teatro, a literatura e o cinema por estimular o “vício social” e a “lassidão na observância da obrigação de relações matrimoniais”. Os fundamentalistas afirmavam que os filmes eram um dos maiores perigos para a moralidade pública e individual, porque os proprietários dos cinemas não freqüentavam a igreja, os atores eram moralmente degenerados, os anúncios ofereciam “paixão e emoções”, produtores gananciosos fabricavam lixo, em vez de obras “íntegras” e as salas de espetáculos funcionavam aos domingos. O alvo principal de seus ataques eram as mulheres. O cinema, muito popular entre as moças, continha “influências” que as destruiriam. Seus roteiros “impuros” familiarizavam as meninas com “assuntos sensuais”, destruindo sua “delicadeza adequada”, conduzindo-as ao perigo da “liberdade de hoje”. Como na antiga Atenas, as mulheres não deviam nem ser discutidas:

Quando os homens começam a observar a mulher como um enigma social curioso e complexo (...) eles deixam de lhe prestar-

a antiga deferência que gostaríamos de considerar um direito inquestionável delas. Quanto menos a mulher for vista como um "problema", mais segura ela estará de cumprir seu destino natural.

Nancy Ammerman, *Bible Believers: Fundamentalists in the Modern World* (Os Crentes na Bíblia: Fundamentalistas no Mundo Moderno), Rutgers University Press, 1987. Citado por DeBerg.

A propaganda fundamentalista condenava particularmente as "mulheres cristãs e cultas", que toleravam "indulgências frívolas e muitas vezes pecaminosas" como teatro, baralho, jogos e especialmente a dança que, "com suas crescentes liberdades modernas de contato físico, derruba as barreiras da proteção do corpo". A dança põe em perigo a "pureza e o caráter cristão", porque "inflama a paixão e desperta pensamentos obscenos." As roupas femininas foram tema importante nos sermões fundamentalistas, no começo do século 20. Os sacerdotes achavam indecente os vestidos das melindrosas, porque as saias justas não garantiam "o rigoroso sentido de modéstia, que é a maior salvaguarda da virtude feminina" e estimulavam os homens, "provocando paixões de natureza vil e pensamentos impuros." As mulheres são responsáveis pela sexualidade masculina. Os homens são o que são e não podem ser culpados por isso. No sexo, apenas no sexo, as mulheres têm pleno controle, sendo, por natureza, a encarnação dele. Como explicou um religioso em "A Palavra de Deus sobre a Roupa Feminina":

Todo homem tem certa quantidade de dinamite... em si. Não chegou a ela por sua culpa e não a abandonará por sua vontade. A explosão freqüente dessa dinamite e seu resultado é uma parte trágica da história do mundo... Muitos homens são feitos para cometer pecado em seus corações por causa do corpo desnudo das mulheres, que podem ser cristãs e ignorar o mal que estão causando a um irmão que fraqueja e cai.

Jerry Falwell, *Eternity* (Eternidade), julho-agosto de 1980. Citado em *The Fundamentalist Phenomenon* (O Fenômeno Fundamentalista), Garden City, Nova York, 1981.

Assim como os fundamentalistas de hoje se opõem ao aborto, no passado, eles combatiam a legalização do controle do nascimento, argumentando que isso era pecado e iria destruir a "raça" (a classe média branca) e a sociedade americana. Diziam ser fartamente conhecido que o índice de natalidade declinava mais rapidamente na classe média branca "nativa" (!) do que entre os estrangeiros, os negros e as pessoas da classe baixa. O aborto era também severamente condenado, mas não era tema importante na literatura fundamentalista popular do período, apesar do número elevado de abortos entre 1840 e 1888 — realizados principalmente por mulheres casadas, brancas, protestantes, das classes média e alta.

Os fundamentalistas culpavam as modernas teologias pela moralidade vigente, que eles naturalmente achavam inadequada, mas para eles a palavra "moralidade" era o código para papéis sexuais tradicionais. A brilhante análise de DeBerg sobre as posições fundamentalistas que parecem irrelevantes para as mulheres — a exatidão e o criacionismo bíblicos — mostra que o fundamentalismo apareceu inicialmente para se opor ao feminismo e reinstalar o domínio masculino. (DeBerg alega que essa era apenas parte da intenção.)

Nenhuma posição teológica está mais identificada com o fundamentalismo do que a infalibilidade bíblica, a afirmação de que toda palavra da Bíblia é verdade histórica absoluta e inspirada por Deus. A Bíblia foi compilada num período em que o patriarcado se expandia e seus editores alteraram textos antigos para erradicar os sinais de uma dominação feminina no passado e para tornar a supremacia masculina um princípio divino. Como a *Iliada* e a *Eneida*, o Velho Testamento é uma literatura poderosa que enfatiza a guerra, a dominação masculina e o assassinato (de inimigos — mas os "inimigos" sempre existem), mais do que a compaixão e a tolerância. Se é ditado por Deus e não contém erros, então seus valores, também inspirados por Deus, são eternamente verdadeiros. Os protestantes evangélicos conservadores usavam a Bíblia infalível como a maior arma em sua guerra para

manter mundos sociais separados que garantiam a dominação masculina. Achando que as mudanças na estrutura de poder das famílias eram um mal, os fundamentalistas as atribuíram à perda da fé na verdade absoluta e da infalibilidade da Bíblia. Tinham a convicção de que os baixos índices de natalidade (considerados como uma "revolta das mulheres contra a maternidade") e as porcentagens crescentes de divórcios (vistos como "uma rebelião das mulheres contra o casamento") eram resultados inevitáveis de uma oposição aos ensinamentos de Paulo na Bíblia. A cura para o divórcio era a "restauração da Bíblia a seu próprio lugar... Que o marido e a mulher realizem seus deveres nas esferas que Deus lhes apontou." "Voltar à Bíblia" significava "retornar ao lar e à família organizada por Deus."

O mesmo subtítulo reforça o criacionismo, uma crença na versão bíblica das origens humanas. Os fundamentalistas detestavam (alguns ainda detestam) a teoria da evolução de Charles Darwin, por oferecer uma explicação científica para a origem da vida, principalmente da vida humana. O ministro fundamentalista J. F. Norris declarou à Assembléia Legislativa do Texas que a teoria da evolução "iria destruir a fé na Bíblia", ao contradizer a versão da criação contida no Gênesis e que era "a base sobre a qual tudo repousa". Na verdade, nenhum dogma religioso, exceto a supremacia masculina, repousa no mito do Gênesis. Sem ligar diretamente a teoria da evolução feminina contra a supremacia masculina, Norris afirmava que o principal objetivo da legislação anti-evolução (que proibia o ensino da teoria da evolução nas escolas públicas e originou o famoso julgamento Scopes) era para defender o lar cristão. "O lar é a primeira instituição de Deus... Façamos tudo o que pudermos para proteger essa instituição, aprovar leis que a protejam e não permitir que ninguém invada seus recintos sagrados."

Os fundamentalistas também se opunham à teoria da evolução dizendo que ela destruíra a personificação da divindade (Deus é um homem branco) e da moralidade, degradando os seres humanos ao estado de animais ou máquinas destruindo sua respon-

sabilidade como agentes morais. Achavam que a evolução negava a existência do livre-arbítrio e, assim sendo, a responsabilidade moral. Mais uma vez, para compreender o sentido de sua mensagem, temos de estabelecer o tipo de responsabilidade moral que tinham em mente e, naturalmente, ela era sexual e relativa à mulher. Norris declarou explicitamente: a evolução "gera o amor livre. Os macacos... nunca tiveram certidões de casamentos... e mudam freqüentemente de parceiros." A evolução leva ao liberalismo do Sabá, de bruxas e feiticeiras, ao liberalismo da Lei, ao liberalismo do amor, ao liberalismo do divórcio, ao liberalismo da moral, ao liberalismo da doutrina." A moralidade fundamentalista atingia quase que exclusivamente o comportamento feminino. As discussões sobre "moralidade" tratam de divórcio, crimes cometidos por mulheres e moças que fumam e bebem.

DeBerg concluiu que os fundamentalistas ficavam perturbados, não com a evolução como princípio científico, filosófico ou teológico, mas pelos seus efeitos sobre as regras e convenções que governavam a vida familiar e os papéis sexuais. DeBerg acredita que o criacionismo teve um grande apelo porque seu discurso era baseado em argumentos que sustentavam os papéis sexuais e as convenções domésticas vitorianas, duvidando que pessoas incapazes de acompanhar debates intelectuais complexos, sobre a teoria de Darwin, pudessem entender o significado das mudanças nos comportamentos sociais — "a sua própria compreensão do que eles eram como homens e mulheres e o que deveriam fazer." As mudanças nos papéis sexuais reforçaram sua oposição ao modernismo em geral. A cristandade estava caindo no paganismo, porque a vida familiar estava sendo "dessagrada". "A revolta da juventude" os horrorizava, não porque os jovens estivessem cometendo crimes ou violência, mas porque abandonavam os padrões domésticos e os códigos sexuais vitorianos convencionais.

Muitos analistas do fundamentalismo de meados do século 19 e início do 20, concluíram que não se tratava de um movimento

político, porque lidava apenas com “ética pessoal”. Como os comentaristas políticos de hoje, que descartam o feminismo como movimento político (apesar da quantidade de romances feministas editados, esses críticos lamentam a escassez de romances políticos na nossa época), os analistas do fundamentalismo não deram atenção à sua principal meta — a subordinação feminina e as áreas de atividade separadas —, uma doutrina “absolutamente política”, como observa DeBerg. Os analistas do fundamentalismo, ressuscitado nos anos 70 como uma grande força política e social, continuam a ignorar essa doutrina. Os poucos que notam a oposição fundamentalista ao movimento das mulheres, ao aborto e ao divórcio, acreditam que esse seja um tema novo. Marsden escreveu que a aliança deles com a Igreja Católica Romana, em questões sexuais, era nova. Douglas Frank elogia os novos fundamentalistas que, ao focar a questão da homossexualidade e a Emenda da Igualdade dos Direitos*, acha que essas preocupações são inovadoras. Mas são tão velhas quanto o próprio fundamentalismo.

Os mesmos homens que são cegos e surdos ao feminismo, mostram-se extremamente sensíveis ao que possa ameaçar sua dominação e privilégio. Uma das respostas que dão é juntar-se às seitas fundamentalistas. Outra é tornar-se seus aliados, como fizeram Reagan, Bush e outros políticos conservadores. Os novos fundamentalistas são muito falantes e têm participado cada vez mais das atividades políticas nas duas últimas décadas, violando sua própria regra de auto-isolamento. Nancy Ammerman estudou fundamentalistas ortodoxos e concluiu que a sua característica principal é o separatismo radical. Cada seita mantém-se separada das demais e dos partidos políticos, por um desejo de acomodação e de evitar compromissos. O único partido que não exige separatismo total cresceu, obtendo maioria na Convenção Batis-

* Lei dos Direitos Civis, sancionada a 2 de agosto de 1964 pelo presidente Lyndon Johnson, que proíbe qualquer tipo de discriminação social, racial, sexual e política. (N. do E.)

ta do Noroeste, nos anos 70 e 80, e agora domina o movimento fundamentalista. Embora sejam militantes da Bíblia extremamente conservadores, eles adotam o separatismo, mas justificam seu engajamento com o ativismo político como um desejo de reformar a sociedade. Seu expoente máximo nos anos 70, Jerry Falwell, fundou a Maioria Moral, um grupo que se define como tendo interesses particulares, aglutinando milhões de americanos que partilham os mesmo valores morais e querem influenciar o governo. Falwell explica o que desencadeou o seu ativismo:

Nos anos 60 eu criticava os pastores que roubavam tempo em seus púlpitos para se envolverem nos movimentos pelos direitos civis ou qualquer outra meta política. Dizia que eles perdiam tempo negligenciando o que realmente era seu dever. Hoje encontro-me fazendo as mesmas coisas que eles faziam e pelas mesmas razões. Ocorreram muitos fatos. A invasão da escola pública pelo humanismo começou a nos assustar nos anos 60. Depois a decisão da Suprema Corte de Justiça no caso Roe contra Wade*, em 1973, e a legalização do aborto chocaram-me. Então, em consequência da crescente regulamentação de várias questões sociais, ficou evidente que o governo federal estava na direção errada e, se não fosse impedido, estaria ameaçando as escolas particulares, das quais, hoje, eu possuo uma de um total de 16 mil existentes. Assim, pouco a pouco nos convencemos de que deveríamos nos movimentar, se queríamos continuar a fazer o que fazíamos.

Peter R. Knauss,
The Persistence of Patriarchy
(A Persistência do Patriarcado),
Nova York: Praeger, 1984.

Esse fundamentalismo engajado transformou-se na Maioria Moral, que deu origem à ala da extrema direita da política ameri-

* Decisão que obrigou as escolas a integrarem os alunos em seus ônibus escolares. (N. do E.)

cana. Seja como a Nova Direita, a Direita Religiosa Radical ou o Novo Conservadorismo, tornou-se enormemente poderosa e abandonou a posição antes articulada por Falwell de *influenciar* o governo, para objetivar agora controlá-lo. Ajudou a derrotar a Emenda da Igualdade dos Direitos e a afastar muitos liberais de cargos oficiais. Trabalha para criminalizar o aborto, censurar idéias liberais na publicidade e nos livros de educação e promulgar leis “pró-família”. A maioria de suas tentativas no passado não tiveram sucesso, mas sua propaganda e trabalho contribuíram para a eleição de Ronald Reagan e George Bush e para a virada à direita do eleitorado americano.

Observamos acima que, ao mesmo tempo que o eleitorado se moveu para a direita, apareceu um pronunciado “conflito de sexos”. O discurso de moralidade da Nova Direita mascara sua verdadeira agenda: relegitimar e reimpor a subordinação à classe trabalhadora, os negros e as mulheres.

A maioria dos negros e das mulheres opõem-se a isso, mas muitos homens das classes trabalhadoras o apóiam, homens cujos próprios interesses são ameaçados, que não têm nada a ganhar, a não ser sua espúria “superioridade” sobre os negros e as mulheres. Sheila Ruth mostra que, sob uma retórica de americanismo, patriotismo e “estilo americano”, os *fundamentalistas* estão tentando revogar os princípios fundamentais do governo americano — separação da Igreja e do Estado, os direitos da Primeira Emenda, o sistema político de partidos. Ela cita alguns de seus principais porta-vozes:

Já assumimos o controle do movimento conservador. E os conservadores estão à testa do Partido Republicano. O que resta ver é se viremos a controlar o próprio país. (Richard Vigueri, principal angariador de fundo e estrategista da Nova Direita Religiosa.)

Os grupos como o nosso são potencialmente muito perigosos ao processo político(...) um grupo como o nosso pode mentir des-

caradamente e seu candidato permanecer limpo. (Terry Dolan, presidente, Comitê da Ação Política Nacional.)

Somos radicais, trabalhando para subverter a recente estrutura deste país(...) estamos propondo a cristianização da América. (Paul Weyrich, diretor, Comitê para a Sobrevivência de um Congresso Livre).

O movimento fundamentalista mudou sua imagem religiosa para uma política, que se declara ser “pró-vida” mas que apóia “duas” políticas externas e se opõe a leis de controle de armas. Pró-Israel (por causa da crença no milenarismo), ele é também anti-semita. Opõe-se à AFDC (Ajuda a Famílias de Filhos Dependentes), à proteção de mulheres atacadas e à legislação de proteção à criança. Ultra-nacionalista, militarista, autoritário, racista, sexista, movido por um “princípio místico de missão”, exigindo devoção absoluta, escreve Ruth, o movimento tem “a forma do fascismo, ao estilo americano”.

A Nova Direita ficou ainda mais forte durante os anos 80, quando os juízes conservadores nomeados para o Supremo Tribunal efetivamente paralisaram os programas de ação social e modificaram os direitos de renovação. Ativistas não ligados ao governo intimidaram instituições educacionais atacando suas publicações de ensino, às vezes queimando-as ou banindo-as. O movimento é muito rico, capaz de patrocinar jornais de direita, ligados de fato ou por nome a grandes universidades, alguns dos quais publicam material violentamente fanático. Mantém também organizações como a “Precisão Acadêmica” que ataca o “humanismo secular” nas universidades. O movimento conseguiu desviar verbas das instituições pró-mulher para as “pró-família”, cancelar orçamentos para programas sociais e aumentar os dos militares. Além dos direitos da Primeira Emenda, ele ameaça os direitos à privacidade, à liberdade sexual e, talvez, a todos os direitos civis nos Estados Unidos.

A chefia da Convenção Batista do Sul tornou-se extremista demais, mesmo para alguns membros *conservadores*, que dela se afastaram depois que dois editores dos serviços de divulgação foram despedidos, suspendeu-se o apoio financeiro a igrejas com sacerdotes femininos e inutilizou-se a produção de uma história da Escola Dominical que havia sido autorizada por seus próprios chefes. Em maio de 1991, essa ala menos conservadora, compreendendo cerca de 6 mil batistas sulistas, fundou uma nova organização, a Convenção Batista Cooperativa. Discordando da Convenção Batista do Sul, eles rejeitam a leitura literal da Bíblia e aceitam a ordenação de mulheres.

A Convenção Batista do Sul estimulou o movimento, chefiado pelo senador Jesse Helms, para coagir artistas contemplados com doações da Dotação Nacional das Artes a prometer que não criariam trabalhos "obscenos" — embora ninguém consiga definir *obsceno* (o Supremo Tribunal reduz o termo a uma questão de sensibilidade local) e esse compromisso viola a Primeira Emenda da Constituição.* A Convenção apóia ou promove associações como a Coalizão para a Renovação (COR), que está tentando transformar os Estados Unidos num país cristão fundamentalista. O reverendo Don Wildmon, que deflagrou a campanha de censura de NEA, é uma das figuras de maior destaque na COR e está empenhado em abolir as escolas públicas e o IRS — Sistema de Reserva Federal** — (entre outras coisas), até o ano 2.000.

Na verdade, uma poderosa facção dentro da COR, o Reconstrucionismo, procura impor a "a Lei Bíblica" à sociedade americana, para estabelecer o que chama de "Reino de Deus". Seu líder, R. J. Rushdoony, quer executar (preferivelmente por apedrejamento) os homossexuais, adúlteros, astrólogos, blasfemos e

* A Primeira Emenda à Constituição americana assegura o direito à liberdade de expressão, além de reunião e exercício religioso. (N. do E.)

** Instituição financeira do governo norte-americano que funciona como uma espécie de Banco Central. (N. do E.)

crianças incorrigíveis. O chefe da COR, dr. Jay Grimstead, que se classifica de "menos extremista" que Rushdoony, quer instituir o treinamento de rapazes como "guerreiros" cristão; semelhantes aos "boinas verdes" em acampamentos militares. A estratégia da COR, explica Grimstead, é assumir as municipalidades e as secretarias de educação, elegendo prefeitos e funcionários municipais. Uma vez no poder, ela irá estabelecer "milícias" municipais para promover guerras espirituais, a primeira das quais contra o "México comunista". A COR recomenda aos seus membros para se comportarem como cristãos, sem darem a conhecer sua ligação com a entidade nem seu verdadeiro objetivo. Deste modo, uma candidata da COR venceu recentemente uma eleição para a câmara de Gilroy, Califórnia: Sara C. Nelson, *mulher*. As mulheres não são imunes à mensagem fundamentalista, e a extrema direita, muitas vezes, as coloca em lugares de proeminência, freqüentemente nos movimentos destinados a impedir ou reverter os direitos humanos.

ISLAMISMO — Movimentos com doutrinas semelhantes têm surgido no catolicismo, no judaísmo e no islamismo. Um deles, o Islamismo Negro, fundado nos Estados Unidos por Elijah Muhammad, agora chamado de Nação do Islã, é chefiado por Louis Farrakhan. Esse movimento é basicamente defensivo. Como os fundamentalistas, os negros sentem-se ameaçados pela sociedade americana. Mas os americanos negros *são* perseguidos; os fundamentalistas, não. Os homens brancos protestantes acreditam que seus privilégios estão sendo destruídos pelas políticas econômicas, pelo feminismo e pelas leis dos direitos civis. Os negros são geralmente perseguidos por atos realizados impunemente pelos brancos. Em qualquer lugar dos Estados Unidos, os negros são freqüentemente detidos e até presos apenas por estarem andando ou dirigindo em bairros brancos. Podem até ser surrados e, às vezes, mortos. A porcentagem de negros na prisão, nos Estados Unidos, é surpreendentemente superior à da África do

Sul do *apartheid*. Um negro tem uma probabilidade em três de ser preso antes dos 21 anos.

A tendência irresistível que os brancos têm de perseguir os afro-americanos reflete-se no número de julgamentos de chefes políticos negros, o que é particularmente alarmante, dado o seu pequeno número face à corrupção dos líderes da maioria dos políticos brancos. Aplica-se um padrão duplo também ao mundo cultural. Adolph Reed Jr. observa que, enquanto o grupo musical negro Inimigo Público, é censurado abertamente por racismo e misoginia, a banda de metalheiros Guns N'Roses apresenta incansáveis e indesculpáveis misoginia, homofobia, racismo e xenofobia. O grupo negro de *rap*, 2 Live Crue é processado por obscenidade, mas o fanático e violentamente contra-mulheres Andrew Dice Clay recebe ofertas de contratos para filmes e especiais de tevê. Acrescente-se ainda que o prefeito negro Marion Barry foi processado por tomar drogas (por brancos que forçaram uma negra a traf-lo), enquanto brancos proeminentes no governo nacional escaparam do julgamento ou receberam penas muito leves por desrespeitarem a Constituição vendendo armas e *importando* drogas para custear uma guerra particular contra a pequena e empobrecida Nicarágua. Os brancos ricos são punidos brandamente ou simplesmente escapam às penas quando logram o povo em bilhões de dólares por meio de manipulações financeiras em poupanças e empréstimos.

Essa intensa vigilância contra os negros que ascendem à liderança política ou social, essa necessidade de derrubá-los, somados à ampla e sistemática discriminação imposta aos afro-americanos chegam a ser uma atitude genocida. Compreende-se que seja dada uma resposta belicosa a tudo isso, entende-se que Farrakhan seja racista, admirável que ele ofereça o orgulho racial para substituir o ódio racial. O que não se admite é o restante de sua ideologia. Ele não ataca a discriminação sistemática — pobreza, vida em guetos e exploração — mas sim a “patologia social” negra, uma mentalidade de escravos que leva ao crime e às drogas. Farrakhan declara que os negros, “como povo, es-

tão doentes”. Nisso ele reitera a afirmação dos fundamentalistas brancos que, apesar de seus objetivos no governo, estão mais preocupados com a estrutura familiar e a vida particular do povo. Os judeus contribuíram muitíssimo para o movimento dos direitos humanos dos anos 60 e nunca fizeram parte de grupos como a Ku Klux Klan. No entanto, Farrakhan é anti-semita. Por quê? E defende descaradamente a supremacia masculina e a subordinação feminina, de acordo com as leis do islamismo.

Reed (que, como outros analistas homens do fundamentalismo protestante, presta pouca atenção à insistência de Farrakhan — e da nação — na dominação masculina, apenas tomando conhecimento dela) escreve que Farrakhan usa um estilo radical e combativo para promover um tipo de capitalismo em que os indivíduos se realizam pelo próprio esforço e procura dar respostas individuais e particulares aos problemas sociais que não podem ser resolvidos individualmente. O programa de Farrakhan é familiar: virtude pessoal, trabalho árduo e disciplina, autoridade masculina e de caráter racista. Se ele fosse branco, poderia juntar a essa lista o treinamento de rapazes negros como “combatentes” em campos de “boinas verdes” negros. Como negro, ele provavelmente seria morto por pregar essa mensagem, como o foram nos Estados Unidos outros líderes negros, tanto em movimentos não violentos como nos militares. Mas o quadro é o mesmo, seja quem for que abrace a causa: militância, competitividade, desprezo pelas vítimas (mesmo que seu próprio grupo esteja entre elas), porque as vítimas são “femininas” — como nas ideologias judaicas do século 19. A virtude é uma questão particular — mas significa sempre “virtude” feminina, definida e ressaltada pela dominação masculina da família sacrossanta.

Os movimentos militantes islâmicos (chamados Irmandades Muçulmanas; a imprensa ocidental os chama de Fundamentalistas Muçulmanos) são mais explicitamente contra as mulheres do que os muçulmanos afro-americanos. Os homens formam essas irmandades em resposta a problemas econômicos reais em suas sociedades, empobrecidas por séculos de governos coloniais. Os che-

fes pensaram que a industrialização iria amenizar esses males, mas (como sempre acontece) ela trouxe terríveis migrações — cidades superpovoadas com seus inevitáveis problemas sociais e mudança na organização do trabalho que se baseava em estruturas familiares. Os problemas da industrialização reacenderam o sentimento colonial contra os valores e as políticas ocidentais, o que ajudou a fomentar a ação das Irmandades Muçulmanas. Como Mussolini, Hitler e uma série de outros ditadores menos bem-sucedidos, eles acreditam que o passado era “puro” e mais feliz e pode ser revivido no presente. Mas colocam a responsabilidade de reviver o passado nas mulheres. Nos países muçulmanos, muitos homens acham que a militância ao Islamismo é o único movimento nacionalista possível, a única alternativa à ocidentalização. E para muitos no Oriente Médio, a ocidentalização é o resultado do desenvolvimento — para alguns, riqueza e prestígio; para outros, alto índice de desemprego, greves e uma outra mudança nunca apresentada publicamente como motivo — mais dependência para as mulheres —, o que é na verdade o fator mais ameaçador.

As Irmandades Muçulmanas dirigem a maior parte de sua animosidade às mulheres, como se elas fossem as causadoras dos problemas atuais e as mudanças no seu comportamento pudessem solucioná-los. Nenhum partido baseia sua campanha numa plataforma contra as mulheres. Mas todos conhecem o propósito tácito das Irmandades, que é forçar as mulheres a deixar os trajes ocidentais, voltar ao uso do véu e sair da força de trabalho. Ainda não se descreveu completamente como funcionam as Irmandades Islâmicas, mas, onde quer que elas existam, são empenhadamente nacionalistas e religiosas, anti-modernas, prontas a adotar uma guerra pela fé e todas se concentram obsessivamente nas mulheres. Focalizaremos, a seguir, os seus movimentos de militância em vários países muçulmanos.

Irã — Muitas iranianas se opuseram ao governo autocrático do Xá e à sua cruel polícia secreta, SAVAK, que torturou inúmeras

mulheres pertencentes a grupos clandestinos de guerrilha contra o governo. Em 1978, militantes muçulmanos, que apoiavam o aiatolá Khomeini, promoveram grandes demonstrações contra o Xá. Para aplacar os líderes religiosos do movimento revolucionário, em agosto de 1978, Reza Pahlevi aboliu o aborto. Mas, em 1979, os militantes xiitas o expulsaram. Khomeini, que tinha atuado de seu exílio em Paris, voltou em triunfo ao Irã. Em março de 1979, 100 mil mulheres juntaram-se na Universidade de Teerã para celebrar a queda do Xá e a vitória do aiatolá. Mas, quase imediatamente, Khomeini revogou as leis de reforma da família, impediu as mulheres de se tornarem juízas, emitiu sua primeira ordem sobre o véu, fez aprovar uma série de leis que segregavam escolas, ônibus, praias e outras áreas públicas e estabeleceu o governo teocrático que as Irmandades Muçulmanas tanto desejavam.

Desinteressado do apoio das mulheres, o aiatolá aboliu todas as leis que lhes garantiam direitos e não mostrou qualquer relutância em matar as que lutavam por sua preservação. Criou uma “polícia da moral”, estranhamente composta por mulheres, as Irmãs Zenaib, para vigiar o vestuário e o comportamento feminino, com ordem para deter e prender. Um dos seus primeiros atos foi perseguir a primeira mulher membro do ministério iraniano, Farrokhru Parsa. Submetida a um tribunal de juízes encapuzados, sem direito a advogado de defesa nem apelo, ela foi, na verdade, considerada culpada antes que o julgamento começasse. Parsa foi acusada, segundo os escritos de Mahnaz Afshami, de “fazer aumentar a prostituição, corrupção moral e luta contra Deus”. Suas “culpas” eram aconselhar as estudantes a não usar véu e formar uma comissão para revisar os livros escolares, para que estes apresentassem uma imagem não sexista das mulheres. Em dezembro de 1979, Khomeini conseguiu que Parsa fosse executada, envolta num saco e metralhada.

As mulheres protestaram contra as novas ordens, em grandes passeatas, em Teerã e em outras cidades iranianas. Os homens as atacaram, surraram, apedrejaram e até as apunhalaram enquanto marchavam. Eles as expulsaram da vida pública, depois pro-

mulgaram leis proibindo-as severamente de assumir empregos e tornando quase impossível para elas conversar ou tratar com homens no trabalho. Em 1981, Khomeini mandou fuzilar 50 estudantes do sexo feminino e prendeu milhares de moças e mulheres, sob alegação de “contra-revolução” ou atividade “anti-islâmica”. Nenhuma delas teve julgamento e os relatórios indicam que 20 mil mulheres, inclusive gestantes, velhas e adolescentes, foram executadas. Em 1982, Khomeini estabeleceu a idade mínima para a execução em 10 anos (ou pureza) para as meninas e 16 para os meninos, baniu mulheres da maior parte das competições esportivas e lançou uma nova campanha de prisões, executando 15 mil pessoas. No mesmo ano, intensificou a perseguição governamental das minorias religiosas, principalmente judeus e bahais. Em 1983, tornou o uso do véu compulsório para as mulheres e mandou enforcar dez mulheres que se recusaram a converter-se do bahai para o islamismo. Três delas eram adolescentes; outras, a primeira iraniana formada em física, uma concertista de piano, uma antiga diretora de pessoal da Televisão Iraniana, uma enfermeira e estudantes. Recrutou crianças para limpar os campos de minas durante a guerra Irã-Iraque. Centenas de milhares morreram.

Em 1989, uma entrevistada num programa de televisão disse que preferia como modelo uma mulher moderna à filha de Muhammad, a abnegada Fátima que servira de exemplo para as mulheres durante 130 anos. O aiatolá Khomeini ordenou que os responsáveis pelo programa fossem presos e executados. Como seus conselheiros lhe garantiram que os produtores haviam cometido um erro inocente, ele os perdoou, mas a essa altura as iranianas haviam certamente recebido a mensagem.

Argélia — O sucesso do islamismo militante no Irã estimulou os grupos de outros países. A Argélia e a Jordânia nunca foram estados de militância islâmica, mas como as dificuldades econômicas dos últimos anos causaram uma grave recessão, seus governos foram obrigados a impor medidas de grande austeridade.

As Irmandades Muçulmanas ganharam seguidores ao culparem a influência ocidental pelos tempo difíceis e por as mulheres terem ocupado os empregos “dos homens” e adotarem trajes e hábitos ocidentais (assim como os homens!). Os problemas da Argélia não se resolveram com a independência da França e a industrialização introduzida por Houari Boumedienne trouxe a urbanização, o desemprego e a crise econômica. Alguns argelinos já estavam pedindo a volta ao antigo e “puro” islamismo, quando a revolução muçulmana no Irã, em 1978, inspirou um jovem graduado em física em Londres, a formar uma irmandade. Eles queriam que as mulheres fossem segregadas dos homens e proibidas de trabalhar e viajar sem ser acompanhadas. Enquanto a legislatura argelina debatia a reforma do código da família, os membros da irmandade procuravam vítimas nas ruas, visando moças em trajes ocidentais e jogando ácido nelas, chegando mesmo a cegá-las. Eles apunhalavam os rapazes que tentavam ajudá-las. Agindo secretamente e na clandestinidade, espalhavam por todos os lados o terror entre as mulheres.

Peter R. Knauss relata que a polícia registrava em seus arquivos com tinta vermelha, como se fosse um crime, os nomes das mulheres divorciadas (mas os dos homens não). A polícia da moral vigiava as mulheres e as acusava de atentado ao pudor, se fossem encontradas sozinhas num café, reservando um quarto de hotel, na praia ou se sássem acompanhadas por mais de dois homens. As mulheres vistas de noite com estrangeiros podiam ser interrogadas e até surradas. Era proibido beijar em público, responsabilizando-se as mulheres por isso. Mais mulheres passaram a usar véu — para aplacar a ira dos homens e proteger-se. O governo tentou combater a irmandade aliando-se ao clero ortodoxo muçulmano e procurou agradar o clero nomeando seus membros para uma comissão de reforma do Código da Família Islâmica, o qual, até então, misturava *Sharia* (a lei islâmica) com a lei colonial francesa.

Nenhuma mulher foi nomeada para compor o comitê de reforma. Elas protestaram mas não foram ouvidas. Durante os de-

bates sobre o Código, um legislador propôs especificar o comprimento da vara com a qual um marido podia espancar a esposa. Em janeiro de 1981, o governo proibiu as mulheres de saírem do país. Como as mulheres se rebelassem, denunciando uma “discriminação tão revoltante”, o ministro do Interior afirmou que tal decreto não existia. As mulheres conseguiram obter uma cópia da reforma do Código da Família, e descobriram que ele as reduzia à condição legal de menores. Em setembro de 1981, o conselho de ministros aceitou a reforma. Em outubro, as mulheres fizeram grandes demonstrações em Argel, junto com organizações de advogados, representantes de sindicatos e antigos participantes da guerra de libertação. Lançaram uma campanha nacional, obtendo 10 mil assinaturas numa petição que se opunha ao Código. Comparando tacitamente o governo argelino ao francês, elas exibiram heroínas da guerra de independência, cujas presenças evitaram brutalidades por parte da polícia. Filmaram o protesto e suas principais exigências (monogamia, direito incondicional de trabalho para as mulheres, direitos iguais de herança, idades iguais para poder casar-se, condições idênticas de divórcio e a melhor proteção possível para crianças abandonadas). Mas o filme nunca pôde ser exibido.

O governo retirou o Código e não voltou a apresentá-lo até junho de 1984. Mas a nova versão era *pio*r do que a precedente. Dava aos maridos o direito de se divorciarem das esposas por qualquer razão e expulsá-las do lar e da família. O divórcio por consentimento mútuo foi eliminado, assim como o direito de uma mulher divorciada pedir moradia ao ex-marido (a não ser que tivesse a custódia dos filhos). Ambos permitem a poligínia, mas a versão de 1981 tinha conservado a condição do *Sharia* de que o homem precisava fornecer habitações separadas para cada esposa e permitia à mulher excluir a poligínia no seu contrato de casamento. Essas condições foram eliminadas na versão de 1984. O Código da Família de 1984 confina as mulheres ao lar, como numa “cela”, para protegê-las e preservá-las dos “males sociais”. Exige que o marido sustente a mulher. Em troca, ele pode ter mais

de uma esposa, “se puder justificar seu ato”. As mulheres que não concordarem com isso têm o direito de se divorciar. O homem pode se casar por procuração e divorciar-se quando quiser. Em contrapartida, a mulher se divorcia somente em determinadas circunstâncias ou paga ao marido para que ele lhe conceda o divórcio. Exige-se que as mulheres “obedeçam” a seus maridos, “respeitem” os parentes dele e “amamentem os filhos, se puderem.”

Alguns quesitos foram mantidos: os homens muçulmanos podem se casar com mulheres de outras religiões; às muçulmanas isso não é permitido. Os filhos serão criados na religião paterna. O casamento é combinado, mas o noivo dá um dote à noiva, que ela conserva consigo se ele morrer ou a repudiar. O pai pode impedir a filha de fazer um casamento que ele não considere do “interesse” dela. Os rapazes atingem a independência aos 18 anos e as moças quando se casam (ocasião em que passam à dominação do marido). A única vantagem foi que a idade mínima para o casamento subiu de 16 anos para as moças e 18 para os rapazes, para 18 e 21 anos, respectivamente.

O Código agradou ao clero ortodoxo, mas não à Irmandade, que o recebeu com um sinal de que se eles persistissem poderiam ter mais poder. Eles incitaram seus membros estudantes a fazer levantes e atacar os colegas progressistas com machados e correntes de bicicleta, o que resultou na morte de um deles e em vários feridos. Alguns irmãos foram presos, mas eles tinham captado perfeitamente o clima político. Depois de ter inicialmente proibido a irmandade, o governo, ao instaurar uma política de maior “democracia”, deu-lhe a força de partido, a Frente Islâmica de Salvação (FIS). Depois de estabelecer a FIS, os irmãos exigiram, de forma mais persistente, que uma ética muçulmana fosse imposta para banir os hábitos seculares ocidentais. Essa ética enfoca quase que exclusivamente as mulheres. Os irmãos insistiam no uso do *hidjab* (uma roupa semelhante a uma capa de chuva, comprida até os tornozelos, com um lenço cobrindo completamente o cabelo). Alguns pressionavam as mulheres para que desistissem de seus empregos. Exigiam que o governo continuasse

a proibir informações sobre controle de natalidade, contraceptivos e creches. A legitimidade que o governo dá à militância estimula os homens a tratar as mulheres arbitrariamente. Em 1990, na cidade de Mascara, um muçulmano, sentindo-se ofendido porque a irmã, enfermeira, cuidava de pacientes homens, encharcou-a com álcool e a incendiou.

Embora a associação de mulheres seja porta-voz do governo, as argelinas estão tentando organizar-se e lutar pelos seus direitos. Entretanto, os homens apóiam cada vez mais a FIS, que, em julho de 1990, recebeu quase 65 por cento dos votos populares (40 por cento da população não votou e mais de 60 por cento — a maior parte mulheres — é de analfabetos). A proibição de trabalhar fora de casa não está surtindo resultado. Uma mulher declarou: “As 500 mil trabalhadoras da Argélia não marcharão silenciosamente para o matadouro, mesmo que isso acabe em guerra civil.” Uma guerra civil de mulheres contra homens?

Egito — Em 1956, o presidente egípcio Gamal Nasser reconheceu a cidadania das mulheres, concedendo-lhe o direito de voto. No início dos anos 70, quando o preço do petróleo subiu, o presidente Anwar Sadat permitiu que os homens viajassem ao golfo Pérsico para trabalhar nos países produtores do combustível. As mulheres deixadas para trás assumiram a responsabilidade de controlar o dinheiro que os maridos mandavam para casa, contratando empregados e decidindo questões locais. Cada vez mais, as mulheres da classe média entraram para a força de trabalho remunerado. Ao mesmo tempo, as famílias pobres migravam para as cidades a fim de encontrar emprego, forçando as mulheres da zona rural a procurar novas maneiras de trazer dinheiro para casa. Muitas vendiam pequenos objetos e comida na rua — em espaços públicos que lhes eram destinados.

Os militantes islâmicos irritaram-se com a nova situação das mulheres e com a ocupação do espaço público. Uma dirigente de um partido político progressista explicou que os militantes muçulmanos não aceitam que as mulheres ocupem espaços públi-

cos e acham que elas devem ficar em casa cuidando dos filhos — o lugar da mulher “não é na vida pública, não é para serem vistas, mas apenas para serem espectadoras.” O secretário-geral do Conselho Nacional da Infância e Maternidade acrescenta: “Se há desemprego, é porque as mulheres estão ocupando os empregos. Se há delinquência, é porque as mulheres estão abandonando os lares para trabalhar. Se não há lugares nos ônibus é porque as mulheres os lotam a caminho do trabalho.”

Os homens, irritados com as mulheres que saem às ruas, muitas vezes as molestam nos transportes públicos. O problema ficou tão grave que as autoridades do Cairo estabeleceram vagões do metrô só para mulheres. Houve quem se opusesse a esses “haréns sobre rodas”, argumentando que as mulheres não os usam, mas o costume tornou-se muito popular. As mulheres preferem o transporte segregado, para fugir ao constante ataque sexual dos homens. A polícia às vezes tem necessidade de reforçar a lei — os homens freqüentemente insistem em entrar nos veículos reservados, porque estes geralmente estão menos cheios que os outros. Mas o ataque sexual no metrô não é tão comum como nos ônibus — mais baratos e não segregados. As irmandas também têm trabalhado para aumentar a autoridade dos homens, que usam os mandamentos do purdã a fim de impedir o avanço das mulheres e mantê-las fora da vida pública. Em 1985, o Supremo Tribunal revogou uma lei de 1979 que dava às mulheres o direito de se divorciarem dos maridos que tivessem tomado uma segunda esposa. Recentemente, o governo alterou algumas leis eleitorais para reduzir de 33 para 18 o número de cadeiras reservadas às mulheres, numa assembléia legislativa de 448 membros. Isso permitiu o controle pelo governo das organizações políticas femininas, sufocando o crescimento de um movimento independente.

Afganistão — Quando a União Soviética englobou o Afeganistão na sua esfera de influência, exigiu que os afegãos educassem as mulheres e lhes permitissem freqüentar as reuniões da

“prefeitura”. Estes resistiram à pressão soviética em todas as áreas, mas principalmente nas questões referentes aos direitos das mulheres até que, em 1979, a URSS invadiu o país e instalou um governo fantoche. Os afegãos se rebelaram e deflagrou-se uma guerra. A União Soviética sustentou e abasteceu o governo de Cabul. Os Estados Unidos e outras nações ocidentais apoiaram os guerrilheiros mujahadin. As mulheres afegãs ficaram presas numa situação sem saída, divididas entre o apoio a seus compatriotas e a possibilidade de libertação pessoal sob a égide soviética. Como costumam fazer as mulheres (e os trabalhadores), a maioria optou por seu país, mesmo vivendo sob leis tão preconceituosas. Escolares liderados por uma menina, Nahid, fizeram demonstrações contra o novo governo, entoando lemas e atirando tijolos. Setenta delas foram mortas por soldados do governo. Nahid tornou-se imediatamente uma heroína e as mulheres afegãs, na quase totalidade, apoiaram seu país. Promovendo demonstrações quase todos os dias, elas formaram a Liga Revolucionária das Mulheres do Afeganistão, para organizar as mulheres na resistência. Uma líder da Liga, Farida Ahmadi, foi presa e torturada em 1981, mas conseguiu sobreviver.

Em 1983, o governo títere soltou todas as mulheres e alguns prisioneiros homens, dos quase 100 mil encarcerados. Em 1989, a União Soviética, esgotada e próxima da bancarrota, saiu do Afeganistão, mas o governo apoiado pela Rússia permanece e, evidentemente, conta com certo apoio popular. Os rebeldes, os mujahadin, que freqüentemente se degladiam uns contra os outros, unem-se em apenas uma questão: o islamismo militante, o que significa principalmente mandar as mulheres “de volta a seus hábitos” (a *burca*, um manto que cobre a mulher da cabeça aos pés). O governo de Cabul tenta angariar apoio dos muçulmanos, reformando mesquitas e prefaciando sua proclamações com invocações a Alá. Ao mesmo tempo, insinua agourentamente sobre o que seria o governo sob a administração mujahadin, principalmente em questões feministas. Embora as mulheres afegãs, na sua quase totalidade, se tenham aliado aos homens no protesto

à invasão soviética, os mujahadin não apenas querem forçá-las a usar a *burca*, mas também desejam impedir a sua educação e expulsar do trabalho remunerado as 250 mil trabalhadoras urbanas e 80 por cento das mulheres que trabalham nas áreas rurais.

As Nações Unidas avaliam que 3 milhões de refugiados deixaram o Afeganistão entre 1979 e 1984. Os que estão no Paquistão, muitos na cidade fronteiriça de Pechauar, são controlados pelos mujahadin. Estes confinam as mulheres refugiadas em suas casas e barracas e lhes proíbem de aproveitar os serviços médicos e a educação oferecidos pelas agências internacionais. Em junho de 1990, oitenta mulás, de todos os sete partidos mujahadin divulgaram uma *fátua* (regras religiosas), afixando-as em toda Pechauar. Ela ordena às mulheres que não usem perfume, bijuteria barulhenta, roupas justas e vistosas e indumentária masculina. Devem cobrir o corpo com véus, o tempo todo, e as roupas não devem ser feitas de tecidos macios que farfalhem! As mulheres não podem andar no meio da rua, balançar os quadris nem conversar, rir ou brincar com estranhos e estrangeiros. Não lhes é permitido freqüentar escolas, mesmo que sejam muçulmanas. “Se alguns conhecimentos forem necessários... será preferível que elas aprendam com fitas gravadas”, aconselha a *fátua*. E é desnecessário que as mulheres saiam para trabalhar. Os homens as sustentarão (embora milhares deles tenham sido mortos na guerra).

Grupos mujahadin, em Pechauar, importunam as mulheres afegãs que trabalham nas agências estrangeiras de assistência (dos poucos empregadores que existem), intimidando médicas, professoras e nutricionistas. Distribuem panfletos assinados sob a autoria dos “Protetores da Pureza Islâmica” ou da “Juventude Islâmica Afegã”. Um deles trazia a acusação de que 50 “mulheres cristãs ocidentais”, com aids, haviam sido enviadas para trabalhar no Afeganistão e no Paquistão, para contaminar os guerrilheiros. Envia “cartas noturnas” ameaçadoras às mulheres que trabalham, prevenindo-as contra a influência ocidental. Fazem ligações telefônicas amedrontadoras, mandam um envelope para o escritório de uma mulher, contendo cinco balas de revólver e

uma mensagem, dizendo que uma é para ela e as outras para as colegas.

Esses homens destruíram uma escola para meninas afegãs, dirigida pelo governo paquistanês e, em abril de 1990, um clérigo muçulmano instigou 5 mil refugiados a atacar e destruir um centro para mulheres. Dirigido por uma associação de caridade australiana, Shelter Now (Abrigar Agora), o centro oferecia aulas de costura, jardinagem e administração de creches para as viúvas dos afegãos mortos na guerra. Os homens alegaram que lá eram fornecidas pílulas anticoncepcionais e Bíblias às mulheres e *permi-tiam que elas ficassem à vontade!* — que se sentassem nos balanços das crianças, no pátio, e usassem o banheiro e sabonete! Tanto as mulheres que administravam o centro como as que o usavam negaram veementemente que houvessem sido distribuídas pílulas e Bíblia. Um grupo de homens armados atirou num diretor do Shelter Now que estava dentro do seu carro. Muitas mulheres abandonaram seus empregos, aterrorizadas. Outras andam sempre protegidas por guarda-costas. Uma professora troca de roupa várias vezes por dia para confundir os homens que a seguem. Os mujahadin fizeram desaparecer mais de doze mulheres afegãs que trabalhavam em centros femininos ou em organizações estrangeiras de assistência. Os Estados Unidos continuam, pelo menos até maio de 1991, a enviar ajuda e apoio, inclusive armas, para esses mesmos mujahadin.

Jordânia — Na Jordânia, nas eleições de 1989, a Irmandade Muçulmana conquistou a maioria das cadeiras do Parlamento e foi muito eficiente ao derrotar todas as mulheres que se candidataram. Essa foi a primeira eleição geral desde que as mulheres conseguiram o direito de votar, em 1974, e a primeira em que puderam se candidatar. Treze delas tiveram a coragem suficiente para se candidatar. A Irmandade atacou todas as candidatas, mas principalmente Toujan Faisal, por ter escrito num jornal de Aman que o Alcorão garante a homens e mulheres os mesmos direitos.

Por esse pecado, a Irmandade tentou conseguir que ela fosse declarada mentalmente incapaz, que seu casamento fosse anulado e que se exonerasse de culpa, por antecipação, quem a matasse. Alguns comentaristas políticos culpam as próprias mulheres pela derrota, argumentando que deviam ter-se apresentado como defensoras de todos e não apenas do seu sexo. Mas Faisal retrucou: “Luto pelos direitos humanos e, quando se faz isso, muitas vezes acaba-se lutando pelos direitos das mulheres e crianças”. As jordanianas são muito influenciadas pelos homens e votam em quem eles determinam. O voto é secreto, mas alguns homens castigarão as esposas se uma candidata vencesse a eleição.

JUDAÍSMO — Quando aplicado ao judaísmo, o termo “fundamentalismo” se refere à nova proeminência política da religião em Israel, principalmente dos dois grupos ortodoxos, um nacionalista (Gush Emunim), o outro anti-nacionalista (Agudat Israel). Leon Wieseltier afirma que a palavra indica realmente uma mudança na relação entre religião e política em Israel, por causa “da grande reação... ao que alguns consideram... os excessos e exageros da separação da religião e da política”. A aprovar a preponderância da religião sobre a política, o fundamentalismo despreza a “noção superficial e anti-clerical a respeito do lugar da religião nas preocupações humanas”, que o Partido Trabalhista adota.

Muitos aprovariam a intromissão da religião na política se as religiões oferecessem mensagens diferentes das emitidas pelos grupos partidários, encaminhando seus adeptos para interesses outros que não o poder — respeito pela natureza e pelos seres vivos, atendimento das necessidades da raça humana quanto à afeição, cooperação e tolerância e pelo que há de não mensurável nos seus sentimentos. Mas as novas religiões militantes estão interessadas exclusivamente no poder e na subordinação das mulheres. Não apenas deixam de estimular a afeição, a cooperação, a tolerância e a reverência pelos aspectos não materiais da vida, mas suas exigências pela subordinação feminina são moldadas no

ódio. Algumas seitas militantes têm pensamento nacionalista, mas para elas parece que até a autonomia nacional requer total subordinação feminina. Estão de tal forma seguros e certos de sua justiça que ninguém questiona a ligação entre esses dois elementos. Por que as mulheres precisam ser subordinadas para que uma nação defina seu próprio caráter? Para que existe a virtude?

Israel foi fundado com o sonho de se criar um estado socialista igualitário e os jovens que afluíram em massa para os *kibutz* esperavam construir suas vidas combinando trabalho na terra com atividade intelectual e criativa, adotando culturas de subsistência em pequenas comunidades ou unidades familiares. Esse sonho, até certo ponto, tornou-se realidade em muitos *kibutz*. Aos poucos, os homens empurraram as mulheres para as cozinhas, as lavanderias e os berçários. Gradualmente eles as reduziram ao silêncio, enquanto assumiam as chefias. Muitas mulheres foram embora e outras, que encontrei durante uma curta viagem, vivem nos *kibutz* oprimidas e impotentes.

O vigor, a personalidade, a energia e a capacidade de autoafirmação de muitas mulheres de Israel escondem a realidade de que moram num país cujas leis que as governam são quase tão repressivas quanto às dos estados muçulmanos. A proeminência mundial de Golda Meir, como primeira-ministra, mascara a condição de que entre as dez mulheres que integravam as 120 cadeiras do Knesset*, ela foi a única que ocupou um ministério e que nunca foi amiga das mulheres. Os fundadores de Israel estabeleceram a lei judaica — tão repressiva para as mulheres como qualquer outra lei antiga — mas, durante décadas e de acordo com seus ideais socialistas, os israelenses deram maioria ao Partido Trabalhista. Mas o trabalhismo nunca teve uma maioria tão esmagadora que permitisse organizar um governo sem o apoio do Partido Religioso Nacional. Essas duas agremiações já predominavam em Israel, antes mesmo da criação do Estado. A influên-

* Parlamento de Israel, cujos 120 deputados são eleitos pelo sufrágio universal a cada quatro anos (N. do E.)

cia da direita religiosa (que sempre foi extremamente conservadora) sobre um estado socialista predominantemente secular é surpreendente, porque muitos judeus não são religiosos. A justificativa de sua influência num estado judeu talvez venha do problema de se definir o judaísmo.

O judaísmo não é um atributo definido. Nenhuma categoria étnica ou racial o é. Os cidadãos da Itália, que falam italiano, se autodenominam "italianos", mesmo se seus ancestrais vieram de outros países. Os cidadãos dos Estados Unidos chamam-se americanos, embora a maioria tenha origem étnica diferente. Algumas características humanas são geneticamente definidas: as quatro principais raças apresentam diferenças na cor da pele, no tipo de cabelo e, às vezes, variações na cor e formato dos olhos. A raça pode ser detectada por meio de exames de sangue, mas os casamentos entre indivíduos de raças diferentes, durante gerações, modificam e até erradicam sinais de antecedentes raciais. O judaísmo não é uma raça.

Nem têm os judeus a lembrança de uma pátria comum. Mesmo quando ela existiu, o antigo reino foi continuamente contestado por grupos nativos e invasores, como os filisteus (palestinos). Os judeus que não se submetiam aos invasores estrangeiros eram levados como escravos, mortos ou dispersados. Entretanto, não desapareceram como um grupo coerente, nem foram assimilados por outras populações, como era comum entre os povos antigos. Em suas perambulações pelo mundo, o que os manteve unidos como judeus foi a religião. Apesar (obviamente) de muitas deserções e novas conversões, um número suficiente de judeus preservou a religião, como uma lei rígida, escrita, que manteve a identidade do grupo.

A pedra de toque do judaísmo (ter mãe judia) data da época anterior à lei, quando os filhos tinham somente mães. Mas o que torna uma mãe judia? Apenas a consciência de pertencer à comunidade judaica. Sem a lembrança de um país comum ou de uma língua comum, os judeus não têm características definidas, a não ser pela prática da religião. Mas a crença ou a prática reli-

giosa de uma pessoa não a faz judia. Muitos judeus não são religiosos. Entretanto, eles tinham necessidade premente de estabelecer um país judeu, após milênios de perseguição e do mais horrível acontecimento de um século terrificante: o holocausto. Um país judeu estaria aberto para todos os judeus, mas estes, temendo a lição da história, querem limitar a cidadania judia.

O problema, então, é definir o judeu. Como a religião manteve o povo unido durante séculos, é ela que fornece uma identidade coerente ao judeu. O Estado judeu garante enorme peso moral a um pequeno partido ultra-ortodoxo, que nem o apóia, cujos membros recusam-se a servir o Exército e continuam a observar a lei ditada pela Tora.

Mas a lei formulada pela Tora destinava-se a organizar uma sociedade que desapareceu mesmo antes do surgimento do cristianismo e do islamismo. A Halashi, lei que rege as “relações familiares” em Israel, foi alterada pela última vez no século 11. Como a mais velha lei indiana, destinava-se a expandir a dominação masculina e tornar padrão as idéias patriarcais. A principal força dos movimentos religiosos “fundamentalistas” não é redescobrir uma intuição de divindade, mas reinstalar o patriarcado, a ideologia que levou o mundo à sua calamitosa situação atual. Esses movimentos identificam a religião com a lei e não com o espírito. Seus alvos não são religiosos, mas políticos; sua motivação não é buscar a santidade, mas vingar a perda de uma superioridade específica.

Como Israel foi criado como um Estado religioso, suas leis sempre discriminaram as mulheres. Em 1948, o presidente David Ben Gurion dizia-lhes que elas serviriam melhor ao Estado gerando pelo menos quatro filhos, no que ele chamava de *aliya p'nimit*, imigração interna. Vinte e cinco anos depois, *aliya p'nimit* determinou um programa público que baniu o aborto (exceto se a gestação ou o parto pusessem em risco a vida da mulher) e a disseminação de informações sobre o controle da natalidade. O governo ofereceu incentivos econômicos para a formação de famílias numerosas e isentou as mulheres casadas do serviço mili-

tar. Os padrões morais não mudaram desde os tempos antigos. A velha palavra hebraica usada para prostituta significava “aquela que sai pelas portas”. Hoje o rabino ainda afirma: *C'vod bat melech p'nima*, “as mulheres honradas ficam dentro de casa.”

O clima de opressão em Israel para as mulheres, antes mesmo de surgirem os movimentos militantes judaicos, fica evidente na resposta masculina às feministas judias. Ao tentar fundar um abrigo para esposas maltratadas, vítimas de estupro, meninas espancadas ou violentadas por parentes, moças fugitivas que, ali como em qualquer outro lugar, nada podiam fazer, a não ser se prostituírem, a feminista Márcia Freedman descobriu que, apesar de serem destinados dois bilhões de libras por ano à Divisão do Menor, no Ministério do Bem-Estar, apenas um milhão de libras — 0,005 por cento, *ou seja, um vigésimo de um por cento* — era destinado às infelizes meninas. O resto ia para *no'ar b'm'tzukah*, meninos em dificuldades. Apenas um membro dos auxiliares do ministério e sete assistentes sociais foram indicados para atender as adolescentes, embora o governo avaliasse — por baixo, como sempre acontece em órgãos públicos — que 20 mil moças precisassem de ajuda. O ministério da defesa sabia que a cada ano 25 por cento das adolescentes de Israel eram recusadas pelo Exército por não terem completado os oito anos de escola. Seus companheiros homens eram todos aceitos, colocados em programas de saúde e educação, mas as moças, não. Um quarto das prostitutas em Israel tinham entre 14 e 18 anos. Persistentes esforços conseguiram aumentar o orçamento para as “moças em dificuldades” de um para sete milhões de libras — 0,035 por cento, *ou seja, sete vigésimos de um por cento*.

O casamento e o divórcio em Israel estão sob a jurisdição de cortes rabínicas, presididas pelos ultra-ortodoxos que seguem o Halachi. Desse modo, apenas os maridos podem iniciar um divórcio, apenas eles podem prestar testemunho e todos os juízes são “fundamentalistas”. A esposa tem o direito de recusar-se a conceder o divórcio, mas é fácil conseguir sua aquiescência. O Halachi decreta que as “desobedientes” estão sujeitas a serem

declaradas *moredet*, rebeldes, e terem seus divórcios aprovados sem seu consentimento e privadas de seus direitos, inclusive de propriedade e custódia dos filhos. A mulher será *moredet* se abandonar o lar do marido, tiver relações sexuais com outro homem, recusar-se aos “deveres” conjugais ou deixar de realizar os trabalhos domésticos. As mulheres ashkenazi são particularmente espoliadas pelo divórcio, podendo apenas conservar os dentes de ouro que tenham na boca, os anéis do casamento e as jóias pessoais. Avalia-se que, em Israel, 10 mil *aganot* (encalhadas) estão presas numa espécie de cativeiro já que são incapazes de obter divórcio por que os homens recusam-se a dar seu consentimento. Muitas delas vivem em extrema miséria.

Nos anos 60, as mulheres de algumas cidades israelenses organizaram-se espontaneamente. Em 1964, Márcia Freedman foi eleita pelo voto feminista clandestino e passou a ser a única feminista reconhecida dentro do Knesset (algumas das parlamentares eram simpáticas ao feminismo, mas medrosas demais para sustentá-lo em todas as questões). Os grupos de mulheres movimentaram-se — apoiaram uma greve ilegal das operárias, nas grandes cidades, por salários iguais. Freedman foi vaiada ao propor uma lei contra o espancamento de esposas. Disseram-lhe que os judeus não batem nas mulheres.

Desde 1971 as feministas vêm pedindo a legalização do aborto. O Halachí o proíbe, exceto para salvar a vida da mulher. Fora disso, continua ilegal, mas é permitido oficiosamente para as mulheres que possam pagar. A maioria dos ginecologistas israelenses têm clínicas particulares de aborto em seus consultórios, realizando cerca de 45 mil abortos ilegais e outros 15 mil legalmente nos hospitais, sob a alegação de salvar a vida da mãe. Freedman lutou para legalizar o aborto, ao conseguir assinaturas para uma petição de reformulação da lei e protestando junto à Corte Rabínica. No seu relato sobre seus anos de atuação no Knesset, *Exile in the Promised Land* (Exílio na Terra Prometida), ela escreve: “Nós pedíamos, fazíamos comícios, redigíamos petições, participávamos de eventos, organizávamos passeatas, éramos muito

poucas, mas multidões furiosas nos enfrentavam.” Num congresso médico, ela chegou a ser atacada fisicamente por médicos israelenses.

O feminismo expandiu-se à medida que milhares de mulheres uniram-se aos grupos feministas e se opuseram a agir em várias frentes. Até as árabes se manifestaram, ainda que, apenas só entre elas. Em 1975, no final do Ano Internacional da Mulher, Freedman apresentou um projeto de lei legalizando o aborto e Shulamit Aloni propôs um projeto de Direitos Iguais. Ambas as proposituras causaram impacto no Knesset. O Partido Trabalhista, não desejando *parecer* contra as mulheres no Ano Internacional da Mulher, não se opôs às propostas, sabendo que mais tarde poderiam recusá-las. Mas seu aliado na coalizão do governo, o Partido Religioso Nacional, sentiu-se ultrajado. Uma lei, ainda que apenas afirmasse haver igualdade entre os sexos, abriria as portas para o casamento civil e para a convocação militar de suas filhas. A *igualdade de direitos ameaçava a família judaica e, portanto, o Estado judeu*. O PRN anunciou que abandonaria a coalizão com os trabalhistas, o que provocaria a derrubada do governo. Na manhã seguinte, o primeiro-ministro Rabin declarou que o projeto dos Direitos Iguais estava encerrado.

Apesar de grandes esforços, o movimento feminista foi incapaz de fazer aprovar uma lei legalizando o aborto por livre opção, mas um novo projeto teve sucesso. Em deferência aos desejos do partido religioso dominante e à classe dos ginecologistas (que ganhava grandes quantias com os abortos ilegais), legalizaram-se os abortos para as vítimas de estupro e de incesto, as mulheres solteiras e na menopausa, as adolescentes, as doentes físicas ou mentais. Uma cláusula sobre a pobreza, *sa'if sotzialí*, estendia o mesmo direito às mães pobres com famílias muito grandes. No final do ano, o governo estabeleceu uma comissão ministerial para o estatuto da mulher, o que Freedman considera o mais significativo e duradouro resultado da campanha desenvolvida pelos grupos feministas.

Mas, à medida que o feminismo cresceu, expandiu-se também

um grupo nacionalista ortodoxo, Gush Emunim (o Bloco dos Fiéis). O movimento Gush foi fundado por um rabino ashkenazi que acreditava ser o sionismo o prelúdio da vinda do Messias e serem necessários a conquista e o povoamento da Judéia e da Samaria (margem oeste), para atingir esse objetivo. Nos meados dos anos 70, esse pequeno grupo de vozes, arriscando a vida pelos seus princípios, instalou-se na margem oeste e em Gaza. Um diminuto contingente de rapazes e moças, alguns com seus filhos, à base de “paixão e tenacidade”, instalaram acampamentos na região, estabelecendo ali pequenos enclaves judeus. Parte da terra havia sido declarada zona militar pelo Estado e o resto fora comprado pelo Instituto Territorial de Israel e não lhes pertencia legalmente. Eles ameaçaram resistir à expulsão e o governo hesitou. Sem ordens definidas, os militares recusaram-se a agir.

O Gush Emunim inspira-se no fervor religioso, como os zelotes da época do Novo Testamento. São religiosos nacionalistas fanáticos, sem preocupações com “a humanidade dos outros... como se elas não existissem”, afirmou Leah Shakdiel, feminista religiosa que abandonou o Gush e agora apóia o movimento religioso pela paz. Entretanto, aquele grupo tem determinado o destino de Israel nas últimas décadas e no futuro previsível. Sua idéias — e o fato de que as mulheres lutavam por si mesmas, expondo reivindicações — fizeram mudar a direção dos homens israelenses para a direita política. Dois anos depois da modificação da lei do aborto, o partido conservador, Likud, ascendeu ao poder pela primeira vez desde a fundação de Israel. Um de seus primeiros atos foi revogar o *sa'if sotziati*, lei que permitia o aborto às pobres mulheres com grandes famílias.

O ambiente para as mulheres israelenses está cada vez mais hostil. Os conselhos locais religiosos — organizações seculares que liberam permissões para todos os serviços essenciais, do casamento ao enterro — foram monopolizados pelos partidos religiosos que impedem o ingresso de mulheres. Shakdiel, eleita para o conselho em Yeruham, teve seu lugar negado e precisou recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça para garanti-lo. Quando, em 1896,

Rina Shashua-Hason foi escolhida por vários partidos políticos para ocupar um assento no conselho de Ramat Hasharon, os rabinos se recusaram a aceitá-la, sob o protesto de que ela não observava os ritos com exatidão — entretanto muitos homens nos conselhos são judeus seculares. Ela também recorreu ao Supremo Tribunal, que encaminhou a questão ao governo. O processo se arrastou por dois anos. Recentemente, os partidos a substituíram por um candidato homem.

As israelenses estão à frente do movimento pela paz de Israel. Elas fazem manifestações e colocam-se em risco, promovendo contatos e conversando com mulheres palestinas. Como os iranianos, os israelenses atacam as mulheres que promovem demonstrações, ofendendo-as e atirando objetos nelas. Em dezembro de 1989, as mulheres israelenses, palestinas e europeias juntaram-se numa grande marcha pela paz, de leste a oeste de Jerusalém. Ao entrarem num pátio, alguém ergueu uma bandeira palestina (não ficou claro se a pessoa fazia ou não parte da passeata). A bandeira é proibida em Israel e o fato de ter sido erguida permitiu à polícia entrar em ação. Bateram nas mulheres com bastões, deram-lhes pontapés, as arrastaram pelos cabelos e atiraram bombas de gás — contra 3 mil mulheres não violentas, fazendo passeata pela paz! A polícia alegou que quando tentaram apreender a bandeira houve resistência.

O chamado Muro das Lamentações, em Jerusalém, é interrompido por um outro, num de seus cantos. A parte maior — cerca de três quartos da parede — é reservada aos homens. O restante é para as mulheres. Os ortodoxos não rezam ao lado de mulheres e há um homem permanentemente de guarda na base do T, ameaçando as mulheres que ousarem olhar para o lado dos homens. As mulheres não se revoltam contra essa segregação, mas em 1989, alguns grupos delas, que procuravam legitimar seu direito de oração, organizaram-se para rezar na sua seção da parede, portando a Tora e usando xales de oração. Os judeus ortodoxos proibem às mulheres usar xale e tocar na Tora. Todas as vezes que elas apareciam, os hasidim as atacavam fisicamente (como os muçul-

manos, que agrediam fisicamente as iranianas em passeatas). Corriam para elas e as derrubavam. Um deles atirou sobre elas uma pesada cadeira de metal, ferindo uma no pescoço.

Israel, cercado de inimigos, tornou-se um estado fortemente militarizado. Há soldados por toda parte, principalmente em Jerusalém, e os homens estão mais exaltados do que nunca. Durante a recente guerra contra o Iraque, coordenada pelos americanos, os israelenses foram obrigados a manter-se como espectadores. Isso exacerbou seu machismo, como afirma Alice Shalvi. Eles retiraram mulheres jornalistas das telas da televisão, permitindo apenas aos homens fazer os noticiários e os comentários sobre a guerra — embora houvesse mulheres na direção de todos os departamentos de ciência política nas universidades israelenses. Mas outros empregadores, que não os da rede de televisão, exigiram que elas fossem trabalhar. Sabendo que as escolas e creches estavam fechadas (durante quase quatro semanas), os pais, mesmo assim, ameaçavam demitir as mulheres que não comparecessem, por não ter com quem deixar os filhos. Quando o Iraque mandou mísseis contra Israel, todos os israelenses tiveram ordens para ficar em casa durante três dias. Depois disso, as pessoas saíam para trabalhar, mas à noite voltavam depressa para casa, aos “seguros” aposentados que as mulheres haviam selado. Shalvi, entretanto, comenta que eles não eram seguros para as mulheres. Durante esse período, os estupros em lugares públicos diminuíram, mas aumentou dramaticamente o relato de abuso sexual dentro de casa, incesto e violência sexual contra menores. Triplicou o número de mulheres que deram queixas de espancamento pelos maridos.

CATOLICISMO — Os ensinamentos, a estrutura e os rituais da Igreja Católica são construídos na mesma linha de pensamento das sociedades agrícolas, nas quais os adolescentes são “transformados” em “homens” pelos adultos do sexo masculino. Embora ambos os sexos se sintam intimidados na puberdade, os rituais são diferentes. Quando uma menina começa a menstruar,

fica isolada, geralmente privada de comida, bebida e conforto e, muitas vezes, é aviltada. Os homens iniciam os meninos em grupos. Brutalizam e intimidam os garotos, forçando-os a passarem por um “segundo” nascimento. Às vezes batem e ofendem os meninos, cortam a pele do pênis, tiram o sangue deles numa imitação da menstruação feminina ou os obrigam a atravessar um aterrorizante túnel humano, que imita o canal vaginal. Qualquer que seja o ritual, ele ensina aos meninos que, para serem homens, precisam renunciar às suas mães, renascer entre os homens e manter a solidariedade masculina contra as mulheres. Aprendem os meios secretos pelos quais os homens apavoram as mulheres (com o som amedrontador da vibração de um chicote, por exemplo) e que a essência da masculinidade é o controle do poder feminino. O próprio ritual imita o poder da procriação das mulheres, ensina os meninos a lutar contra elas, a *subjugá-las* por meio da intimidação e da solidariedade masculina.

O mistério básico e mais importante da Igreja Católica é um Deus cuja palavra se transforma em carne (nascimento por meio de um homem). O amor mútuo do pai e do filho termina em reprodução — uma terceira figura, o Espírito Santo. Com esses atos se apropriam simbolicamente do poder exclusivamente feminino do nascimento. (O mistério pressupõe a crença de que todos os três existem desde sempre e nenhum precede o outro.) Além disso, a hierarquia da Igreja limita e se apropria da transmissão desse poder que passa de mãe para filha. Os homens não apenas simbolicamente usurpam o poder feminino, mas caracterizam sua versão como “superior”, espiritual e, assim sendo, mais sublimes que os meros poderes “animais”. Glória Steinem chama a atenção para a arquitetura das igrejas católicas que imitam o corpo feminino. Os portais externos seriam os *labia majora* (grandes lábios), os internos os *labia minora* (pequenos lábios), os altares laterais seriam os ovários e o altar mor, o útero, no coração do domo protuberante que sustenta o corpo do divino, a criança. A imersão ou os borrifos de água benta no batismo — um ritual chamado renascimento — imita o líquido no qual o feto

vive. O Deus ingerido na comunhão oferece uma versão simbólica do próprio alimento que a mãe dá ao feto e ao bebê recém-nascido.

Todas as seitas cristãs afirmam que os sexos são iguais aos olhos de Deus. Mas a verdadeira igualdade é postergada para a vida após a morte e os chefes religiosos só a ressaltaram quando estavam procurando estabelecer suas igrejas. As mulheres, figuras importantes na fundação e expansão do cristianismo, eram muito poderosas dentro da Igreja Romana dos primeiros tempos, até o auge da Idade Média. Mas logo que obteve o controle político da Europa, a Igreja excluiu as mulheres de qualquer forma de poder e fechou em claustro as outrora ativas freiras.

Diferentemente do judaísmo, islamismo e protestantismo, o catolicismo romano não é uma religião de consenso (masculino). Os textos básicos têm sido constantemente alterados de acordo com os comentários de importantes figuras religiosas (homens). Porém, suas formas e dogmas — os princípios da crença que é preciso aceitar para ser um membro da Igreja — não mudaram muito ao longo dos séculos. As principais mudanças em suas formas foram a proibição de casamento para os padres e, mais tarde, da manutenção de concubinas, exclusão de certas condições de jejum e a reza da missa em vernáculo. As principais alterações nos dogmas foram a consagração da Virgem Maria, declarando-se sua imaculada concepção (1854), a infalibilidade papal (1870), a assunção do corpo de Maria (1950), a desconsagração de alguns santos legendários (muitas mulheres) e o endurecimento da posição da Igreja contra o controle da natalidade por qualquer método a não ser a abstinência (1968). A maior parte dessas mudanças foram, de alguma forma, em detrimento das mulheres, mas a posição da Igreja no controle da natalidade e aborto é muito prejudicial. É dura tanto para os homens quanto para as mulheres — mas se eles devem sustentar suas famílias, não é pecado quando falham. As mulheres têm de gerar e criar os filhos. São as que mais sofrem quando as crianças sofrem, passam fome e morrem.

Por ter sido tanto tempo contra as mulheres, ao negar-lhes o poder da hierarquia e nas paróquias locais, porque sempre abriu uma avenida para os homens terem poder no mundo, a Igreja Católica não gerou a necessidade de um movimento fundamentalista. A dominância masculina fundamental nunca foi abandonada. Mas suas regras patriarcais, como as de outras religiões, ficaram na berlinda durante os anos 60, pelas “revoluções” sexual e feminista. (Enquanto muitos “culpam” o feminismo pela revolução sexual dos anos 60, certamente ela foi mais instigada por homens como Freud e Havelock Ellis do que pelo feminismo.) A revolução sexual legitimou o sexo. Ao ser reconhecido como uma necessidade e não uma mancha, ele passou a ser exigido abertamente pelos homens. Em vez de “pular a cerca”, como faziam antes, os padres mais conscientes começaram a pressionar pelo direito de casar-se. Embora atualmente a Igreja Católica aceite dissidentes do anglicanismo (que permite o casamento dos padres), ela continua a proibir o casamento aos seus próprios sacerdotes. Menos homens têm entrado nos seminários, mas a Igreja permanece imutável. A mesma oposição tenaz em admitir mulheres na cúpula da hierarquia religiosa caracteriza a sua maneira de agir em relação às que desejem ser sacerdotisas, apesar das várias tentativas realizadas por parte de freiras devotas e corajosas. Na questão do aborto a Igreja tem mantido uma posição inflexível. Tem realizado uma campanha feroz, chegando a aliar-se aos fundamentalistas protestantes nos Estados Unidos. Jane O'Reilly demonstra que a Igreja Católica, não os fundamentalistas nem a ala da direita, é a responsável pela tendência em tornar crime o aborto nos Estados Unidos. Entretanto, historicamente, ela não tem sido tão contrária ao aborto.

Na época de sua fundação e durante os primeiros seis séculos, a Igreja defendia a tese de que o aborto não era crime porque o feto não tinha alma.(!) Santo Agostinho dizia que “uma pessoa não pode perder sua alma se ainda não a recebeu. A lei não prevê que o ato seja homicídio, pois não se pode dizer que haja alma num corpo desprovido de sensações, se ele ainda não está

com sua carne formada e, portanto, não dispõe de sentidos”. A Igreja aceitou o pronunciamento de Aristóteles sobre o início da vida, tendencioso quanto às mulheres, no qual ele dizia que o feto masculino se torna humano 40 dias depois da concepção, o feminino, só 90 dias depois. (“Tornar-se humano” não é o mesmo que tomar vida. É uma qualidade simbólica, não biológica, algo que *se diz* ter acontecido.)

A Igreja considerava errado o aborto principalmente porque ocultava o pecado real — adultério e fornicação. Não só não era assassinato, como sofria punição menos severa do que o sexo ilícito, suborno, roubo e vidência. O cânone irlandês do século 7 previa 14 anos de penitência para quem mantivesse relações sexuais com a “mulher do próximo” e três anos e meio pela “destruição do embrião de uma criança no ventre da mãe”. O código penal irlandês (século 8) ordenava que houvesse três anos e meio de penitência por aborto provocado depois que o feto estava instalado no ventre, 7 anos se a carne já estava formada e 14 anos se já existia alma. Uma bula penitencial do século 8, provavelmente de autoria de Bede, indicava 1 ano de penitência para a mãe que matasse o feto antes do 40o. dia da concepção. Ela era considerada assassina somente se matasse seu bebê depois do nascimento, mas mesmo esse ato era julgado sob condições — a mulher pobre que não pudesse sustentar o filho sofria pena mais leve que uma “prostituta” que estivesse querendo ocultar “sua maldade”.

O primeiro código autorizado da lei canônica, compilado por Gratian em 1140, prevaleceu até 1917. Qualificava o aborto como homicídio somente quando o feto estava formado (mais uma vez aos 40 dias para o masculino e 90 para o feminino). Em 1588, o papa Sixto V, um fanático puritano que era contra o sexo e que queria livrar Roma de todo sexo extra-conjugal, emitiu uma bula papal, *Effraenatum*, decretando todo aborto ou contracepção como assassinato. Mas Gregório XIV anulou-a em 1591, voltando ao conceito anterior de que o aborto não era homicídio bem no início da gestação porque o feto não era humano. Não houve

outros pronunciamentos até 1869, um ano antes de ser declarada a infalibilidade papal. A *Apostolicae sedis*, emitida por Pio IX, decretava que o aborto praticado em qualquer estágio da gestação seria punido com a excomunhão e tornou-se parte da Lei Canônica em 1917. Entretanto, até hoje a Igreja raramente batiza fetos de abortos espontâneos ou mesmo natimortos e, portanto, não os trata como criaturas vivas com alma.

Assim sendo, apenas no século 19, depois que as mulheres iniciaram a luta pelos seus direitos, é que o papa declarou sua própria infalibilidade e a Igreja passou a se opor firmemente ao aborto. Mas ele só declarou guerra contra o aborto a partir de 1968, quando o feminismo reviveu e as mulheres passaram a exigir direitos sobre seus próprios corpos. Naquele ano, Paulo VI emitiu a *Humanae vitae*, proibindo a contracepção e toda forma de aborto, mesmo por motivos terapêuticos. Em 1974 (um ano depois de o aborto ser legalizado nos Estados Unidos, o Vaticano emitiu uma “Declaração de Aborto” que desfazia qualquer incerteza sobre o início de vida, declarando que abortar um feto era arriscar cometer assassinato e considerado um “grave pecado”.

A Igreja Católica opõe-se ao aborto com base em que é assassinato, *se* o feto é um ser vivo. Nem a Igreja Católica nem os fundamentalistas protestantes e seus aliados na sua campanha para tornar crime o aborto, nunca mostraram obsessão com respeito ao assassinato. O clero acompanha os soldados na guerra e abençoa as batalhas. Os “pró-vida” apóiam ardorosamente as execuções e a guerra, o assassinato de pessoas que podem ser inimigas hoje, mas ser amigas amanhã. Se a vida é sagrada antes de existir, muito mais será se respirar numa pessoa. Pelo fato de as igrejas terem mostrado ao longo dos milênios que santificam o assassinato — na verdade, em muitas ocasiões, matando por motivos religiosos (de todas as religiões somente os quakers sempre consideraram errado matar por qualquer motivo que fosse) — é de se duvidar que a reverência pela vida motive a campanha para criminalizar o aborto. Além disso, uma pesquisa feita pelo

grupo "Católicos para a Livre-Escolha" mostra que os legisladores que se opõem ao aborto legal recusam-se também, em contrapartida, a prestar assistência a mulheres pobres e seus filhos. Querem que as mulheres gerem os filhos que concebem. Depois disso, devem cuidar-se sozinhas. Isso não é preocupação com a vida, mas repressão à mulher.

A verdadeira motivação da Igreja Católica é revelada por diversas posições. Ela nega às mulheres controle sobre seu próprio corpo, proíbe-lhes a concepção e o aborto e ensina-lhes a subordinação no casamento. A mulher subordinada não tem o direito de recusar-se à relação sexual. Mais do que isso, as justificativas apresentadas para constringê-las muitas vezes contêm racismo. Este é um fato histórico: em várias ocasiões, os homens acharam razoável aprisionar as mulheres em cativeiro, quando um grupo estrangeiro permanecia no seu território. Steinem cita o padre Paul Marx, diretor do Centro de Vida Humana, um reduto do pensamento contra o aborto em Minnesota, onde se argumenta que "o mundo branco ocidental está cometendo suicídio por meio do aborto e da contracepção". Citando o exemplo de famílias numerosas de negros de sua região, ele insinua que eles não estariam propensos a lutar contra os russos, quando isso fosse necessário. Sem dúvida, ele e seus colegas poderiam usar os mesmos argumentos em sua campanha na Rússia.

O aborto sempre existiu, fosse legal ou não, porque é necessário. Como o infanticídio, o aborto foi legal quando os *homens* o controlavam. Os que se opõem a ele o consideram crime, mas não podem erradicá-lo. Tudo o que conseguem fazer é torná-lo clandestino, inacessível às mulheres mais pobres e garantir que muitas morram de sua conseqüência. Robin Morgan chama a atenção:

Trinta a cinqüenta por cento de todas as mortes "maternas" na América Latina devem-se a abortos ilegais imprópriamente realizados ou a complicações posteriores às tentativas de aborto (...). A cada dez minutos em 1980, uma mulher indiana morreu de

um aborto séptico (...). O aborto ilegal é a primeira causa de morte entre as mulheres em Caracas (...). No Peru, 10 a 15 por cento das mulheres nas prisões foram condenadas por causa de aborto ilegal. Numa prisão de Lima, 60 por cento das mulheres estavam lá por terem se submetido a um aborto ilegal ou por tê-lo feito em alguém.

Robin Morgan,
Introdução, *Sisterhood Is Global*
(Irmandade É Global), Nova York, Doubleday, 1984.

Se a campanha "pró-vida" for bem-sucedida, muitas outras mulheres irão morrer por causa de abortos ilegais e um maior número delas terão bebês que não desejam e não podem sustentar, o que aumentará as despesas arcadas pelas instituições de "bem-estar". É preciso questionar a motivação de uma campanha dirigida a tais fins. O objetivo real da criminalização do aborto é estabelecer que os corpos das mulheres pertencem ao Estado e às mulheres cabe a responsabilidade pelo sexo.

Em outubro de 1984, pouco antes das eleições presidenciais, 69 leigos católicos, 24 freiras e quatro padres assinaram uma matéria paga no *New York Times*, protestando contra os ataques do cardeal O'Connor à candidata à vice-presidência, Geraldine Ferraro, por suas declarações a favor da livre-escolha em relação ao aborto. O Vaticano, imediatamente, ordenou-lhes que se retratassem ou se desligassem da Igreja. Os padres silenciaram em dois meses. Foram necessários dois anos para fazer calar as freiras. Mais ou menos em maio de 1988, duas ainda não se haviam retratado: Bárbara Ferraro e Patrícia Hussey, que haviam prestado juntas 47 anos de vida religiosa à irmandade de Nossa Senhora de Namur, trabalhando principalmente com mulheres e crianças pobres. Em julho, elas deixaram suas ordens. Mas continuaram na Igreja e agora dirigem um abrigo para pessoas sem casa em Charleston, na Virgínia.

Os protestantes fundamentalistas fornecem a fachada na maior parte dos protestos contra o aborto legal. A Igreja Católica é o

poder de retaguarda, provendo dinheiro e propaganda. Que sua motivação seja menos por ultraje moral que pela autonomia feminina, demonstra-se pelo fato de que o clero católico, ao denunciar determinadas políticas, visa principalmente as mulheres. Ajudaram a arruinar a carreira de Geraldine Ferraro, católica por opção, por sua ousadia de se candidatar a um cargo nacional. Mas não tentaram agredir Mário Cuomo, também católico por opção. Cuomo, figura política nacionalmente conhecida, era muito mais popular do que Ferraro, antes dela concorrer à vice-presidência, o que, segundo se imagina, seria motivo para fazer dele um exemplo.

Mas os prelados preferem atingir as mulheres, que têm menos poder e (presumivelmente) não podem contra-atacar. Um deles excomungou Lucy Killea, católica por opção, quando ela se candidatou a um cargo público na Califórnia. (Houve reação. Mulheres revoltadas com o ato afluíram em massa para apoiá-la e ela venceu.) O bispo René H. Gracida excomungou Rachel Vargas e Eva Bustamante, que dirigiam clínicas de aborto no Texas. Os únicos homens perseguidos de quem tenho notícias (não posso dar dados precisos), por apoiar o aborto legal pertencem às minorias. Gracida excomungou também o dr. Eduardo Aquino, obstetra de uma das clínicas do Texas e uma enfermeira católica de um hospital de Boston acusou o dr. Kenneth Edelin, ginecologista negro, de assassinato por realizar abortos. Ele foi absolvido, mas somente depois de um rumoroso julgamento. Se não foi a própria Igreja que precipitou esse acontecimento, a sua campanha o fez.

A ofensiva para criminalizar o aborto é permanente. Considerando o desinteresse da maioria dos homens pelas crianças, a frequência com que abandonam a família e não sustentam os próprios filhos, a energia e boa vontade de católicos e fundamentalistas protestantes em fazer campanhas para tornar crime o aborto são surpreendentes. Passando de estado para estado, em 1990, a Igreja invadiu as legislaturas estaduais com cerca de 400 proje-

tos de lei. Muitos foram derrotados, mas em quatro estados e um território foram aprovadas medidas criminalizadoras. A campanha força as mulheres, que desejariam utilizar suas energias em outras lutas pelos direitos femininos, a combater na mesma batalha repetidamente. A campanha americana para criminalizar o aborto é sustentada por uma aliança entre as igrejas fundamentalistas protestantes, dominada pelos homens, e o clero católico, exclusivamente masculino, mas a atividade católica abrange o mundo todo.

Os discursos que os conservadores usam na atual campanha mascara as questões reais.

Enquanto a campanha dos abortionistas aparece nos jornais, as forças anti-abortivas estão garantindo a batalha nos bastidores. Ameaçam os médicos que realizam abortos, vasculham seus lares e atacam verbalmente suas famílias, intimidando-os. À medida que prosseguem as discussões, apenas uma minoria de mulheres consegue ter acesso ao aborto. Le Anne Schreiber revela que, de 1977 a 1988, nos Estados Unidos, a realização de abortos *diminuiu* em 51 por cento, porque mais médicos se recusam a fazê-los. Apenas 17 por cento dos municípios do país possuem serviços de aborto. Em 1988, metade dos centros urbanos e "um preocupante 93 por cento das comunidades rurais não possuíam serviços conhecidos de aborto". Os hospitais, que realizavam um terço dos abortos nos Estados Unidos, agora baixaram esse índice para apenas 10 por cento. O resto é feito em clínicas, muitas clandestinas. Alguns estados (como Dakota do Norte) *não têm* médicos dispostos a realizar abortos. Dakota do Sul tem apenas *um*. Uns poucos médicos clínicos dedicados e corajosos voam das cidades aos pequenos municípios para oferecer seus serviços (mas não escapam das ameaças em casa). Como sempre, as mulheres que têm dinheiro para viajar e se instruir a respeito do problema, conseguem obter abortos legais. As mulheres e moças pobres são impedidas de praticá-los, tão efetivamente como se fosse por lei, numa flagrante burla de um direito legal pela intimidação terrorista.

Canadá — No Canadá, a Igreja iniciou um forte movimento para tornar o aborto ilegal, logo após uma importante vitória feminista. Em 1981, a Constituição estava sendo reformada. Enquanto os legisladores debatiam, as mulheres se mobilizavam em todo o país. Grupos liberais se aliaram às organizações feministas para exigir uma declaração de igualdade de sexos. Tiveram êxito. Naquele ano foi acrescentado um artigo à constituição canadense estabelecendo direitos iguais para homens e mulheres.

Até então, o Canadá tinha uma lei que permitia o aborto apenas em uma circunstância: uma mulher tinha que encaminhar o pedido de aprovação de aborto para uma junta de três médicos, sendo que a operação era realizada em hospitais, já que não havia clínicas especializadas. Como muitos hospitais estavam sob controle da Igreja Católica, na prática, era muito difícil fazê-lo.

A legislação do aborto no Canadá deve-se, sobretudo, a um homem, Henry Morgentaler, um sobrevivente de Auschwitz que emigrou para o Canadá e tornou-se médico. Na década de 70, ele praticou abortos abertamente em Montreal, atendendo mulheres católicas pobres (que eram proibidas de tomar medidas anticoncepcionais). Preso várias vezes, dominado pelas lembranças de Auschwitz, chegou a sofrer um ataque cardíaco.

Nessa época, a província de Quebec rebelou-se pacificamente contra a autoridade do governo anglo-saxão canadense e da Igreja Católica Romana. Convencida de que nenhum júri condenaria os acusados de realização de abortos, Quebec anunciou que, apesar da lei federal, não haveria mais perseguições nesses casos. Morgentaler abriu clínicas em todo o país, em províncias onde o aborto era ainda ilegal. Foi novamente processado. As canadenses se uniram e levantaram dinheiro para ajudá-lo em 1988, quando seu caso foi ao Supremo Tribunal. Considerando a lei do aborto discriminatória contra as mulheres, o Supremo Tribunal simplesmente arquivou o processo, eliminando o aborto dos atos regulados pelo Estado. Fundamentalmente, descriminalizou-o.

O governo canadense, imediatamente propôs uma lei punindo as grávidas e os médicos que participassem de aborto com dois

anos de prisão, a menos que ele fosse necessário por motivos físicos ou psicológicos — exceções que sempre privilegiaram as ricas, mas não as pobres. A Igreja Católica apoiou o projeto e mobilizou grande parte da população católica canadense. Durante os debates, mais de 300 médicos declararam que não mais realizariam abortos. Uma adolescente, impedida de obter um aborto legal, tentou executá-lo em si mesma com um cabide e morreu. Encontrada no chão, ao lado do objeto ensanguentado, ela se tornou símbolo da CARAL (Canadian Abortion Rights Action League, Liga de Ação Canadense pelo Direito do Aborto). Submetido ao Senado, que geralmente se submete ao governo, o projeto foi rejeitado por uma estranha aliança entre os “pró-vida” masculinos, que o consideraram muito brando, e as mulheres que combatiam a criminalização do aborto.

Hoje, o Canadá é o único país que não tem uma lei a respeito do aborto. Além disso, em 1990, a província de Ontário elegeu pela primeira vez na sua história um governo social-democrata. O Novo Partido Democrático (NPD), que assumiu o poder, nomeou onze mulheres para um secretariado de 26 membros. Elas passaram a ocupar cargos de alta relevância e economicamente poderosos e isso permitiu-lhes financiar clínicas de aborto e pagar despesas de viagem para mulheres residentes em distritos afastados.

No entanto, o aborto não é facilmente conseguido no Canadá, país de enorme território, com população dispersa. Nas regiões do norte e nas províncias litorâneas, os únicos hospitais são católicos, que se recusam a realizar abortos. As mulheres isoladas em seus lugarejos, sem dinheiro para viajar, podem ser tentadas a recorrer a expedientes primitivos como o do cabide. A Igreja, provavelmente, continuará a pressionar o governo federal e as províncias a negarem verbas para clínicas de aborto. A Igreja financia uma organização feminina de vanguarda, Mulheres Verdadeiras, análoga ao “América Eagle Forum”, dirigido por Phyllis Schlafley. Essa organização faz campanhas contra a dotação de verbas públicas para qualquer instituição de assistência às mu-

lheres, como as clínicas de aborto e os centros de aconselhamento às mulheres espancadas, sobreviventes de incestos, vítimas de estupro e as que necessitam de auxílio físico ou legal. As Mulheres Verdadeiras também se opõem às creches públicas e ao pagamento de salário igual para o mesmo trabalho exercido por homens e mulheres.

Em 1990, o primeiro ato de um novo bispo, em Toronto, foi dispensar as mulheres leigas que exerciam funções sacerdotais e as que prestavam assistência nos altars. Sobre isso, comenta a jornalista e escritora canadense Michele Landsberg: "Todas as ortodoxias se baseiam na dominação e controle das mulheres."

Polónia — Estrategicamente, o papa tem nomeado bispos conservadores em todos os lugares do mundo. A Igreja Católica apoia movimentos revolucionários nacionalistas em muitos países da Europa do Leste (talvez por isso muitos deles tenham um componente anti-semita). Onde ela é forte, como na Polónia e Croácia (Iugoslávia), empreende uma batalha para criminalizar o aborto. Mas, para se compreender seu poder na Polónia é necessário dar uma breve olhada na história polonesa.

A Polónia, dividida ao longo de todo o século 19, nunca deu origem a um movimento feminista forte. O povo, com coragem e capacidade para se rebelar, dedicou-se integralmente à luta pela independência. Cada geração chegou a promover uma insurreição num país dominado pelos russos. A divisão manteve a Polónia pobre e a maioria das mulheres foram sacrificadas pela pobreza (que sempre é mais severa para elas). Ainda assim, muitas tomaram parte nos levantes, diretamente ou apoiando as revoluções. Ao mesmo tempo, criavam os filhos e cuidavam das casas sem os homens, que eram aprisionados, exilados e mortos. Entre 1840 e 1850 fundou-se a primeira organização destinada a melhorar a instrução e o nível das mulheres: as "Entusiastas". Seus membros também trabalhavam no movimento subterrâneo de independência. A maioria foi presa e exilada pelos russos. A primeira escola vocacional feminina polonesa foi fundada em 1890.

Em 1897 admitiram-se mulheres nas universidades. A Sociedade Polonesa de Direitos Iguais para as Mulheres foi criada em 1907 e, quando, em 1918, a Polónia readquiriu a independência, as mulheres conseguiram o direito de votar e de se candidatar a cargos públicos. Repentinamente, o movimento feminista floresceu. Entre as duas guerras, mais de oitenta organizações de mulheres foram criadas na Polónia.

O país foi devastado pela Segunda Guerra Mundial. Um terço do povo e 90 por cento do gado morreu, bombardeados e fuzilados pelos invasores alemães ou pelos invasores soviéticos. Depois da guerra, os soviéticos impuseram o regime comunista a uma população hostil e baniram todas as organizações independentes, substituindo os grupos populares femininos por uma única instituição de massa, a Liga das Mulheres. Pela lei, os sexos tinham direitos iguais, mas, até os anos 60, as mulheres constituíam menos de um terço da mão-de-obra remunerada. Porém, em 1970, representavam 40 por cento dos trabalhadores e, no meio dos anos 80, 45 por cento. Gradualmente aumentou seu acesso à instrução, e agora há mais mulheres formadas do que homens. Em 1987, 30 por cento do povo polonês tinha instrução secundária — 27 por cento dos homens e 33 por cento das mulheres. Em 1989 e 1990 as mulheres constituíam 51 por cento dos estudantes universitários — mas também 6 por cento dos desempregados *registrados* (sem dúvida muito mais do que os dados oficiais). Numa economia em transformação, muitas empresas reduzem seu pessoal. As primeiras dispensadas são as mulheres.

Os poloneses nunca se submeteram pacificamente ao jugo soviético, rebelando-se pela primeira vez em 1956 e, depois, nos anos 80, com o Solidariedade. Em junho de 1989, a Polónia realizou as primeiras eleições livres da Europa do Leste, desde 1939. Não foram totalmente livres. O Partido Comunista controlava 65 por cento dos assentos no Sejm (parlamento inferior). Os poloneses votaram nos restantes 35 por cento do Sejm e no Senado (câmara superior recentemente criada). Foram eleitas 6 mulheres para as 100 cadeiras de senadores (6 por cento) e um número

inferior de deputadas para o Sejm em relação às nomeadas pelos comunistas. Na verdade, quando o povo teve voz nas eleições, o número de mulheres no Sejm caiu. (No entanto, a Polónia nunca encorajou qualquer tipo de discriminação sexual, senão recentemente, quando se pôs a imitar o ocidente.)

A Igreja Católica foi vital para o renascimento das idéias de independência na Polónia. Ela sobreviveu, apesar da perseguição comunista, como única instituição alternativa ao Partido, oferecendo um espaço particular dentro de uma sociedade totalitária. Suportou agressões durante cinquenta anos a fim de manter os valores tradicionais poloneses. Mas quais são esses valores? A família dominada pelos homens, o casamento monogâmico indestrutível e a sexualidade regulada. Talvez o tema mais importante de seu programa seja criminalizar o aborto, que ela tem combatido severamente desde 1956, quando foi legalizado. Em 1958, a Associação Católica PAX apelou ao Sejm para anular a lei e concitou os fiéis, especialmente os profissionais de saúde, a sabotá-la.

A maioria dos países socialistas legalizaram o aborto, mas também encorajam a natalidade. Para estimular a formação de grandes famílias, produziram contraceptivos não confiáveis, transformando o aborto na forma mais importante de controle de nascimentos. Mas os abortos eram realizados de forma bárbara. Assim, os países socialistas colocaram a mulher numa posição insustentável — sobrecarregadas com trabalho fora de casa, elas também eram responsáveis pelas atividades domésticas e a criação dos filhos. Nessas condições, elas não podiam cuidar de famílias grandes, principalmente nas cidades, onde as casas tinham pouco espaço. As mulheres, sem o controle da natalidade, mas com direito ao aborto, eram literalmente punidas ao utilizá-lo. Ainda assim, avalia-se que metade das mulheres polonesas acabaram abortando.

Ao se levantarem corajosamente contra a União Soviética, os poloneses do Solidariedade procuraram o auxílio da Igreja Católica, a principal instituição de resistência do país. A Igreja, do-

minada pelos homens, ofereceu apoio com a condição de que o Solidariedade, também dominado pelos homens, tornasse crime o aborto na Polónia independente. O Partido concordou e, após a independência, o cardeal Jozef Glemp imediatamente promoveu uma campanha para considerar criminoso qualquer interrupção da gravidez. A Igreja Católica também pressionou o Solidariedade para reduzir o fornecimento de contraceptivos. Apoiou a formação de grupos católicos leigos (Cuidado da Vida, Gaudium Vitae, Pro Família), organizou passeatas e coletou assinaturas em igrejas para financiar a campanha. Em 1989, a Igreja propôs uma lei que punia qualquer pessoa ligada à “morte de uma criança não nascida” a uma sentença de prisão de até três anos. Esse extraordinário documento foi apresentado por 74 deputadas do Sejm (8 mulheres).

O projeto de lei não só proíbe o aborto e penaliza a mãe e o cirurgião com a prisão, mas dá ao feto um *status* legal desde o momento da concepção. Depois do nascimento, o filho poderá exigir compensação por danos que tenha (sic) sofrido *quando feto*. O texto não especifica os tipos de danos. Malgorzata Fuszara, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, de Varsóvia, afirma que a lei é tão ampla que o filho poderia processar a mãe por qualquer ato que o afetasse negativamente. O projeto atribui aos pais (casados ou não) o cuidado da criança desde o momento da concepção até a maturidade, aumentando os deveres que o pai tem presentemente pela lei polonesa. *Mas não fornece meios — legais ou administrativos — para a mulher estabelecer a paternidade antes do nascimento do filho.*

O texto criou polémica. Parlamentares e críticos discutiram apaixonadamente. A questão rompeu alianças políticas e uniu adversários. O Solidariedade o apoiou (promessas, promessas), como fizeram Tadeusz Mazowiecki e Lech Walesa em suas campanhas presidenciais. O silêncio da imprensa levou Fuszara a acreditar que ela não concordava com o projeto, mas tinha medo de criticar. Noventa e cinco por cento dos poloneses se consideram católicos fiéis, mas a maioria (57 por cento) acha que não se deve

seguir uma norma da Igreja que se julgue moralmente errada. Um número maior fazia críticas conscientes às regras de observância religiosa. O primeiro protesto contra a prisão de mulheres que abortavam foi tão veemente que, antes do envio do projeto ao Senado, em agosto de 1990, a cláusula foi retirada. Mesmo assim, em janeiro de 1991, o projeto foi apresentado aos congressistas e enviado a uma comissão para estudos. Solicitou-se que o povo escrevesse suas opiniões. Na última pesquisa registrada pouco antes da votação do Congresso, 13 por cento da população achava que proibiria totalmente o aborto (como o projeto de lei), 33 por cento o permitiriam em circunstâncias especiais (ameaça à saúde da mãe ou gravidez contra sua vontade), 26 por cento acrescentariam dificuldades econômicas a essas circunstâncias e 23 por cento aprovariam o aborto legal.

A Igreja Católica já havia ganhado uma batalha. O governo socialista anteriormente subsidiava os remédios, incluindo as pílulas de controle da natalidade. Mas em janeiro resolveu eliminar os subsídios para os anticoncepcionais, baseado no argumento jesuítico de que “evitar gravidez não é doença”. A retirada do subsídio triplicou o preço das pílulas, para uma população já empobrecida. Em maio de 1991, o congresso polonês rejeitou a proibição total do aborto, desejada pela Igreja Católica, mas aprovou uma resolução alternativa solicitando ao governo impedir médicos particulares de fazê-lo — os quais são os preferidos pelas mulheres, pois assim o aborto não aparece nos registros oficiais.

Examine-se a lógica — e as conseqüências — dessa política. A Polónia está à beira da falência. Não consegue dar ao seu povo alimentação, moradia, educação e assistência médica adequadas. A maioria das mulheres trabalha fora e tem a responsabilidade exclusiva de cuidar da casa e criar os filhos — num país onde se precisa fazer compras diariamente, onde se exigem longas esperas em filas e há poucas e rudimentares utilidades domésticas. Em vez de concentrar suas energias na solução da situação econômica, o governo se submete à Igreja e implica com os corpos das mulheres. Nesse processo, coloca as mulheres numa situa-

ção impossível — desprovidas das pílulas gratuitas e (talvez) proibidas do aborto por lei. Elas serão forçadas a negarem a si e aos maridos as relações sexuais (e arriscarem-se à violência masculina) ou a gerarem mais filhos do que poderiam sustentar e educar.

A situação é semelhante em outros países onde a religião dita as políticas governamentais. Quando o sexo está ligado apenas à reprodução e esta afeta e é afetada pelas condições econômicas e políticas, os problemas resultantes não podem ser resolvidos pelo controle dos homens sobre os corpos das mulheres. O fato dos homens se concentrarem no controle das mulheres para resolver esses problemas parece algo louco ou, na melhor das hipóteses, supersticioso. Mas a loucura e a superstição dos homens têm terríveis conseqüências nas mulheres. Também os governos se intrometem nos corpos femininos, talvez para criar a ilusão de que os homens estão no controle de forças incontroláveis. Na verdade, quase todos os países tentam, de alguma forma, regulamentar o corpo das mulheres e sua aparência.

O Domínio do Governo Sobre o Corpo das Mulheres

Os países antigos muitas vezes regulamentavam o vestuário e os adornos das mulheres. O legislador grego Sólon procurou estabelecer regras sobre as festas, passeios e despesas das mulheres e, como os atuais muçulmanos, organizou uma polícia feminina para espioná-las. Na China, atrofiavam-se os pés das mulheres. Seria inconcebível fazer isso com os homens. Mais ainda, os chineses desse período foram muito claros a respeito das razões dessa atrofia. Um poema explicava: “Por que os pés devem ser amarrados? Para evitar andanças incivilizadas!” Os pés torcidos para trás, durante o desenvolvimento dos ossos da criança, formavam uma espécie de punho que constituía um objeto sexual. A arte erótica chinesa representa homens utilizando o espaço aberto no pé deformado como entrada para o pênis. No século 19, quando as mulheres participavam dos eventos sociais, exigia-se o uso de

roupas que ressaltassem exageradamente os seios e as nádegas, apertando a cintura de tal maneira que mal podiam respirar. As meninas cresciam com o tórax deformado. Em conseqüência, algumas até morreram.

Em 1927, Chiang Kai-Shek, como chefe das forças do Kuomintang (KMT — Partido Nacionalista Chinês), atacou principalmente as mulheres. Seus soldados caçavam as de cabelo ondulado, roupas “masculinas” e as que haviam escolhido seus próprios namorados. Eles rasgavam suas vestes masculinas e as exibiam publicamente para que “todos da cidade vissem que elas eram, na realidade, mulheres”. Depois as matavam. Atiravam em mulheres de cabelos curtos, ou as embrulhavam em lençóis embebidos em gasolina e as queimavam vivas. Por toda parte, agentes ou tropas do KMT mutilavam fisicamente as mulheres suspeitas, muitas vezes arrancando-lhes o nariz ou os seios e as violentando antes de matar. Uma moça foi torturada por ter escolhido livremente seu namorado e recebeu dezessete tiros. Soldados do KMT caçoavam das moças que desupravam: “Agora você vai ganhar um amor livre!”

Talvez se pense que hoje em dia somente o islamismo estabeleça normas que regulem a aparência das mulheres, mas estados seculares também julgam que esta é uma questão subordinada aos critérios e regulamentos masculinos. Na maior parte das nações do mundo as mulheres são proibidas por lei de sair à rua sem blusa. Numa ação motivada por interesses particulares, mas, em última instância, baseada na lei do país, a Continental Airlines, recentemente, dispensou uma mulher porque se recusava a usar maquiagem. (É de supor que um homem fosse despedido por usá-la.) A aparência das mulheres tem muito mais importância que a dos homens em seus trabalhos para o cinema ou a televisão, pois apenas elas são obrigadas a conservar silhuetas esqueléticas.

A aparência feminina é uma questão de Estado em muitos países recém independentes, onde o uso de roupas modernas é interpretado como uma influência ocidental, o que é inaceitável para

as mulheres, mas não para os homens. Samora Machel, o revolucionário socialista que se tornou presidente de Moçambique, era a favor da luta pelos direitos das mulheres. Entretanto, preveniu contra o “imperialismo cultural” ocidental. Ele temia o que chamava a emancipação “mecânica”, típica dos países capitalistas. “A mulher emancipada bebe e fuma, usa calças e minissaias, é sexualmente promíscua e se recusa a ter filhos”. A feminista iraniana Azar Tabari observa:

O que existe de culturalmente imperialista nas mulheres que bebem, fumam, usam calças, minissaias, são sexualmente promíscuas e se recusam a ter filhos (que crime contra a nação!)? Se alguém dissesse que beber e fumar etc., *em geral* (e não apenas para as mulheres), constituisse “imperialismo cultural”, seria acusado, com toda a probabilidade, de ser totalmente ignorante das ricas tradições culturais do terceiro mundo. Afinal, fumar tabaco era um hábito dos índios americanos. E que dizer dos versos de Omar Khayyam a respeito de “um copo de vinho, uma fatia de pão e você?” E nossas índias não usavam sempre calças compridas no meio do mato?

Azar Tabari,
“The Women’s Movement in Iran: A Hopeful Prognosis”
(O Movimento Feminista no Irã: Um Prognóstico Otimista),
Feminist Studies, 12, 2, verão de 1986.

Sexualidade e Reprodução

A maioria dos países procura regulamentar a sexualidade controlando as mulheres — alguns impõem a virgindade antes do casamento e a fidelidade depois dele. Quase todos consideram crime a prostituição — mas somente para as prostitutas, que geralmente são mulheres. (Os homens constituem 10 por cento da prostituição na maior parte das sociedades, mas trabalhar com o sexo é sempre associado às mulheres.) Os homens — sacerdo-

tes do templo na Suméria — inventaram a prostituição, provavelmente três milênios antes de Cristo, usando sacerdotisas para atrair fiéis e dinheiro. É possível que em *todas* as sociedades patriarcais do passado fosse essa a única profissão a garantir a sobrevivência das mulheres. Ainda hoje, é a única maneira em que mulheres pobres e sem instrução conseguem viver razoavelmente. E os homens são os clientes quase que exclusivos desse tipo de serviço. Entretanto, eles próprios colocaram a profissão na ilegalidade e criaram penitenciárias para punir (sob o disfarce de recuperar) as que a praticam. As tentativas para penalizar os clientes homens, publicando seus nomes, causa tanta repulsa nas camadas privilegiadas que acabam sendo canceladas. A economia de sociedades como as Filipinas e parte dos países do sudeste da Ásia baseiam-se na prostituição, da qual os homens se aproveitam mais do que as mulheres, sendo muitas delas, virtualmente, escravas.

Há muito tempo os Estados arvoraram-se no direito de determinar se as mulheres podem ou não usar métodos de controle da natalidade e praticar o aborto. Desde sua invenção, os países nunca procuraram impedir os homens de usar camisinha (embora as igrejas o tenham feito) mas foram necessários anos de esforços das feministas para se permitir às mulheres conhecer e possuir contraceptivos. Não apenas países católicos como a Irlanda, mas também estados seculares intervêm na reprodução feminina. Alguns países socialistas, como a Romênia e a China, impõem controles mais rígidos à reprodução porque podiam exercer o domínio quase total sobre seus cidadãos. Mesmo depois do colapso do socialismo, alguns países, ansiosos para agradar aos homens e às igrejas, continuam a sacrificar as necessidades especiais das mulheres pelo aborto legal, assistência maternal e garantia de trabalho para a criação dos filhos.

Em alguns antigos estados socialistas, como a Polônia e a Croácia, a Igreja Católica encabeça a campanha de controle do corpo feminino. Mas outros movimentos nacionalistas, não diretamente ligados a qualquer religião, revelam também a mesma tendência. Os da Europa do Leste revivem os ideais fascistas de milita-

risimo, o culto da “masculinidade” e dominância dos homens, da disciplina, da obediência, da uniformidade e à adulação ao “povo”. Com uma base muito estreita de solidariedade (como o “arianismo” de Hitler), esses movimentos levam a todas as formas de xenofobia, mas principalmente ao anti-semitismo e ao controle, pelos homens, do corpo das mulheres. O aborto é um importante ponto de discórdia na união das duas Alemanhas. É muito provável que ele seja considerado crime na Alemanha Oriental, Hungria, Sérvia, onde o nacionalismo tomou forma particularmente virulenta, segundo relata Celestine Bohlen. Os sérvios constituem 70 por cento do grupo de oficiais do exército nacional da Iugoslávia e formam uma sociedade militarizada. Presentemente, o governo discute um imposto punitivo para os casais sem filhos, deixando entrever uma forte política em prol da natalidade.

Romênia — A situação na Romênia é mais complicada. Até 1966, o aborto era legal e as mulheres dependiam dele porque os contraceptivos eram ordinários e difíceis de encontrar. (Todos os estados socialistas fabricam contraceptivos de má qualidade e em número insuficiente, talvez porque queiram que as mulheres gerem muitos filhos, apesar das dificuldades em criá-los. Mas também não produzem absorventes íntimos nem tampões — o que é uma deficiência chocante no século 20. (Talvez seja porque tudo o que é “feminino” tenha pouca importância.) Em 1965, a Romênia teve mais de um milhão de abortos registrados e 274 mil nascimentos de crianças vivas, o que significa que 80 por cento das gestações foram interrompidas.

Nicolae Ceausescu, que governou ditatorialmente a Romênia até o golpe de Estado em 1989, queria mais trabalhadores. Em 1965 decidiu que a maneira de consegui-los era proibindo o aborto. No ano seguinte, os nascimentos dobraram para 528 mil, mas a produção das fábricas *caiu*. Ceausescu esquecera, como os homens costumam esquecer, que as mulheres trabalham e não podem trabalhar e ter filhos ao mesmo tempo. As romenas pobres

recorreram ao aborto ilegal. Os nascimentos caíram, mas o índice de morte materna subiu de 85,9 em 100 mil nascimentos vivos (1966) para 96,2 (1968) e 139,9 (1981). (Na Inglaterra e Gales, 9 em cada 100 mil mães morrem ao dar à luz. Na França, 15,5.) Enquanto na Inglaterra, 22 por cento de mortes maternas resultaram de aborto, na Romênia, 85,6 por cento. Devido à proibição, muitas vezes mulheres doentes, em consequência de abortos mal feitos, deixaram de procurar socorro médico. Mas, proibido ou não, por volta de 1983 o índice de nascimentos continuava igual ao de 1966: 14,3 para cada 1000 habitantes.

Ceausescu determinou então que todas as mulheres se submetessem a exames médicos mensais para verificar se estavam grávidas! Estipulou um imposto elevado a pessoas solteiras de mais de 25 anos ou a casais sem filhos, sem atestado médico que confirmasse a infertilidade. Proibiu também a importação de contraceptivos. Sem o comprovante do exame mensal as mulheres em idade de procriar não tinham direito à assistência médica ou à carteira de motorista. As mulheres férteis provavelmente passaram a evitar o sexo para prevenir a gravidez. Repentinamente, a população deu mostra de grande ansiedade, o índice de mortalidade infantil cresceu, assim como o número de bebês oferecidos para adoção. Em 1965, o índice oficial de mortalidade infantil na Romênia foi de 25,6 para 1.000 crianças de menos de um ano de idade (na Suécia, em 1983, foi de 7; na França, 9; nos Estados Unidos, 10,9 e na Tchecoslováquia, 15,6). Esse índice foi diminuído graças à manipulação dos dados. Segundo o repórter do *New York Times*, Meredith Burke, os números verdadeiros eram de 60 a 80 por cento mais elevados. Mesmo assim, depois do golpe de Estado os orfanatos romenos estavam superlotados de crianças indesejadas. Embora tenha legalizado o aborto, o novo governo também procura restringi-lo.

Japão — Os países capitalistas pressionam indiretamente suas mulheres para terem ou não mais filhos — em razão da percepção de dificuldades momentâneas, como impostos altos, eleva-

dos custos de instrução, assistência médica, moradia e alimentação. Nos anos 80, os homens observaram que as mulheres brancas de classe média não estavam tendo filhos em número suficiente (o controle do corpo das mulheres quase sempre tem um componente racista). Isso levou-os a produzir uma série de filmes e programas de televisão enfatizando as alegrias da maternidade e as capacidades maternas dos homens. Israel utilizou incentivos financeiros para aumentar o número de gestações e o Japão recentemente ofereceu às mulheres um pagamento de 5 mil ienes mensais (38 dólares) para cada filho em idade pré-escolar e o dobro dessa quantia para um terceiro filho. O Japão está superpovoado, mas seus governantes estão preocupados com a queda do índice de nascimentos.

É difícil dizer o que é mais ofensivo — a indiferença dos homens pelas condições enfrentadas pelas mulheres para criar os filhos ou as insignificantes quantias que eles pensam ir persuadir a aumentar a prole. Mulheres japonesas, consultadas por um repórter, afirmaram que a relutância em ter mais filhos era uma rebelião contra um sistema opressivo. Instrução e moradia são muito caras, não existem creches e os maridos nunca estão em casa. Os homens voltam tarde e exaustos do trabalho. Para recreação eles têm vídeo-games, esportes e turismo sexual no sudeste da Ásia. A vida de uma esposa e mãe não é invejável e muitas mulheres adiam ou evitam o casamento. Yuriko Marumoto, médica e mãe de família, que se declarou contra o plano de bônus, explica: “Nossos políticos e líderes trabalhistas só vão para casa muito tarde da noite. Não sabem como as crianças são criadas nem o que é a vida familiar. Nosso sistema político é controlado por homens que nada sabem de cozinha e de lar.”

Antes que a campanha encetada pela Igreja para criminalizar o aborto tivesse penetrado no governo, os Estados Unidos faziam amplas campanhas para a esterilização de populações consideradas indesejáveis — principalmente entre as negras sulinas (o movimento na Carolina do Norte é um exemplo), as indígenas e as hispânicas. Somente em 1972, as clínicas usaram recursos fede-

rais para esterilizar de 100 a 200 mil pessoas nos Estados Unidos (Hitler só conseguiu esterilizar 250 mil durante todo o seu governo). Mais de 35 por cento das mulheres porto-riquenhas em idade fértil foram esterilizadas nos anos 70 e 24 por cento das de origem indígena em 1976. Atualmente, surgiu um movimento formado em círculos supostamente liberais para controlar a maneira de as mulheres reproduzirem. Poderoso, amplo, mas não admitido, ele está sendo conduzido por diferentes grupos, que literalmente perseguem as mulheres grávidas, principalmente as mais pobres, sob o disfarce da preocupação médica, legal ou ética. Discutirei isso na Segunda Parte, Discriminação Institucional, na seção que expõe o tratamento dado às mulheres pelos sistemas médico e judicial.

As Guerras Comunitárias Contra o Corpo das Mulheres

Há cerca de quatro ou cinco mil anos, quando as idéias patriarcais se firmaram e os homens criaram as nações, um dos primeiros atos de cada Estado foi definir o papel das mulheres apenas pela sua sexualidade. Não estavam preocupados com elas, mas com o desejo dos homens. Queriam também apropriar-se de sua capacidade reprodutora. Os homens as forçaram à situação de animais domésticos, que eles criavam, treinavam, compravam, vendiam. Com essa finalidade, usavam a propaganda religiosa e filosófica, treinando as mulheres para serem dóceis, tratáveis e possuíveis — como vacas, porcas e ovelhas. Mesmo que a redução das mulheres a essa subserviência tivesse sido fácil ou que o conceito de sua inferioridade fosse correto, na verdade complicou-se imensamente pelo fato de elas possuírem mentes, emoções, talentos e espírito. Não só as mulheres continuaram a se exprimir, mas, às vezes, os homens também as amavam e admiravam, o que dificultou ainda mais o controle. O conflito íntimo de um homem entre o respeito afetivo e a tendência de con-

trolar a mulher, pode atingir uma ampla gama de resoluções. Mas as sociedades organizadas — comunidades, instituições e Estados — quando enfrentam esse dilema, a tendência do controle sempre vence.

Com o aparecimento do patriarcado, em qualquer sociedade, o primeiro alvo do homem é o corpo das mulheres. Desejosos de assegurar sua paternidade eles instituíram a patrilinidade. Dando seu nome aos filhos, têm a desculpa de guardar a sexualidade das mulheres, forçando-as ao casamento e à maternidade em idade muito precoce (o que Adrienne Rich chamou de "heterossexualidade compulsória"). Eles matavam ou escravizavam as mulheres que perdiam a virgindade (mesmo as estupradas), enfiavam-nas em cativeiros, negavam-lhes direitos de divórcio e custódia dos filhos e as matavam por aborto e adultério. *Nenhum desses castigos foi jamais imposto a um homem.*

Em algumas sociedades assassinaram-se homens por adultério, mas apenas por terem feito sexo com a propriedade de outro homem (esposa), mas não por terem tido relações com uma mulher que não era sua esposa. As mulheres eram assassinadas por adultério por terem relações com qualquer homem que não fosse o marido. Em muitas sociedades, os homens tinham o direito legal de ordenar o aborto, de denunciar o filho ou mandar matá-lo após o nascimento. Em todas elas, permitiam-se ao homem várias parceiras sexuais, às vezes diversas esposas. Podiam iniciar o divórcio à sua vontade e a eles era dada a custódia das crianças. Só as sociedades patrilíneas eram exógamas (exigindo casamento entre clãs diferentes) e só os grupos exógamos eram patrilocais (exigindo a mudança da mulher para a comunidade do marido). Isso ensinava aos homens a possibilidade de isolar as mulheres entre estrangeiros, privá-las da solidariedade de seus parentes e dos direitos de propriedade. Nesse ambiente, eles abusavam delas com impunidade. Com a difusão desses costumes, cada vez mais as mulheres se tornaram simples objeto de uso para os homens. Eles as exploravam, escravizavam, forçavam à concubinação e se desfaziavam das viúvas, de modo a ficarem com

suas propriedades. Privando as mulheres do direito de possuir bens, eles as forçavam a se casar para sobreviver. O controle era circular e total.

MUTILAÇÃO GENITAL — É necessária esta explicação para se entender uma forma de controle do corpo feminino raramente abordada e considerada polêmica — a mutilação genital. Muitos a associam ao islamismo, mas os muçulmanos reagem a isso. O islamismo não iniciou essa prática, que é também exercida por cristãos, animistas e coptas. Na verdade, 80 por cento do mundo islâmico atual, incluindo Arábia Saudita, Irã, Líbano, Argélia, Jordânia, Tunísia e grande parte da Ásia muçulmana, não mutila moças. A maioria dos egípcios que a praticam mora no vale do Nilo, o que pressupõe uma origem faraônica (do antigo Egito). Mas é também verdade que uma grande porcentagem de mulheres genitalmente mutiladas são muçulmanas. Como a religião, o islamismo não preconiza isso, mas alguns chefes islâmicos sim. Ao que se saiba, a infibulação, a forma mais devastadora e perigosa de mutilação genital, é praticada apenas pelos muçulmanos. Estudiosos avaliam que nos dias de hoje há mais de vinte milhões de mulheres genitalmente mutiladas. Descreverei a mutilação genital e suas conseqüências físicas nas mulheres e analisarei as justificativas dadas para ela.

A mutilação genital das mulheres é às vezes chamada de circuncisão feminina, como se assemelhasse à masculina. Mas não têm paralelo. A masculina não traz nenhum benefício, mas geralmente não acarreta nenhum mal. Em raras ocasiões, a mão do cirurgião escorrega e corta o pênis do bebê. Às vezes, um morre na operação. Alguns acreditam que a retirada do prepúcio (pele da frente do pênis) conserva o pênis mais limpo e protege o homem e sua parceira sexual do câncer. Mas não há provas de que a circuncisão masculina produza qualquer tipo de vantagem. No entanto, ela não deforma os órgãos genitais masculinos nem impede o prazer sexual nem qualquer outra função do pênis. Mas até a mais suave forma de "circuncisão" feminina pode causar

a morte. Todos os seus tipos deformam os órgãos genitais. Geralmente incapacita a mulher ao orgasmo e à excitação sexual e, na sua forma mais severa, acarreta relações sexuais e partos dolorosos, doenças e morte.

Há várias formas de mutilação genital feminina. Segue-se um resumo das operações realizadas em moças e mulheres, com as diversas partes indicadas:

Circuncisão (Sunna). Remoção da pele (prepúcio) e da ponta do clitóris. Em árabe, "sunna" significa "tradição". Nos países árabes, a mais branda das mutilações é chamada "sunna", talvez porque fosse a forma conhecida por Maomé.

Excisão (Clitoridectomia). É a operação de retirada total do clitóris. Geralmente cortam-se também parte dos *labia minora* (os pequenos lábios que circundam a vagina). Às vezes, fazem-se cortes ao redor da vagina para facilitar os trabalhos de parto. Na verdade, eles o tornam mais difíceis e dolorosos.

Infibulação (Circuncisão faraônica). Esta operação é chamada "faraônica" porque foi realizada inicialmente no Alto Egito. O termo "infibulação" vem dos romanos, que às vezes apertavam com um anel ou grampo (*fibula*) os grandes lábios genitais das escravas para impedi-las de ter relações sexuais e engravidar. Essa prática talvez se tenha originado da criação de gado, pois o mesmo é feito em fêmeas de animais como éguas e vacas, quando os proprietários não querem que procriem. Os romanos fixavam um anel semelhante no prepúcio de machos a quem queriam evitar sexo (geralmente gladiadores). Hoje, a infibulação é praticada apenas pelos muçulmanos.

A infibulação de mulheres é feita pela retirada do prepúcio, do clitóris e dos *labia minora*, raspagem de carne dos *labia maiora* e sua costura. Às vezes retira-se tecido também do interior da vagina. Deixa-se apenas um pequeno orifício para a descarga da urina e do fluxo menstrual. Frequentemente coloca-se nessa aber-

tura um graveto de junco e amarram-se juntas as pernas da moça até as feridas sararem. Nas casadas, o tecido protuberante é cortado com uma abertura para a entrada do pênis. Alguns grupos deixam essa abertura estreita para aumentar o prazer sexual masculino. Produza ou não esse efeito, o que ela realmente faz é aumentar a dor da mulher durante a relação. No parto, a abertura tem que ser alargada. O marido pode ordenar que a mulher seja recosturada depois de cada filho ou sempre que ele vai viajar.

No parto, os lábios e as paredes internas da vagina se expandem para permitir a dilatação natural. Se são removidos, o parto é doloroso. É fácil imaginar o que a mutilação significa durante a relação sexual. E a retirada do clitóris, exceto na circuncisão Sunna, acarreta o desaparecimento da excitação, do prazer sexual e do orgasmo femininos. (Algumas mulheres afirmam que sentem prazer sexual depois da excisão, mas é difícil obter informações precisas sobre isso. Nas regiões do mundo em que se pratica a mutilação vaginal, as mulheres são ensinadas a serem recatadas e envergonham-se de falar sobre o assunto, mesmo com pesquisadoras femininas.)

Essas operações geralmente são realizadas com facas não esterilizadas, às vezes até enferrujadas, cacos de vidro e navalhas. Mulheres parteiras e barbeiros costumam executá-las. Os médicos descrevem as seguintes conseqüências dessas operações:

Conseqüências imediatas: dor (não se usa anestesia), hemorragia, choque (pela extrema dor), incapacidade de urinar, infecção urinária, infecção do sangue e tétano (devido aos instrumentos não esterilizados), febre, morte por qualquer dessas causas. Algumas moças têm os ossos fraturados pela força utilizada para segurá-las durante a operação.

Conseqüências posteriores: Se o ferimento demorar para sarar, pode surgir infecção, anemia e desnutrição. Há perigo de infecção pélvica, quistos, abscessos e impossibilidade de menstruação

devido as cicatrizes fecharem a vagina. Isso acarreta acumulação de fluido menstrual na vagina e no útero, causando infecção pélvica e congestão. Uma abertura vaginal estreita, infecção pélvica e danos à região vulvar causam relações sexuais dolorosas. (Em algumas sociedades é costume, logo após a operação, o marido introduzir o pênis com violência na vagina da esposa. Isso provoca a saída de grande quantidade do sangue, o que é considerado um sinal da bravura para o homem.) Algumas mulheres adquirem infecções no canal urinário e urina com dor. Se a abertura vaginal é desafortunadamente estreita (ou se o marido mandou costurar a esposa depois do parto), pode ocorrer a perfuração do ânus, provocando incontinência e fissuras anais. É também o método mais eficiente de propagar a aids, doença epidêmica na África, onde a mutilação genital é muito comum.

Conseqüências no parto: O tecido cicatricial é muito mais resistente do que o normal. Se a cicatriz genital da mulher é muito rígida, o bebê não poderá sair sem um demorado e dolorido trabalho de parto. Algumas vezes a cabeça do bebê sai pelo perineo. As mulheres que passaram por infibulação têm partos dolorosíssimos, porque tudo o que a natureza fez para facilitar o nascimento foi removido. Nascerem crianças mortas ou com danos cerebrais, por falta de oxigênio causada por partos muito prolongados. Às vezes a cabeça da criança, incapaz de fazer seu trajeto natural para baixo, comprime a parede posterior da bexiga, deixando a mulher com o órgão danificado, de modo que a urina vaza, deixando-a constantemente com mal cheiro. Essa urina matará futuros fetos. Se o trabalho de parto é duro demais, o próprio útero poderá descer à vagina e atravessar o orifício da vulva. Às vezes outros órgãos, como a bexiga, o cólon e o reto também são forçados a atravessar a vagina.

A mutilação genital das mulheres não é equivalente à circuncisão dos homens, mas à castração. Porém, por mais horrível que ela seja para o homem, os eunucos sofrem menos do que as mulheres mutiladas, pois não têm que dar à luz através de órgãos

inutilizados. A estrutura do corpo feminino permite a reprodução mesmo que seus genitais externos tenham sido extirpados.

A HISTÓRIA DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA — Podemos dar apenas um breve resumo da história da mutilação genital feminina, neste livro. Suas origens são pouco conhecidas. Alguns estudiosos acham que ela começou na África e foi adotada pelo islamismo, quando conquistou o Egito em 742. Outros, que ela teve início na península Arábica ou, ainda, que se originou isoladamente em diversos lugares. Sua propagação segue a do islamismo, descendo a costa da África ocidental até o sul e oriente, através do cinturão que vai do Sudão à Malásia, Indonésia, Paquistão e Índia. Em muitas regiões, é praticada apenas pelos muçulmanos, mas a influência islâmica não é capaz de explicar a sua prática entre os aborígenes australianos. Há médicos que afirmam ter encontrado sinais de clitoridectomia em múmias egípcias do século 16 a.C. Porém, os pesquisadores não acharam indícios de infibulação nas múmias do Egito pré-dinástico ou posterior.

O médico grego Aetius (502 a 575) defendeu a prática, dizendo que o clitóris da moça deve ser extraído “antes que fique muito grande”. Na operação, segundo descreveu, ela se senta numa cadeira, com as pernas mantidas abertas por alguém situado às suas costas. O cirurgião, de pé e à frente, agarra o clitóris com um fórceps e o arranca. Paulo (ou Paulus) de Aegina, médico grego do século 7, era a favor da excisão, afirmando que o clitóris era uma coisa vergonhosa que ficava “erecto como um pênis e podia ser utilizado para o coito lésbico”. Em 1843, um viajante do Sudão descreveu o processo de infibulação em uma noiva, no qual o cirurgião usava um modelo (em argila ou madeira) do pênis erecto do marido. Sobre isso, o antropólogo Ashley Montagu fornece um relato ainda mais descritivo e horripilante:

Quando a moça, cuja virgindade havia sido preservada dessa maneira revoltante, fica noiva, mais crueldades são praticadas.

Uma das mulheres que realizam a infibulação visita o noivo pouco antes do casamento, a fim de obter as medidas exatas do seu membro. Executa então, em argila ou madeira, um modelo do falo e, com sua ajuda, faz uma incisão de certo tamanho na cicatriz e deixa o instrumento, envolado num pano, dentro da ferida, a fim de evitar que as bordas adiram de novo. A festa do casamento é celebrada com horrível algazarra. O homem conduz a noiva para casa — cada passo que ela dá significa dor — e, sem dar tempo para que a ferida recente sare ou cicatrize, ele exerce seus privilégios maritais. (O grifo é meu.)

A clitoridectomia foi amplamente praticada na Europa e nos Estados Unidos durante a segunda metade do século 19. O dr. Isac Baker Brown, um dos mais prestigiados cirurgiões ginecologistas da Inglaterra, introduziu essa prática no país, principalmente para “curar” a masturbação. Considerando essa maneira de agir criminosa, a maioria dos médicos abandonou essa prática por volta de 1867. Mas os dos Estados Unidos continuaram a praticá-la e até ampliaram sua ação, abrangendo inclusive a ovariectomia (remoção dos ovários). E. Wallerstein afirma que milhares de mulheres sofreram essa cirurgia nos anos 1870. Os médicos asseguravam que essa operação curava os “desvios sexuais”, como a masturbação e a “ninfomania” (*era coisa impensável que qualquer mulher decente sentisse prazer sexual*), bem como a histeria, a epilepsia, a catalepsia, a melancolia e a insanidade mental. Afirmavam que a “excitação sexual, resultante de imprimir movimento à máquina de costura de pedal”, tornava as mulheres doentes. (Provavelmente achavam também que era perigoso para elas andar a cavalo com uma perna de cada lado do animal.)

Depois de 1880, a remoção cirúrgica do clitóris e dos ovários diminuiu, mas a clitoridectomia isolada continuou em larga escala, inicialmente para eliminar o lesbianismo — verdadeiro, mera suspeita de tendência ou simples aversão aos homens. Ao declarar que “a sexualidade da jovem não está nos seus órgãos sexuais”, um cirurgião de Boston afirmou, em 1897, que o orgasmo femi-

nino era uma doença e a remoção dos órgãos eréteis, uma necessidade. Até 1935, ela foi freqüentemente realizada em hospícios. No século 20, certos médicos americanos chegaram a estar propensos a realizar a infibulação, para impedir que as mulheres se masturbassem. No seu livro *Diseases of Infancy and Childhood* (Doenças da Infância e da Minoridade, 1936), Holt recomendava a cauterização ou remoção do clitóris para “curar” a masturbação das meninas. Hosken cita um exemplar de 1982 do *New National Black Monitor*, um suplemento dominical americano, que publicou um editorial propondo a remoção do clitóris e a infibulação para eliminar a atividade sexual das adolescentes antes do casamento. Lillian Passmore Sanderson escreve que essas cirurgias ainda são realizadas nos Estados Unidos e na Europa.

Os pesquisadores têm procurado obter informações sobre a remoção do clitóris e a infibulação na África e na Ásia, nas últimas décadas, mas seus objetivos muitas vezes são frustrados. Onde quer que essas técnicas sejam empregadas, são um segredo. Os pesquisadores são considerados intrusos, infieis e ocidentais, propensos a converter o mundo segundo seu ponto de vista. Fran Hosken, que, em 1973, ouviu uma referência a esse assunto, tentado descobrir mais informações, o que provocou a hostilidade dos africanos e muçulmanos por insistir em continuar suas investigações e publicá-las. O que sabemos sobre mutilação devemos em grande parte a ela.

JUSTIFICATIVAS PARA A MUTILAÇÃO GENTIL FEMININA —
As sociedades oferecem diferentes racionalizações para mutilar as mulheres. Algumas dizem que a vulva cheira mal e torna o corpo impuro. Essa justificativa vem do ódio às mulheres. Os genitais de *ambos* os sexos têm cheiro (na verdade, ele contribui para despertar o desejo, como acontece com os animais). Mas somente nas mulheres isso é condenável (segundo alguns autores e anúncios de desodorante vaginal), quando, na verdade, os homens têm cheiro mais forte porque urinam pelo mesmo orifício

do órgão que usam para o sexo — mas nunca se anuncia vaporizador para perfumar o pênis. É possível que as mulheres mutiladas cessem de secretar o líquido vaginal que acompanha a excitação sexual, mas a infibulação provavelmente aumenta o cheiro ou o *agrava* por reter fluidos na bolsa de pele formada pela operação. A mutilação é capaz, portanto, de aumentar o cheiro da mulher e torná-lo desagradável, falseando assim a intenção declarada.

Muitos povos justificam a mutilação com base em que os genitais femininos são repugnantes ou feios. A hipertrofia do clitóris é freqüentemente citada como razão da cirurgia, principalmente na Etiópia. Entretanto, um ginecologista que durante muitos anos examinou as mulheres daquele país, afirma que a hipertrofia clitoriana não é mais comum nelas do que nas de outras regiões. O pessoal que trabalhava no maior centro de planejamento familiar em Adis Abeba, ao ser entrevistado por Hosken, declarou não haver encontrado *nenhum* caso de hipertrofia clitoriana. Alguns povos pensam que se o clitóris não for removido, crescerá como um pênis. Outros, como os temes, limzas e iocos de Serra Leoa, os bambaras de Mali e alguns hausas do norte da Nigéria, sabem que o clitóris não cresce até ficar pendurado entre as pernas, mas ainda assim o acham feio.

Ocorrem clitóris muito grandes, mas mesmo que isso fosse comum, o que os torna tão feios para uma sociedade? O pênis é feio? São bonitos os testículos? O que pode ser mais feio do que as cicatrizes das mutilações? Homens entrevistados por Hosken confidenciaram que ficam perturbados pelo simbolismo de um clitóris enorme. Ao considerar, em versão menor, o clitóris análogo ao pênis, ficam inquietos quando vêem um muito grande e sentem-se ameaçados pela mulher que tenha o órgão-símbolo de sua superioridade. A verdadeira base de sua preocupação talvez seja o entendimento de que o clitóris é um órgão sexual superior. Ele é completo, protegido e único — não tem outra função senão a de proporcionar prazer sexual. Pode funcionar com autonomia. O gozo que o clitóris promove não depende do pê-

nis, nem do homem, nem de outra pessoa. Fica sob o controle da própria mulher. As justificativas baseadas na estética não têm sentido. Escondem ressentimento e inveja do corpo, do poder e da autonomia da mulher.

Um conjunto de justificativas ainda mais absurdo diz respeito à saúde. Por exemplo, os mossis de Burkina Fasso e alguns grupos nigerianos acreditam que o clitóris pode matar o bebê se a cabeça deste tocar o órgão durante o parto. Outros acham que as secreções liberadas pelas glândulas do clitóris matam o esperma e que a mulher não consegue engravidar se não for mutilada. Os médicos do ocidente ensinavam que, com a remoção dos órgãos sexuais, a saúde da mulher melhorava com a cura da masturbação, depressão, melancolia, ninfomania, histeria, insanidade mental, epilepsia, cleptomania e vadiagem! Na verdade, a mutilação é um grave prejuízo. Todas as mulheres sofrem com a operação. Algumas ficam doentes para o resto da vida e outras morrem. Provavelmente ela cura a masturbação — o que é surpreendente é a masturbação ser considerada doença. Nem os bebês morrem por tocarem (se o fizerem) o clitóris de suas mães ao nascer. Pelas razões acima citadas — longe de aumentar a fertilidade, a mutilação a impede.

Entretanto, a mutilação promove a virgindade, pré-requisito para o casamento em todas as sociedades tradicionais africanas e muçulmanas. Pelo fato de muitos homens não se casarem com moças que não sejam mutiladas, os pais têm a tendência de fazê-la. A maioria das mulheres explica a mutilação como um *costume* tradicional. Se não a fizerem, serão consideradas diferentes e marginalizadas de suas comunidades. Até as mães que não acreditam nas justificativas apresentadas para a mutilação, que conhecem os perigos e a dor que causa, infligem o mesmo padecimento às filhas para não torná-las párias sociais.

Alguns grupos acham que a mutilação aumenta o prazer sexual do homem. Dizem que o clitóris *faz* o homem chegar muito rapidamente ao orgasmo, quando ainda não o deseja, diminuindo sua capacidade de controle sobre a relação sexual — e

esse controle é uma prerrogativa masculina. Outros afirmam que a infibulação causa um estreitamento acentuado na vulva, o que excita os homens. Mas às vezes a abertura deixada é tão pequena que torna o coito impossível. De qualquer modo, se William Blake estiver certo, como acredito, o que mais os amantes desejam um do outro é a “correspondência de desejo gratificado”, algo que o homem jamais conseguirá de uma mulher mutilada. A maioria dos homens entrevistados em Serra Leoa disseram preferir ter relações com mulheres perfeitas. Dos 300 maridos sudaneses entrevistados por um médico muçulmano, 266 admitiram ter preferência por mulheres perfeitas para praticar sexo. Entretanto, era melhor casar-se com uma mulher garantidamente virgem e seguramente fiel, do que com uma que lhes desse maior prazer sexual.

As indianas muçulmanas, em Delhi, deram-me outra justificativa para a mutilação — a salvação religiosa. Extremamente pobres, não podiam pagar a cerimônia de mutilação de suas filhas e lamentavam que as moças não podiam ir para o paraíso. Tinham certeza disso? Tinham, sim, pois assim lhes havia sido ensinado por um professor muçulmano. Essas mulheres eram analfabetas, sem qualquer instrução. Tinham sido “circuncidadas”? Sim, claro. O prazer, expliquei ao tradutor. O prazer no ato sexual. Elas ficaram de tal forma perturbadas que não foi possível obter nenhuma resposta, mas, pelos olhares atônitos, suspeitei que não sabiam ser possível à mulher sentir prazer no sexo. Finalmente, declararam: o prazer no sexo era para aos *homens*. Esta é também a justificativa dada pelos cristãos do Quênia, cujas moças, segundo Hanny Lightfoot-Klein, se submetem a mutilação na adolescência, acreditando que, se não o fizerem, serão condenadas a queimar no inferno por toda a eternidade.

Virgindade, fidelidade, supressão do desejo significam submissão. Muitos povos (os núbios, por exemplo) acreditam que as meninas são “rebeldes” sexualmente selvagens e precisam ser mutiladas para se tornarem boas esposas. A operação ensina à mulher o seu lugar, faz com que seja dócil, passiva. O marido não

necessita preocupar-se com uma esposa mutilada, que nunca irá procurar outro homem, já que não sente desejo sexual. Isto protege “a família”. M. B. Assad declara que o islamismo sustenta e sanciona essa prática explicitamente para atenuar o desejo sexual da mulher e para reforçar o controle masculino sobre a virgindade e a castidade. Milhões de pessoas acham que a mulher precisa ser protegida, não de sua própria “incontinência”, mas dos homens. Assim sendo, um médico muçulmano defende os antigos árabes que praticavam a infibulação *para proteger dos ataques dos homens as meninas que saíam sozinhas para cuidar das ovelhas*. Entretanto, a infibulação é mais selvagem que o estupro. É como se uma mulher não infibulada estivesse sendo estuprada por um homem com uma faca. “Proteção” é muitas vezes a razão dada para a mutilação, geralmente proteção da família.

Todos os relatos de mutilação genital praticada hoje na Ásia e na África citam mulheres que se encarregam da cirurgia e que estão convencidas de sua necessidade. Toleram esse horror porque lhes traz e às suas filhas, a aceitação da sociedade e da religião. Mas o controle das mulheres sobre essa prática é só aparente. Nessas regiões do mundo, os homens não se casam com moças não mutiladas e elas precisam de marido para sobreviver. Portanto, a mutilação é obrigatória.

Guerras Comunitárias para Erradicar as Mulheres

Amartya Sen descreve um fenômeno que seria chamado de genocídio se ocorresse com um grupo étnico — a erradicação de mulheres. Num artigo intitulado “Mais de Cem Milhões de Mulheres Desapareceram”, Sen calcula o número das que teriam nascido se os fetos femininos não tivessem sido seletivamente abortados e se os bebês tivessem recebido, nos seus países, a mesma alimentação e igual cuidado médico oferecido aos recém-nascidos masculinos. Quando não se dá tratamento muito desigual aos bebês de ambos os sexos, as mulheres vivem mais do que os ho-

mens, porque a natureza as favorece. Da concepção ao nascimento e por toda a vida, elas são mais resistentes às doenças e mais fortes que os homens. Se recebem a mesma nutrição e os mesmos cuidados médicos, vivem muito mais, embora os homens possuam maiores recursos, porque têm mais instrução, conseguem melhores empregos, ganham mais, recebem mais prestígio e menos encargos — não ficam menstruados, nem grávidos, nem dão à luz e poucos criam seus filhos. Em lugares onde os sexos recebem cuidados relativamente iguais, a proporção de mulheres para homens é de 1,05 para 1. As mulheres vivem mais que os homens na Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Mesmo na região do Sub-Saara, onde as mulheres estão morrendo de fome, a proporção entre o sexo feminino e masculino é de 1,01 para 1.

Assim, uma população com mais homens do que mulheres — como na Índia, Paquistão e China — só pode acontecer de propósito. Na Índia, em todas as faixas etárias (exceto logo após o nascimento), até os trinta e tantos anos, morrem mais mulheres que homens porque elas não recebem comida suficiente nem cuidados médicos adequados. Nas famílias indianas normalmente os homens comem primeiro. O que sobra fica para as mulheres, que, por último, alimentam as meninas. Algumas trabalhadoras da construção civil, com quem conversei, disseram-me, sussurrando, que escondiam um pouco de comida para si próprias, antes de alimentar os maridos. Sentiam-se culpadas por isso, mas seus homens nunca lhes deixavam o que comer (as mulheres eram verdadeiros esqueletos). Durante todo este século, a proporção de mulheres para homens, na Índia, tem declinado continuamente, de mais de 97 mulheres para cada 100 homens, em 1961; de 93 para 100, em 1971; e de 92 para 100 em 1991. Essa desproporção não é causada pela pobreza, mas pela atitude masculina em relação às mulheres. Punjab e Haryana, dois dos Estados mais ricos da Índia, têm 86 mulheres para cada 100 homens. Kerala, que é o mais pobre, mas possui tradição matriarcal, apresenta proporção de 103 mulheres para cada 100 homens. A Indonésia e a Tailândia são tão pobres como a Índia; entretanto, as mulhe-

res são muito mais numerosas que os homens. O Paquistão tem 0,94 mulheres para cada homem, a menor proporção em relação a qualquer outro país de grandes dimensões, exceto a Índia.

Esse fenômeno não pode ser relacionado com a riqueza de uma região, mas talvez tenha raízes econômicas. Sen argumenta que as mulheres recebem uma parcela maior dos recursos da família, quando têm trabalho remunerado fora de casa, se ele é reconhecido como produtivo (o que geralmente requer entrada de dinheiro) e se elas têm direitos econômicos ou recursos próprios. Isto é, nas regiões onde as mulheres adultas podem receber salários, sem levar em conta seu nível econômico, os homens matam menos bebês do sexo feminino. Em áreas economicamente desenvolvidas, aumenta a expectativa de vida, a dos homens é proporcionalmente maior porque eles recebem comida mais abundante e de melhor qualidade e cuidados médicos adequados. Comparando a proporção de mulheres que exercem trabalho remunerado e os índices de expectativa de vida das mulheres em países da África e da Ásia (excluindo a China), Sen encontrou uma correlação quase perfeita. Abaixo, ela relaciona as duas escalas em ordem decrescente:

<i>Proporção de Mulheres na Força de Trabalho</i>	<i>Expectativa de Vida Feminina</i>
1. África Sub-Saara	1. África Sub-Saara
2. Sudeste e leste asiático	2. Sudeste e leste asiático
3. Oeste da Ásia	3. Oeste da Ásia
4. Sul da Ásia	4. Norte da Ásia
5. Norte da Ásia	5. Sul da Ásia

Depois da revolução comunista, os dirigentes chineses fizeram um esforço especial para melhorar a sorte das mulheres. Obrigaram os empregadores a admitir mulheres para trabalho remunerado, reconheceram a contribuição delas para a sociedade e a economia e tornaram a assistência médica acessível às pobres. A ex-

pectativa de vida da população aumentou, mesmo durante a escassez de alimentos de 1958 a 1961 (depois da falência do Grande Salto para a Frente). A média de vida na China, por volta de 1950, era de quarenta e poucos anos. Em 1979 passou para mais de sessenta. As chinesas podiam esperar viver mais tempo do que os homens, até que o governo chinês introduziu reformas econômicas e sociais em 1979.

As reformas destinavam-se a aumentar o índice de crescimento econômico da China e dar um fim à estagnação da agricultura. Preocupadas com a grande expansão da população, num país com pequena porcentagem de solo arável, as autoridades limitaram a prole dos casais em apenas um filho, em 1980. As safras agrícolas duplicaram por volta de 1986, mas os índices de mortalidade aumentaram — principalmente porque mais mulheres estavam sendo mortas. Os chineses (como a maioria dos povos do mundo), preferem os meninos e os fetos do sexo feminino eram abortados, mortos no nascimento ou abandonados. A proporção entre mulheres e homens diminuiu. Em 1982, uma aldeia na província de Hupei tinha 503 meninos para 100 meninas abaixo de um ano de idade. Wuhan, uma das maiores cidades chinesas e, portanto, sob controle governamental mais rígido, possuía 154 meninos para 100 meninas abaixo de um ano de idade.

Mesmo antes desse decreto, a China tinha uma proporção muito baixa entre homens e mulheres. O Anuário Estatístico Chinês para 1979 indicava 94,32 mulheres para 100 homens. Diminuiu para 93,42 por 100 em 1985 e 1986. Em 1989 aumentou para 93,98, ainda abaixo dos índices de 1979. A mortalidade infantil para as meninas aumentou muito. De uma estimativa de 37,7 por 1000 em 1978, para 67,2 por 1000 em 1984 (Sen acha a estimativa exagerada, mas não a tendência de aumento). Embora a China gozasse de maior prosperidade nesse período, foram cortados serviços de saúde, especialmente nas áreas rurais. Os programas supostamente neutros quanto ao gênero (afetando igualmente ambos os sexos), nunca se desenvolveram nas culturas de ódio às mulheres e estas sofreram mais do que os homens por causa des-

se retrocesso. O sistema econômico introduzido em 1979 retomou a tradicional divisão do trabalho: as mulheres trabalhando em casa, os homens na rua. Na agricultura, empregavam-se menos mulheres com remuneração. Os especialistas notaram também que, desde 1979, os dirigentes chineses já não discutem a igualdade para as mulheres.

Tentando controlar o crescimento da população, tanto o governo chinês quanto o indiano concentraram-se principalmente nas mulheres, esterilizando-as ou obrigando-as ao aborto. Compreende-se a necessidade de limitar a população, mas a maneira de fazê-lo é discriminatória. Isto talvez não seja tão claro, porque estamos muito acostumados com o controle estatal sobre a reprodução feminina. O planejamento populacional é neutro quanto aos sexos, quando, como na China, se criam impostos e multas às famílias urbanas que têm mais de um filho ou, nos estados industrializados, penalizam-se indiretamente os casais prolificos, elevando os padrões assistenciais e seu custo. Para compreender a discriminação das políticas estatais com respeito à reprodução, imagine-se um governo obrigando a esterilização dos homens e permitindo que suas mães, esposas e irmãs os mantivessem trancados, surrassem ou os castrassem por causa de comportamento sexual.

As indianas estão sendo submetidas a uma nova atrocidade. Apesar das leis que desestimulam a prática do dote, elas ainda precisam dele para poder casar-se. As partes concordam com determinada quantia mas, depois do casamento, a família do marido faz chantagem com a noiva, para obter mais dela — um aparelho de televisão, uma motocicleta, um relógio de pulso para o noivo. A vida da mulher não tem mais valor do que isso. Algumas até se suicidam para livrar a família dessas exigências, sabendo que se elas não são cumpridas, os parentes do marido chegam a matá-la, geralmente segurando-a sobre o fogão, para que seu sari se incendeie e ela queime até a morte. Então eles recomçam o processo de “comprar” uma noiva nova. A historiadora indiana Veena Oldenburg considera esse método de queimar

a noiva uma nova forma de acumular capital. Centenas de milhares de jovens têm sido mortas dessa maneira nos últimos anos. As famílias cujas noras morreram desse modo não encontram a menor dificuldade em achar uma nova noiva — com um novo dote — de pais ansiosos por se livrarem das filhas. A polícia também não se envolve com o assassinato de mulheres. Raramente há autópsias depois de mortes suspeitas e quase nunca se processam os assassinos.

Mesmo limitando suas considerações ao aborto de fetos femininos, assassinato e abandono de recém-nascidas, Sen avalia que mais de 100 milhões de mulheres foram mortas nessas regiões do mundo. Não estão incluídas aí as vítimas de “morte por dote”, as que morrem de fome por causa do controle masculino sobre a terra e das políticas de desenvolvimento adotadas nos países da África nem as do ocidente, mortas pelos maridos, amantes, estupradores e companheiros de trabalho. O total de mulheres que morrem *desnecessariamente* — sacrificadas, não por doença nem acidente, mas por políticas propositadas dos homens — não pode ser calculado. Se esse número se referisse a uma religião, etnia ou grupo racial, o termo usado seria *genocídio*. Que nome daremos a isso?

== SEGUNDA PARTE ==



GUERRAS INSTITUCIONAIS
CONTRA AS MULHERES

As mulheres estão em desvantagem em todas as áreas da vida. Esta seção examina as atitudes tomadas em relação a elas nas instituições, principalmente nos Estados Unidos, onde a discriminação permanece violenta, apesar dos esforços do feminismo para chamar a atenção sobre o ódio em larga escala, praticado tanto sutil quanto declaradamente. Primeiro, consideraremos as justificativas do ódio às mulheres, fornecidas por autoridades culturais e cientistas do sexo masculino.

As "Provas" Sociobiológicas da Inferioridade Feminina

Durante o século 19, filósofos e cientistas de muitos países europeus dedicaram-se a "provar" a inferioridade natural inerente às mulheres, aos negros e judeus. Usando as feições do rosto, saliências do crânio, provas de inteligência duvidosas e outras evidências inventadas, eles demonstraram de forma autoritária que todos os grupos, com exceção dos brancos não-judeus, eram sujeitos a tendências criminosas, intelectos subnormais e outras espécies de inferioridade. O trabalho desses homens justificou as

práticas brancas de genocídio na África e forneceu base científica para o nazismo e outros movimentos racistas e sexistas no Ocidente. Hoje, as intelectuais que apóiam as idéias sexistas e racistas são principalmente os pesquisadores acadêmicos de zoologia e sociobiologia. A academia continua a reverenciar esses profissionais, embora as feministas tenham prontamente apontado seus equívocos. Sarah Lúcia Hoagland, por exemplo, analisa a maneira pela qual os adeptos do determinismo sexual usam a retórica para estabelecer dados não comprovados pelos fatos.

Nos anos 1960 e 1970 vários livros tornaram-se populares por "provarem" a agressividade e o domínio inato no homem. Embora desenvolvendo suas teses a partir de certos mamíferos, os autores desses livros não hesitaram em estender os argumentos para demonstrar "a inevitabilidade do patriarcado". Um público leitor que reverenciava homens considerados cientistas eminentes não percebeu as sérias falhas metodológicas e o partidarismo de seus argumentos. Os autores fantasiaram o uso de fatos "objetivos" para mascarar preconceitos de dominação masculina ou, talvez, cegos pela sua própria necessidade de opressão, estenderam suas duvidosas apresentações da vida animal para a humana. Essas obras prepararam o caminho para a sociobiologia, que apareceu logo depois da "segunda onda" do movimento feminista (e, segundo Hoagland, em resposta a ela). Os profissionais masculinos usam a sociobiologia para desafiar as declarações feministas de igualdade humana. Procuram também justificar a dominação masculina mostrando que ela, o estupro e o infanticídio existem nos animais. Mais uma vez o material é cuidadosamente selecionado, duvidoso e, muitas vezes, falso.

Muitos cientistas desafiam a exatidão dos dados da sociobiologia em requintados argumentos técnicos que não mencionarei aqui. Este apanhado limita-se ao uso que os sociobiólogos fazem da linguagem. As "provas" sociobiológicas são freqüentemente pré-julgamentos filtrados e mascarados pela linguagem implicitamente dominada pelos homens. O pai da disciplina, E. O. Wilson, não vacila em fazer afirmações sem base. Em, *Sociobiolo-*

gia, a Nova Síntese (1975), livro que estabeleceu os fundamentos para os trabalhos posteriores nessa área, Wilson insiste em declarar que os "machos são dominantes em relação às fêmeas", sem, entretanto, defender a tese. Isso é particularmente irônico, pois Wilson é entomologista, especialista em insetos, espécie em que a dominação sexual muitas vezes ocorre, mas quase sempre são as fêmeas que dominam os machos.

No entanto, Wilson considera normal a agressividade masculina, ao passo que despreza a feminina por ser não-adaptativa. Ele também não leva em conta as razões pelas quais os animais se comportam com violência (principalmente quando percebem que a sua sobrevivência ou a de sua prole está ameaçada — o que apenas ocasionalmente motiva a agressão humana). Dividindo as causas da agressão em "sexo", "território" e "dominação", Wilson afirma que os machos têm de dominar outros machos para vencê-los nas disputas por comida, território e fêmeas e declara que a "escala de níveis dos machos se situa acima da das fêmeas" (O grifo é meu). Mas, a menos que conversasse com os animais, não fica claro como ele pôde saber disso. O que ele quer dizer é que os machos de certas espécies — das quais ele extrapola — têm disputas de dominação entre si e as fêmeas não. Para ele, isso torna os machos superiores. Pode parecer contraditório, mas essas correlações entre fatos aparentes e a interpretação patriarcal são comuns no livro de Wilson. Por exemplo, os peixes-macacos machos são agressivos com os outros machos que querem penetrar no seu território. As fêmeas, por sua vez, transitam livremente por onde desejarem. Wilson interpreta esse fato como o controle das fêmeas pelos machos.

Um sofisma semelhante afeta o uso da palavra "harém". Muitas fêmeas de mamíferos vivem em sociedades totalmente femininas, associando-se com os machos apenas na época do acasalamento; outras moram na companhia de um macho. Evidentemente, não é possível saber por que elas procedem assim. Talvez inventem essas estratégias para evitar ou controlar a agressividade masculina. Não convém ter mais de um galo no quintal —

eles brigam entre si. As fêmeas precisam dos machos apenas para a procriação e, para esse fim, um é suficiente. Então elas isolam os machos ou conservam um só em sua companhia. Hoagland ressalta o absurdo do uso do termo "harém" ao se falar de carneiros montanhese, que vivem em sociedades centradas nas fêmeas, "herdam" pastos de outras fêmeas e "associam-se" com alguns machos na época do acasalamento. Mas Wilson chama esses arranjos de "haréns", como se os machos tivessem o controle e a *autoridade* sobre as fêmeas.

Mas a autoridade — a verdadeira, conquistada e respaldada no poder, para ditar o comportamento, a fala, as formas de relacionamento e outras atividades — não existe no mundo dos animais. Nenhum animal comanda o comportamento geral de outros, seja para oprimi-los ou dar-lhes mais poder. O nível ou posição pode levar um animal subordinado a demonstrar deferência por um dominante ou permitir que um animal dominante afaste um subordinado de um território ou da comida. Mas os níveis que existem apenas em algumas espécies) afeta sempre *tanto* as fêmeas quanto os machos. Nunca confere primazia de um sexo sobre o outro. Mesmo nas espécies de insetos, onde os machos existem quase exclusivamente para servir as fêmeas, estas não têm autoridade sobre eles. Os machos só tentam prejudicar as fêmeas na espécie humana, embora em certos casos, sob forte pressão, os machos matem os filhotes de sua própria espécie e, em outras, as fêmeas matem os machos depois do acasalamento.

Para Hoagland, Wilson considera sexo e agressão equivalentes. Na verdade, Wilson afirma que o sexo — considerado por gerações de poetas e filósofos como a força que une a sociedade, *eros*, a oposição à agressão — é "uma força anti-social em evolução. Formam-se laços entre os indivíduos apesar do sexo e não por causa dele". Hoagland diz que "Wilson defende a tese de que, simplesmente por praticar sexo, o macho domina a fêmea. A fêmea que faz sexo com um macho é, por esse ato, dominada por ele". O relacionamento sexual é um ato de guerra. Wilson considera a posição das fêmeas *receptiva* na prática sexual e se

refere à "postura submissa da fêmea" (a postura sexual feminina satisfaz o macho e, de maneira ativa, o atri).

Ambos os sexos expõem seus genitais quando desejam copular, mas os órgãos que penetram e os que são penetrados ficam em partes diferentes do corpo, de modo que eles têm de assumir posturas diferentes. Wilson considera *homossexuais* os homens que ficam em posições semelhantes às das mulheres! Afirma que eles tomam uma *postura receptiva* ou *pseudo feminina*, "para serem cavalgados" e corrobora a interpretação de outro cientista a respeito do comportamento de um mandril macho hamadriade, como uma "cerimônia homossexual de apaziguamento", semelhante a uma "contidência militar". Hoagland conclui: "A mensagem lingüística intrínseca é evidente. A penetração masculina é igual à dominação masculina". A feminista Andrea Dworkin também considera o intercurso sexual macho-fêmea uma subjugação inerente. Mas a posição que em Wilson desperta elogio e imitação causa nela escárnio e ofensa. Evidentemente, essas idéias não são julgadas pelo seu mérito, mas pelo sexo da pessoa que as defende.

Wilson é apenas um de muitos biólogos com conceitos patriarcais. Robert R. Warner fala de um peixe que muda de sexo, o labro (*labrus*):

Uns poucos machos dominantes (labro-cabeça-azul do Caribe) controlam facilmente esses locais e, assim também, as fêmeas que se reúnem neles... O labro-limpador do Pacífico mora em *haréns*, constituídos por um único macho e várias fêmeas (...). Nas espécies que vivem e se reproduzem em grupos sociais maiores, os peixes pequenos, quase todos, produzem os ovos, ao passo que os indivíduos maiores, *dominantes*, fornecem basicamente o esperma e se acasalam com todos os *subordinados*, economizando energia para controlar seu *harém*, ao invés de fazer ovos (os grifos são meus).

Robert R. Warner,
"Boys Will Be Boys — or Girls!"
(Meninos Serão Meninos — ou Meninas), em "Daughters or Sons"
(Filhos ou Filhas), artigo de Sarah Blaffer Hrdy
publicado na revista *Natural History*, abril de 1988.

Essa é realmente uma estranha linguagem para se utilizar com peixes, especialmente porque o labro macho é uma fêmea que se transforma num produtor de esperma. O fato de serem necessários poucos machos na economia natural da vida dos labros indica o maior valor das fêmeas. Mas Warner precisa do mito do macho. As palavras *controle* e *harém* conferem uma autoridade e um poder que o peixe não possui — o que ele (antes ela) faz é apenas fertilizar os ovos femininos. Ao descrever as anêmonas-do-mar, cujos machos se transformam em fêmeas quando uma mais velha morre, Warner omite o fato embaraçoso de que o macho é muito menor do que a fêmea.

A organização social dos leões tem sido carinhosamente escolhida como um exemplo de supremacia masculina. Afinal de contas, o leão é o rei da floresta, o rei dos animais. Quer melhor exemplo para justificar o reinado dos homens? Robert Ardrey torna a espécie mitológica:

Um bando de leões é um esquema de caça, que parece ser a única razão de sua existência. E é o extraordinário domínio do macho, que conserva unida a sociedade (...) Ele raramente mata. Deixa esse divertimento para as leas. Sua posição normal no grupo caçador é no centro, com as fêmeas espalhadas em cada flanco, bem na vanguarda.

Robert Ardrey,
African Genesis,
Nova York, Dell, 1963, p. 101.

Mas Evelyn Reed observa que o “bando de leões” é realmente um grupo de leas que *permitem* o acesso masculino a elas. Quando sozinho, o macho caça e mata sua presa, “mas quando está com um grupo de fêmeas, estas é que se encarregam disso”. Os machos não caçam nem obtêm alimento para as fêmeas; apenas constituem uma utilização ocasional para a procriação e, na maior parte do tempo, elas os conservam a distância. As fêmeas

caçam e fornecem alimento para elas mesmas, seus filhotes e os machos admitidos ao grupo. Reed conclui: “Contrariamente à opinião de Ardrey, o bando das leas é mantido coeso não pela extraordinária dominação do macho, mas pela função materna das fêmeas”. É ridículo o uso que Wilson faz do mesmo material: “Os machos do grupo *permitem* às fêmeas conduzi-los de um lugar a outro e *confiam* a elas a caça e a matança das presas. Assim que o animal é abatido, os machos se aproximam e usam seu tamanho *superior* para afastar as leas e os filhotes, a fim de comer sua porção” (os grifos são meus).

A Guerra Contra as Mulheres na Educação

Com professores como Wilson instruindo educadores, não é de admirar que nas escolas as mulheres sejam tratadas de forma diferente que os homens. As pesquisas feitas em todos os níveis revelam que um trabalho assinado com um nome feminino recebe nota mais baixa do que um apresentado por um autor homem. Levantamentos feitos com documentos oficiais assinados por autoridades masculinas e femininas, indicam que os primeiros são levados mais a sério. Outros estudos revelam que os professores de classes mistas dão dois terços de sua atenção aos rapazes. No entanto, ele e seus alunos acham que tanto as meninas quanto os meninos estão sendo tratados igualmente. Se as meninas chegam a receber 40 por cento da atenção, os meninos geralmente se queixam. Percebendo que as meninas não faziam tantas perguntas quanto os meninos, nem discorriam extensamente a respeito de um tópico como eles, um professor procurou modificar a situação. Notou que toda vez que uma aluna tomava a palavra, os rapazes imediatamente a interrompiam, ridicularizando-a a fim de silenciá-la.

Acrescentando-se a esse tratamento os currículos dirigidos aos homens (brancos) e exaltadores do machismo das escolas do oes-

te, entende-se porque um recente estudo mostrou que as meninas, confiantes e seguras aos nove anos de idade, saem da adolescência com lamentável falta de autoconfiança, que se agrava, segundo Glória Steinem, com o prosseguimento dos cursos. Curiosamente, as pesquisas revelaram que as alunas negras perdem menos autoconfiança, e que as hispânicas a perdem mais vagorosamente do que as brancas. Não dando explicações a respeito das hispânicas, os pesquisadores acham que as negras automodelam suas imagens a partir da família e da comunidade e não do desempenho escolar, e que as famílias negras fornecem modelos de forte atuação feminina. Mas também se pode atribuir as diferenças à fraca instrução que os negros recebem nos Estados Unidos. (Muitas vezes agradeço minha precária educação primária pelo fato de ter mantido a confiança em meu intelecto até a idade adulta.)

Essa tendência de considerar a mulher sem importância é encontrada em todas as instituições que a tratam de forma diferente da dos homens. Embora estes afirmem que tratam a mulher com proteção e afeto, o resultado de seus atos é tão devastador para ela que atinge um estado beirando à aniquilação. As campanhas masculinas contra as mulheres são tão interligadas (os órgãos governamentais, judiciais, penais, médicos e publicitários cooperam entre si de uma maneira que não pode ser chamada de conspiradora apenas porque seus objetivos não precisam ser declarados) que é difícil distinguir a fonte de uma delas. Muitas se centralizam na maternidade da mulher. Esse fato levou-me a estruturar esta seção em duas partes principais: a guerra contra a personalidade da mulher e a guerra contra a maternidade da mulher. Cada uma se subdivide para focalizar a instituição inicialmente responsável pela campanha, mas fica nítida a cooperação institucional que a caracteriza.

A Guerra Contra a Personalidade das Mulheres

Os Estados Unidos são o único país industrial que continua a negar ao seu povo serviços de atendimento social, ensino avançado e atendimento médico gratuitos. Essa omissão prejudica principalmente os pobres e, como quatro quintos deles são mulheres e crianças, estas sofrem o prejuízo maior. Mas as instituições americanas não ficam só nisso. Elas promovem mais e mais guerras contra as mulheres.

Os Sistemas Judicial e Penal — Em 1988, o juiz Jack Hampton, de Dallas, Texas, pronunciou uma sentença branda contra um homem acusado de matar dois homossexuais, declarando que esse assassinato não era um crime grave. “Eu coloco as prostitutas e os homossexuais no mesmo nível. É dificilmente tiraria a vida de alguém por matar uma prostituta”, afirmou ele. Os homossexuais se revoltaram com o veredicto, mas as mulheres não. No entanto, esse homem estava, essencialmente, classificando os homossexuais e as prostitutas como seres *não-humanos*. O juiz foi julgado por uma Comissão Estadual, mas totalmente absolvido da acusação de preconceito. Seu advogado informou que, afinal de contas, seu único ato impróprio foi usar a palavra *queer* (bicha).

Em 1989, um júri em Grand Rapids, Michigan, condenou Clarence Ratliff por tentativa de assassinato, que pode acarretar prisão perpétua, por *atirar* em dois policiais. Mas ele matara a esposa, Carol Irons, juíza distrital simpática às vítimas de violência doméstica. Ela devia ter suspeitado disso, pois o abandonara. Acusado de assassinar Irons, Ratliff foi condenado apenas por tiroteio, com pena máxima de 15 anos de prisão. Mil pessoas se uniram em protesto. Dotti Clune, uma das suas organizadoras, disse: “Ficamos atônitas pelo fato de que assassinar uma mulher é considerado menos sério do que atirar — e errar — em dois homens.”

Em 1991, em Daytona Beach, Flórida, um acusado de estupro e espancamento recebeu uma sentença de 4 anos e meio, em troca de uma confissão e pedido de clemência. Mas o juiz do caso, Kenneth Leffler, lhe deu dois anos de liberdade condicional, justificando sua brandura ao afirmar que a vítima era uma “perseguidora de homens”; uma “mulher deplorável”. O juiz Leffler está aposentado.

Estudos recentes das legislações de Massachusetts, Nova Jersey, Nova York, Rhode Island, Maryland, Nevada e Connecticut revelam que todas elas estão cheias de prevenções contra as mulheres e demonstram que o preconceito masculino as prejudica em todos os grupos, de advogadas a empregadas. A recusa em considerar as mulheres como seres humanos integrais torna difícil a não-violência doméstica e a prática da lei. Os tribunais impõem sentenças mais longas às mulheres; as prisões as tratam com mais severidade do que aos homens. Os advogados e juízes ofendem, gritam, falam com rudeza ou desdém com as advogadas, litigantes e prisioneiras. Eles se dirigem a elas pelo primeiro nome e em termos carinhosos e essa familiaridade diminui a eficiência das advogadas frente ao júri. Um juiz de Connecticut queixou-se abertamente da “feminização do departamento público de advogados de defesa” afirmando que, como as advogadas não conseguem tratar os acusados asperamente, “empurrando-os contra a parede”; por exemplo, elas são ineficientes nos processos criminais. As divorciadas não conseguem com facilidade advogados para representá-las e obtém assistência falha na determinação da pensão para os filhos. Os advogados e juízes recusam-se a aceitar acusações de violência sexual seriamente, quando a vítima e o acusado são conhecidos. Os escalões superiores do sistema judicial estão ocupados pelos homens. As mulheres, que ocupam 10 por cento dos cargos de juízes de tribunal, constituem 90 por cento dos escriturários.

O levantamento feito em Massachusetts revelou que os juízes punem injustamente as mulheres, com sentenças e períodos de

liberdade vigiada mais longos do que os acusados masculinos de crimes semelhantes. Um juiz federal condenou Susan Rosenberg a 58 anos de prisão por posse ilegal de armas. Muitos assassinos homens tiveram penas menores. Mais ainda, ela e duas outras mulheres, Silvia Baraldini e Alejandrina Torres, ficaram presas numa Unidade Especial de Triagem Feminina, na Cadeia Federal de Lexington, Kentucky, numa cela subterrânea e sem janelas, iluminada por lâmpadas fluorescentes durante 24 por dia. Em 23 horas e meia de cada dia elas ficavam sob constante vigilância, por meio de onze câmeras de vídeo operadas por guardas masculinos que as ofendiam verbal e sexualmente. Davam-lhes meia hora para irem se banhar nos chuveiros. A correspondência era censurada e o material político retirado. Eram submetidas a revistas ao acaso e humilhavam-se para pedir a um guarda masculino absorventes higiênicos, um por vez, sempre que precisavam. Todos os seus atos e conversas eram registrados no livro da prisão.

A construção pelo governo de uma prisão especial para três pessoas é tão extraordinária como o tratamento cruel que essas mulheres receberam. Seu pecado foi serem prisioneiras políticas *femininas*, *asínicas* prisioneiras políticas sob custódia federal. Parece que o governo as considerava mais perigosas do que os prisioneiros políticos comuns homens, que não eram isolados da população geral da prisão. Torres, porto-riquenha ligada à Organização Revolucionária de Porto Rico, tem 52 anos de idade, é mãe e suas fracas condições de saúde do coração não estão sendo tratadas. Baraldini, cidadã italiana, membro do Partido Comunista e ativista política, foi condenada por conspiração e seqüestro ligado ao assalto do carro blindado da Brinks. Rosenberg tem tendências revolucionárias, foi presa em 1979, quando Joanne Chesimard fugiu da prisão, e em 1981, implicada no roubo da Brinks. Em ambas as ocasiões as acusações foram arquivadas, por falta de provas que a relacionassem aos fatos. Foi acusada novamente em 1983, no caso da bomba no Capitólio. Mas o único crime pelo

qual o governo conseguiu condená-la (em 1984) foi a posse de armas e explosivos.

Se essas mulheres fossem prisioneiros de guerra, o tratamento que receberiam seria considerado tortura. Como revolucionárias políticas, elas se envolveram em ações classificadas como criminosas. Mas não mataram. No entanto, suas sentenças foram mais pesadas do que as de homens assassinos. Yu Kikumura, japonês acusado de pertencer ao grupo terrorista Exército Vermelho Japonês, confessou ter transportado bombas em seu carro na autoestrada de Nova Jersey, em 1988. Foi condenado a 30 anos de prisão — 28 anos menos que Susan Rosenberg. Mas um juiz do tribunal de apelação considerou que a sentença havia ultrapassado em muito os limites das normas federais e ordenou sua redução. Kikumura está cumprindo 21 anos e 10 meses de prisão — menos da metade da pena de Rosenberg por uma ação idêntica. Uma mulher condenada por cumplicidade em um roubo de banco na Geórgia, em 1981, foi sentenciada a 50 anos de prisão. A média das penas por assassinato para homens é de seis anos.

Quando veio a público a situação das mulheres, organizações como A Nação (*The Nation*) encetaram uma campanha para retirá-las da unidade e pôr um fim àquele tratamento cruel. As autoridades oficiais, apressadamente, divulgaram o caso de duas outras mulheres que cumpriam penas longas, mas não por crimes “políticos”. Prometeram fechar a prisão de Lexington, mas ainda não o fizeram.

Porém, o tratamento das duas mulheres em Lexington é diferente apenas em grau do de todas as prisioneiras. Também na cadeia as mulheres são separadas e injustiçadas. Em Massachusetts, os homens são mantidos em prisões rurais e as mulheres nas centrais inacessíveis. Os advogados e as famílias têm muita dificuldade de encontrá-las na cadeia, que é imunda, “deplorável e perigosamente superpovoada”. Situação semelhante existe em todo o país.

Nos anos 80 triplicou o número de mulheres nas prisões. George

J. Church informa que cerca de 60 por cento das prisioneiras em cadeias federais foram condenadas por crimes ligados a drogas, roubos, prostituição e assaltos à mão armada. Muitas das presas por assassinatos — no mínimo 40 por cento, provavelmente mais — mataram homens que as espancavam. Cerca de 80 por cento das detidas em prisões estaduais têm filhos e, destas, 85 por cento estão sob custódia. Para elas, o castigo mais cruel é a separação. As crianças trazidas para a visitação vão embora aos berros. Uma sociedade realmente preocupada com “a família” deveria considerar o bem-estar de filhos de mães prisioneiras e encontrar uma maneira de não separá-los. Mas o sistema penal americano não faz nenhuma concessão, deixando os filhos das detentas ao cuidado de parentes (muitas vezes pobres) ou de instituições oficiais. Crescendo sem amor e infelizes, eles se tornarão, provavelmente futuros criminosos.

O fato de os homens raramente cuidarem dessas crianças e não ajudarem as mães pode não parecer um problema do sistema. No entanto, o Estado espera que a esposa de um prisioneiro assuma a responsabilidade pelos filhos e as acusa de negligência quando não o fazem. Allyn Shielaff, da Comissão de Correção da cidade de Nova York, afirma que nesse contexto de diferenças de responsabilidade, é notório os maridos, irmãos e namorados se livrarem da prisioneira “como de uma batata quente”, ao passo que as esposas, amigas e mães congestionam as prisões dos homens em dias de visita. As presas são visitadas principalmente por irmãs, amigas, mães e outras parentes femininas.

A sociedade não é responsável pelo fato de as prisioneiras sofrerem mais do que os homens na separação dos filhos, mas o é por não tratá-la com igualdade. Nas prisões os homens são treinados para empregos bem-remunerados, como soldadores e mecânicos, mas oferecem-se às mulheres cursos de economia doméstica e treinamento para *lavanderias* e salões de beleza. A Igreja considera isso lamentável, pois as mulheres, muitas vezes arrimo único da família, têm “mais motivação para o trabalho do que os homens”, como afirma Paul Bestolarides, diretor de um

programa de auxílio à mulher, no norte da Califórnia, o qual promove cursos de eletricidade e paisagismo. O cuidado com a saúde, nas prisões femininas, está em situação crítica. O único hospital oficial para mulheres, do sistema penal federal em Lexington, Kentucky, freqüentemente está com falta de ginecologistas e obstetras em tempo integral, embora uma em cada quatro mulheres que entram na prisão esteja grávida ou tenha dado à luz recentemente. Muitas internas grávidas recebem pouco ou nenhum atendimento pré-natal — mesmo as drogadas de alto risco ou seus fetos. No entanto, os médicos processam drogadas grávidas sob o pretexto de preocupação com os fetos. Essa seletividade na preocupação com os fetos indica que o motivo real desses homens é controlar as mulheres. As internas das prisões já são totalmente controladas.

Os homens de New London, Connecticut, ressuscitaram uma velha lei para processar as esposas por adultério. Baseada simplesmente nos depoimentos de seus maridos, a polícia prendeu três mulheres (e um suposto amante) e as acusou de adultério, punível por lei com até um ano de prisão. As autoridades policiais agiram diligentemente. (O Estado de Connecticut recentemente revogou a lei.)

Muitos departamentos policiais estão se esforçando para serem mais sensíveis às vítimas de estupro e abusos com crianças e alguns estão até tentando vencer o preconceito contra os negros. Mas, de modo geral, a polícia ainda demonstra um preconceito sistemático contra as mulheres. É fartamente sabido que os policiais temem, acima de tudo, as brigas domésticas, por não poderem prever que homens estão envolvidos. No entanto, constantemente se mostram inamistosos e incrédulos com as mulheres que assassinam seus espancadores. É claro que muitas vezes eles próprios são os que espancam. Na Cidade do México eles têm sido também estupradores. A Polícia Judicial, equivalente ao FBI, foi responsável por um bando que espancou, violentou e roubou mais de uma dúzia de mulheres em 1989. Alguns eram guardacostas do chefe do programa anti-drogas do México e utilizavam

veículos e metralhadoras do governo para seqüestrar mulheres. Muitos dos processos contra eles foram arquivados. Outros prosseguem em julgamento apenas porque as vítimas dos acusados são de famílias proeminentes.

O Sistema Médico — A profissão médica masculina começou como uma guerra contra as mulheres e continuou ao longo do fim da Idade Média, com campanhas contra as parteiras. No século 18, os homens dominavam a profissão, mas assim mesmo tratavam diferentemente as mulheres. A tuberculose, por exemplo, que nos homens era uma doença do pulmão, nas mulheres buscava-se a causa no útero. Neste século, além de mutilar os genitais das mulheres, os médicos as submetiam a lobotomia (duas entre três lobotomias foram realizadas em mulheres), tendo retirado, antes de 1964, partes de 50 mil cérebros, apesar da pequena evidência de benefício e considerável prova de malefícios que poderia causar. Considerando “neuróticas” as queixas das pacientes (os homens sabem que as mulheres são infelizes), eles prescreviam um excesso de drogas psicotrópicas para elas — 67 por cento de todos os tranqüilizantes e excitantes. Foi necessária uma campanha promovida por uma mulher para impedir os cirurgões de extraírem toda a mama (mastectomia), em vez de apenas o câncer (lumpectomia) e movimentos maiores para eliminar as histerectomias (remoção do útero) não recomendadas.

Os médicos que pesquisam medidas preventivas de doenças dedicam-se quase que totalmente aos homens. A maior causa de morte das mulheres após a menopausa é o coração, mas os avisos amplamente divulgados a respeito do colesterol, por exemplo, se baseiam *inteiramente* em pesquisas sobre os homens. As dietas recomendadas pela Associação Americana do Coração, para redução do colesterol LDL e HDL, podem, realmente, prejudicar as mulheres. Não se sabe, porque ninguém pesquisou. Os médicos investigaram 20 mil homens e *nenhuma* mulher, no estudo da aspirina como preventivo das doenças do coração. Seu tratamento também se concentra nos homens e, significativamente,

morrem mais mulheres nas operações de pontes de safena. As empresas farmacêuticas pressionam o Departamento de Drogas e Alimentos dos Estados Unidos a fim de recomendar estrogenerapia para a prevenção de doenças cardíacas em mulheres após a menopausa, desprezando as ativistas da saúde feminina que a isso se opõem porque o tratamento acarreta graves efeitos colaterais e poucas mulheres foram pesquisadas.

As mulheres constituem o grupo de maior crescimento na contaminação pela aids, mas não se fez nenhuma pesquisa sobre o efeito de sua terapia nelas. As doenças especificamente femininas, como o câncer do ovário e do seio, não foram tão estudadas como as masculinas, por exemplo, o da próstata, e são mais fatais. Os casos de câncer do seio duplicaram desde 1960. Matam agora 44 mil mulheres por ano. No entanto, o NIH cancelou, há dois anos, um grande projeto de pesquisa da doença, por motivos financeiros. *Apenas 130 por cento do orçamento de 7,7 milhões de dólares do NIH é empregado na saúde da população feminina, que constitui 51 por cento do total.* Muitos médicos forçam as mulheres a cirurgias mutiladoras, de câncer do seio. Um relatório de 1986 mostra que os médicos de Chicago cobram 37 por cento a mais por uma lumpectomia do que por uma mastectomia, embora a primeira seja uma operação menos grave e mais fácil. Basicamente, eles as subornam para mutilarem seu corpo, mesmo quando a lumpectomia é o tratamento mais efetivo.

A Guerra nos Locais de Trabalho — Nos Estados Unidos, onde 55 por cento das mulheres exercem trabalho remunerado, todas elas enfrentam discriminação. As que têm empregos técnicos e administrativos se referem ao "teto de vidro" sobre suas cabeças. As empresas e instituições afirmam não opor barreira alguma à promoção de mulheres. No entanto, poucas progredem e as técnicas e administrativas ganham consideravelmente menos do que seus equivalentes masculinos. Esse fenômeno já foi documentado nas áreas de negócios, ensino, advocacia e medicina.

A guerra contra as mulheres nos locais de trabalho talvez te-

nha uma única intenção principal — mantê-las numa posição econômica inferior —, mas ela assume várias formas. Por exemplo, as empresas proíbem apenas às mulheres as atividades que apresentem riscos aos órgãos reprodutores. Em outubro de 1990, um tribunal de apelação federal, em Chicago, decidiu que os empregadores podiam impedir *todas* as mulheres férteis, mesmo as que não desejassem mais ter filhos, de exercerem funções perigosas à reprodução. Essa determinação foi seguida por décadas sem que, ao menos, se *estudasse* os efeitos de substâncias nocivas aos homens. Apenas recentemente foram feitas pesquisas que, como era de se prever, revelaram sensibilidade masculina às substâncias tóxicas, semelhante à feminina. No entanto, as normas empresariais não foram modificadas no sentido de se adaptarem a esses resultados.

Em 1979, um estudo feito pelo Instituto Nacional do Câncer concluiu que os filhos de pais empregados em atividades com alta exposição ao chumbo tinham três vezes mais tumores de rins do que os de não-expostos. Pessoas que trabalham com tintas, solventes, escapamentos de automóveis e certas máquinas, têm filhos de menor peso ao nascer e maiores índices de câncer no cérebro e leucemia. O pesticida dibromocloropropano expõe o homem ao risco de esterilidade permanente. As mulheres cujos maridos trabalham com vidro, pedra, têxteis e minérios têm filhos prematuros com uma incidência bem acima da média. As mulheres casadas com homens manipuladores de cloreto de vinil e materiais de tratamento de águas, apresentam dificuldade de engravidar e levar a termo a gravidez. Uma pesquisa britânica de 1989 revelou que as crianças cujos pais trabalham numa usina nuclear da Inglaterra estão sujeitas a maior risco de leucemia. As empresas e o governo não levam em conta esses fatos. Os homens nunca são impedidos de exercerem essas atividades nem as leis os protegem desses riscos. Mas tudo isso continua a reger o trabalho da mulheres.

Talvez se ache que essa regulamentação se baseia na preocupação masculina pelas mulheres, um desejo de protegê-la, mas o

tratamento a que são sujeitas nos empregos revelam um quadro bem diferente. Bombeiros florestais denunciaram perseguições tão violentas no seu emprego que punham em risco sua própria vida. Recentemente, uma comissão da Califórnia investigou a causa de haver tão poucas trabalhadoras na construção civil, apesar da política estadual de incentivo às empresas que empregavam mulheres. As chamadas para depor descreveram um ambiente de trabalho de constante beligerância — os homens urinavam ao seu lado, penduravam fotografias obscenas nos sanitários femininos, algumas dirigidas especificamente a uma delas. Ensoparam com água uma electricista que trabalhava com fios expostos e, quando ela subia uma escada transportando cargas pesadas, eles a agarravam e abraçavam.

Uma soldadora processou o estaleiro onde trabalhava, por ofensas sexuais. Os operários especializados, empregados no estaleiro, eram seis mulheres e 846 homens, subordinados a supervisores, feitores, coordenadores, chefes e almoxarifes, todos homens (sic). As operárias eram obrigadas a ver calendários de mulheres nuas, com comentários escritos e detalhes dos genitais. Constantemente ouviam observações desagradáveis, pilhérias de mau gosto e recebiam beliscões. Considerando que o estaleiro apresentava “um ambiente de clube de rapazes”, um impiedoso “assalto visual à sensibilidade das operárias”, o juiz Howell Melton decidiu que a colocação de fotografias de mulheres nuas e semi-nuas constituía ofensa sexual. Sua sentença, de janeiro de 1991, foi pioneira; o primeiro julgamento legal a taxar essas ações de discriminatórias.

Na verdade, o ambiente de trabalho para as mulheres é de tal forma ruim que a principal causa de morte de operárias, nos Estados Unidos, é o homicídio. Catherine Bell, epidemiologista do Instituto Nacional de Saúde e Segurança Ocupacional afirma: “Se uma mulher morre de acidente de trabalho provavelmente foi assassinato”. O número de negras mortas no trabalho é o dobro do das brancas (cada ano são assassinadas quatro vezes mais negras do que brancas). Porém, é provável que morram mais bran-

cas no serviço militar. Quando brancos ou negros e negras entram para o Exército, sua probabilidade de serem assassinados diminui. Uma pesquisa realizada em 1986 revelou que o índice de homicídios para soldados homens é de um sexto o de civis homens da mesma idade. Os números foram particularmente surpreendentes para os negros, cujo índice de assassinatos civis era de 100 em 100 mil e o militar, de 9 para 100 mil. Para cada 100 negras civis assassinadas, 78 negras militares da mesma idade morrem por homicídio. Mas para cada 100 brancas civis assassinadas, 139 militares brancas são mortas. Nenhuma explicação foi dada para esses fatos, mas as mulheres militares são mortas, da mesma forma que morrem nos locais de trabalho.

Os gerentes homens das campanhas portuárias de Nova York e Nova Jersey foram recentemente acusados de discriminação contra as trabalhadoras e de perseguí-las quando se queixavam. Elas eram molestadas ao reclamarem da diferença de salários (mais baixos). Ao exigirem tratamento igual recebiam uma nota injusta no seu desempenho e eram transferidas de departamento. A empresa aérea Continental Airlines demitiu uma vendedora de passagens por se recusar a usar maquiagem no trabalho.

As ofensas sexuais revelam o profundo desconhecimento do ódio contra as mulheres e do fato censurável de que os homens são os agentes da opressão feminina. Além disso, não são apenas os superiores hierárquicos que importunam as mulheres, mas também os companheiros de trabalho. Quando um chefe molesta uma funcionária, o ato tem uma dimensão de classe. Ele está lhe dizendo que ela conserva o emprego enquanto ele quiser, submetendo-a tanto por pressão de categoria como por opressão sexual. Mas os constantes comentários dos colegas homens sobre a sexualidade, a aparência e a incompetência femininas expressam ódio. São uma tácita ameaça de estupro ou espancamento e de apropriação da sexualidade das mulheres, como se pertencessem a eles. Se o chefe diz a uma mulher que ela está lá por vontade dele, os colegas, por sua vez, lhe dizem que, certamente, aquele não é o lugar delas.

As ofensas sexuais reforçam a solidariedade masculina entre diferentes classes, mesmo que todos os homens de um local de trabalho não participem ou testemunhem em silêncio. Desfazendo a divisão de classes, ela promove a solidariedade entre as categorias de trabalho. No fim, reforça a dominação da classe. Este é um fator importante do estímulo ao sadismo sexual contra as mulheres, promovido pelo governo. As classes governantes são sempre pequenas, as trabalhadoras, grandes. Para controlar a maioria, a minoria precisa dividi-la por sexo, cor ou qualquer outro traço diferenciador.

As políticas empresárias são estruturadas na crença, generalizada na maioria das sociedades, de que as mulheres são sustentadas pelos homens e não precisam, na verdade, de trabalho remunerado. Esta suposição é problemática sob muitos aspectos. Em primeiro lugar, só sendo completamente cego à realidade é possível agarrar-se a uma idéia falsa para continuar acreditando na justiça e na propriedade da dominação masculina. Em todo o mundo, os homens afirmam que as mulheres trabalham apenas pelo "dinheiro dos alfinetes", só para ter pequenos luxos para si mesmas. No Marrocos, por exemplo, os trabalhadores e gerentes de indústrias dizem que as mulheres trabalham pelo "batom". Entretanto, a maioria delas precisa do emprego para alimentar os filhos, os homens e a si próprias. Gastam a totalidade de seus salários em necessidades básicas, ao passo que, em muitas sociedades, os homens, que se dizem os verdadeiros "arri-mos" da família, na verdade lhes dão apenas uma pequena porcentagem de seus rendimentos, gastando a maior parte dele no equivalente masculino do "batom". Em terceiro lugar, mesmo admitindo que *algumas* mulheres "precisam trabalhar", eles somente aceitam como motivo a necessidade *financeira*, como se elas não desejassem utilizar talento e capacidade em atividades fora do lar nem passar o tempo na companhia de colegas de trabalho e não na solidão. Na verdade, é como se só aos homens fosse dado o direito de lutar para merecer luxo e posição.

A Guerra Contra as Mulheres Como Mães

Ao afirmar cegamente que todos vivem em estruturas familiares, na verdade *jamais* existentes, exceto para os mais ricos (e isso apenas nos dois últimos séculos), os homens continuam a tratar a maternidade como uma escolha pessoal, feita pelas mulheres para sua própria satisfação e sobre a qual nem eles nem a sociedade têm responsabilidade. Os homens se comportam como se a preservação da espécie humana não fosse uma necessidade básica *para todos os seres humanos*. Pressupõem que o desenvolvimento e a manutenção da sociedade ocorrem naturalmente, sem exigir esforços! Isto é verdade tanto nos países socialistas quanto nos comunistas.

A Guerra Econômica — Poucos empresários americanos assumem a responsabilidade pelas crianças, oferecendo auxílio para assistência infantil. No período de 1980 a 1986, as mulheres com empregos, nos Estados Unidos, trabalhavam 7 por cento mais horas do que antes, em suas atividades de cuidar da casa e dos filhos, ao passo que os homens empregados trabalhavam 7 por cento menos horas do que antes.

Em 1990, uma empresa americana despediu Diane McCourtney por suas freqüentes faltas para cuidar do filho. Ela tinha que dar assistência ao bebê, muito doente para ser deixado numa creche. O marido sofria da coluna e, portanto, não podia cuidar da criança. McCourtney entendeu e aceitou a demissão, mas protestou por não receber os benefícios como desempregada. O Estado de Minnesota argumentou que ela não tinha direito aos benefícios porque a ausência era por *sua própria culpa*. O advogado do Estado disse que ela "preferiu os interesses da família aos do patrão."

Pensando e falando a respeito de reprodução como se não fosse a base da sociedade e o único ato humano necessário, os homens o consideram marginal. Todo o sistema — governo, instituições legais, imprensa e universidade — apresenta uma ima-

gem falsa da estrutura familiar, usando as palavras para ocultar exatamente quem assume e quem não assume a responsabilidade. Um artigo, informando que depois do divórcio há duas vezes mais possibilidade de uma criança viver na pobreza do que antes, cita as palavras de um especialista de Harvard a respeito de filhos na pobreza: "A maior fonte de insegurança na América está se avolumando nos lares em que há somente um dos progenitores. Tem-se feito muito pouco para garantir que os pais ausentes cumpram sua parte". A reportagem acrescenta: "As famílias desfeitas tinham 83 por cento da renda das que não se desfizeram". Essas declarações omitem o fato de que a responsabilidade pelo empobrecimento dos filhos é dos homens. Apesar de relatar que 44 por cento dos pais ausentes pagaram pelo sustento dos filhos apenas por quatro meses após a separação e que as mulheres não conseguiram ganhar o suficiente para suprir a diferença, o artigo não menciona o fato de os rendimentos do homem aumentarem em 70 por cento depois do divórcio nem caracteriza um dos sexos como o irresponsável "pai ausente" e outro como o "solteiro" empobrecido.

A imprensa colabora para esconder a verdadeira divisão de poder nos Estados Unidos. Mencionei acima um artigo sobre as pessoas que têm menor probabilidade de serem assassinadas na vida militar e na civil — homens brancos e negros e mulheres negras. As brancas têm mais probabilidades de serem mortas no meio militar. Entretanto, o título do artigo era: "Pesquisa Mostra que os Soldados São Mais Saudáveis que os Civis" (o grifo é meu), desconsiderando completamente as mulheres brancas. O título poderia facilmente ter dito "a maioria dos soldados". Por outro lado, os artigos que abordam a irresponsabilidade masculina em sustentar um filho, se referem sempre a *seus pais*, como se a mãe fosse tão pronta a negar-lhe sustento quanto o homem. O *The New York Times*, noticiando novos métodos desenvolvidos para forçar os homens a pagar pelo sustento dos filhos, usou como título: "Melhores Armadilhas Estão Sendo Monta-

das para os Pais Delinquentes". (Em inglês está Parents— Pais, no sentido de pai e mãe — e não Fathers, que é só Pai.)

Os homens de todos os níveis — pessoas comuns, funcionários, juízes e legisladores — combatem as políticas de ação efetiva (para as mulheres e os negros) e o reforço do sustento dos filhos (na Escandinávia, por exemplo, se a mãe consegue a custódia das crianças após o divórcio, o Estado automaticamente deduz a parte do pai no seu cheque de pagamento). Resistindo às políticas de reforço, os legisladores e juízes colocam as mulheres na dependência da boa vontade dos homens. Acontece que *não existe boa vontade*. Os homens vivem em guerra contra as mulheres e, conseqüentemente, muitas vezes, em guerra com seus próprios filhos.

A Guerra Sexual — Todas as sociedades restringiram a sexualidade das mulheres. Para elas o adultério era um ato criminoso; para os homens, não. Havia punições com vários graus de severidade, inclusive a morte, em diversos países. Castigos de espancamento, prisão em convento e até morte eram impostos às moças que perdiam a virgindade antes do casamento — mesmo quando eram estupradas, inclusive por um membro da família. No século passado, muitos países revogaram essas leis, mas alguns ainda mantêm a tradição, como se os corpos das mulheres fossem propriedade dos homens. Eles se agarram aos seus direitos sobre o corpo das mulheres, impondo sua autoridade, sempre que podem. Hoje em dia, nas sociedades industrializadas, sua melhor oportunidade surge quando as mulheres ficam sob a égide do Estado em disputas pela custódia do filho e pedidos de auxílio financeiro. Os homens que não podem controlar a sexualidade das mulheres tornam mais rigoroso o controle sobre a sexualidade materna.

Pelo fato de muitas mulheres não conseguirem ganhar o suficiente para sustentar a família e, de qualquer modo, terem dificuldade em educar e manter os filhos, freqüentemente caem no poder de tribunais e serviços sociais que assumem o direito de

ditar seus hábitos sexuais. As instituições de bem-estar costumavam adotar a política de negar assistência financeira à mãe com filhos dependentes, se fosse encontrado um homem em sua residência. Atualmente os tribunais estão se intrometendo até na vida das mulheres que não dependem de homens, impondo uma moralidade sexual que a maioria dos homens não segue, embora se exija que as mulheres o façam. Em 1989, o Supremo Tribunal do Estado de Rhode Island baixou uma ordem proibindo à mulher divorciada receber em casa, na presença dos filhos, homens não parentes. Carha J. Parrillo, 33 anos, alegou que tinha direito de viver sua própria vida. O juiz admitiu que ela cuidava bem dos três filhos, mas proibiu-a de receber um hóspede masculino, *a não ser que se casasse com ele*. Ela requereu ao juiz que intimasse o marido por ter interrompido o pagamento da pensão alimentícia para os filhos. O juiz, William Goldberg, recusou-se a atendê-la. Somente as mulheres podem ser ameaçadas de perder a custódia dos filhos pelo fato de terem um amante. Apenas as mães têm de ser castas.

As Guerras de Controle: O Sistema Legal — Os homens usam suas prerrogativas econômicas contra as mulheres para tirar-lhes os filhos. Em muitos países, os sistemas judiciários e os governos tramam um alarmante desdobração da lei, chamado “direitos dos pais”. Representando um novo papel, de pais atenciosos, imagem construída não na verdadeira maneira de agir masculina, mas na atuação média de pais ideais, os homens cada vez mais querem a custódia dos filhos após o divórcio e dos que tiveram fora do casamento. Eles pleiteiam a custódia individualmente, mas os grupos que defendem os direitos dos pais são sustentados pelos legislaturas e judiciários nos Estados Unidos, Holanda, França, Noruega, Canadá, Austrália, Irlanda e Grã-Bretanha. Se os pais quisessem mais intimidade com os filhos, poderia haver simpatia, mas poucos que requerem a custódia estão preparados para cuidar deles. Os legisladores e juízes que apóiam a custódia masculina explicitamente a justificam como um reforço do controle dos homens sobre as mulheres e de sua posição frente a elas.

Discutindo o movimento dos direitos dos pais no Canadá, Susan Crean afirma que não há evidência de maior interesse dos homens, como um grupo, em cuidar dos filhos e dedicar-lhes vinte e quatro horas de atenção e que os políticos reconhecem, em particular, a falta de lógica e de conhecimento da lei nos argumentos apresentados pelos ativistas. Entretanto, aceitam suas representações e trabalham para que consigam seus objetivos. Segundo Júlia Brophy, os legisladores masculinos consideram a custódia um elemento capaz de elevar a posição legal dos homens. Ela demonstra também que as restrições legais não são responsáveis pela alienação dos pais em relação aos filhos, após o divórcio.

Os juízes justificam a separação de mães e filhos baseando-se na desvantagem econômica que a maioria das mulheres sofre. De acordo com Carol Smart, eles usam padrões diferentes para definir uma “boa mãe” e um “bom pai”. Um “bom pai” precisa apenas fornecer sustento econômico para os filhos e pagar a uma mulher para tomar conta deles. A *qualidade* desse serviço não é discutida. Mas a *boa mãe* tem de prover dinheiro e cuidados, abster-se de sexo e estar disposta a dividir a autoridade paterna com o ex-marido. Na Holanda, até 1985, o poder legal da mãe sobre os filhos não era igual ao do marido. Como a Irlanda católica proíbe o divórcio, as pessoas que se separam não podem se casar novamente. Então, elas apenas vivem juntas, o que automaticamente impede a mulher de receber e manter a custódia dos filhos, segundo Nancy D. Polikoff. Na verdade, a constituição irlandesa exige que a mulher cuide do lar:

Por sua vida no lar, a mulher dá ao Estado um apoio sem o qual o bem comum não poderia ser conseguido. O Estado deve, portanto, empenhar-se em garantir que as mães não sejam obrigadas a trabalhar por necessidade econômica, negligenciando assim seus deveres domésticos.

Nancy D. Polikoff,
“Fathers’ Rights, Mothers’ Wrongs
(Os Pais Têm Razão, as Mães Não),
em *The Women’s Review of Books*,
9 de junho de 1990.

Na Nova Zelândia, em todos os Estados da Austrália, exceto em Vitória, na Suíça, Áustria, França, na Holanda e na Alemanha Oriental existem movimentos legislativos para dar autoridade aos pais de filhos "ilegítimos". Scarlett Pollock e Jo Sutton abordam essa iniciativa, afirmando que muitos estados americanos adotaram o Ato da Paternidade Uniforme (Uniform Parentage Act) e os juízes dão direitos sobre os filhos a pais biológicos não casados, baseando-se nas garantias constitucionais de "direitos iguais". As mulheres não conseguiram convencer os legisladores e colocar uma emenda na constituição americana para igualar as mulheres e homens. A única igualdade de direitos a que os juízes se referem aqui é entre *homens* solteiros e casados.

Em 1975, o Conselho da Europa propôs um acordo para abolir legalmente a ilegitimidade, não terminando com essa categoria (anulando a exigência de que o pai seja casado com a mãe da criança para legitimar sua existência), mas permitindo aos pais biológicos exigirem os filhos de mulheres com quem não haviam se casado. Mesmo assim, os filhos ainda *seriam ilegítimos*, pelo fato de seus pais não serem casados, mas os direitos e obrigações do pai poderiam ser estabelecidos "por reconhecimento voluntário ou por decisão judicial". O Reino Unido assinou esse acordo e, em 1979 e 1982, a Comissão Legisladora Inglesa publicou relatórios sobre opções legais para assegurar os direitos e obrigações dos homens como pais. As discussões são feitas sob a rubrica de *mudar o estado de ilegitimidade*, mas a Comissão reconhece que sua maior preocupação são os direitos dos homens. Presentemente, na Inglaterra, os homens não casados não podem "estabelecer a paternidade do filho nem exigir direitos de tutela, custódia e aproximação, *sem a permissão da mãe da criança*". O projeto de lei proposto permitiria ao homem declarar-se pai da criança *contra a vontade da mãe*.

Os legisladores justificam essas leis com a conhecida desculpa — "rompimento da família" —, citando altos índices de divórcio, aumento de famílias ilegítimas e de um só cônjuge, a maior parte chefiada por uma mulher. Ao afirmar que deseja apoiar a

"família", a comissão cita alarmada o número crescente de filhos ilegítimos na Inglaterra e no País de Gales e o fato de "as mães aceitarem atualmente seus filhos ilegítimos e criá-los elas próprias, com mais frequência do que antes". Sabendo que a contracepção e o aborto são acessíveis, os membros da Comissão reconhecem que essas mães provavelmente desejam os filhos. Mesmo assim, com a intenção de pôr um fim no "problema social" que é as mulheres decidirem ter filhos e criá-los sozinhas, sem os homens, a Comissão propôs um projeto de lei para reformular a Lei da Família, tornando quase impossível que isso ocorra.

Mas o fato de as mulheres decidirem criar os filhos sozinhas não é um problema social, a não ser que seja acompanhado de extrema pobreza. Parece mais um problema dos homens. Até as estatísticas usadas para criar essa preocupação são duvidosas. Pollock e Sutton mostram que os métodos de coleta de dados mudaram entre 1976 e 1982. Relatam-se mais nascimentos ilegítimos, há um número maior de mulheres em idade de procriar e muitas registradas com filhos ilegítimos estavam separadas dos maridos legais e vivendo com os futuros, aguardando o divórcio. A maioria dos filhos ilegítimos no Reino Unido nasceu de uniões relativamente estáveis — 41 por cento vivem com os pais biológicos (pai e mãe) até a idade de 11 anos e 65 por cento com pais biológicos ou não. É verdade também que um em cada três casamentos termina em divórcio, que 90 por cento das famílias com um único pai são chefiadas por mulheres e que sete a dez divórcios são requeridos por mulheres. Mas a maioria delas não decide criar os filhos sem um pai ou a figura dele. Em 1982, apenas 4 por cento dos lares na Inglaterra era de mulheres sozinhas com filhos dependentes. Entretanto, se o projeto de lei for aceito, permitirá aos homens tomar os filhos de suas mães.

A Guerra de Controle: O Sistema Médico — O atendimento médico é indiferente à saúde das mulheres — principalmente das mais velhas —, mas não à maternidade. Hoje em dia existe uma forte tendência de médicos especialistas americanos assumirem

o controle da reprodução feminina. Alguns indivíduos e grupos procuram forçar as mulheres a serem mães, queiram elas ou não. Alguns querem obrigá-las a não serem mães, queiram elas ou não. Outros desejam que as mulheres sejam mães da maneira que eles acham apropriada. Outros, ainda, ambicionam tirar das mulheres o controle da reprodução. Já abordamos as campanhas para criminalizar o aborto e forçar a esterilização. As recentes decisões judiciais mostram uma tendência de coagi-las a serem a espécie de mães que os juízes querem que sejam. Os biólogos estão tentando assumir a reprodução. Eis alguns exemplos do primeiro fenômeno.

- Em 1988, uma juíza do Arizona sentenciou uma mãe de dois filhos, católica, de 17 anos, a fazer controle de natalidade *pele resto da vida*. A mãe-menina tomava drogas e sofria maus tratos. Havia deixado os bebês sozinhos, durante dois dias, num apartamento muito quente e eles quase morreram. Mas a juíza teve de considerar a sentença não-vigente, quando a mãe ficou grávida poucos meses depois.

- Como parte de um acordo de sentença, apresentado a uma mulher de Indiana, porque seu filho de quatro anos morreu por ingestão excessiva de psicotrópicos que ela tomava, ela concordou em ser esterilizada.

- Por ter, confessadamente, sufocado a filha recém-nascida, uma moça de 17 anos foi condenada por um juiz da Flórida a dois anos de prisão e a fazer controle de natalidade durante dez anos após a soltura. Tanto a ACLF como a ala da direita do Conselho de Pesquisa Familiar recorreram da sentença, que foi mantida, embora em 1942 o Supremo Tribunal tivesse revogado uma decisão que ordenava a castração de um homem por repetidos atos de "torpeza moral". O Supremo Tribunal declarou que o Estado *não pode controlar a reprodução*. Mas esse julgamento aplicava-se a um homem. (Ressaltando o interesse da ala da direita nessas decisões, um advogado anti-aborto tentou matar um juiz do Su-

premo Tribunal da Califórnia por ter ordenado o controle de natalidade a uma mulher que maltratara o filho.)

- Em 1990, um juiz da Califórnia sentenciou uma mulher, presa por maltratar o filho, a implantar no corpo um contraceptivo que impede a gravidez durante cinco anos.

Os juízes e médicos especialistas processam as mães que consomem droga ou álcool, mesmo não tendo sido provado que o álcool causa mal ao feto e ninguém pensa em punir homens alcoólatras por prejudicarem seu esperma. Na campanha para forçarem as mães a manterem padrões de comportamento não exigidos dos homens, os sistemas médico e judicial têm a pronta cooperação da imprensa. O jornal *The New York Times* explorou amplamente o "fato" de que uma única dose de álcool durante a gravidez causa danos físicos e mentais no feto, embora a pesquisa na qual o artigo se baseou afirmasse que eles só ocorrem acima de três doses diárias e que a pobreza e a falta de instrução são as causas mais graves e mais comuns dos defeitos congênitos.

Jeanne Mager Stellman e Joan E. Bertin publicaram um editorial no prestigioso *Jornal da Medicina da Nova Inglaterra*, afirmando que as mulheres metabolizam o álcool de forma menos eficiente que os homens. O artigo baseava-se numa pesquisa de 20 homens e 23 mulheres alcoólatras hospitalizados com disfunção gástrica. Os julgamentos médicos a respeito de homens nunca se baseiam em evidências tão escassas. Exemplos recentes demonstram essa abusiva regulamentação "médica" das mulheres que bebem ou tomam drogas. Eis alguns exemplos recentes:

- Uma mulher de Nevada tomou um pouco de cerveja no dia em que entrou em trabalho de parto e perdeu a custódia do filho, porque os funcionários do hospital sentiram cheiro de álcool em seu hálito.

- Uma mulher de Wyoming, tentando fugir de um companheiro que a maltratava, foi presa, porque a polícia sentiu cheiro de álcool em seu hálito.

• Uma mulher da Califórnia foi aconselhada por seu obstetra a permanecer em repouso, evitar sexo e drogas e ir imediatamente ao hospital se tivesse hemorragia. Ela não seguiu as recomendações, o bebê nasceu com danos cerebrais e morreu algum tempo depois. Por não conseguir sustentar a criança, foi presa pelas autoridades, que se basearam numa antiga lei cujo objetivo era obrigar os homens a manter os filhos — raramente usada para esse fim.

• Movido pelos simpatizantes do “pró-vida”, um hospital consultou o Tribunal a respeito da realização de uma cesariana numa doente grave, com câncer, contra a vontade dela, do marido, dos pais e dos médicos. Todos sabiam que a cirurgia provavelmente a mataria e não salvaria o feto de 25 semanas, mas o juiz autorizou a operação, realizada antes que os advogados da paciente pudessem apelar. A mulher e o feto morreram. (Entretanto, os juízes recusam-se muitas vezes a autorizar a interrupção de dolorosos tratamentos de manutenção da vida, quando as famílias a requerem. A existência de um feto talvez desencadeie nos juízes sentimentos de usurpação.) Ao ser dramatizado na televisão, esse incidente apresentou uma advogada, Ann Kelsey, na defesa do hospital e fizeram o bebê sobreviver. Esse meio de divulgação também coloca advogadas em tribunal homens acusados de atos agressivos contra mulheres, como estupro, espancamento e assassinato. Essa, sem dúvida, é a versão que a televisão tem da igualdade de direitos.

• A sétima sessão do Tribunal de Apelação apoiou uma decisão proibindo as mulheres férteis de trabalharem expostas ao chumbo, sem se preocupar com a opinião delas (muitas não queriam mais ter filhos ou eram solteiras), afirmando que nenhum de seus filhos apresentava anormalidades que pudessem ser causadas pela exposição ao chumbo e sem levar em conta o parecer de especialistas dizendo que o chumbo é igualmente perigoso para a fertilidade masculina.

• Por todos os Estados Unidos, os juízes prendem “preventivamente as mulheres”, dando-lhes voz de prisão por pequenos de-

litos, acusando-as de maltratar os filhos ou negligenciá-los e ameaçando-as de assassinato culposo se abortarem por beberem estando grávidas, o que não constitui crime.

• Prendem-se mães ainda em seus leitos hospitalares, se o exame de drogas do bebê é positivo. Os assistentes sociais separam esses bebês de suas mães, em número cada vez maior, na suposição de que o simples uso de drogas as torna inadequadas, mesmo quando elas procuraram e não conseguiram apoio em tratamentos por uso de drogas.

• Uma mulher de Chicago que tomava cocaína foi acusada de homicídio involuntário pela morte de sua filha de dois anos. Um júri recusou-se a condená-la, mas a Promotoria Estadual acusou-a de posse de drogas, o que acarretou uma sentença de um a três anos de prisão. Os advogados de defesa das mulheres afirmam que a perseguição pelo sistema legal afasta as viciadas do tratamento e dos cuidados pré-natais.

A pobreza e a falta de instrução estão fora do controle dos indivíduos. É necessária a intervenção do Estado. A bebida moderada, fator relativamente inócuo comparado com o estado de fome de algumas mães, que dão à luz bebês de um quilo a um quilo e meio, é passível de controle individual. Assim como os muçulmanos, que se concentram nas mulheres, único elemento que são capazes de controlar quando sentem as mudanças na sociedade, os ocidentais, em colapso por causa das desigualdades sociais e do racismo, também as perseguem. Stelman e Bertin indagam por que não há matérias na imprensa a respeito do efeito causado no desenvolvimento infantil pelo abandono do lar pelos pais ou pelo uso crônico de álcool por parte deles, o que acarreta a formação de espermatozóides anormais. A prole de animais machos aos quais se deu álcool mostra atrofia testicular e anormalidades comportamentais.

Em artigo corajoso no *The Nation*, Katha Pollit denunciou essa perseguição às mulheres. Ela pergunta se agora as grávidas

vão ser punidas por ingerir alimento não saudável, fumar, tomar aspirina e viajar de avião, e observa que os juízes prendem viciadas que esperam filhos, mas não obrigam os programas de tratamento de abuso de drogas a recebê-las. As autoridades prendem as que não têm recursos (a maioria das presas são pobres ou negras) mas não procuram estender a ajuda médica às viciadas em *crack* (que só cobre os viciados em heroína) nem financiar os programas de suplementação alimentar para mulheres, bebês e crianças. Os juízes não impedem os senhorios de despejarem grávidas pobres nem obrigam os obstetras a tratar delas. Os médicos que advertem as mulheres dos perigos do vício não se oferecem para ajudá-las. Quando os juízes prendem as mulheres, não se preocupam com seus filhos, que ficam sob a guarda do Estado ou de parentes pobres. É uma grande ironia que a única nação industrializada do mundo sem assistência médica gratuita, sem creches subsidiadas pelo governo, sem serviços de visitas domiciliares às mães nem ajuda à criação dos filhos, esteja encarcerando as *mulheres* por estarem cuidando de maneira inadequada dos bebês nos seus ventres.

Embora seja certo que não é benéfico para um feto a mãe tomar drogas e beber em excesso, esse comportamento não pode ser controlado pela sociedade. Como os homens, as mulheres desesperadas, infelizes, comportam-se de maneira auto-destrutiva. Uma sociedade que se preocupa com essa situação combatéria as causas do desespero. A maioria dos bebês lesados pelos atos auto-destrutivos das mães pertence à sub-classe que a sociedade condena à morte toda vez que prefere empregar verbas em armas e não em programas sociais. Viramos as costas a esses bebês quando nos mudamos para os subúrbios, tiramos nossos filhos das escolas públicas, recusamo-nos a empregar negros ou simplesmente os consideramos seres inferiores. Como sociedade, não nos importamos se esses bebês morrem — na verdade, há pessoas que gostariam se os pobres e os negros *não* procriassem —, entretanto, punimos as mães cujos atos equivalem à nossa indiferença.

Lembre-se de que a cada minuto que passa, os governos do mundo gastam 1,3 milhões de dólares da riqueza produzida pelo povo (sendo que de dois terços a três quartos disso por mulheres) com despesas militares. Que o governo não tenta ajudar, mas somente punir as mães pobres, que gasta nosso dinheiro com armas que vão matar crianças e não alimentá-las é mais um sinal da guerra contra as mulheres.

As Guerras de Controle: Pesquisadores Científicos — A campanha para controlar a reprodução feminina não pára af. Os homens desenvolvem novas técnicas, como transferência de embrião, fertilização in-vitro e inseminação artificial de mulheres reprodutoras — “mães substitutas”. Já que essa tecnologia permitirá aos homens procriar da mesma maneira como obtêm sexo, contratando a capacidade reprodutiva das mulheres assim como alugam seu corpo nos bordéis, eles querem, na opinião de Andrea Dworkin, criar um “prostíbulo reprodutivo”. Genoveffa Corea descreve métodos normalmente utilizados com os animais e que podem ser transferidos para as mulheres, sendo que alguns já o foram. Eis alguns exemplos:

- Na inseminação artificial, o esperma fresco ou congelado de um macho superior é colocado num “revólver”, adaptado a um tubo que se insere no corpo da fêmea para a inseminação. Os engenheiros da reprodução inseminam artificialmente uma vaca “superior” com o esperma de um touro “superior”, retiram os embriões de seu corpo e os transferem para o ventre de vacas “inferiores” para a gestação. Há menos vacas “superiores” do que “inferiores” e essa transferência possibilita a reprodução de genes “superiores” mais rapidamente, usando gestantes “inferiores”. Como Midas, eles transformam vacas em ouro, forçando-as a produzir embriões a cada dois meses, em vez de um bezerro por ano. Chegam a utilizar os corpos das fêmeas para abrigar outras espécies. Em 1981, conseguiram fazer com que uma vaca leiteira Holstein, no zoológico do Bronx, em Nova York, gerasse um gauro, bovino selvagem em extinção.

- Superovulação. Os animais geralmente produzem um ovo por mês. Mas os engenheiros de reprodução desejam muitos, para uma "operação eficiente". Sabendo que os hormônios produzidos pela glândula pituitária afetam os ovários, eles o injetam na fêmea, forçando-a a ovular por um número anormalmente grande de folículos (os pequenos invólucros que encerram os ovos). Isso é a superovulação. Usaram hormônios em animais jovens, com ovários imaturos que produziram ovos. Poderão utilizá-los também em fêmeas muito velhas, obrigando-as a produzi-los. Eles querem muitos, num piscar de olhos.

Para transferir um ovo fertilizado, os engenheiros provocam a superovulação e a inseminação artificial numa fêmea, mas depois têm de tirá-lo. Inicialmente eles a matavam, cortando-lhe as trompas, o que foi descrito da seguinte maneira por um pesquisador: "A matança dos animais doadores aumenta a regularidade da recuperação (do ovo)." Mas a morte da fêmea era a perda de um investimento. Então iniciou-se a tentativa de retirar os ovos por cirurgia. Com isso, muitas vezes o animal se tornava estéril ou com "problemas para procriar". Pesquisaram então outros métodos e agora usam um cateter de fluxo duplo para introduzir líquidos no útero e recolher os fluidos com os ovos num recipiente. Não temos nenhum relatório que mostre se o processo é doloroso para a fêmea.

- Gêmeos: Um médico desenvolveu um método para dividir um embrião pela metade, produzindo gêmeos idênticos, dois animais de um só ovo fertilizado. Produzindo-se gêmeos, "duplica-se de maneira confiável, fácil, rápida e barata, o número de embriões que uma doadora valiosa gera". Utilizam-se três conjuntos de fêmeas, não necessariamente da mesma espécie: doadoras, receptoras primárias e secundárias em cujos corpos os embriões divididos são respectivamente gerados e levados a termo.

A aplicação dessas técnicas aos humanos tornou possível o que se chama a indústria da "maternidade substitutiva". A primeira

tentativa de transferência de um ovo fertilizado para uma incubadora humana (mãe de aluguel foi feita em 1977. Paga-se uma pequena taxa à mãe; os advogados, médicos e intermediários que cuidam da implantação recebem grandes quantias de dinheiro. Os vultosos lucros obtidos nessa indústria levaram médicos, legisladores e profissionais de ética a procurar institucionalizar a "maternidade substitutiva", com regulamentação e certificação estatal para as *mulheres*. O procurador Russell Scott escreveu um livro, *The Body as Property* (O Corpo como Propriedade), em 1981, dando idéias para tornar comum a gestação profissional, propondo que os homens oferecessem às "jovens e saudáveis mães de aluguel", dinheiro, seguro social, auxílio para estudar e outros sinais de aprovação pública. O especialista em bio-ética afirma que "certamente há mulheres disponíveis em número suficiente para formar uma classe geradora, principalmente se o pagamento for compensador", citando o exemplo de uma enfermeira desempregada que se ofereceu a um casal para gerar um bebê, a fim de conseguir o auxílio do bem-estar social, concedido a ela e à filha pequena.

Na verdade, os homens estão muito entusiasmados com as oportunidades apresentadas pelas "barrigas de aluguel" de mulheres que, supostamente, não têm outras aptidões. Vance Packard declara que isso abre uma carreira nada exigente para as moças: "Ajuda muito se a mãe de aluguel é de natureza dócil, gosta da gravidez e de assistir à televisão". Ela poderá até ter outro emprego, se não for muito desgastante fisicamente — ele propõe o de vendedora de ingressos em cinemas. A gestação, por uma "mãe mercenária", de um embrião concebido com um ovo de outra mulher, pouca coisa exige dela, "em matéria de educação, antecedentes familiares, boa aparência e até cor da pele". Se ela vai ser apenas uma incubadora, o preço provavelmente será menor do que se ela contribuir com metade da hereditariedade do bebê. As bonitas moças México-americanas do sul do Texas ficariam entusiasmadas com a oportunidade de ganhar 5 mil dólares só para ficarem grávidas durante nove meses. As mexicanas se

interessariam por até metade dessa quantia. Genoveffa Corea observa que vários autores propuseram que os preços pagos às mães de aluguel fossem adaptados à economia de seus países.

Uma decisão recente foi ainda mais longe. Katha Pollitt relata o parecer do juiz Richard Parslow, do Tribunal Superior da Califórnia, declarando não ser mãe "de direito" a mulher que gera o bebê. Um ovo, fertilizado in-vitro pelo espermatozoide de um homem cuja esposa nasceu sem útero, foi colocado em outro ventre para a gestação. Esta segunda mulher, que passou nove meses com o feto, nutriu-o com seu corpo, enviando-lhe e recebendo dele comunicações emocionais, atravessou o trabalho de parto e deu à luz, sentia-se ligada ao bebê. O juiz declarou que não havia ligação. Um julgamento semelhante foi feito com Mary Beth Whitehead, que *forneceu* o ovo para o bebê que carregava. Em ambos os casos, os juízes, homens, simplesmente consideraram inoperante, nula e vazia a *mais profunda* conexão da Terra — entre uma mulher e a criança que ela dá à luz.

A linguagem dos homens nessas situações mostra que, diferentemente das mulheres, cuja abordagem da gravidez é essencialmente emocional, eles encaram a procriação sob o aspecto fundamentalmente econômico. Por exemplo, a não ser nas sociedades de linhagem matriarcal, as mulheres nunca tiveram a custódia dos filhos após o divórcio, até a Revolução Industrial, quando as crianças já não eram itens econômicos, mas sim cargas. A negligência dos homens contemporâneos com os filhos é, em parte, uma resposta a esse fato. As mulheres *sempre* carregam a carga física e emocional da procriação e também, quase sempre, a responsabilidade da criação dos filhos. A mulher tem consciência de que a maternidade acarreta trabalho — de toda espécie — árduo e de longo prazo e requer sacrifício. A única coisa que o torna compensador é a ligação, o sentimento, a responsabilidade emotiva. Alguns homens têm uma abordagem semelhante da paternidade, mas os que estão na vanguarda da tecnologia reprodutiva vêem a gestação sob uma perspectiva estritamente econômica. Waring cita Paul Samuelson, Prêmio Nobel da economia, que

ficou entusiasmado com a promessa econômica implícita no uso da amniocentese para abortar:

Com o conhecimento, vem o poder de controlar... Se a amniocentese revela que o embrião é do sexo feminino e a preferência é por um menino, pode-se decidir pelo aborto. Se esses hábitos se tornarem comuns, ocorrerão mudanças sociológicas de longo alcance. E estas terão ramificações econômicas(...) Tudo o que é escasso se valoriza. Quanto mais mulheres houver, não se alterando a situação atual, prevê-se que seus salários relativos e seus rendimentos de toda vida serão mais baixos. As feministas, então, considerariam com certa aprovação uma tendência futura de mais filhos do que filhas. Se um povo manifestar preferência nítida por filhos homens, isso irá elevar o índice do sexo, com a tendência de aumentar os valores salariais femininos e baixar os masculinos... Uma das razões da preferência por meninos, no passado, é o fato de eles terem maior poder de ganhar dinheiro. Embora, talvez, se possa contar mais com as filhas para cuidar dos pais na velhice; os filhos, possivelmente, terão mais recursos para sustentá-los. Ou a vaidade de ter o nome da família passado a outra geração, na nossa cultura patriarcal, seja melhor servida com filhos homens. Mas agora que a planejada escassez de mulheres faz subir seus salários, tem-se um novo motivo econômico para justificar a preferência pelos homens.

Paul Samuelson,
"Frontiers in Demographic Economics"
(As Fronteiras da Economia Demográfica),
em *American Economic Review*,
maio de 1985.

O físico William Shockley, outro Prêmio Nobel, surgiu com um plano de controle populacional. Primeiro, a propaganda convencerá as pessoas de que a limitação populacional é desejável e necessária à sobrevivência. Então, depois que o departamento de censo calcular o número de filhos que cada mulher poderá ter (2,2 se se permitir um aumento de um terço de 1 por cento

ao ano), o ministério da saúde pública esterilizará todas as meninas que atingirem a puberdade, com a aplicação subcutânea de uma cápsula fornecedora de baixa dosagem de hormônios anti-concepcionais, até sua remoção. (Esse plano, arquitetado há muitos anos, talvez pareça fantástico. Mas note-se que esse método foi inventado recentemente e os juízes já estão ordenando sua aplicação, à revelia, em mulheres que casualmente caíram sob a jurisdição de seus tribunais.)

Ao casar-se, a mulher recebe vinte e dois "certificados de decifilhos". (Note-se que ela é impedida de procriar até o casamento, isto é, firmemente mantida sob o controle do patriarcado.) Contra a entrega de dez deles, um médico retira a cápsula anti-concepcional, recolocando-a após o nascimento do bebê. Depois de dois filhos, o casal pode vender os dois certificados na bolsa de valores (!) ou procurar comprar mais oito no mercado livre para ter um terceiro. Quem não deseja ter filhos poderá vender todos os vinte e dois certificados com lucro. (Assim, apenas os mais abonados terão o privilégio de produzir três filhos. O plano é completo!) Jalna Hanmer e Pat Allen observam que a proposta coloca a reprodução feminina sob o controle do Estado, que é dominado pelos homens — como Shockley provavelmente espera que continue.

A Guerra por Culpa — No patriarcado, as mulheres precisam ser mães e são responsabilizadas, mas os homens não, pelos fracassos em não prevenir a procriação. Mas elas também são responsáveis por não procriar. Os fatos biológicos da reprodução são conhecidos há anos e os tratamentos têm mudado com as novas técnicas e descobertas, mas tanto o pensamento científico como o popular ainda consideram as mulheres como causa da infertilidade: as que não desejam ter filhos são más. Nestes dois últimos séculos, centenas de cientistas conceituados defenderam a tese de que a tendência natural da mulher para a maternidade é subvertida pelas aspirações educacionais, ocupacionais e políticas, direitos iguais, divórcio e uso de controle da natalidade. A litera-

tura média retrata as mulheres estéreis como as piores mães, que impedem a todo custo a maternidade e são, portanto, responsáveis pela desintegração da moralidade nacional, do lar e da família, da própria raça humana.

A questão da infertilidade foi revivida nos anos 80, tornando-se tema de uma inflação de livros e artigos populares e técnicos, autobiografias, romances, noticiários de televisão e peças teatrais. Um proeminente especialista em infertilidade considera a disfunção um problema crescente de saúde pública, de proporções epidêmicas. *No entanto, não há prova substancial de que a incidência total da infertilidade nos Estados Unidos tenha crescido na última década.* Margarete Sandelowski acha que a causa da infertilidade seja a resposta à maior autonomia e liberdade das mulheres. É o preço que elas terão de pagar pela sua autonomia reprodutora. É a conseqüência, para os jovens casais modernos, da sua dedicação à profissão, à aquisição de bens materiais e à procura do prazer sexual. É mais um aspecto da ampla guerra contra as mulheres, causado pelo conceito de que o igualitarismo — ou, dito de outra forma, a autonomia feminina — ameaça a "família", isto é, as prerrogativas masculinas.

O adiamento da gravidez reduz a fertilidade em algumas mulheres. A contraceção e o aborto acarretam, às vezes, ovulação irregular, infecções e adesões pélvicas que impedem a concepção. As mulheres sexualmente ativas são mais propensas a usar anticoncepcionais, a necessitar de aborto e a contrair doenças sexualmente transmissíveis. Em acréscimo, a atual agressão ao meio ambiente expõe os indivíduos a agentes deletérios e tóxicos que afetam os órgãos reprodutores, impedem a concepção e causam aborto espontâneo. Porém, muitos desses fatores também têm influência sobre os homens. Os médicos, que têm conhecimento das deficiências do esperma e da causa da esterilidade feminina, constituída principalmente pela transmissão da gonorréia pelo homem, hesitam em considerá-lo responsável. "Quando apenas um espermatozóide se revela sadio, eles são propensos a inocentá-lo". A literatura contemporânea a respeito da infertilidade continua

a trombetear a vontade feminina, escreve Sandelowski, conflitando dois conceitos: que ela é a consequência de tentativas deliberadas para se opor à natureza e que exprime um desejo inconsciente e disfarçado das mulheres.

O simples exame das muitas maneiras de controle que os homens exercem na procriação feminina revela um quadro de total falta de liberdade das mulheres. Seja o que for que façam ou que não façam, elas nunca estão certas pelos padrões masculinos. Sempre sujeitas a críticas e, às vezes, a intervenções institucionais ou governamentais entre elas e seus corpos, nelas e nos seus filhos. A teia de regulamentações e interpretações que os homens tecem à volta das mulheres dá a eles a possibilidade de intervir, em qualquer ocasião, sempre que desejam, e de ficar sem a responsabilidade pelo nascimento e criação dos filhos. Os homens justificam esse controle apelando para as boas intenções, porém a prova de que seu objetivo verdadeiro é o poder sobre as mulheres está no fato de que eles as cercam de restrições, impedindo-lhes o direito e a possibilidade de gerir seu próprio corpo, de não ter filhos ou de criá-los da maneira que considera adequada.

==== TERCEIRA PARTE ====



A GUERRA CULTURAL CONTRA AS MULHERES

Muitas vezes, as verdadeiras intenções de uma sociedade não são visíveis apenas por meio de análises minuciosas do comportamento, da linguagem e das imagens. Não se consegue “provar” o ódio masculino contra as mulheres citando-se estatísticas a respeito da pobreza feminina em todo o mundo, argumentando que *merecem* ser pobres. O fato de que as guerras matam os filhos a quem as mulheres dedicam toda sua vida não prova que os homens sejam inimigos delas em particular. Eles afirmam tristemente que o mundo é duro também para os homens e que as mulheres têm de se conformar. Mas as guerras, apenas na *aparência*, lançam os homens contra os homens. Os que lutam com os punhos abraçam-se depois. Nações inimigas desenvolvem laços de amizade após as guerras. A finalidade dos conflitos armados é provar a superioridade de alguns homens sobre outros, é fazer de outra sociedade “algo feminino” ou “não masculino” (muitas lendas antigas revelam explicitamente essa intenção) e extirpar ou superar o “feminino” no macho. O alvo básico dessa necessidade masculina de mostrar superioridade é a fêmea. A guerra resulta do conceito que os homens têm da vida como uma luta para superar o feminino e a natureza. Essa atitude está explícita na linguagem utilizada pelos homens na indústria da “defesa”.

A Guerra Contra as Mulheres na Linguagem Militar

Carol Cohn passou um verão estudando com especialistas masculinos em estratégia nuclear. Para entendê-los — e falar de forma a ser entendida — ela teve de aprender a linguagem deles, constituída em grande parte de palavras inventadas e siglas incompreensíveis para os não iniciados. Ela detectou o jargão “sexual”, revelando a delícia do prazer que resulta do conhecimento de coisas que os indivíduos comuns ignoram e a intimidade com os aspectos mais secretos e mais altos da política do governo. Surpresa por ter se agrado da linguagem, ela a considerou a causa do poder de sedução daquele conhecimento. Era engraçado pronunciar as palavras e ela se sentiu gratificada por conhecer a linguagem de sacerdotes que privavam com Deus, destinados à mistificação e ao temor. Na verdade, desde o início, os cientistas nucleares utilizaram imagens religiosas. A primeira experiência da bomba atômica foi chamada pelos seus inventores de *Trindade*, por causa da Santíssima Trindade (Padre, Filho e Espírito Santo), “as forças masculinas da criação”. Na explosão ocorrida nessas experiências, o inventor principal, Robert Oppenheimer, pensou nas palavras de Krishna e Arjuna, no *Bhagavad Gita*: “Eu me tornei a Morte, a Destruidora de Mundos”. E os homens que hoje estabelecem as doutrinas estratégicas chamam a sua comunidade de “o sacerdócio nuclear”.

Os cientistas nucleares utilizam outro conjunto de imagens que, na *aparência*, contradizem o simbolismo religioso. Imagens de nascimento, machos dando à luz, como nas iniciações masculinas, também usadas pelos homens que fundam as religiões modernas. Os técnicos e operários de Los Alamos chamavam a bomba atômica de “o bebê de Oppenheimer”. Os de Lawrence Livermore batizaram a bomba de hidrogênio de “o bebê de Teller”. Os que queriam tirar os méritos de Edward Teller argumentavam (observa Cohn) que “ele não foi o pai da bomba, mas a mãe”, atribuindo a paternidade a Stanislaw Ulam, por ter tido

“todas as idéias importantes e inseminado Teller com elas. Este apenas prosseguiu daí para a frente”. Apresentando um novo sistema de satélite, ainda inoperante, MILSTAR, um oficial instrutor descrevia com entusiasmo suas capacidades técnicas e explicava o papel de um novo comando espacial unificado, nele inserido, aduzindo modestamente: “Executaremos as funções de mãe — telemetria, traçamento e controle — manutenção.”

Como nas hierarquias religiosas, o nascimento pelos machos produz apenas seres masculinos. A perversidade do pensamento patriarcal é de tal monta, que esses homens consideravam seus filhos os artefatos causadores dos horrores humanos em Hiroshima e Nagasaki: “Rapazinho” e “Gorducho”. Cohn observa que as bombas não eram apenas a progênie dos cientistas atômicos, mas a progênie masculina, enfaticamente. Nas experiências iniciais, antes de terem certeza dos resultados, os cientistas exprimiam sua ansiedade dizendo: “Esperamos que o bebê seja menino e não menina — isto é, não falhe”. Depois do sucesso da primeira explosão, o general Grove telegrafou ao secretário de guerra, Henry Stimson — “o doutor voltou muito entusiasmado e confiante, porque o menino é tão forte como o irmão maior. A luz de seus olhos é visível daqui a Highhold e ouço seus gritos daqui até a minha fazenda”. Stimson, então, escreveu a Churchill: “Os bebês nasceram bem”. Em 1952, depois do sucesso da experiência com a bomba de hidrogênio (chamada “Mike”), no atol de Eniwetok, nas ilhas Marshall, Teller telegrafou triunfantemente a Los Alamos: “É menino!” Cohn comenta: “Toda a história do projeto da bomba... está saturada com imagens que confundem o insuperável poder tecnológico do homem em destruir a natureza com a capacidade de criar.”

A visão da vida como uma guerra pelo poder, promovida pelos homens contra a natureza, as mulheres e outros homens, dá origem a uma linguagem em que a existência não tem significado e apenas o caráter de dominação importa. Dessa forma, os cientistas nucleares se referem à matança de seres humanos que

não estão do seu “lado”, como “danos colaterais”. Os militares utilizaram esse jargão, nos seus pronunciamentos, a respeito dos iraquianos mortos na recente Guerra do Golfo (cujo número verdadeiro permanece misterioso). Os médicos do século 18, da Sociedade Real Britânica, utilizavam eufemismos ao descrever suas experiências, porque a linguagem simples colocaria em evidência a dor horrível que eles infligiam. Essa política ainda é seguida em toda atividade que ataca, mutila e mata seres humanos (até supostamente destinada a auxiliá-los, como a medicina). O termo “danos colaterais” também indica que as pessoas não eram os alvos dos ataques, mas simplesmente estavam na rota dos grande empreendimentos. Assim, os analistas de guerra chamam a incineração de cidades de “ataques de represália”. O artigo de Cohn foi publicado em 1987, mas a terminologia que ela apresenta é agora familiar. Sabe-se que “bombardeios cirurgicamente precisos” (abreviados para “bombardeios cirúrgicos”) são “contra-ataques” (ataques de armas contra armas) destinados a “remover” (precisamente, destruir) as armas ou os centros de comandos inimigos sem causar danos significativos a outras coisas. A guerra é levada a efeito entre sistemas de armas, não seres humanos, como se os “inimigos” se sentassem em diferentes lugares do mundo, comandando vídeo game. Um míssil MX transporta dez ogivas, cada uma com um poder explosivo de 300 a 475 quilotons de TNT. Uma só delas tem potência de 250 a 400 vezes a da bomba que arrasou Hiroshima. Essa é a arma que Ronald Reagan batizou de “O Defensor da Paz”. A comunidade dos analistas de guerra caçou desse eufemismo, mas eles próprios classificaram o MX como uma “arma de limitação de danos”. Descrevem também as “bombas limpas” — dispositivos nucleares que funcionam por fusão em vez de fissão e, portanto, liberam menos energia explosiva que de radiação. São “limpas” por serem menos radiativas, mas têm maior poder de matar e destruir.

Os homens se apropriaram não só do nascimento, mas do “trabalho feminino”, utilizando imagens domésticas e de criação de filhos para mascarar o horror do que fazem. Além de bombas

“limpas” eles falam ansiosamente de “acarinhar” explosivos e projéteis. Um sistema eletrônico projetado para evitar o disparo não autorizado de ogivas nucleares foi batizado de PAL (Permissive Action Links, Travas de Ação Permitida), “sigla amistosa, cuidadosamente elaborada”. Chamaram de “BAMBI” um sistema pioneiro de mísseis anti-balísticos, sigla de Ballistic Missile Boost Intercept (Interceptador de Lançadores de Mísseis Balísticos). O memorando anual do presidente sobre o armazenamento de armas nucleares, foi apelidado de “lista de compras”. Ao selecionarem planos de objetivos, as autoridades do Comando Nacional escolhem num “cardápio de opções”. Um modelo de ataque nuclear é chamado de “cortador de bolinhos” e as marcas deixadas pelas ogivas do míssil MIRV, ao aterrissar, são “pegadas”. Os homens não jogam bombas nucleares. Elas são “entregues” por um “ônibus”. Nunca utilizam os termos bomba ou ogivas nucleares, chamando-as de “veículos de reentrada” (RV), eufemismo que os leigos empregam para indicar os *reboques* baratos — veículos de recreação.

No seminário de verão de Cohn havia outras nove mulheres. Ela esperava que os homens, de elevada educação e conhecimentos, enfrentando dez mulheres no seu meio, não se sentissem à vontade com suas expressões machistas. Mas, escreve ela, enganouse. Consideraram-se inocentes em relação às críticas femininas ao comportamento masculino e declararam, abertamente, que, para os militares americanos, as armas nucleares eram “irresistíveis, pois se obtém mais explosão pelo mesmo dinheiro”. Disseram-lhes que os cientistas nunca levariam a sério o desarmamento, pois isso seria emasculação: “Desarmar é perder toda a fibra”. Um professor explicou que os mísseis MX não seriam colocados no lugar dos mais velhos e menos precisos, mas ficariam nos silos dos novíssimos Minuteman, “porque devem estar no local mais bonito — ninguém vai pegar o míssil mais belo que possui e enfiar num buraco medonho”. Os cientistas pronunciaram palestras a respeito de “lançadores de ereção vertical, relações empuxo-peso, deitadas suaves, penetração profunda e as van-

tagens comparadas do ataque prolongado contra o espasmódico — definido por um consultor militar do Conselho de Segurança Nacional pela “liberação de 70 a 80 por cento de nossa megatonelagem num único orgasmo.” Estavam seriamente preocupados com a “necessidade de endurecer os nosso mísseis e, devemos encarar isso, os russos são um pouco mais duros do que nós.”

Cohn considera os anúncios de novas armas na *Revista da Força Aérea* como rivais da *Playboy*, ao catalogar as ansiedades e fantasias sexuais dos homens. Eles elogiam as armas como “grandes varas”, “penetradores” e formadores de “crateras”. Ao realizarem experiências nucleares no atol de Mururoa, no sul do Pacífico, os franceses dão a cada cratera formada um nome de mulher. São comuns as imagens fálicas na descrição de explosões nucleares. Cohn cita uma, feita pelo jornalista William Laurence, que testemunhou o bombardeio de Nagasaki:

Então, exatamente quanto parecia que a coisa tinha estabilizado num estado permanente, formou-se um tiroeteio no topo de um cogumelo gigante que aumentou o tamanho do pilar para 15 mil metros. A ponta do cogumelo era ainda mais viva do que o pilar, borbulhando e fervendo num fúria branca de espuma cremosa, lançando para cima um esguicho que descia à terra, um milhar de géiseres enrolados num só.

William L. Laurence,

Dawn Over Zero: The Study of the Atomic Bomb
(Amanhecer Acima de Zero: O Estudo da Bomba Atômica),
Londres, Museum Press, 1974, citado por Cohn.

Um analista de objetivos do Pentágono declarou que os planos de “guerra nuclear limitada” eram um mito, porque “é como num concurso de fazer pipi mais longe — deve-se esperar que o inimigo use toda a força disponível”. Quando a Índia explodiu sua bomba nuclear, um professor observou: “Ela perdeu a virgindade”. Na ocasião em que a parlamentar neozelandesa Marilyn Waring obrigou o governo do seu país a impedir a entrada

de navios de guerra movidos a energia nuclear ou equipados com armas nucleares, o general da força aérea americana, Ross Milton, escreveu um artigo revoltado na *Revista da Força Aérea*, com o título de “Virgindade Nuclear”. Cohn descobriu que o mundo dos armamentos nucleares está inundado de amizade e até de romance. Os “inimigos” trocam ogivas, um míssil “leva” um outro, os sistemas de armas “se alegram”, os mecanismos de aviso e resposta por meio de fios podem ser “acasalados”. Mas esse sexo e romance objetivam o assassinato. Se uma ogiva “mata” outra do mesmo exército, isso constitui “fratricídio”. E, ao devotarem considerável tempo às acusações sobre “vulnerabilidade” e “capacidade de sobrevivência”, esses homens não estão preocupados com a vulnerabilidade e sobrevivência de seres humanos, mas de sistemas de armas.

Cohn cita duas descrições do período posterior a um ataque nuclear. Uma delas, de Hisako Matsubara, criança moradora de Kyoto quando a bomba atômica foi lançada, baseia-se nas lembranças de sobreviventes:

Tudo estava preto, havia desaparecido na poeira preta, estava destruído. Apenas as chamas que começavam a abrir seu caminho para o alto tinham cores. Da poeira, que parecia um nevoeiro, apareciam espectros, pretos, sem cabelo, sem rosto. Gritavam com vozes que não eram mais humanas. Seus gritos afogavam os gemidos que nasciam do pavimento, por toda a parte, gemidos * que pareciam ter origem na própria terra.

Hisako Matsubara,
Cranes at Dusk, Garden City,
Nova York, Dial Press, 1985,
citado por Cohn.

A segunda é em linguagem fria, por um coronel do Conselho Nacional de Segurança, durante a administração Carter.

É essencial ter meios de comunicação num ambiente nuclear, situação que provoca escurecimento, danos brutais ao sistema, tremenda confusão generalizada e assim por diante.

General Robert Rosenberg,
“The Influence of Policymaking on C3I
(A Influência do Planejamento Político no C3I),
apresentação incidental, Seminário sobre C3I,
Cambridge, Mass., Universidade de Harvard,
Centro de Pesquisa sobre Informação Política,
primavera de 1980, citado por Cohn.

A verdade mais profunda e surpreendente é que esses homens não estão preocupados com sua própria sobrevivência. Só importa o poder. É um deus, uma exaltada força sem corpo, mais importante que a humanidade. É difícil achar as raízes do absurdo e da perversidade desse conceito. Cohn ressalta que o centro de referência dos homens nesse discurso tecnocrático não são eles próprios, não são absolutamente os seres humanos, são as armas. Esses homens consideram a morte humana “dano colateral”, menos do que um alívio ao sofrimento, porque ela é colateral para o que interessa a eles — as próprias armas. Porém, observa Cohn, um discurso criado e que não usa a vida humana como centro de referência não tem possibilidade de abranger a humanidade e não é legítimo esperar que ele reflita preocupações humanas. Sabe-se que essa linguagem não dá legitimidade ao locutor. Atribui-lhe, no entanto, uma voz capaz de influenciar decisões políticas. O discurso talvez nem faça parte do processo pelo qual as decisões políticas são tomadas. Cohn acha que a retórica constitui um véu para as decisões políticas tomadas por outros motivos. É uma “cortina ideológica” disfarçando as razões dessas decisões. É provável, no entanto, que elas se baseiem nas mesmas hipóteses, nos mesmo valores do discurso tecnocrático. Assustadoramente.

A Guerra Contra as Mulheres na Arte

Ainda não se fez nenhum estudo exaustivo das atitudes em relação às mulheres na arte do século 20. Mas John Berger, no seu importante livro, *Ways of Seeing* (Maneiras de Ver), relaciona a representação da mulher, na pintura e publicidade ocidentais, com a obsessão consumista do capitalismo. O deus do capitalismo (que Berger considera quase uma religião) é o dinheiro. Só o dinheiro e nada mais do que o dinheiro é capaz de dar ao homem *status*, amor e felicidade (definida como a inveja dos outros). Argumentando que no século 20 a tradição da pintura ocidental foi apropriada pela publicidade, Berger demonstra que os temas da arte do Ocidente são utilidades projetadas para atrair o consumidor masculino. Por hipótese, ele é sempre homem, mesmo quando a anúncio se dirige às mulheres. Elas são estimuladas a comprar coisas que as transformem em utilidades mais atraentes para os homens. Elas próprias são as mercadorias mais importantes que o mundo é capaz de oferecer aos compradores masculinos. Sua sexualidade, maternidade, beleza e trabalho são expostos na pintura e publicidade ocidentais como qualidades à disposição dos homens que tenham dinheiro suficiente. Mas o brilhante e fascinante argumento de Berger não toca nem de leve no ódio dos homens por essas mesmas utilidades.

As feministas apontam o ódio às mulheres nas obras de pintores como Willem de Kooning, Picasso e nos retratos de Balthus, de meninas surpreendentemente lascivas. Porém, a análise feminista da arte é impedida por estarmos obrigadas, em nossas almas, à liberdade de expressão. Os artistas se apropriam do corpo feminino, junto com a natureza e os objetos, como seu tema, sua posse. Pintando com ódio as mulheres ou as idealizando e grosseiramente sentimentalizando (como Renoir, por exemplo) ou tomando posse delas com fria superioridade (como Degas), eles implicitamente violentam a realidade e autonomia femininas. Mas não se pode negar aos artistas o direito à sua própria visão. Em-

bora, na realidade, as mulheres raramente ataquem os homens, Jerome Robbins criou um balé, *A Gaiola*, em que dois homens são eviscerados por mulheres em forma de insetos. Representações de ameaças às mulheres são comuns em todas as artes e, supostamente, exprimem um verdadeiro terror masculino a elas. Não é de admirar! Tendo subjugado as mulheres em todos os aspectos da vida, elas naturalmente temem a retaliação.

A escultura moderna freqüentemente representa a mulher com pequenas cabeças vazias e órgão sexuais proeminentes ou grandemente aumentados. Visitando galerias de escultura nos museus modernos (especialmente o Centro Pompidou, em Paris), senti-me agredida pela arte supostamente abstrata do século 20, que representa partes exageradamente ampliadas do corpo feminino, principalmente os seios. Parece que se pretendeu ridicularizar e desmembrar esculturas pré-históricas de mulheres.

Não é a imagem erótica do corpo feminino que perturba, mas o fato de que ela é assim feita *para ser apropriada* por um sexo que assume posição superior, comprador de utilidades. Muitas mulheres se magoam ao ver seus corpos assim apropriados e transformados em utilidades, na moda e na publicidade. A maioria engole seu desgosto. Várias, ensinadas para “verem” dessa maneira, deformam-se para se adaptarem ao modelo, como as meias-irmãs de Cinderela, forçando os pés para caberem no sapato de cristal do Príncipe. As desanimadas acham difícil, talvez impossível, fazer mais do que tentar ver claramente e procurar dizer o que nós *vemos*. A visão clara nos conduz, não às mulheres, mas aos homens e à canibalística psique masculina. Mas as mulheres que descrevem e analisam essa psique masculina são acusadas de “injuriar os homens”. A sociedade, complacente com a representação feminina negativa nas artes, torna-se absurdamente censora quando a mulher ataca, na sua arte, os valores, comportamento e imagens masculinos.

A depreciação das mulheres nas imagens publicitárias encontra eco nas representações cinematográficas. As mulheres são tra-

tadas tão indecorosamente nos filmes que Janet Maslin, não particularmente feminista, foi levada a protestar contra a ridicularização de mulheres, como Madonna em *Dick Tracy*, Jennifer Jason Leigh em *Noites Violentas no Brooklin* e *Anjo Assassino*, Victoria Abril em *Áta-me*, de Pedro Almodóvar, e Goldie Hawn em *Alta Tensão*. Neste último, Hawn é uma advogada debilóide que passa a maior parte do tempo de camisola. O filme mais popular de 1990, *Uma Linda Mulher*, é um conto de Cinderela com uma prostituta. Os anúncios cinematográficos mostram a protagonista feminina quase nua, mesmo que não apareça assim no filme. Ou homens carregando mulheres como presas, a exemplo de Gerard Depardieu com a risonha Andie McDowell pendurada em seus ombros em *Passaporte do Amor*. Estupros e quase-estupros tornaram-se tão obrigatórios no cinema violento nos Estados Unidos como são, há tempos, na Índia. Acrescente-se a isso a tendência do cinema e dos livros de apresentarem as mulheres com carreiras como mesquinhas e egoístas (Sigourney Weaver em *Uma Secretária de Futuro*) ou imensamente más (*Atração Fatal* e *Acima de Qualquer Suspeita* que, como romance encabeçou a lista dos mais vendidos por dois anos) e a depreciação e ódio às mulheres nos divertimentos populares e tem-se uma anatomia dos sentimentos dos homens a respeito das mulheres na nossa época, sem nem se falar da pornografia.

A Pornografia — A verdadeira violência masculina contra as mulheres será apresentada na Quarta Parte. Aqui, falaremos das representações artísticas. Considero a arte uma expressão simbólica, sem distinguir superior e inferior, séria e popular. Não aceito a palavra *pornografia*, mas a utilizo para ser melhor compreendida. Prefiro referir-me a ela como arte *erótica*, arte destinada principalmente a provocar desejo. Como sempre considerei o desejo um bem, acho a arte erótica, em princípio, inofensiva. Mas a arte erótica que degrada a mulher, essa me ofende.

Há alguns anos, umas poucas mulheres se preocuparam com a pornografia. A pornografia sádica era rara. Apenas homens ins-

truídos liam o Marquês de Sade e *A História de Ó* (que é atribuída a André Malraux) e meus amigos masculinos afirmavam que eram algo imunes a essas obras. Mas algumas mulheres achavam perigosa a pornografia “popular”. Questionando isso, li uma dessas obras. Não era sádica. Centralizava-se na relação sexual e era extremamente tediosa e repetitiva, claramente destinada a provocar a masturbação masculina. Parecia inofensiva, talvez até um benefício para as mulheres, se evitasse os estupros — que, na ocasião, pensava-se ser um crime causado pela frustração dos desejos. Dispensei a pornografia. Como escritora, oponho-me a qualquer tipo de censura.

Eram dias de inocência. Não apenas aceitávamos as afetadas diferenças de classe como parte da ordem natural, mas também desconhecíamos o que vinte e tantos anos de feminismo revelaram: as dimensões, a crueldade, a abrangência do tratamento sem consciência que os homens dão às mulheres na vida real, escondidas pelas cortinas de renda de lares onde gerações sofreram a “sagrada” supremacia masculina. Mais ainda, depois da revolução sexual masculina, a pornografia se modificou, espalhando-se muito mais e se transferindo dos livros para o cinema e o vídeo. Ao mostrarem crianças, além de mulheres, descobrimos que os homens as vinham importunando sexualmente há séculos (a experiência pessoal de um indivíduo não era, de fato, meramente uma experiência pessoal). No final dos anos 60, a pornografia atingiu estágios elevados de violência, ódio e crueldade. Filmaram-se linchamentos, principalmente de mulheres asiáticas. As atrizes de certos filmes “inocentes” eram realmente mortas na sua realização. A mutilação e o assassinato levavam os homens ao orgasmo. Mas a análise feminista ensinou-nos que até a pornografia mais amena degrada a mulher e conduz os homens a observá-la através de uma lente distorcida e deformadora.

No início dos anos 80, os habitantes de um bairro pobre de Minneapolis, infestado com lojas de artigos pornográficos, pediram a Catherine A. MacKinnon e Andrea Dworkin, conhecidas ativistas anti-pornografia, para redigir um projeto de lei tornan-

do judicialmente processáveis as representações pornográficas de mulheres ou de “homens”, crianças e transexuais no lugar de mulheres. A proposta esboçada definia a pornografia como “representação gráfica explícita da subordinação sexual das mulheres”, em fotografias ou palavras, considerando-se ainda o seguinte:

(i) as mulheres são apresentadas desumanizadas, como objetos, coisas ou utensílios sexuais;

(ii) as mulheres são apresentadas como objetos sexuais que gostam da dor e da humilhação;

(iii) as mulheres são apresentadas como objetos sexuais que sentem prazer sexual ao serem estupradas;

(iv) as mulheres são apresentadas como objetos sexuais, amarradas ou cortadas ou mutiladas ou arranhadas ou fisicamente feridas;

(v) as mulheres são apresentadas em posturas de submissão sexual, servidão ou exposição;

(vi) as partes do corpo feminino — incluindo, mas não limitadas a vagina, seios e nádegas — são exibidas de tal maneira a reduzir a mulher a essas partes;

(vii) as mulheres são apresentadas, por natureza, como prostitutas;

(viii) apresentam-se mulheres sendo penetradas por objetos ou animais;

(ix) as mulheres são apresentadas em cenários de degradação, injúria, tortura, mostradas sujas ou inferiores, sangrando, arranhadas ou feridas, num contexto que torne essas condições sexuais.

A Câmara de Minneapolis aprovou essa lei em 1983 e 1984. Em ambas as vezes o prefeito a vetou. Em 1984, um vereador do Conselho da Cidade de Indianápolis apresentou uma versão diferente do projeto, que foi aprovado e promulgado como lei pelo prefeito. Uma coalizão de vendedores de livros, revistas e vídeos imediatamente interpôs recurso. O Tribunal Distrital Federal declarou-a inconstitucional e passou o processo ao Sétimo Tribunal de Apelação. Dois juízes, concordando que “representações de subordinação tendem a perpetuá-la” nas mulheres e levam a “ofensas e baixos salários no trabalho, insultos e agressões em casa, espancamento e estupro nas ruas” e que “a pornografia distorce a visão que os indivíduos têm do mundo, dos companheiros e das relações sociais”, concluíram, no entanto, que esses efeitos simplesmente demonstram o poder da pornografia como discurso, o que não pode ser desprezado. O Tribunal Superior recusou-se a estudar o caso. Em 1988, a lei foi aprovada num plebiscito em Bellingham, Washington, mas novamente considerada inconstitucional.

A campanha para aprovar essa lei foi apoiada pela direita religiosa, numa aliança difícil. MacKinnon faz uma distinção entre a ala da direita e o feminismo anti-pornográfico, em suas posições, argumentando que a primeira quer aprovar leis contra a obscenidade e a segunda, leis políticas. As leis contra a obscenidade, afirma ela, se baseiam na “moralidade”, a moral considerada do ponto de vista masculino, do ponto de vista da dominação masculina. A crítica feminista da pornografia é “política”, especificamente política do ponto de vista das mulheres, do ponto de vista da subordinação feminina aos homens. A moralidade lida com o bem e o mal, a política, com o poder e a importância. “A obscenidade é um conceito moral, a pornografia é uma prática política. A obscenidade é abstrata, a pornografia é concreta.”

MacKinnon acha que os conceitos da ala da direita, em relação à obscenidade, se baseiam numa lei de 1973, proibindo-a e definindo-a como tudo o que “uma pessoa comum, aplicando os padrões contemporâneos da comunidade”, considera “toma-

do em conjunto, como apelando à luxúria... (que) representa ou descreve, de forma visivelmente ofensiva, a conduta sexual, especificamente definida pela lei estadual aplicável e (que), tomado em conjunto, carece de valor literário, artístico, político e científico”. Duvidando da existência de um “indivíduo médio, gênero neutro”, Mackinnon desconfia mais dos padrões da comunidade do que de sua não observância e pergunta porque “a luxúria é importante e a falta de poder, não”, porque “as sensibilidades são mais protegidas das ofensas do que as mulheres da exploração”. Ela acha que a sexualidade, “incluindo sua violação e expropriação” é mais ampla do que a lei sugere e pergunta porque uma lei que não consegue, na prática, distinguir estupro de relação sexual, deve ter autoridade para diferenciar pornografia e arte.

É muito profundo o seu argumento de que tanto o padrão legal de obscenidade quanto a pornografia se baseiam no ponto de vista masculino, por isso as leis o reproduzem ao nível de jurisprudência constitucional. “A pornografia institucionaliza a sexualidade da supremacia masculina, que funde a erotização da dominação e submissão com a construção social do macho e fêmea”. Os patriarcalistas apresentam a guerra dos homens contra as mulheres como erótica, uma alegria para ambos os sexos, e usam a pornografia para ensinar a cada um deles seus papéis, dominante e submisso, mutuamente excludentes. Mackinnon afirma que os defensores da pornografia, sejam “feministas, advogados ou neo-freudianos”, acreditam estar apoiando a “liberação sexual”, mas, na verdade, defendem o terrorismo sexual e a subordinação das mulheres.

Mas ambas as posições — a patriarcal e a feminista — são políticas e morais. A diferença entre elas está em outra parte. As duas utilizam os mesmos meios, mas para atingir objetivos diversos. As feministas anti-pornografia desejam alterar o clima cultural americano, de modo a reduzir a violência real contra as mulheres e eliminar a força que solapa seu amor próprio e sua autoconfiança. Os conservadores que combatem a pornografia dese-

jam alterar o clima cultural americano de modo a tornar a sexualidade um assunto proibido, mantendo-o rigorosamente escondido. Se tiverem sucesso na censura à arte erótica sádica e degradante, eles farão campanhas para censurar qualquer expressão pública de erotismo. A maioria das feministas não considera esse objetivo desejável. No entanto, as que combatem a pornografia acham que a segurança e o bem-estar de mais de metade da raça humana têm mais valor do que a liberdade de criar imagens degradantes da mulher, as quais possibilitarão violências sádicas contra ela. Mas os que defendem a Primeira Emenda à Constituição sustentam que a liberdade geral de expressão é mais importante do que a eliminação de uma força que fere a mulher.

A liberdade de expressão é um direito vital. Os indivíduos bem-intencionados de ambos os sexos, a quem repugnam as fotografias degradantes de mulheres e de cruéis relações sexuais, ficam silenciados por esse impasse. Mas todos os argumentos desse conflito insolúvel partem do princípio de que nos Estados Unidos a expressão é livre. Essa hipótese é falsa. A expressão é e sempre tem sido, neste e em qualquer outro país, desde o começo do patriarcado, sujeita a tabus.

Os tabus são políticos. Existem para impedir o povo de pensar com liberdade, o que o levaria a perceber que não é livre. Objetivam eliminar a solidariedade entre os grupos que ameaçam a elite, especialmente os oprimidos. São submetidos pelo poder. Nos Estados Unidos (não em qualquer parte) a expressão *particular* é livre, embora pequenas comunidades censurem a fala por pressão, evitando ou ofendendo os que exprimam pontos de vista impopulares. Os que se opunham à entrada dos Estados Unidos na Guerra do Golfo foram silenciados em muitas comunidades. Porém, apesar de que a expressão particular de pontos de vista impopulares acarrete uma ficha no arquivo do FBI, é improvável que force alguém a uma Lubianka. Entretanto, a expressão pública é censurada em *todos os lugares*. Diretamente (por leis que classificam a dissidência como traição, por terrorismo estatal — injúrias e assassinato de opositores) ou indiretamente,

sob o eufemismo de “o mercado”. Os Estados Unidos utilizam os dois métodos. Declaram os dissidentes ilegais e empregam o terrorismo governamental para silenciar os socialistas e os organizadores dos movimentos políticos negros. Mas geralmente o poder do dinheiro é suficiente para censurar as expressões públicas. Os opositores da Guerra do Golfo viram que as redes de televisão censuraram suas reportagens de marchas de protestos, nas quais tomamos parte ou que sabíamos terem ocorrido em outros lugares. Quanto mais popular é o meio de divulgação, mais ele é sujeito à censura. A televisão, o cinema e as revistas mais populares são muito censuradas. Nos Estados Unidos a censura não

é imposta por uma instituição religiosa nem governamental, mas por empresas que patrocinam a televisão e a produção de filmes e anunciam nas revistas. Os editores de jornais que orientam a forma de apresentação das “notícias frias” — supostamente fatos objetivos — muitas vezes compartilham os interesses das empresas.

Os diretores cinematográficos e os editores de livros são os mais livres de interferência. No entanto, mesmo antes de se esboçar a obra, bem antes de ela ser distribuída ao público, eles sabem o que não pode ser dito. A censura afeta a mente. Os ocidentais criticam os escritores de países do Leste, onde a censura é aberta e pesada, por compactuarem com o governo na produção de “arte” aceitável. Muitos escritores nem pensam em escrever o que sabem que não será publicado. É necessário ser extraordinariamente corajoso e confiante para fazer oposição sem a legitimação de um movimento político.

Nos Estados Unidos, desde o aparecimento de movimentos de direitos, os negros, feministas, *gays* e lésbicas podem escrever e produzir arte contendo material tabu, se estão dispostos a distribuir eles mesmos, vendendo cópias *xerox* com carrinhos de mão (o que muitos fazem), viver na pobreza (o que a maioria dos escritores faz, de qualquer maneira) e desistir da esperança de ga-

nhar reputação. Nenhuma polícia secreta se rebaixa para prender os autores de obras clandestinas, de fabricação caseira.

Mas até as revistas populares de negros modificam e amenizam as idéias opositoras e revolucionárias dos pensadores negros. Para divulgar suas opiniões, as feministas têm de possuir jornais próprios — seus trabalhos sempre aparecem *distorcidos* nos periódicos mais importantes — e as lésbicas fundaram editoras próprias. Os indivíduos têm a liberdade de trabalhar na obscuridade e pobreza relativa, a fim de escrever livremente, mas, com poucas exceções, suas idéias não penetram na cultura mais ampla. A classe dominante da América encontrou uma solução para o problema da liberdade de expressão. Não é necessário manter uma KGB e prender escritores e artistas, quando se pode simplesmente impedir a divulgação ampla das idéias de oposição.

Portanto, é mais fácil desmoralizar os tabus da sociedade olhando-se para os meios de divulgação populares. Uma análise completa das atitudes promovidas ou censuradas no cinema e na televisão exigiria um livro inteiro, mas dois artigos recentes da renascida revista *MS* expõem o efeito das empresas nas publicações femininas. A *MS* nunca foi radical. Cuidadosamente evita as “ofensas aos homens” e limitava sua linha de ação política ao aumento de poder das mulheres. Informava as mulheres, como nenhum outro jornal, a respeito de seus próprios corpos, emoções, atividades e conquistas e nunca desafiou as linhas de ação capitalistas, exceto recusando-se a aceitar a apresentação delas como utilidades para serem consumidas pelos homens. Mas até isso era demais para o sistema masculino que controla todo o dinheiro — e a publicidade, da qual a revista depende para viver.

Todas as revistas, são, até certo ponto, controladas pelos anunciantes. Até as noticiosas, supostamente independentes, usam histórias de capa “amenas” para vender anúncios e censuram artigos que possam incomodar os grandes anunciantes e o governo. Peggy Orenstein observa que os anunciantes, temerosos das controversias, evitam revistas políticas, como *Mother Jones*, *Nation*, *Harper's* e *Atlantic*, que necessitam de contribuições para sobre-

viver. Esta tática é mais difícil para as revistas femininas porque poucas mulheres têm dinheiro. E Glória Steinem escreve que os anunciantes exercem intensa pressão nas revistas para as mulheres, ditando ou pelo menos orientando seu conteúdo.

Os fabricantes de produtos para mulheres exigem que suas revistas (chamadas de “vacas leiteiras” no comércio) imprimam receitas e artigos de beleza e moda para ressaltar seus anúncios. Além disso, que esses artigos promovam um *certo tipo* de beleza, comida e moda — o tipo que transforma a mulher numa utilidade. Leonard Lauder recusa-se a colocar anúncios de produtos de Estée Lauder na *MS*, porque, contou ele a Steinem, Estée Lauder vende uma “mentalidade de amante manteúda”. Steinem protestou, dizendo que 60 por cento dos clientes dele trabalham fora de casa e se parecem com as leitoras da *MS*. Ele ficou irredutível. Disse que conhece essas clientes e que “elas gostariam de ser amantes sustentadas.”

A *MS* publicou pequenos anúncios da Clairol — até que se mencionou uma palestra a respeito das substâncias químicas utilizadas nas tinturas de cabelo, as quais, absorvidas pela pele, podem causar câncer. Embora os jornais também tivessem publicado a palestra, a Clairol retirou seus anúncios da *MS*. (Também modificou a fórmula.) Sabendo que quatro mulheres na União Soviética, autoras de publicações clandestinas feministas, haviam sido exiladas, os editores da *MS* solicitaram contribuições para a ida de Robin Morgan a Viena a fim de entrevistá-las. Steinem lembra que a matéria de capa, escrita por Morgan, foi um sucesso. Falava das “primeiras notícias de um movimento popular de paz no Afeganistão, predizia a *glasnost* e dava uma visão íntima da vida das mulheres na União Soviética. Ganhou um prêmio, mas fez a revista perder um de seus poucos anunciantes. A Revlon retirou sua publicidade porque as mulheres soviéticas fotografadas na capanão *usavam maquiagem*.

Muitos anunciantes evitam totalmente as revistas femininas, temendo que o produto associado a mulheres se torne depreciado pelos homens. Steinem visitou uma feira comercial promotora de

publicidade e viu fabricantes de VCR demonstrando seus produtos com vídeos pornográficos. Alguns anunciantes nutrem um ódio irracional pela *MS*. Um fabricante de alimentos levou os editores da revista para jantar num restaurante caro, que eles não podiam pagar, discutiu negócios e, depois da refeição, atirou um exemplar na mesa, dizendo: "Eu não vou anunciar neste fedorento pedaço de porcaria nem que seja a única revista do mundo". Um editor de outra revista feminina, visitando anunciantes para conseguir publicidade gratuitamente aconselhou-os a não anunciarem naquela publicação para "lésbicas".

A história teve um final feliz — até agora. A *MS* está sendo publicada com novo formato, sem propaganda, apenas na dependência de assinaturas. Mas o ocorrido com seus editores demonstra o padrão duplo no mundo das revistas. Na opinião de Steinem, os homens da publicidade exigem um controle maior sobre os periódicos femininos do que sobre os masculinos, os noticiosos e os jornais. Estipulam que os anúncios sejam colocadas perto de matérias "compatíveis" e que não apareçam próximas de editoriais controvertidos. São considerados "controvertidos": doenças, excesso de peso e *desilusão*. As mulheres precisam estar felizes o tempo todo. O gigantesco conglomerado Procter e Gamble, um dos principais clientes publicitários, estipulou que seus produtos não devem ser apresentados junto a qualquer reportagem que aborde controle de armas, ocultismo, cultos ou que deprecie a religião. Isso não é censura?

Para ter garantida a sua renda de publicidade, as revistas femininas devem ser insípidas, sem conteúdo. Steinem escolheu, ao acaso, edições do começo de 1990 e contou as páginas de conteúdo real — incluindo até as cartas ao editor e os horóscopos — comparando-as com as de publicidade. Sublinhando as restrições dos anunciantes está o medo, compartilhado pelo *establishment* masculino em geral, de que mulheres com uma auto-imagem mais forte e definida possam não mais se sujeitar a permanecer como uma classe subordinada e até mesmo se unir contra a exploração. Para manter um determinado grupo subordinado, a elite

precisa persuadí-lo de que ele é *naturalmente* inferior. Quem faz parte de um grupo inferior não pode ser agente de sua própria vida, mas sim depender de um grupo superior. Assim, as mulheres precisam ser apresentadas como seres principalmente sexuais, na verdade heterossexuais, que não possuem vida própria separadas dos homens. E é também essencial que um grupo subordinado não considere seus dominadores como opressores. Um tabu elementar proíbe retratar o grupo masculino como o responsável pelos problemas das mulheres: se determinado homem aparece como opressor de uma mulher, outro deve se mostrar como seu salvador.

Quando esse tabu é quebrado, os homens protestam. Considere, por exemplo, a reação masculina ao filme *Thelma e Louise*. Quase todos os personagens masculinos no filme são homens comuns, bastante familiares, tipos que qualquer mulher conhece — um marido egoísta e arrogante, um amante descomprometido, um estuprador predatório. Dois deles são improváveis — um ladrão *sexy* e um investigador de polícia amigável e simpático. Com exceção de um rastafari com senso de humor, que aliás nunca chega a encontrar as mulheres, todos os personagens masculinos exploram as heroínas de alguma forma. Mas o filme não está basicamente preocupado com os homens — seu foco são as mulheres, que, como seres humanos oprimidos, conseguem se liberar com alegria.

Thelma e Louise vingam-se violentamente de homens predadores, mas o filme contém muito menos violência do que qualquer filme "masculino" contemporâneo: apenas *uma* pessoa é assassinada. No entanto, *Thelma e Louise* é um filme radical, e quebra dois tabus de primeira grandeza: mostra homens em guerra com as mulheres e mulheres retaliando, contra os homens. É mais realista do que filmes sobre homens violentos, que acabam sempre sendo reabsorvidos pela comunidade, embora às vezes como marginais. A retaliação, no entanto, transforma as mulheres em "foras-da-lei" — sua verdadeira intimidade num mundo de supremacia masculina, segundo escritores como Flora Tristan, Mary

Wollstonecraft e Virginia Woolf — e torna impossível que elas continuem a viver nesse mundo. Porém, é no papel de criminosas que elas descobrem a si mesmas. O filme se dirige à liberação do *ser humano*, e na sessão a que assisti, tanto os homens como as mulheres deliraram com a descoberta da liberdade pelas heroínas.

Mas outros homens se sentiram afrontados pelo filme. Ralph Novak escreveu na revista *People*: “Qualquer filme que mostrasse que as mulheres são o lixo que esse filme chauvinista mostra que os homens são, seria universalmente condenado, e com muita razão”. Novak condena o diretor do filme por aceitar tacitamente a existência de uma guerra de sexos. Richard Schickel, da revista *Time*, deixa que outros assumam o ônus da condenação, iniciando sua crítica com a seguinte frase (o grifo é meu): “É o primeiro filme que eu jamais assisti que diz a verdade como ela é, afirma Mary Lucey, *uma ativista lésbica de Los Angeles*”. Schickel cita John Leo, de *U. S. News & World Report*: (o filme) é “uma celebração à violência transformadora... um tema explicitamente fascista”, e Richard Johnson, do *Jornal novaiorquino Daily News*: “(o filme) justifica o assalto à mão armada, o assassinato e dirigir alcoolizado”. Considerando os atos que os filmes masculinos “justificam”, só rindo... Apesar de seu considerável sucesso, o filme sofreu um vasto coro de acusações, e a corajosa autora do roteiro, Callie Khouri, vai precisar de muita coragem para escrever outra coisa tão “feminina”. E por sua vez, outras escritoras agora sabem que os campos de batalha foram definidos.

O tabu de mostrar as verdadeiras relações de poder sexual na sociedade afeta, até certo ponto, todas as manifestações culturais. Diversos livros de ficção, por exemplo, contêm terrível violência masculina contra as mulheres, mas é difícil publicar um livro que discuta de fato a violência contra a mulher baseado em fatos reais. Não há muito mercado para livros sobre espancamento ou estupro. O *establishment* cultural está numa posição tal que pode se recusar a promover a divulgação de obras que denunciam o sadismo dos homens contra as mulheres (alegando a censura judi-

cial) enquanto promove a difusão daqueles que mostram ou descrevem a opressão dos homens sobre as mulheres (alegando “o mercado”). Esta situação obviamente tem a ver com a política sexual, e não com a liberdade de expressão.

Existem tabus na apresentação cultural de outros grupos e situações; os tabus na descrição ou maneira de apresentar homens negros, se parecem, por exemplo com os tabus em relação à mulher, por razões semelhantes. Mas alguns tabus trabalham em benefício da sociedade. O anti-semitismo não é estranho aos Estados Unidos, e certas pessoas consideram aceitável odiar judeus. Mas nenhum filme ou novela de televisão poderia mostrar uma atitude de aprovação em relação a atos anti-semitas. Os próprios produtores censuram esse tipo de material — e isso está certo: odiar qualquer grupo por sua identidade é um mal. É portanto um imperativo moral mostrar tais atos como maus. Se de um lado as dimensões reais da perseguição aos negros, especialmente no campo econômico, nunca aparecem na cultura popular, de outro modo, os autores também não focalizam o estupro, a mutilação e o assassinato de negros. No entanto, as manifestações da cultura popular adoram mostrar estupro, mutilação e assassinato de mulheres. As pessoas podem discordar em termos do que é ou não moral, mas certos atos são tão evidentemente cruéis e terríveis que qualquer ser humano os considera repugnantes. O ódio e o abuso violento da mulher não é também terrível? Então por que se permite que seja mostrado?

Os que se opõem às feministas que são contra a pornografia exigem provas de que a pornografia de fato provoca ou inspira a violência masculina contra a mulher. Mas a interseção da cultura com a vida não é quantificável nem pode ser comprovada. Não se pode *provar* que a violência contra a mulher presente na pornografia de fato leve à violência contra a mulher na vida real, da mesma forma que não se pode provar que a depreciação de negros e judeus que permeavam a cultura do século 19 foi a causa dos horrores do colonialismo africano e do Holocausto. Mas a mera suspeita de uma ligação entre esses fatos é considerada

razão suficiente para que haja uma recusa a legitimar o ódio entre grupos raciais. Só no caso da mulher é que nossa cultura exclui esse tipo de julgamento.

A maioria dos filmes e programas de televisão é produzida por homens e destinada aos homens. Seu objetivo principal é mostrar o triunfo do macho branco, ensinar papéis sexuais e satisfazer o deleite masculino em apreciar a predação e vitimização da mulher pelo macho, especialmente no caso da mulher jovem, bonita e quase nua, com pródigios seios e nádegas (os pontos de ataque preferidos). Exatamente como o Freikorps proto-nazista, que promoveu a guerra entre as guerras, atirando entre as pernas das mulheres porque elas ali guardavam granadas (!), o alvo preferido e que mais satisfaz o homem americano é a sexualidade da mulher — a área que provoca mais medo nos homens. A pornografia é um abuso sistêmico da mulher porque o *establishment* é conivente com o sadismo masculino em relação às mulheres, que serve a seus propósitos. Um caso exemplar: o governo indiano, que censura filmes por seu conteúdo político, *proíbe cenas de amor e sexo mas permite o estupro*; de fato as cenas de estupro são uma constante nos filmes indianos recentes, como afirma Anita Pratap.

Desde que o primeiro líder masculino imaginou o primeiro Estado, homens que queriam dominar — como chefes religiosos, militares ou ambos — precisaram das guerras para estabelecer sua supremacia. Mas as guerras exigem soldados, e quem não foi doutrinado no culto de papéis sexuais, e não aprendeu que agressão quer dizer identidade, não deseja lutar. Para conseguir que os homens lutassem em vez de fugir, os líderes tiveram de ensiná-los a ser contra a vida, identificada com as mulheres, com o prazer sexual, com as crianças, com o cultivo e com o uso de alimentos.

Os líderes de hoje adotam a mesma política. Molestar sexualmente as mulheres assegura a solidariedade masculina através das classes e no caso da classe operária, divide homens e mulheres, facilitando a dominação. Para manter e estabelecer sua dominação, a elite necessita separar os homens das mulheres. Apoiar o

sadismo masculino promove essa divisão. A cultura americana — filmes, livros, música, televisão — ensina os homens a se verem como assassinos, a identificar o ato de matar com o sexo, e o ato sexual com a conquista violenta. É por isso que tantos homens têm dificuldade de distinguir entre estupro e ato sexual.

Uma biografia recente de J. Edgar Hoover, diretor do FBI conhecido por sua atração pelo poder, revela que ele costumava entreter seus assessores com a projeção de filmes pornográficos. Um noticiário revelou que nas noites que antecederam o bombardeio do Iraque na Guerra do Golfo, pilotos do submarino americano *John F. Kennedy* assistiram a filmes pornográficos com cenas de violência masculina e sadismo contra mulheres. Neil MacFarquar, repórter da AP a serviço no navio, enviou essa notícia, censurada pelo oficial de relações-públicas do submarino. Talvez ele tivesse achado que a história revelava um segredo militar...

De fato, alguns dos mais repelentes exemplos de ódio às mulheres aparecem em canções e *slogans* militares. A brilhante análise de Klaus Theweleit sobre o ódio sexual que motivava o Freikorps inclui várias canções de guerra e *cartoons* nos quais a mutilação de mulheres aparece explicitamente como uma proeza masculina. Christopher Hitchens descreve um exemplo recente, que encontrou por acaso — o livro de canções do 77o. Esquadrão Tático da Força Aérea dos Estados Unidos, numa base perto de Oxford, Inglaterra. Hitchens ficou horrorizado com o que leu e recusou-se a publicar trechos que considerou fortes demais para ele. Aqui estão alguns exemplos do que ele chegou a publicar:

A Balada de Lupe

*Lá no Vale das Prostitutas, onde corre o rio Vermelho
Onde florescem as chupadoras e moram as cafetinas,
Vive uma mocinha que eu adoro.
Ela é minha ardente puta mexicana, que mete e chupa.*

*Oh, Lupe, oh, Lupe, morta em sua tumba.
Enquanto as larvas saem de seu ventre decomposto
O sorriso em seu rosto é um mudo pedido por mais!
Ela é minha ardente puta mexicana, que mete e chupa.*

Relações com mortas é um tema recorrente, segundo Hitchens, citando apenas uma quadra de *Eu Meti com uma Puta morta*:

*Eu meti com uma puta morta na beira da estrada
Soube logo que estava morta.
A pele tinha saído de sua barriga,
O cabelo caiu da sua cabeça.*

A violência sádica não é inerente à natureza do homem. É inculcada nele por uma série de instituições. Os órgãos do governo não apenas toleram, mas apóiam e endossam o sadismo sexual contra as mulheres — em todas as culturas do mundo dominadas por homens.

==== QUARTA PARTE ====



A GUERRA PESSOAL
DOS HOMENS CONTRA
AS MULHERES

Desde a infância, os meninos são bombardeados com a mensagem de que os homens “de verdade” dominam as mulheres, o que significa o controle do comportamento e a autorização para maltratá-las física e verbalmente. Essa fórmula de *aparência de masculinidade* é tão forte e difundida que o homem que se relaciona de forma igualitária com a mulher adota uma postura de domínio sobre a companheira na presença de outras pessoas. Esse comportamento indica que os homens não acreditam ser a “masculinidade” inerente ao homem, dependendo da opinião de outros homens e da existência da sujeição de uma pessoa ou grupo. A identidade masculina é, portanto, muito instável. Esta instabilidade cria ansiedades, que os homens externam sob forma de raiva.

A dominação masculina faz o homem sentir-se superior. Entretanto, para justificar a si mesmos os maus tratos às mulheres (afinal, a maioria dos homens ama alguma mulher), eles precisam considerá-las uma espécie diferente, como porcas, cachoras ou vacas (termos amplamente aplicados às mulheres). Dominar um cão ou uma vaca dificilmente é satisfatório. A fórmula, de origem supersticiosa, atinge o alvo de maneira apenas fugaz e não compensadora. Entretanto, em vez de abandonar essa tri-

lha mal-sucedida, por respeito próprio, os homens a refazem vezes sem conta, como se a repetição os levasse de alguma forma a um fim, o alívio abençoado da incerteza.

Há muitos homens que adquirem poder procedendo dessa maneira. A auto-estima só pode ser obtida com o testemunho de outros homens, que lhes conferem a masculinidade. Mais do que isso, eles não podem dominar as mulheres sem se manter solidários contra elas. Mesmo a mulher que aceita a posição de cão obediente tem capacidade de pensar independentemente, agir, falar, criar e lutar contra a resignação de ser colocada facilmente em situação inferior. Para suprimir essas qualidades, os homens precisam solidarizar-se contra as mulheres, criando instituições que lhes fechem todas as portas, permitindo-lhes apenas procriar e servir, atirando-as e mantendo-as na condição de inferiores. Os homens persistem no esforço de manter as mulheres caladas e submissas, embora nunca tenham conseguido isso, com toda a sua união.

A maioria dos homens não faz política no governo, igrejas, instituições mundiais, nacionais ou locais. A maioria não passa de cachorros, bois e robôs para seus patrões. Um homem que ler estas acusações às políticas masculinas, econômicas, governamentais e religiosas, talvez ache que seu sexo está sendo taxado de maligno, acreditando-se inocente dessas ações, assim como a maioria dos outros homens que conhece (pelo menos, é o que pensa). E alguns realmente são inocentes. Os homens constantemente lembram às mulheres de que eles também são vítimas, pois não são responsáveis pelo governo e a política econômica de guerra. É verdade. Por que, então, eles não se juntam ao movimento feminista ou criam algo paralelo? Mesmo assim, todo o sistema de opressão às mulheres repousa em homens comuns, que mantêm essa opressão com tal fervor e dedicação que causa inveja a qualquer corporação policial. Que outro sistema se apóia em quase metade da população para reforçar, diária, pública e privadamente uma estratégia com total confiança?

Desde que alguns homens usem força física para submeter as

mulheres, nem todos precisam disso. O conhecimento de que alguns o fazem é suficiente para que todas as mulheres se sintam ameaçadas. Além disso, não é necessário matar ou espancar uma mulher para subjugar-lá. É suficiente, simplesmente, recusar-se a contratá-la para empregos bem pagos, extrair dela tanto ou mais trabalho do que dos homens, mas pagar-lhe menos e tratá-la de maneira desrespeitosa, no lar e na profissão. O homem pode deixar de sustentar o filho que gerou, exigir que a mulher com quem vive o sirva como empregada. Pode espancar ou matar a mulher que alega amar, estuprar as que conhece socialmente ou estranhas, violentar ou molestar sexualmente as filhas, sobrinhas e enteadas. *A grande maioria dos homens no mundo pratica um ou mais desses atos.*

A maior parte das informações aqui apresentadas referem-se aos Estados Unidos. Mas a situação é semelhante no mundo inteiro, em igual ou maior intensidade. Esta seção divide-se em duas partes: o aspecto econômico e o físico da guerra diária contra as mulheres, levada a efeito pelos homens comuns. A violência masculina não poderia ser tão epidêmica (em todas as formas) sem a cooperação de todo sistema social — imprensa, polícia, judiciário, legislatura, universidade, órgãos de bem-estar, profissões e outras instituições. A violência contra as mulheres apresentada nesta seção é uma trama de atos individuais que contam com a retaguarda dos sistemas e instituições. Assim como os problemas das mulheres são circulares, a opressão masculina também é. As guerras sistêmicas e institucionais não poderiam ser bem-sucedidas sem a ajuda de homens individualmente e as guerras individuais contra as mulheres requerem a cooperação dos sistemas e instituições.

A Guerra Econômica Individual dos Homens Contra as Mulheres

A maioria dos homens que abandona a família não sustenta os filhos ou não o faz adequadamente. Poucos mantêm as mu-

heres como suas dependentes. Esses fatos ficaram bem conhecidos na última década, quando um grande número de mulheres e crianças pobres tornou-se um problema nacional — um problema atribuído às *mulheres*. Culpam-se as mulheres e não os homens irresponsáveis nem o orçamento militar pelos enormes gastos nacionais. Entretanto, apenas uma pequena porcentagem das verbas federais é destinada à promoção da saúde e do bem-estar. Em consequência das prioridades governamentais, as crianças constituem o maior grupo isolado de pessoas vivendo na pobreza nos Estados Unidos.

As estatísticas são desconcertantes. Em 40 por cento dos casos os juízes não sentenciam os homens a sustentar os filhos quando as mães ganham a custódia. Se obrigam ao sustento, estipulam algo entre 10 e 40 dólares por semana — quantia irrisória se se considera quanto custa abrigar, alimentar, vestir, dar assistência médica e instrução a uma criança. Mesmo quando os juízes obrigam os homens a sustentar os filhos, a esmagadora maioria deles não obedece. Em 1985, apenas 25 por cento dos 8,8 milhões de homens que deviam sustentar os filhos realmente os faziam. Outros 25 por cento enviavam quantias menores. Metade não pagava nada. Simplesmente abandonam o fruto de seus corpos. As mulheres têm poucos recursos. No máximo registram queixas contra eles e os mandam prender. Isso não só não atinge seus objetivos — o homem preso não recebe salário — mas também a maioria das mulheres não consegue advogados que impetrem ação por não pagamento de pensão. As inúmeras mães solteiras que não obtêm sustento para os filhos não têm a quem recorrer.

Depois do divórcio, os homens ficam melhor, financeiramente. Eles sempre são melhor pagos que as mulheres, iniquidade justificada pelo fato de precisarem sustentar as famílias. Entretanto, em média, no primeiro ano após a separação, os homens têm 42 por cento a mais para gastar consigo próprios, ao passo que as famílias ficam com 73 por cento a menos. Os filhos de pais divorciados têm quase o dobro de probabilidade de viver

na pobreza do que antes. As mães que desistem dos filhos muitas vezes o fazem porque não podem sustentá-los.

Um homem chegou a requerer falência, para evitar o pagamento de qualquer quantia à esposa. No divórcio de Jeanne Farrey e Gerald Sanderfoot, em 1986, um tribunal de Wisconsin ordenou que Sanderfoot pagasse pensão e o sustento dos filhos e dividiu a propriedade marital, dando-lhe a casa e os terrenos, mas obrigou-o a pagar as dívidas e dar 29 mil dólares a Farrey. Para garantir o cumprimento da ordem o tribunal deu a Farrey uma penhora sobre os imóveis, nesse valor. Oito meses mais tarde, ele requereu falência. Farrey lembrava-se da ameaça de que, se ela se divorciasse, ele iria “evitar o pagamento de qualquer quantia, requerendo a falência”. Em 1988, uma juíza condenou Sanderfoot por manipulação da lei de falência e ordenou-lhe o pagamento da dívida a Farrey, mas a sentença foi suspensa por um tribunal de apelação que concluiu ter ele agido de acordo com as leis. O caso está sendo levado ao Tribunal Superior. (O *The New York Times* trouxe esse assunto sob o título: *Pode a Falência Reduzir o Preço do Divórcio?* A manchete dá a entender um tratamento masculino, dirigido aos homens, num artigo amplamente simpático a Farrey.

Os brancos da classe média não dão valor a esses dados, supondo que essas coisas só acontecem com os pobres e os negros — que, realmente, constituem uma porcentagem desproporcional de mães abandonadas. Mas a maioria dos desprovidos, nos Estados Unidos, são mulheres brancas e seus filhos, muitas anteriormente da classe média. Cerca de 22 milhões de mulheres, hoje, dependem da renda dos maridos. Não tendo, nunca ou há décadas, trabalhado, “elas estão separadas da pobreza apenas por um homem”, como afirma o Displaced Homemakers Network, de Washington, D. C. Cada vez mais, os homens procuram a “liberação sexual” e os juízes concedem divórcios amigáveis e distribuição eqüitativa, com pequena ou nenhuma pensão, forçando as mulheres da classe média à pobreza. Muitas ainda mantêm

o encargo dos filhos, mas 58 por cento de donas de casa abandonadas têm mais de 65 anos, sem meios de se sustentarem.

Em acréscimo, mais da metade das mulheres casadas com filhos, que trabalham fora, fazem a maior parte dos serviços domésticos — embora, certamente, qualquer pessoa fisicamente apta devesse cuidar de si mesma e do seu espaço. Um estudo de 1985, levado a efeito nos Estados Unidos, revelou que os homens ainda se recusam a assumir a responsabilidade por si mesmos e pelo seu ambiente. A única atividade doméstica que os homens executam mais do que as mulheres são os cuidados com o jardim e quintal e os consertos caseiros. O homem como provedor de dinheiro é estereótipo, mas apenas 32 por cento deles pagaram suas contas até 1985. Nesse ano, 52 por cento o fizeram.

Essa pesquisa, realizada ao longo de décadas, revela que, em 1965, os americanos trabalhavam nas tarefas domésticas 4,6 horas por semana e as mulheres, 27. Em 1975, eles contribuíram com 7 e elas, 21,7. A média masculina em 1985 foi de 8,8 horas por semana e a das mulheres, 19,5. Nesse passo, espera-se que os homens dividam igualmente as atividades do lar em 2025. Nos países do leste europeu, onde fazer filas para quase tudo é uma das tarefas domésticas, os eletrodomésticos são primitivos (e nem todos os possuem), não há serviços de comida rápida, as mulheres gastam horas infundas na manutenção da casa, depois da volta do emprego — e a maioria trabalha fora. NA Hungria, por exemplo, 80 por cento das mulheres têm empregos. A maior parte dos homens dos países do leste europeu, da Índia e da África não fazem serviços domésticos e assumem pouca responsabilidade na criação dos filhos.

Essas estatísticas explicam porque as pesquisas de opinião mostram que os homens, invariavelmente, estão mais felizes do que as mulheres, após o casamento. Em 1965, as mulheres, antes de se casarem, executavam atividades domésticas por 15,5 horas por semana, mas 31,6 depois do casamento. Os homens dedicavam 4,7 antes e 4,5 depois. Essa situação também melhorou. Em 1985, as solteiras trabalhavam em casa 14,9 horas e as casadas, 22,4.

Os solteiros, 7,9 e os casados, 11,1. As mulheres com filhos abaixo de cinco anos suportam a maior carga, em média 22,5 horas por semana de tarefas domésticas. As que têm filhos acima de cinco anos, dedicam, em média, 19,9 horas.

Marilyn Waring relata uma pesquisa sobre recreação, realizada na Nova Zelândia. (Considera-se recreação tudo o que se faz por prazer e que absorve profundamente — passatempos, esporte, atividades sociais e culturais.) De forma esmagadora, as mulheres — 9 em 10 contra 5 em 10 homens — se realizam no lar. Muito mais mulheres se interessam por atividades culturais, e os homens pelas esportivas. Mas o fato mais interessante foi que os filhos limitam a participação recreacional das mulheres em grau extremo, ao passo que os homens passam *mais* tempo em eventos esportivos *depois* do nascimento dos filhos.

As atividades domésticas não são inteiramente desagradáveis. Muitos homens e mulheres gostam de cozinhar, ocasionalmente, colocar roupa na máquina de lavar e arrumar um armário. Alguns até afirmam que se divertem lavando a casa. Mas elas são árduas quando o espaço e o dinheiro são escassos, quando há filhos pequenos, quando a lavagem de roupa tem de ser feita à mão, quando a pessoa precisa fazer tudo depois de oito ou mais horas no emprego. As mulheres reclamam da sua responsabilidade exclusiva nas atividades domésticas, porque são sobrecarregadas, mas também porque a divisão estabelece um arranjo desigual de poder entre os sexos. A pessoa responsável pela manutenção torna-se, automaticamente, um servidor da outra. E como não é paga, a mulher serve sem recompensa nem respeito. A expectativa que os homens têm de que as mulheres tomarão a responsabilidade de cuidar deles é uma herança da infância. As mulheres perpetuam o sistema por hábito e o inculcam nas suas filhas. Os homens reforçam o sistema por leis e costumes que obrigam as mulheres à dependência, com a eterna ameaça: a que não cuidar de seu homem como uma criança acabará por perdê-lo, junto com seu apoio financeiro. As mulheres se submetem por medo. Os homens mantêm sua própria infantilização achando que ela de-

monstra sua superioridade. No entanto, o cuidado e a servidão das mulheres não são suficientes para evitar que os homens sejam violentos com elas. Além do medo da perda do apoio econômico, elas temem a violência física deles.

A Guerra Física Individual dos Homens Contra as Mulheres

A intensidade da violência masculina contra as mulheres é ainda mais assustadora do que a irresponsabilidade dos homens em relação aos filhos. Não há dados estatísticos a respeito de todas as formas de violência contra as mulheres. Os arquivos existentes contêm apenas incidentes isolados de estupro, espancamento e incesto, relatados à polícia. Muitas vítimas não dão queixa de ofensas sexuais. Durante décadas, na Itália, as turistas eram ofendidas e até violentadas e feridas. Ninguém socorria as vítimas — os italianos se orgulhavam desse comportamento. Individualmente ou em bandos, os homens ofendem, molestam, violentam e espancam as mulheres que viajam pelo sul da Ásia, especialmente a Índia. Não há ajuda a elas — só agora as indianas estão começando a se defender por si mesmas. Uma jovem europeia, naquele país, atacada por um grupo de homens, atirou-se ao mar. Foi salva do afogamento por outros turistas.

Como os ataques masculinos contra as mulheres não são caracterizados por classe, não há estatísticas a respeito das feridas e mortas nessa fase da guerra. Os dados existentes são incompletos e as mulheres geralmente não dão queixa de escaramuças nessa guerra dos homens contra elas. Mas no artigo intitulado "A Guerra Global Contra as Mulheres", Lori Heise relata que metade dos maridos em Bangkok, Tailândia, bate regularmente nas esposas. Em Quito, no Equador, 80 por cento das mulheres denunciam agressões físicas contra elas. Na Nicarágua, 44 por cento dos homens admitem que espancam as esposas e namoradas. Durante um debate parlamentar sobre a proibição do espancamento de

esposas, em Papua, Nova Guiné, um ministro do governo argumentou que ele era "um costume aceito" e que não merecia discussão. Um deputado trovejou: "Eu paguei pela minha esposa, de modo que ela não pode desobedecer minhas ordens, porque eu sou o chefe da família". No Brasil, nos últimos vinte anos, foi comum apelar para a "defesa da honra" no assassinato e em cruéis espancamentos de esposas e amantes, legitimando-se e difundindo-se como defesa legal. Acreditando que as mulheres são sua propriedade (como cães e vacas) os homens se arvoram do direito de tratá-las pior do que a esses animais.

O artigo de Bárbara Roberts "Não Há Lugar Seguro: A Guerra Contra as Mulheres", cita avaliações de cientistas sociais de mais de 1,8 milhões de maridos nos Estados Unidos que espancam gravemente as esposas. Refere-se também a um levantamento no qual 28 por cento dos casais admitiam ter ocorrido violência física no seu relacionamento. Os pesquisadores acreditam que o índice real de homens que já bateram nas esposas e amantes ao longo de um relacionamento é próximo de 50 por cento. Roberts conclui afirmando que na intimidade do lar "sagrado" desenrola-se uma guerra contra as mulheres e acrescenta: "Enquanto os homens estiverem em guerra contra as mulheres, não poderá haver paz para a humanidade nem lugar seguro na Terra para nenhuma de nós."

Nos Estados Unidos, um homem espanca uma mulher a cada 12 segundos e, por dia, quatro dessas agressões atingem a consumação final, matando a vítima. Cerca de 20 por cento das mulheres que apresentam queixa de espancamentos pelos maridos, ex-maridos e amantes, foram agredidas tão freqüentemente que não conseguem se lembrar de cada incidente distintamente. Os homens ameaçam matar as mulheres que espancam (embora mais tarde aleguem ter falado com raiva ou "sob tensão"). No entanto, até há poucos anos, as mulheres não podiam apelar para defesa própria ao matarem seus espancadores, mesmo se o assassinato tivesse ocorrido durante a agressão — outro exemplo de leis utilizadas para impedir que as mulheres se defendam.

Embora os policiais temam atender ocorrências de violência doméstica (e eles *possuem* armas), a polícia constitui, apesar de tudo, um pequeno auxílio às mulheres vítimas de espancamento. Muitos deles também batem nas esposas. Em 1989, um ex-policial da cidade de Nova York, suspeito de assassinar sua primeira mulher, foi indiciado por abuso sexual contra suas enteadas de 12 e 13 anos de idade e estupro em uma delas. Madelyn Diaz, presa em Bedford Hills por assassinar o marido que regularmente a ameaçava, espancava e torturava, perguntada por que não havia chamado a polícia, respondeu: "Ele era a polícia."

O sistema legal também não é amigo das mulheres agredidas. Elas quase não têm recursos. Muitos homens (e mulheres) culpam as esposas cujos maridos as espancam, perguntando porque elas não os deixam. Porém, mesmo que elas tenham dinheiro para fugir e lugar para ir, não é possível escapar à obsessão de um homem por uma determinada mulher. Não adianta se mudar, esconder-se, mudar de nome, eles vão atrás. São obcecados. Transformaram a mulher na causa de todos os seus problemas. Ou na resposta a eles. Quase todos os dias um homem mata uma mulher que o abandonou por espancamento, que lutou *dentro do sistema* e obteve uma ordem judicial proibindo-o de se aproximar dela. Frequentemente mata os filhos dela, a mãe, a irmã, amiga, defensora — e a si mesmo. Na verdade, as estatísticas do Departamento de Justiça revelam que 75 por cento das agressões registradas a esposas e amantes são cometidas *depois* da separação.

Embora seja o indivíduo comum que comete violência física contra as mulheres, o sistema social inteiro, inclusive a polícia e os tribunais, cerra fileiras para proteger o *homem violento*. Acreditamos viver numa época iluminada, mas a situação das mulheres espancadas faz lembrar a das japonesas no século 12. No Japão a esposa só conseguia fugir de um casamento intolerável indo a um templo que lhe conferia santidade. Havia poucos e era difícil alcançá-los — e ela tinha que abandonar os filhos. A fuga precisava ser bem planejada, pois se os servos do marido a apanhassem antes de chegar ao santuário, ela seria arrastada de vol-

ta. A lei comum veio em seu auxílio, estabelecendo que, se ela conseguisse atirar o sapato através do portão, não seria forçada a retornar ao lar. As mulheres agredidas de hoje possuem abrigos como santuários, mas são poucos e estão ameaçados. Se os conservadores tiverem êxito, até seus pequenos subsídios estaduais serão cancelados.

Tão poderoso e difundido é o tabu contra a acusação aos homens como classe, em nossa sociedade, que até os sociólogos contrários à violência masculina perpetuam um conceito de ausência de culpabilidade para esses atos. A linguagem masculina — escrita e, muitas vezes, falada pelos que trabalham em instituições militares, de engenharia, computação e em empresas "masculinas" — caracteriza-se por uma falta de autoria. Como os analistas de estratégia nuclear, mencionados antes, os cientistas sociais que escrevem a respeito da violência masculina contra as mulheres e cujo trabalho poderia ter o objetivo de melhorar a situação, fazem supor que nada e ninguém seja responsável pelo que ocorre, que "as coisas" acontecem como se fosse por conta própria.

Sharon Lamb, analisando a linguagem utilizada nas descrições acadêmicas da violência masculina, afirma que todos os cientistas sociais empregam a "ubíqua voz passiva... que apresenta as ações sem os agentes, os danos sem os culpados". Quando os homens agredem as mulheres com as mãos, punhos, martelos e outros objetos pesados de metal ou madeira, torcem os braços delas para trás, quebram-lhe os ossos, esmagam os crânios, dão-lhes pontapés, cortam com punhais, atiram nelas e as ferem de qualquer outra forma criativa, os cientistas sociais se referem a isso, inocuamente, como violência "doméstica" ou "matrimonial". *Matrimonial?* Lamb acha que os teóricos dos sistemas familiares são particularmente dados a *conceitualizar* o problema, como se o homem e a mulher dividissem a responsabilidade dele, não como o homem predando a mulher. Ela cita uma passagem de um livro no qual o autor descreve uma cena brutal de um marido espancando a esposa com uma bengala, na cabeça, e amarrando-

lhe os braços e pernas com uma mangueira e pergunta: “Como é possível um casal culpar-se mutuamente dessa situação?”

Como os homens que violentam as mulheres, os que as espancam afirmam que elas provocam e têm toda a culpa da agressão que eles lhes infligem. Os cientistas sociais masculinos são cúmplices dessa afirmativa. Lamb concluiu que os homens que escrevem sozinhos ou com mulheres têm 50 por cento mais probabilidade de escrever novamente sem especificar os agentes das ações, do que as mulheres que escrevem sozinhas ou com outras mulheres. Realmente, atribuir aos homens a responsabilidade de atos agressores talvez impeça a publicação de um artigo numa revista de ciências sociais — ou em jornais. Os artigos que responsabilizam os homens pelos atos de violência são tão raros que Lamb nem os coletou.

Eis alguns exemplos de Lamb:

- Ações sem agentes. Voz Passiva. “As negras são violentadas em número desproporcionalmente maior do que as brancas.”
- Ações sem agentes. “O comportamento violento”, o “espancamento”, “o abuso”.
- Vítimas sem agentes. Mulheres “espancadas” ou “ofendidas”. Esposas “espancadas” e “ofendidas”.
- Ocultamento do gênero. “Ela poderá ser espancada quando o assalto ocorrer.” “Por que as mulheres espancadas continuam seus relacionamentos com as más companhias?”

Susan Schechter escreveu um relato histórico do movimento de auxílio às mulheres cujos maridos as espancavam, explicando que, ao buscar recursos em organizações dispostas a ajudar as ativistas “necessitadas”, considerou político ressaltar a vitimização da mulher e os conseqüentes problemas psicossociais. Procedendo assim, elas conferiram, sem querer, às “mulheres espancadas”, o estigma permanente de vítimas sem socorro e con-

tribuíram para o aparecimento de uma profissão relativa à saúde mental, alegando especialização em “Violência familiar”. Schechter acha que esses profissionais amenizaram a linguagem e deslocaram o foco, de “mulheres espancadas” e “homens espancadores” para “violência doméstica”, por medo de afugentar os homens ligados aos programas de financiamento.

Na medida em que as mulheres são menos expostas a crimes violentos do que os homens, elas têm seis vezes mais probabilidade de serem atacadas por pessoas íntimas. Em 1991, as estatísticas do Departamento de Justiça mostraram que o crime violento contra os homens havia decrescido de 20 por cento entre 1973 e 1987, mas a violência contra as mulheres permanecera constante. Porém o FBI constatou uma incidência crescente de estupro. Cerca de 2,5 milhões de mulheres são assaltadas, violentadas e roubadas todo ano — um quarto das vezes por parentes ou amigos. Apenas 4 por cento dos crimes violentos contra os homens são cometidos por parentes ou mulheres abandonadas por eles.

Os Estados Unidos possuem um dos maiores, senão o maior, índices de estupro do mundo, contando apenas os que são registrados. O Levantamento Nacional do Crime, realizado anualmente pelo Departamento de Censo do país, inventariou o dobro dos casos denunciados à polícia. As mulheres hesitam em dar queixa de violências cometidas por maridos (estupro marital), namorados (estupro de encontros) e parentes (incesto). É muito difícil se opor ao conceito masculino de que o estupro é legítimo, que é um direito. Ambos os sexos são educados numa cultura que até recentemente apoiava implicitamente esse conceito. Estupro no casamento ou num encontro era considerado impossível. O estupro por um estranho era culpa da vítima. Ela havia saído sozinha (em hebraico, prostituta é a mulher que sai de casa), usava roupas inadequadas, tinha bebido.

Na verdade, dois recentes estudos a respeito de homens que cometeram estupros demonstraram que os agressores, mesmo os condenados (uma pequena minoria), desculpam ou justificam am-

plamente seus atos. Diana Scully entrevistou alguns presos por estupro. Ela os classificou em duas categorias, os que *admitem* e os que *negam*. Nenhum deles assumiu a responsabilidade por seus atos, mas os que admitiam reconheceram que o estupro é um erro. Desculpavam seu comportamento alegando que não haviam sido totalmente responsáveis — estavam bêbados ou drogados, a mulher os havia provocado. Sua versão do estupro amenizava ou omitia o grau de força exercida. Os que negavam não admitiam que o estupro era um erro ou que seu comportamento fora inadequado. Confessavam o ato, mas o justificavam alegando que a mulher os atraía, que ela os queria, não havia resistido “muito”, que gostara, que havia deixado, que era uma prostituta e estava bêbada. Eles minimizavam a responsabilidade e mudavam a história de estupro para sedução. Os homens de ambos os tipos usavam o fato de estarem bêbados ou drogados na ocasião do estupro para desculparem sua violência. Mas se a mulher estava bêbada ou drogada, eles justificavam a violência dizendo que ela estava “fora de controle”. Dos confessos, 70 por cento afirmaram que o abuso de droga ou álcool afetara seu comportamento, mas somente 40 por cento dos que negavam usaram esse argumento. Daqueles, 56 por cento e destes, apenas 15 por cento disseram que o comportamento da vítima estava afetado pelo álcool ou drogas. O mais importante de nossa exposição aqui é que nenhuma das duas classes sentiu culpa ou empatia pelas vítimas durante ou depois do estupro. Ambos os tipos consideravam o ato “de baixo risco e alta recompensa” — pressupunham não serem presos e, se tal ocorresse, não haveria pena. O estupro era uma recompensa — uma forma de vingança, um prêmio durante a realização de um outro crime, uma recreação ou aventura. O que mais revolta, além da acusação de culpa à mulher depois do estupro, a constante referência ao que ela usava ou fazia, aonde ia ou como se comportava de modo a provocar o ato, é que todos os homens dessa pesquisa, perguntados porque haviam escolhido aquela mulher em particular, respon-

daram: “Podia ter sido qualquer uma” ou “não precisava que fosse ela. Apenas passou por ali na hora errada.”

Peggy Reeves Sanday entrevistou 3 mil universitárias a respeito de estupro: 25 por cento delas disseram ter tido sexo indesejado sob força, pressão ou discussão, 15 por cento chegaram quase a sucumbir às ameaças de violência e 9 por cento tiveram relações sob ameaça ou violência. O tema principal do estudo de Sanday, no entanto, foi o estupro por quadrilhas. Entre 1982 e 1988, houve 75 casos documentados de estupros por bandos, nos *campus* universitários. Mas os membros de uma associação, da qual uma moça havia sido estuprada, disseram que esses incidentes ocorriam uma ou duas vezes por mês em seu *campus*. Sanday afirma que o estupro faz parte da socialização masculina. Muitos homens do oeste são iniciados na “masculinidade” por ritos de confrarias nas quais se brutalizam e degradam reféns, “tratados como mulheres desprezadas e como homossexuais. A brutalização lhes mostra a natureza da ordem social e seus possíveis lugares nela: eles podem ser homens ou podem ser mulheres. Eles aplicam sua “subjetividade misógina”, assim aprendida, na geração seguinte de reféns e em “mulheres”, escreve Sanday. Esses homens não consideram estupro a coerção sexual. Chamam a isso “conseguir um sim” — convencer uma moça a fazer sexo pela conversa ou pela bebida. Depois eles dizem que ela “tinha perdido”.

Pauline Bart, uma feminista especializada em estupro, relata que antes de o júri se retirar para deliberação, em casos de estupro, os juízes costumavam ler uma citação de Hale: “O estupro é uma acusação fácil de se fazer e difícil de ser provada e mais difícil ainda de ser defendida pela acusadora, a “nunca tão inocente”. Hale é um famoso jurista britânico, citado por todos os autores de livros sobre estupro. Só recentemente, em decorrência de ações feministas, os juízes da Califórnia pararam de ler essa instrução aos júris.

O estupro marital ainda é legal em muitos estados e no mínimo um em sete maridos estupra a esposa. A maioria dos casos

não é registrada, assim como 90 por cento dos que ocorrem em encontros, mas as feministas pressionaram trinta estados no país a abolir ou modificar a linguagem legal que isenta os homens de processo por estupro da esposa. Alguns trocaram a frase “contra a sua vontade” por “sem seu consentimento. Em Illinois, ela foi eliminada, o que significa que a promotora não tem mais que provar o *não* consentimento da mulher. A defesa é que precisa deixar claro que ela concordou “por palavra ou ação”. Os homens estão atualmente argüindo a constitucionalidade das leis contra o estupro marital, alegando que os termos “força” e “ofensas corporais” são vagos e *muito amplos*. Observamos vários casos em que a polícia ou os juízes não se dispuseram a abrir processo contra violentadores. A Marinha dos Estados Unidos também é indecisa nisso. Ela recebeu 24 denúncias de estupro e violência sexual contra estudantes no Centro de Treinamento Naval de Orlando, entre janeiro de 1989 e junho de 1990. Deixou de processar cinco desses casos e apenas um resultou em corte marcial.

As especialistas em estupro, como Bart e Susan Brownmiller, afirmam que ele é “um processo consciente de intimidação, pelo qual todos os homens mantêm as mulheres num estado de medo”. Bart nota que, desde que a agressão sexual é endêmica, se toda agressão ao sexo contra a vontade da mulher fosse considerada estupro, a maioria dos homens seriam violentadores, acrescentando: “Nenhum homem morreu de ereção — mas muitas mulheres, sim”. Sculli conclui: “Não ocorrerá mudança fundamental se os homens não forem obrigados a admitir que a violência sexual é problema *deles*”. Embora todos saibam que é o homem que violenta, poucos consideram isso um problema dele. As mulheres e os homens que não violentam, culpam as mulheres pelo estupro, alegando que o merecem, por se exporem a riscos. A fim de examinar esse aspecto, temos de deixar de lado muitos casos que tornam a declaração ridícula (como justificar mulheres de 90 anos estupradas e mortas em suas próprias casas). O que essas pessoas estão dizendo? Admitem a hipótese

de que os homens são os inimigos naturais das mulheres (como um animal é do outro?), são seus predadores potenciais, elas sabem disso e devem se proteger, caso contrário receberão o que estarão pedindo? Aceita-se o comportamento dos homens, sem julgamento. Só as mulheres são julgadas. O que se pressupõe é que os homens estão engajados numa guerra perpétua contra elas.

A sociedade aceita naturalmente os estupros como um fato da vida e muitos jornalistas freqüentemente escondem essa forma de predação. A ativista pela paz Betty Reardon observa que os meios de divulgação dominados pelos homens censuram o fato de mulheres assassinadas terem sido violentadas. Por exemplo, os homens que mataram as quatro religiosas americanas em El Salvador, em 1980, as violentaram antes, mas houve poucas notícias a esse respeito. Um depoimento foi dado por Mary Bader Papa no *National Catholic Report*: “Recebemos uma mensagem especial dos violentadores e assassinos das quatro americanas. Deixaram claro que as mulheres que não se mantêm em seus lugares não encontram proteção alguma atrás do rótulo de freiras ou trabalhadoras da Igreja. Nem de americanas”. Mais ainda, os ativistas masculinos pela paz não levam em conta o estupro e outras formas de violência contra as mulheres, ao falarem sobre violência na sociedade, conforme afirma a ativista pela paz e cientista social Birgit Brock-Utne. Citando um estudo que incluí, numa lista de sociedades “pacíficas”, aquelas em que a violência contra as mulheres é rotina, ela pergunta como um movimento pela paz pode deixar de considerar a violência masculina contra as mulheres. Mas todas as sociedades fazem isso. As mulheres são violentadas na voz passiva, da mesma forma que são espancadas e mortas passivamente.

As dimensões do incesto não são ainda conhecidas, mas o que se percebe é que elas são muito maiores do que se imagina. O incesto não está ligado a classes. Os homens de qualquer categoria e nível de instrução violentam meninos e meninas. Estas, no entanto, são os alvos principais de pais, avós, tios, primos e irmãos mais velhos, parentes consanguíneos ou por afinidade. O

pai de Betsy Peterson, médico-cirurgião altamente respeitado e querido, confidenciou seu desrespeito pelas pacientes. Era desrespeitoso também com a esposa. Começou por molestar a filha no berço, quando ela tinha apenas 3 anos, massageando seu clítoris. Violentou a meia-irmã da menina, que havia ido morar com eles, estuprando-a aos 14 anos, à vista de Betsy, dizendo que a estava “transformando numa mulher.”

Esses homens não são exceções. Os psicólogos que examinam presos por estupro e incesto concluem que muitos são “normais”. Bart considera o estupro um paradigma do controle masculino na sociedade patriarcal e afirma que há poucos casos de doentes mentais cometendo incesto. Ela cita uma pesquisa cuja conclusão mostra não serem os pais incestuosos psicóticos nem intelectualmente deficientes, mas “particularmente hostis às mulheres” e “considerarem o ato sexual uma agressão”. Nas sociedades patriarcais, a menina se “torna mulher” e o “menino é feito homem” pelo mesmo método: humilhação e brutalização. Mas os meninos são humilhados por serem tratados como subordinados (mulheres) e as meninas são humilhadas por aprenderem que sua própria sexualidade não está sob seu controle. Por uma pesquisa informal, verifiquei que poucas mulheres atingem a idade de 21 anos sem ter sofrido alguma forma de predação masculina — incesto, molestação, tentativa de estupro, estupro, espancamento e, às vezes, tortura e aprisionamento.

Outras formas de violência estão ligadas ao sexo, porque apenas as mulheres são suas vítimas. Por exemplo, um homem andou pelas ruas de Manhattan atirando dardos nos traseiros de mulheres. Muitos assassinos contumazes têm as mulheres como alvos, especialmente as prostitutas. A polícia tem a tendência de não perseguir energicamente os assassinos de prostitutas. Talvez, como o juiz do Texas, ela não as considere seres humanos. Em todo caso, a polícia faz parte de uma associação exclusivamente masculina que usa a violência como rotina para manter o controle, como uma confraria. Quando não há mulheres disponíveis, eles transformam outros homens em “mulheres”. Assim, os presos

regularmente violentam outros presos e muitos sacerdotes e padres molestam meninos estudantes que estão a seus cuidados.

A lista sempre aumenta. Considero essas revelações o lixo escondido sob o tapete do patriarcado. Só agora ouvimos falar dele, mas está lá há tempos. Poemas antigos, datados dos séculos 15 e 16, numa coleção de poetas espanholas, são lamentos a respeito de pais incestuosos e maridos brutais. O feito mais importante do movimento feminista é a exposição desse segredo, sua retirada da escuridão onde se encontrava e a apresentação à luz do dia para ser visto e julgado. Todos os patriarcalistas exaltam o lar e a família, considerando-os sagrados, exigindo que permaneçam invioláveis aos olhos predadores. Os homens querem segredo para suas violações contra as mulheres. Forçadas a dependerem deles, educadas para acreditar que eles se preocupam com elas, descobrem que os próprios homens em quem implicitamente confiam e de quem dependem, traem, brutalizam e as violentam. Na infância, todas aprendem que as mulheres, como o sexo, são presa do homem. Muitas também ficam sabendo que os homens que falsamente as acarinhavam são seus piores ofensores. Aprendem que o “amor” se refere a poder e que elas são impotentes.

Mas os desconhecidos também predam as mulheres, por meio de roubo, assalto, estupro e assassinato. A maioria esmagadora de assassinos contumazes são homens (muitas vezes aparecem em filmes assassinas contumazes, mas na realidade quase não existem). Também a maioria dos massacres são executados por homens. Embora alguns desses homens atirem ao acaso, muitos almejam as mulheres. Marc Lépine matou a tiros 14 moças, estudantes de engenharia na Universidade de Montreal, em dezembro de 1989 e se suicidou. Deixou uma mensagem: “Mesmo que me atribuam o epíteto de Assassino Louco, considero-me racional e erudito”. Recentemente, no mesmo *campus*, outro homem golpeou com uma pedra a cabeça de uma estudante. Ela sobreviveu, mas ele fugiu. A revista *MS*, que relatou o fato, descobriu algo positivo: a tragédia conscientizou o povo de que as mulhe-

res estudam engenharia, estão aumentando sua presença nas escolas. Mas Marc Lépine tem de ser levado a sério. Considerou-se são, *erudito*. Achou que *tinha o direito* de matar mulheres que não conhecia, porque elas havia tomado o “seu” lugar na faculdade. De fato, ele vociferou contra as “feministas” ao se suicidar.

Assim como os piedosos judeus que atiraram pesadas cadeiras de metal às cabeças de mulheres (e poderiam facilmente tê-las matado), os crentes muçulmanos que apunhalaram as manifestantes contra o decreto do aiatolá a respeito do purdã e do trabalho feminino, os fervorosos protestantes que atiraram bombas em clínicas de aborto, assim como milhares de maridos, “namorados”, rapazes de confrarias e desconhecidos que espancam, estupram e assassinam mulheres, por terem decidido que elas são as causas de seus problemas, assim como os músicos de *rap* e comediantes que vomitam ódio contra elas, Marc Lépine achou que tinha o direito de fazer o que quisesse.

Da menor à maior unidade, da vida pública à particular, da cozinha e do dormitório às sessões parlamentares, os homens desencadeiam uma guerra impiedosa contra as mulheres. Analisamos a discriminação contra as mulheres nas áreas públicas — locais de trabalho, tribunais de justiça e instituições governamentais. Sabemos que a discriminação na área pública leva a mulher (e a criança) à pobreza, inanição e morte — tanto nos países não industrializados quanto nos industrializados. Sabemos que, por toda a parte, a mulher tem nível inferior ao do homem, menos poder e responsabilidade.

Mas os homens começam a reprimir as mulheres no nascimento. Os próprios pais decidem o aborto seletivo, obrigam as meninas a serem negligenciadas, sub-alimentadas, genitualmente mutiladas, estupradas e molestadas, vendem as adolescentes aos homens, em casamento ou escravidão. Os homens violentam, molestam e espancam as esposas, filhas e amantes dentro do lar e desconhecidas e amigas fora de casa. Ao redor de toda mulher voieira uma cultura inundada de visões de órgãos sexuais femininos, de corpos perseguidos, assaltados e mortos pelos homens.

O clima de violência contra as mulheres fere todas elas. Ser mulher é viver com medo. Nas experiências sobre a sensação de medo, as mulheres menos temerosas, as jovens, obtêm o mesmo nível dos homens mais medrosos, os velhos. As mulheres levam uma vida oprimida. Evitam sair sozinhas depois de escurecer, deixam de fazer pequenas tarefas, como pagamentos e compras em locais e horas perigosas. Mas elas são atacadas também dentro de casa, como as velhas que puxam as cortinas e trancam as portas, jovens profissionais, mulheres de todas as idades e classes. O fator que mais coerentemente se relaciona com o medo do crime é a feminilidade. As mulheres têm medo num mundo em que metade da população veste o disfarce do predador, no qual nenhum fator — idade, roupa e cor — distingue o homem que vai violentar daquele que não vai. Onde quer que estejam, elas têm medo de ser, como dizem os estupradores, “qualquer uma”, no lugar errado, na hora errada.

O medo da ofensa física leva-nos de volta à área pública abstrata da política, onde ele funciona para motivar as mulheres a apoiarem as próprias estruturas administrativas que as oprimem. No artigo “As Damas de Ferro: Por que as Mulheres Votam nos Conservadores?”, Beatrix Campbell expõe as razões pelas quais tantas britânicas apoiam o Partido Conservador. As conservadoras têm sido a espinha dorsal da organização da agremiação. Seus votos o levaram à vitória. Campbell observa que, se os conservadores tivessem que depender dos votos que os trabalhistas recebem das mulheres, “não sobreviveriam eleitoralmente nem seriam capazes de se representarem... como o partido nacional”. Os trabalhistas se apresentam como o partido igualitário; os conservadores, como não igualitários. Mas o Partido Trabalhista havia sido estabelecido para representar o trabalho *organizado* e não os trabalhadores. No século 20 o trabalho organizado eliminou as mulheres, derrotou suas exigências de igualdade de acesso aos empregos e aos salários. O partido político, auto-intitulado igualitário, ligou-se firmemente, neste século, a uma tradição masculina (escolha que o está destruindo) enquanto que o ardiloso par-

tido do privilégio deu às mulheres um lugar especial, “criou uma cultura que abrangia as mulheres e celebrou sua subordinação.”

Na sua modernização, depois da Segunda Guerra, o Partido Conservador encontrou muito mais eleitores da classe trabalhadora — do que da “ociosa” — e rapidamente se re-agrupou ao redor das mulheres. Os trabalhistas conservaram suas leis, mas não conseguiram aumentar seu número — principalmente porque haviam de recusado a atender as exigências femininas de igualdade econômica, mesmo em face da gigantesca contribuição que as mulheres estavam dando para superar a crise do pós-guerra. Os conservadores não apoiavam também a igualdade econômica, mas prometeram “liberar” a dona de casa. Ressuscitando a ideologia de áreas diferentes para cada sexo, eles atribuíram às mulheres a responsabilidade pela organização “doméstica” do Partido. Tendo recebido um lugar próprio (que os trabalhistas não ofereceram), elas afluíram ao Partido, ganhando condição para, no final dos anos 50, desafiar os chefes com seu programa. O que Campbell chama de “programa feminino do Partido” uniu as mulheres num nascente “direito novo, um eixo modernista que se tornou o thatcherismo” e que se exprimia, *quase que inteiramente*, na linguagem do autoritarismo moral e da “lei e ordem.”

“O medo das mulheres”, segundo Campbell, “forneceu a partida emocional para os debates sobre a ‘lei e a ordem’”. Enquanto que os homens, chefes do Partido, assistiam em “silêncio estarecido”, as mulheres, horrorizadas pelos novos índices de violência, que se tornou endêmica no Reino Unido, depois da Segunda Guerra Mundial, pressionavam a agremiação para legislar sobre sua segurança. Se esta segurança exigia áreas separadas (como diferentes carros do metrô), então que assim fosse. Em grande parte é graças à disposição dos conservadores, de incluir “lei e ordem” na sua agenda, que historicamente no Reino Unido mais homens que mulheres apoiam o Partido Trabalhista e mais mulheres que homens sustentam o Conservador. Entretanto, as conservadoras não são tolas. Pessimistas em relação às probabilida-

des de que a política melhore a situação das mulheres, fortes, mas subordinadas, elas permanecem realistas apenas a respeito do poder de si próprias. Campbell acha que existe uma “contradição no centro do conservadorismo britânico”. O Partido “fornece um espaço habitado por forte presença feminina” e, entretanto, “é uma das instituições que estruturam a subordinação das mulheres como um sexo e sustentam a classe e o poder do gênero homem”. Até mesmo os amigos declarados das mulheres são no íntimo seus inimigos.

Enquanto os homens reforçam suas posições de evidência, gritando em bares e em estádios esportivos, batendo no peito nos legislativos do mundo e explodindo armas incríveis, numa luta sem fim por *status*, numa busca obsessiva de “provas” de sua superioridade, as mulheres caladamente mantêm as coisas nos eixos. Elas sabem que os homens não farão isso. Sabem que ou elas executam o trabalho ou ele não será feito. Elas plantam ou compram, carregam e preparam o alimento para o inevitável e essencial jantar, dão à luz os filhos e os nutrem, banham, afagam e ensinam, esperando que sobrevivam. Encorajam os homens, dão-lhes de comer, acalmam, resmungam com eles, esperando que também sobrevivam e ajudem os filhos a sobreviver. Como grupo, elas não desejam as mesmas coisas que os homens e as motivações que estimulam os dois sexos são tão diferentes que, há milênios, eles balançam a cabeça e pensam: “O que querem as mulheres?” Elas sabem o que os homens querem, mas também balançam a cabeça.

As mulheres não são santas desprendidas. Matam, sabe-se que torturam e atormentam, maltratam os outros e a si mesmas, lutam, injuriam, são cruéis. Elas têm egos, identidade, desejos próprios. Nenhuma emoção humana é estranha às mulheres e não há um comportamento humano de que sejam incapazes, exceto introduzir um pênis, naturalmente ligado a seu corpo, numa abertura. Nesse sentido são menos limitadas que os homens. Elas não menstruam nem ficam grávidas, não dão à luz nem amamentam o filho com seu próprio corpo e não aceitam um pênis numa va-

gina. As mulheres nem sempre são identificadas como mães, porque nem todas o são ou desejam ser. Mas, como classe, elas se comportam como tal, porque a maioria é mãe.

Porque as mulheres são mães e os homens não, eles sentem falta de algo, não têm um centro. Não ocorre a eles que poderiam também centrar-se nos filhos, nas gerações futuras, concentrar-se na manutenção da raça humana. Os homens, incapazes de se sentirem iguais às mulheres, têm de ser superiores, senão serão inferiores. Procuram um centro em outros homens, na solidariedade masculina por meio de cultos (em sociedades primitivas), nos conventos, corporações militares e para-militares, academias, profissões, grêmios esportivos, irmandades religiosas e novos rituais masculinos. *Tudo isso* exalta os homens, não como classe, mas membros de grupos, postulados como superiores à maioria (exceto colegas de rito) e todas as mulheres. Todas essas confrarias pregam a xenofobia — ódio aos estrangeiros — e a intolerância. Todas exaltam as formas de auto-negação — austeridade no viver, ausência de sentimentos e necessidades. Todas cultuam a agressão e a violência, porque todas celebram a dominação. Somente a capacidade em dominar os outros (fisicamente, intelectualmente e “espiritualmente”) torna-os superiores às mulheres. E a superioridade sobre as mulheres é o próprio fundamento desse tipo de identidade masculina.

A violência é uma resposta fácil para o medo. É também simples e destrutiva. Para os homens que governam a sociedade, inculcar e estimular a violência nos dominadores é educá-los para serem verdadeiramente seres humanos inferiores. Hoje em dia, algumas mulheres acreditam que os homens estejam a caminho de destruí-las por meio de políticas e comportamentos opressores e violentos. Os clérigos medievais perguntavam por que, afinal, Deus havia criado as mulheres e concluíam, tristemente, que elas eram necessárias à procriação. Agora, as novas técnicas reprodutoras dos homens talvez tornem as mulheres obsoletas. Certamente é essa a tendência atual.

Mas é tão grande o ataque às mulheres, em todos os países e

níveis, que os povos estão se unindo contra isso. Os homens se reúnem para discutir seu próprio sentido de identidade. Os grupos masculinos ainda são pequenos e espalhados; um crescente número de homens percebe que a sua supremacia talvez lhes traga vantagem prática, mas os diminui emocionalmente. Esse dano emocional afeta tudo — processos de pensamento, tempo de vida, saúde, relacionamentos, toda a qualidade de vida. Alguns exaltam as próprias qualidades que constituem os problemas, mas outros buscam uma nova definição do que seja a masculinidade.

A luta das mulheres contra a opressão masculina é mundial e ricamente variada. Em toda parte as mulheres estão se unindo em projetos econômicos de base ou construindo escolas e clínicas; e tais projetos beneficiam comunidades inteiras. Em todo lugar as mulheres estão se mobilizando contra a violência masculina e organizando grupos formais para lutar por legislação justa, representação política, educação e justiça econômica (salarial) para as mulheres. As feministas vêm produzindo um original e importante corpo de trabalhos acadêmicos que fornece fundamentos para a sociedade futura e alternativas para a sociedade patriarcal. O livro *Our Bodies, Ourselves*, produzido pelo Boston Women's Health Collective (Coletivo de Saúde das Mulheres de Boston) e amplamente traduzido e divulgado, revolucionou a maneira das mulheres cuidarem de si mesmas. Mulheres do Quênia adotaram uma abordagem holística em relação à saúde, auto-estima e à questão de opressão racial e sexual, graças ao trabalho desenvolvido pela Rede de Saúde das Mulheres Negras de Atlanta (Black Women's Health in Atlanta). Por mais de uma década, a Clínica de Mulheres de Genebra (Dispensaire des Femmes) tem oferecido assistência de saúde feminista, paramédica, usando tratamentos ocidentais convencionais e alternativos (à base de ervas), e tem treinado mulheres que estabeleceram clínicas semelhantes na Costa Rica, no Brasil, na Nicarágua e na Índia.

Grupos feministas como GABRIELA, nas Filipinas, e o Centro de Informação das Mulheres, na Tailândia, ajudam as vítimas da prostituição em seus países e educam as jovens sobre os

perigos de aceitar anúncios enganosos que oferecem trabalho no exterior. Também denunciaram seus governos de cumplicidade no turismo-sexual, que traz o capital estrangeiro e é às vezes oficialmente incluído nos orçamentos nacionais de desenvolvimento. Este "comércio" mundial requer uma ação global, e feministas do Japão, da Tailândia, da Coreia e das Filipinas, fizeram demonstrações e manifestações durante a Conferência Internacional de Turismo em Manila, em 1982, provocando constrangimento nas multidões presentes aos eventos.

Mulheres de Wai'anae, Havai, localidade que possui uma das taxas de desemprego mais altas do Estado, se organizaram para combater a violência masculina no lar. Compreendendo que o alto grau de violência estava ligado à situação política, elas decidiram trabalhar pela mudança política em sua comunidade. Entre outros programas, elas desenvolveram um projeto denominado Educação pela Paz, que é hoje adotado na maioria das escolas públicas de Wai'anae. Este programa de duas semanas ensina os estudantes a identificarem seu comportamento violento e propõe maneiras de criar a harmonia familiar. O grupo oferece seminários de saúde para mulheres e meninas e elaborou o projeto de uma Cooperativa de Artesanato de Mulheres, para incrementar a renda dessas mulheres por intermédio indústria caseira. As mulheres de Wai'anae também lutam pelo desarmamento nuclear, e fizeram um filme para promover essa campanha.

Mulheres indianas fundaram o Vimochana para ajudar mulheres espancadas a conseguir ajuda policial e legal. Essa organização cresceu e se expandiu, passando a oferecer grupos de discussão para ajudar as mulheres a lidar com a violência masculina, e também aconselhamento e auxílio legal em casos de maridos bigamos ou que abandonam o lar e deixam de sustentar a família. A organização trabalha com mulheres faveladas, com operárias, e mantém abrigos para vítimas de opressão e discriminação, além de participar de movimentos camponeses e operários e do movimento pela paz.

A entidade Alternativas de Desenvolvimento das Mulheres para

a Nova Era (Development Alternatives with Women for a New Era — DAWN), fundada por feministas, é uma organização internacional com sede na Índia, que congrega mulheres do Terceiro Mundo (ativistas, pesquisadoras etc.) em torno do desenvolvimento de uma perspectiva global em relação à situação econômica e política da mulher. Os seminários e encontros do DAWN nas Conferências de Mulheres dos EUA influenciaram representantes do Terceiro Mundo a desafiar seus governos e criticar abertamente as práticas opressivas no campo social e político. Em 1984, mulheres de 24 países africanos organizaram no Sudão a conferência "Mulheres Africanas Falam sobre a Circuncisão Feminina", e publicaram um relatório exigindo a erradicação total das práticas da mutilação genital das mulheres.

Faveladas brasileiras informaram ativistas do DAWN que seu principal problema era a reprodução. A esquerda brasileira, numa campanha contra o controle populacional, havia impresso um folheto que mostrava um homem na televisão oferecendo pílulas anticoncepcionais, e as mulheres respondendo que queriam recursos, não pílulas. Mulheres de São Paulo afirmavam que o folheto não representava seus interesses — na verdade, elas queriam as duas coisas, anticoncepcionais e recursos. O DAWN organizou então o projeto "Esse Sexo que é Nosso", que produziu uma série de livretos ilustrados descrevendo os aspectos básicos da saúde da mulher, reprodução e prazer sexual. Esse material educativo representa o que há de mais eficiente no Brasil para mulheres de baixa renda, e atualmente é distribuído pelo governo brasileiro.

Percebendo que 44 por cento dos homens nicaraguenses costumam espancar regularmente suas mulheres ou amantes, a Associação de Mulheres da Nicarágua desenvolveu uma campanha contra a violência masculina. No Brasil, o Conselho Estadual da Condição Feminina criou em 1984 a primeira Delegacia da Mulher — pois as vítimas de violência masculina evitavam dar queixa nas delegacias comuns, onde eram tratadas como criminosas pelos policiais. A idéia de uma delegacia com policiais do sexo

feminino deu tão certo que outras setenta foram criadas pelo Brasil, para lidar com os casos de estupro e violência no lar. Por mais de uma década, as feministas brasileiras fizeram campanhas para acabar com o assassinato de mulheres, legalmente sancionado com base na "defesa da honra". No Brasil, os homens podiam matar suas mulheres, mesmo se elas já tivessem se separado deles, alegando "legítima defesa da honra", com base na infidelidade das mulheres. Só em 1980-81, no Estado de São Paulo, 722 homens foram absolvidos de assassinato de suas mulheres com base na "defesa da honra", segundo uma líder da campanha, "no interior do país, é mais fácil e mais barato o marido pagar um matador para matar sua mulher do que pedir o divórcio e dividir os bens". A pressão das feministas e a divulgação desses crimes através dos meios de comunicação promoveu uma vitória para as mulheres em março de 1991, quando o Supremo Tribunal Federal aboliu esse tipo de defesa.

Em Uganda, advogadas feministas fundaram a Associação de Advogadas e de Auxílio Legal para ajudar mulheres pobres e sem instrução. Num país onde 80 por cento da população é analfabeta e a maioria nada sabe sobre a legislação, as mulheres, particularmente, são prejudicadas no confronto entre as tradições e as leis modernas. As mulheres casadas segundo a tradição não sabem que seu casamento não é legalmente válido e que não têm direito a proteção se os maridos morrerem. Em geral, nesses casos, a família do marido fica com todos os bens, deixando as viúvas (os homens freqüentemente têm mais de uma mulher) e as crianças completamente desamparadas. As feministas trabalharam sobretudo no campo, ensinando às mulheres que o espancamento de esposas é ilegal, ajudando as viúvas e reivindicar sua parte nos bens deixados pelo marido, e auxiliando mulheres abandonadas pelos maridos, que não conseguem trabalho, pois a opinião corrente é de que quem não consegue administrar seu próprio lar não consegue administrar mais nada.

Em Lima, Peru, quando o Centro Manuela Ramos do Movimento de Mulheres começou a oferecer cursos, as mulheres pe-

diram para aprender sobre sexualidade, saúde e controle da natalidade. O Centro organizou vários grupos de estudo e seminários para discutir o cotidiano das mulheres: no nível pessoal, as mulheres aprendiam sobre seus corpos, sua sexualidade, seu papel como seres humanos, mães e cidadãs. Seminários de informação respondiam às perguntas sobre saúde, educação primária e organização comunitária. Ao nível da organização, o Centro sugeriu projetos que as mulheres podiam desenvolver, como creches, programas de treinamento etc. Uma favelada de Lima, ao morrer, deixou sua casa para o Centro, para ser usada como abrigo de mulheres vítimas de espancamento. Tornou-se um costume para as mulheres peruanas que vivem em favelas e lugares ermos levar sempre um apito, que soam quando são atacadas ou espancadas; o som imediatamente atrai um grupo de companheiras prontas a defender a vítima.

No sudeste da Ásia, as mulheres vêm organizando projetos para ajudar as vítimas de espancamento e estupro, e para mudar a legislação relativa ao estupro e às atitudes comunitárias. Na Índia, as mulheres batem panelas do lado de fora das casas dos homens que abusam de suas esposas. Grupos feministas como o Saheli têm exercido pressão para conseguir leis que obriguem a investigar a "morte acidental" ou o "suicídio" de mulheres nos primeiros sete anos de casamento, sob suspeita de assassinato pelo marido.

Na Nigéria, as meninas se casam entre 11 e 13 anos, freqüentemente sofrem mutilação genital e costumam sofrer terríveis dificuldades no parto; no norte da Nigéria, 20 mil mulheres, sobretudo muçulmanas, sofrem de fístula vesicovaginal. Seus maridos pedem o divórcio e as famílias as abandonam. As feministas nigerianas se uniram numa campanha contra os casamentos de meninas.

A afro-americana Mildred Tudy e a mexicana-americana Maria Fava trabalharam separadamente para melhorar as condições de vida e reduzir os conflitos raciais em bairros como Williamsburg e Greenpoint, no Brooklin. Elas obrigaram a prefeitura a

tomar medidas, e no processo dessa luta levaram muitas mulheres de baixa renda a tomar contato com o feminismo, enriquecendo suas vidas através da participação. Mulheres brancas se uniram a mulheres negras para lutar contra a Ku Klux Klan em muitas localidades. Mulheres lideraram movimentos de cidadãos contra a guerra nuclear e contra os dejetos tóxicos em Chicago e outras cidades.

Nas sociedades industriais, as mulheres são direcionadas para trabalhar em escritórios, que em geral pagam menos do que o trabalho em fábricas. Mulheres tão ou mais instruídas do que seus chefes masculinos são confinadas a "ocupações femininas" que permitem aos homens tratá-las como serviçais. Em Cleveland, Boston e Washington D.C., mulheres empregadas em instituições bancárias e seguradoras se organizaram para lutar contra a discriminação sexual e o mau tratamento recebido nos escritórios. No início, formaram grupos para negociar soluções. Quando esse recurso se mostrou insatisfatório, elas se filiaram ao Sindicato Internacional de Empregados de Serviços como *Nine to Five*, a Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras. O filme *Nine to Five (Como Eliminar Seu Chefe)* inspirou mulheres do todo o país a formarem grupos semelhantes.

No Chile, assim como na Argentina, as mulheres suportaram a repressão policial e arriscaram-se à prisão para exigir o retorno dos *desaparecidos*, ajudando a minar o autoritarismo militar em ambos os países. As chilenas confeccionavam *arpilleras* e conseguiam contrabandear para o exterior essas tapeçarias bordadas ou aplicadas, que informavam o mundo sobre a tortura, o assassinato e a fome no Chile. As mulheres soviéticas ousaram desafiar um governo ditatorial, exigindo informações sobre filhos de soldados mortos. Na Coreia, as mulheres regularmente organizam protestos em nome de crianças assassinadas pelo tirânico regime da Coreia do Sul.

Em 1961, mulheres preocupadas com a corrida armamentista entre os Estados Unidos e a União Soviética organizaram o WSP (Luta das Mulheres pela Paz, Women Strike for Peace), um mo-

vimento de base organizado por intermédio de uma rede informal. O HUAC (Comitê de Atividades Anti-Americanas, House Committee on Un-American Activities), criado para reprimir as dissidências, considerava os movimentos pela paz como subversivos (como é a opinião do Governo), e convocou várias mulheres do WSP para depor. O sistema de organização não hierárquico que as mulheres haviam adotado funcionou como uma maneira muito eficiente de escapar à perseguição policial, já que não havia quadros dirigentes nem listas de filiadas ao movimento. Decididas a não provocar expurgos no seio da organização, as mulheres do WSP prestaram depoimento voluntariamente, em vez de se recusar a depor, como os radicais da década de 50. Centenas de mulheres enviaram telegramas aos diretores do HUAC, oferecendo-se para ir a Washington e falar sobre o movimento.

Quando o Comitê recusou-se a ouvi-las, ficou claro que a intenção real não era obter informações sobre o movimento, mas sim expor e difamar as filiadas ao WSP. Um noticiário da época informava:

O temido Comitê de Atividades Anti-Americanas perdeu sua batalha esta semana, ao defrontar-se com quinhentas mulheres enraivecidas, que zombaram do Comitê. Sob luzes ofuscantes, as câmaras de tevê registraram tudo, e cinquenta repórteres tomavam notas em meio a bebês que choravam, durante esse fantástico inquérito.

Quando a primeira das mulheres indiciadas dirigiu-se à mesa para depor, a multidão ficou de pé, silenciosamente. O irritado presidente do Comitê proibiu a assistência de levantar-se. As mulheres então aplaudiram a próxima testemunha, e o presidente proibiu os aplausos. As mulheres passaram então a cercar as testemunhas, e beijá-las... Finalmente, cada mulher que era chamada para depor recebia um grande buquê de flores. A essa altura, o presidente já estava derrotado. No terceiro dia do inquérito, a assistência já estava aplaudindo de pé cada uma das mulheres chamadas a depor.

Bill Galt, *Vancouver Sun*, 14 de dezembro.

As mulheres do WSP acabaram com a eficiência do Comitê e ajudaram a influenciar o presidente Kennedy a assinar o tratado de Test Ban, em 1963. Em 1980, duas mil mulheres fizeram uma passeata em torno do Pentágono, declarando ao mundo que militarismo era sexismo. Essa vigorosa expressão de antimilitarismo feminista inspirou mulheres em muitos outros lugares. Em 1979, numa escalada da corrida armamentista, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) anunciou seus planos de instalar centenas de mísseis norte-americanos na Europa Ocidental. Os primeiros deveriam ser instalados em 1983, na base aérea norte-americana de Greenham Common, perto de Newbury, cerca de 95 quilômetros a oeste de Londres. Em setembro de 1981, 40 mulheres britânicas andaram 182 quilômetros de Gales até Greenham Common, protestando contra o projeto. Os meios de comunicação ignoraram a demonstração, e então as mulheres decidiram permanecer junto à base aérea até que a opinião pública se conscientizasse de que a estratégia norte-americana pretendia utilizar a Europa como escudo contra o bloco comunista, para poupar da guerra o solo americano.

O acampamento de mulheres americanas em Greenham Common nasceu e cresceu da vigília em frente aos portões da base aérea. As mulheres, muitas com crianças, armaram tendas e se instalaram ali; o tímido grupo inicial foi crescendo, e em 11 de dezembro de 1982, 20 mil mulheres formaram uma corrente humana em torno da base. As mulheres "redecoraram" o local, enfeitando a cerca de arame farpado com milhares de retalhos de tecido, poemas, desenhos de crianças, brinquedos e outros tesouros pessoais. A idéia original era abrir o debate sobre as armas nucleares, mas à medida que mais e mais mulheres se juntavam ao grupo e os protestos passaram a receber atenção internacional, as mulheres ampliaram suas metas para bloquear a instalação de mísseis em Greenham.

Ambos os governos ignoraram as reivindicações das mulheres, e os mísseis chegaram à base em novembro de 1983. Mas as mulheres permaneceram no acampamento, mantendo vigília perma-

nente em protesto contra os mísseis e todas as armas nucleares. O número de mulheres no acampamento teve variações, mas elas continuaram ali, noite e dia, em todas as estações do ano, com chuva ou com sol (principalmente chuva, naquela região da Inglaterra). *E elas ainda estão lá*, ainda que em número menor. Desde o início do acampamento, a cada ano houve manifestações que chegaram a envolver até 50 mil mulheres.

Esse protesto mobilizou um número enorme de mulheres através da Grã-Bretanha, e inspirou outras manifestações e acampamentos em centenas de localidades: Molesworth, na Inglaterra; Comiso, na Itália; Hunsrück, Alemanha; Nanoose, Canadá; Seneca e Puget Sound, nos EUA; Soesterburg, Holanda; Pine Gap, Austrália. Houve protestos de mulheres contra as tropas norte-americanas no Japão, desde os anos 50. Feministas organizaram manifestações antimilitarizantes nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Pacífico Sul, Nova Zelândia e Europa Oriental, em ações que não representam atos isolados mas sim uma rede mundial de protesto. As mulheres de Greenham Common afirmam sua solidariedade com as norte-americanas que fazem acampamentos em favor da paz; em 1983, as norte-americanas do movimento pela paz mantiveram um diálogo em San Francisco com mulheres japonesas, com representantes das Ilhas Marshall e da América Latina. Em 1984, milhares de mulheres da Nova Zelândia saíram em passeata de apoio às manifestantes de Greenham Common. Entre elas havia participantes do movimento para a emancipação de mulheres Maori, protestando contra o militarismo e a favor dos direitos da terra. Todas essas manifestantes insuflaram nova vitalidade ao movimento de mulheres.

Depois de milênios de guerra masculina contra elas, as mulheres estão lutando em todas as frentes de batalha.